

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CLAYTON FERREIRA E FERREIRA BORGES

REVUE HISTORIQUE E REVUE DE SYNTHÈSE HISTORIQUE:
O CASO A. D. XÉNOPOL

GOIÂNIA
2013

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES
E
DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Clayton Ferreira e Ferreira Borges		
E-mail:	cferreiraferreira@yahoo.com.br		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Vínculo empregatício do autor	Nenhum		
Agência de fomento:	Programa de Reestruturação das Universidade Federais	Sigla:	REUNI
País:	Brasil	UF:GO	CNPJ: 024703001-50
Título:	<i>Revue Historique e Revue de Synthèse Historique: o caso A. D. Xénopol</i>		
Palavras-chave:	Xénopol; <i>Revue Historique</i> ; <i>Revue de Synthèse Historique</i> ; História; ciência		
Título em outra língua:	Revue Historique and Revue de Synthèse Historique: the case A. D. Xénopol		
Palavras-chave em outra língua:	Xénopol, Revue Historique, Synthèse Revue Historique, history, science		
Área de concentração:	Culturas, Fronteiras e Identidades.		
Data defesa: (26/08/2013)			
Programa de Pós-Graduação:	Programa de Pós-Graduação em História		
Orientador (a):	Cristiano Alencar Arrais		
E-mail:	cpaarrais@gmail.com		
Co-orientador (a):*			
E-mail:			

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura do (a) autor (a)

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

CLAYTON FERREIRA E FERREIRA BORGES

REVUE HISTORIQUE E REVUE DE SYNTHÈSE HISTORIQUE:
O CASO A. D. XÉNOPOL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História, da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: Ideias e Escritas na (da) História.

Orientador:

Prof. Dr. Cristiano Alencar Arrais

GOIÂNIA
2013

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG**

Borges, Clayton Ferreira e Ferreira.
B732r *Revue Historique e Revue de Synthèse Historique: o caso*
A. D. Xénopol / Clayton Ferreira e Ferreira Borges. - 2013.
xv, 166 f. : il., figs.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Alencar Arrais
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de História, 2013.

Bibliografia.

Inclui lista de siglas e gráficos.

Apêndices.

1. Historia – Filosofia. 2. Xenopol, A. D. (Alexandru
Dimitrie) – 1847-1920 - Critica e interpretação. I. Arrais,
Cristiano Alencar. II. Título.

CDU: 930.1

CLAYTON FERREIRA E FERREIRA BORGES

REVUE HISTORIQUE E REVUE DE SYNTHÈSE HISTORIQUE:
O CASO A. D. XÉNOPOL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História, da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: Ideias e Escritas na (da) História.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cristiano Alencar Arrais (UFG)
(Presidente)

Prof. Dr. Carlos Oiti Berbert Jr (UFG)
(Argüidor)

Prof. Dr. Pedro Caldas (UNIRIO)
(Argüidor)

Prof. Dr. Rafael Saddi (UFG)
(Suplente)

Goiânia, _____ de _____ de 2013.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Maria dos Santos Ferreira e Ferreira Borges (mais conhecida como “Santa”), a quem tudo devo. Mineirinha perspicaz, e, muito “braba” por sinal.

A meu pai, Geraldo Ferreira Borges. Se um dia lhe foi tirado o desejo de estudar, pelas necessidades mais imediatas da vida, espero que este humilde trabalho sirva ao menos como um meio de redenção de teus anseios passados, pois também fizeste parte desta jornada.

Meus pais, eternos trabalhadores, que um dia foram inclusive lavradores, e que com o suor de sua incansável labuta diária me deram todo o apoio que precisei até o presente momento. A eles minha sincera gratidão, que um dia ainda espero recompensar.

À meu orientador, Cristiano Alencar Arrais, pela atenção dedicada, pela compreensão inesgotável diante de minhas limitações, e, principalmente, por me ensinar a trilhar o melhor caminho possível, diante de milhares á espreita. Minha eterna gratidão pelos longos quatro anos de orientação, onde aprendi muito, principalmente a arte da modéstia em meio à um mundo demasiadamente soberbo.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo investigar a teoria da história do filósofo e historiador romeno Alexandru Dimitrie Xénopol, a partir de seus artigos publicados na *Revue de Synthèse Historique* entre os anos de 1900 e 1914. Xénopol desenvolveu uma teoria da história baseada em uma classificação própria das ciências, onde a caracterização dos fatos serviu de base para uma definição do caráter científico da história, como uma ciência particular onde a noção de tempo possuiu uma importância primordial. A sua exigência de historicização dos fatos históricos a uma determinada época e lugar tem por consequência uma maior ênfase nas categorias de mudança, evolução, desenvolvimento e de transformação, tais categorias constituindo a dimensão primordial, a única que interessaria á análise dos fatos históricos pela história ciência.

Palavras-chave: Xénopol, *Revue Historique*, *Revue de Synthèse Historique*, História, ciência.

ABSTRACT

This study aims to investigate the theory of the history of Romanian philosopher and historian Alexandru Dimitrie Xéropol from their articles published in the *Revue Historique Synthèse* between the years 1900 and 1914. Xéropol developed a theory of history based on its own classification of the sciences, where the characterization of facts formed the basis for a definition of the scientific character of the story, as a particular science where the notion of time owned a primary importance. Your requirement historicization of historical facts at a given time and place has consequently a greater emphasis on categories of change, evolution, development and transformation, these categories constitute a crucial dimension, the one that would interest will analyze the historical facts by history science.

Keywords: Xéropol, *Revue Historique*, *Synthèse Revue Historique*, history, science.

LISTA DE SIGLAS

RH: Revue Historique

RSH: Revue de Synthèse Historique

LISTA DE GRÁFICOS

Figura 1: Recorte espacial dos artigos na <i>RH</i>	55
Figura 2: Países contemplados pelos artigos na <i>RH</i>	57
Figura 3: Artigos publicados por alguns historiadores na <i>RH</i>	58
Figura 4: Perfil geral dos artigos na <i>RH</i>	60
Figura 5: Campos da historia mais visitados na <i>RH</i>	61
Figura 6: Áreas mais investigadas na <i>RH</i>	62
Figura 7: Temáticas predominantes na <i>RH</i>	63
Figura 8: Recorte espacial dos artigos na <i>RSH</i>	67
Figura 9: Países contemplados pelos artigos na <i>RSH</i>	68
Figura 10: Artigos publicados por alguns historiadores na <i>RSH</i>	69
Figura 11: Perfil geral dos artigos na <i>RSH</i>	72
Figura 12: Campos da historia mais visitados na <i>RSH</i>	73
Figura 13: Áreas mais investigadas na <i>RSH</i>	74
Figura 14: Temáticas predominantes na <i>RSH</i>	75

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - A HISTORIOGRAFIA FRANCESA À ÉPOCA DE SUA PROFISSIONALIZAÇÃO	
1.1 O moderno conceito de história e a historiografia do Iluminismo	16
1.2 Historiografia Francesa do século XIX: a diversidade na unidade	21
1.3 Chateaubriand	24
1.4 Tocqueville	31
1.5 Jules Michelet	32
1.6 Fustel de Coulanges	39
1.7 Historiografia e Positivismo Sociológico	44
CAPÍTULO II - AS REVISTAS HISTÓRICAS	
2.1 <i>Revue Historique</i>	49
2.2 <i>Revue de Synthèse Historique</i>	63
2.3 A fundamentação epistemológica do conhecimento histórico	77
2.3.1 Benedetto Croce	77
2.3.2 Ernest Bernheim	83
2.3.3 Karl Lamprecht	88
CAPÍTULO III - A TEORIA DA HISTÓRIA DE A. D. XÉNOPOL	
3.1 Uma tentativa de classificação das ciências: os <i>fatos de repetição</i> e os <i>fatos de sucesso</i>	95
3.2 A explicação científica: o problema da <i>causalidade</i>	106
3.3 O diálogo com Paul Lacombe: mudança, permanência, série e lei	113
3.4 A resposta de Xénopol: leis abstratas, leis concretas; história e sociologia	123
3.5 A <i>inferência</i> na história	131
3.6 A <i>imaginação</i> na história	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
FONTES PESQUISADAS	150
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	151
ANEXO I	155
ANEXO II	156

INTRODUÇÃO

Em fins do século XIX e início do século XX, o confronto de idéias entre tradições filosóficas distintas gerou inegáveis avanços na prática historiadora e em seu modo de interpretar a realidade histórica. Entretanto, muitos mal entendidos também foram criados e reproduzidos neste período. Incompreensões que ainda hoje sustentam algumas lacunas no entendimento das relações entre a história e a sociologia. O debate foi efetuado de forma acalorada, onde os aspectos subjetivos (não controlados metodicamente) figuraram ao lado de argumentos críticos bem fundamentados. O combate era iminente. A sociologia francesa possuía uma matriz filosófica ancorada nas ciências da natureza e em sua respectiva concepção unívoca de ciência. A sua ênfase analítica estava direcionada para as permanências históricas - para a repetição dos fenômenos, para aquilo que os fenômenos tinham de similar no tempo e no espaço – no intuito de proceder à comparação.

A escola sociológica de Émile Durkheim, declaradamente herdeira do projeto de uma física social de Auguste Comte (Dosse, 2003, p. 68), tomava para si a árdua tarefa de criar uma epistemologia capaz de fundar as bases necessárias de um legítimo conhecimento positivo, saber pautado em fatos criticamente constatados na realidade empírica. Muito embora o objetivo deste saber, que se apresentava como o único verdadeiramente científico, fosse, obviamente, encontrar as leis históricas, estivesse o conceito de lei entendido de forma determinista ou não por seus inúmeros membros.

De todo modo, as leis eram vistas como necessárias para um conhecimento objetivo, científico, e as aspirações à institucionalização da sociologia tinham como empecilho a milenar - porém recém-institucionalizada em França - disciplina histórica. A história praticada até então - pejorativamente denominada de "factual", historizante e cultuadora do político - era vista por alguns como mera ciência auxiliar a sociologia, o método histórico possuindo validade estritamente heurística em um saber que se propunha a tarefas grandiosas (Dosse, 2003, p. 69). Ocorre então uma mudança de ênfase nas categorias consideradas como primordiais para o conhecimento do homem, e em detrimento do político urge como interesse maior o social.

Os historiadores de ofício, por sua vez, apesar de admitirem avanços pontuais advindos da também denominada "história filosófica", se recusavam a admitir que o seu saber não fosse científico meramente por não atingir os mesmos padrões de objetividade das ciências naturais, ou por não guiarem a sua pesquisa segundo o critério de relevância baseado

na "comprovação de semelhanças constantes entre [os] fenômenos" humanos no tempo (Lacombe, apud: Malerba, 2010, p. 399) ². O espírito positivo que permeava sua prática não era herdeiro de Auguste Comte, mas antes da tradição historicista emblematicamente representada por Leopold von Ranke. Recusava-se a transferência dos métodos das ciências naturais à história, e defendia-se a proeminência das categorias que enfatizavam a individualidade, a mudança, o desenvolvimento e a irregularidade (o seu aspecto predominantemente contingente) dos fenômenos humanos no tempo. A individualidade dos fatos históricos era então evocada em favor da liberdade e da importância das ações e das intenções humanas em detrimento da inserção determinista dos homens em seu meio e suas respectivas relações sociais (Dosse, 2003, p. 70). As leis históricas sendo categoricamente rejeitadas pela grande maioria dos historiadores de ofício do século XIX.

Ambos os lados se encontravam interessados no diálogo, mas igualmente em defender seus respectivos pontos de vista diferentes sobre uma mesma realidade histórica. Categorias - mudança; permanência; desenvolvimento; (di) semelhança - e conceitos - espírito positivo; imaginação histórica; tempo; progresso/evolução; causalidade; séries históricas; leis - importantes até hoje na esfera de ambos os saberes perpassaram este debate que á época já se dava sob o signo das condições de possibilidade de cientificidade do conhecimento das coisas humanas. O procedimento científico da generalização se colocava então como um dos pilares da discórdia entre ambas as tradições. Determinar os fatos era tão somente o primeiro passo para o conhecimento - e o ponto de convergência entre ambas as tendências -, o modo correto de operar a generalização dos fenômenos humanos - e assim alcançar o universal, o pressuposto a um saber que se pretende científico - é que se colocava como litigioso.

² O historiador francês Paul Lacombe (apud Malerba, 2010, p. 400) - pensador alinhado ao movimento heterogêneo de contestação à cientificidade da história - entende pelo termo ciência "um conjunto de verdades, isto é, de *proposições que enunciam que existe uma semelhança constante* entre tais e tais fenômenos". Assim, os fenômenos constantes eram denominados pelo mesmo de *instituições* e aqueles considerados únicos seriam os *acontecimentos*, considerado como um elemento refratário à ciência. Deste modo, para Lacombe (apud Malerba, 2010, p. 401) estaria "claro que a quantidade de coisas que se denomina história não é ciência", pois toda forma de conhecimento que oferecesse proeminência a fenômenos singulares (vistos como meros acidentes) estaria fadado a se constituir em "um simples gênero literário". Como veremos no capítulo III, a explicação intencional preconizada por Lacombe remeteria estritamente àquelas intenções que, "a despeito do tempo e do espaço", continuariam as mesmas. Outro indício de que Lacombe (apud Malerba, 2010, p. 401-402) atrela a sociologia (ou, a história verdadeiramente científica) às ciências naturais (ou, dito de outro modo, atrela o homem enquanto ser histórico ao homem enquanto ser biológico) pode ser percebido quando o mesmo afirma que "as necessidades inelutáveis do corpo não permitem, nem permitirão jamais, que elas [as intenções] sejam diferentes senão dentro de estreitos limites. [...] Todos os homens formam suas sensações, suas percepções, recordam suas lembranças e constroem, enfim, suas imaginações, seguindo modos uniformes", em outras palavras, Lacombe entende que as "grandes semelhanças corporais" determinariam as "grandes semelhanças psicológicas".

Localizado no interior deste panorama intelectual, o objeto do presente estudo foi a investigação da teoria da história do filósofo e historiador romeno Alexandru Dimitrie Xénopol, a partir de seus artigos publicados na *Revue de Synthèse Historique* entre os anos de 1900 e 1914. Foi no trabalho com as revistas históricas (*RH* e *RSH*) que surgiu o interesse pelo pensamento histórico do historiador romeno. A nosso ver, as revistas representam o momento de cristalização da história como ciência, na França (assim como ocorreu em outros países – Inglaterra, Alemanha, Itália etc.).

Xénopol desenvolveu sua teoria da história baseada em uma classificação própria das ciências, onde a caracterização dos fatos serviu de base para uma definição do caráter científico da história, como uma ciência particular onde a noção de tempo possuiu uma importância primordial. A sua exigência de historicização dos fatos históricos a uma determinada época e lugar tem por consequência uma maior ênfase nas categorias de mudança, evolução, desenvolvimento e de transformação, tais categorias constituindo a dimensão primordial, a única que interessaria á análise dos fatos históricos pela história ciência.

Assim, a nosso ver, sua concepção de história pode ser definida como uma constituição narrativa de sentido de tipo genética (Rusen, 2007b, p. 58-63). Sua concepção de história se apresenta então herdeira das historiografias alemã e francesa. Se, como vimos acima, o final do século XIX e o início do século XX caracteriza-se como um período conturbado, perpassado pelos calorosos debates sobre as condições de cientificidade da história entre os historiadores de ofício e os representantes da nascente sociologia francesa, Xénopol nos parece um importante fio condutor para a uma melhor compreensão deste período litigioso.

Este estudioso - pouco conhecido no Brasil - produziu reflexões voltadas à fundamentação lógica da história, que versavam desde uma preocupação com o lugar da história entre o saber científico (neste sentido, esquadrinhando suas condições de possibilidade de figurar entre os saberes já inseridos na lógica científica) passando pela reflexão metodológica (sua teoria da causalidade na história funcionando como um dispositivo central na explicação histórica; e, a defesa de um método particular que ele denomina de inferência) e indo em direção a análise dos elementos subjetivos na produção histórica (onde dedica uma breve reflexão sobre o papel da imaginação na história).

No capítulo I, pretendemos expor de forma sintética o panorama historiográfico do período imediatamente anterior ao predomínio da tradição historiográfica representada

pela escola metódica. O objetivo foi o de rapidamente abordar o pensamento de cinco autores franceses (Voltaire, Chateaubriand, Tocqueville, Michelet e Fustel de Coulanges) dentre aqueles que mais se destacaram á época, procurando investigar as possibilidades de determinar aproximações e distanciamentos entre os mesmos, no intuito de indicar como se deu o debate sobre as condições de cientificidade da história (destacando os conceitos e categorias utilizados na linguagem da época) em uma geração que explicitamente influenciou as duas gerações seguintes (escola metódica e escola dos *Annales*).

No capítulo II, procuramos investigar as revistas históricas em que o debate teórico-metodológico se vinculou á época, no intuito de extrair das mesmas alguns elementos que pudessem nos ajudar a compreender a importância e o papel que desempenharam no interior dos problemas em voga no período. Assim, em um momento intermediário, tomamos a *Revue Historique* - revista representante da historiografia vinculada à “escola metódica” - e a *Revue de Synthèse Historique* - revista histórica francesa criada em 1900 com o intuito de contribuir para o avanço no debate entre história, filosofia, psicologia e a nascente sociologia francesa – como objeto secundário, além de, obviamente, utilizá-las como fonte de nosso estudo. O trabalho heurístico teve como início a extração das revistas através do site www.archive.org em função de sua recente digitalização e, posteriormente foi realizado a catalogação das mesmas (ano, nº, volume), dos artigos e autores procurando construir um quadro quantitativo que proporcionasse informações (diálogos efetuados e os autores inseridos nele) suficientes para uma análise qualitativa daqueles trabalhos importantes para nossa pesquisa.

Ambas as revistas funcionaram como dispositivos veiculadores de concepções de história, relativamente homogêneas no caso da *RH* e, explicitamente heterogêneas no caso da *RSH*. A intenção então foi a de extrair informações sobre autores, seus campos de pesquisa e áreas de interesse. Realizamos assim um mapeamento dos dados relativos a ambas as revistas, tendo por hipótese fundamental de que este trabalho seria útil no sentido de oferecer ao público brasileiro uma visão panorâmica da produção historiográfica francesa e de seus referidos diálogos com autores de outras nacionalidades e/ou de outras áreas no interior do que hoje denominamos de ciências humanas, tal como a filosofia, a sociologia e a psicologia.

No capítulo III, em vista da enorme quantidade de trabalhos publicados em ambas as revistas durante este período, optamos por selecionar um autor - A. D. Xénopol, que nos chamou a atenção em razão de seu intenso debate com inúmeros outros autores - e assim explorar qualitativamente sua possível contribuição teórico-metodológica para os problemas

vigentes na época. Trabalhamos então com vários artigos do filósofo e historiador romeno, pois o consideramos um importante fio condutor na interpretação dos problemas inerentes à relação entre história e sociologia. Ao mesmo tempo, também nos preocupamos em analisar outros artigos publicados na mesma revista, o que caracteriza um diálogo entre vários autores sobre as condições de cientificidade da história em sua íntima relação para com a escola sociológica de Durkheim.

A. D. Xénopol foi um historiador extremamente preocupado com os aspectos normativos do saber histórico. Dentro do referido diálogo entre historiadores e sociólogos, o autor se posiciona explicitamente como um historiador "tradicional", defensor da alcunha de ciência à história como ela até então havia sido praticada. A originalidade de sua concepção de história não se localiza na sua afirmação de cientificidade do saber histórico pautado em um método rigoroso, onde as continuidades deveriam ser levadas em consideração sem que, no entanto, se admitisse qualquer proeminência das características constantes, mas antes em sua divisão categorial dos fatos, em fenômenos que se repetem e fenômenos que se sucedem no tempo.

Para Xénopol somente os elementos humanos sucessivos eram históricos, pois sua visão historicista dos fenômenos humanos colocava a mudança no tempo como um dos requisitos básicos para a sua apreciação científica sem que se tentasse suprimir a historicidade que lhe era inerente. As semelhanças entre os fenômenos humanos no tempo não poderiam ser determinadas de modo a se criar fórmulas gerais - leis - determinantes dos fatos humanos, pois cada acontecimento humano possuiria uma individualidade em função de sua singular circunstância de produção - aspectos temporais e espaciais. Deste modo, por mais que existissem eventos humanos similares no curso do tempo, eles nunca se dariam de forma plenamente semelhante.

Assim, mesmo que implicitamente, ao defender a particularidade da história - uma ciência da sucessão - frente às ciências da repetição - notoriamente as ciências que tratam dos fenômenos naturais - através da defesa de um método particular à história, Xénopol nega a existência de somente um padrão de racionalidade científica, onde todos os demais saberes deveriam se adequar para atingir o devido grau de objetividade caracterizador da alcunha de ciência³.

³ O que neste específico ponto o deixa bem próximo de neokantianos como Rickert (1901, p. 121-140) e sua defesa de padrões de racionalidade diferentes às ciências do espírito e da natureza.

Destarte, a nosso ver, Xénopol pode ser lido pelos historiadores e sociólogos da atualidade como um importante indício que nos permite revisitar os debates entre ambas as disciplinas e reinterpretar suas possíveis aproximações. Sua preocupação em defender a história da até então insurgente sociologia nos fornece um meio de reflexão acerca dos limites e possibilidades de ambos os saberes, além de obviamente nos fornecer os subsídios necessários para delimitar suas possíveis fronteiras.

Se no século XX é notório a contribuição da ciência social para o saber histórico, a permanência institucional da distinção entre os referidos saberes nos leva a reconsiderar a devida importância de cada perspectiva de análise dos fenômenos humanos. Tanto as mudanças quanto as permanências humanas no tempo nos parecem dignas de serem levadas em consideração. Pois, se se avaliar os aspectos exteriores dos fatos humanos é extremamente necessário para a compreensão dos homens vivendo em sociedade, não nos cabe submergir os aspectos interiores, aqueles que podem ser percebidos nas intenções humanas no tempo, produtos de idéias que funcionam como propulsores de mudanças.

CAPÍTULO I

A HISTORIOGRAFIA FRANCESA À ÉPOCA DE SUA PROFISSIONALIZAÇÃO

1.1 O moderno conceito de história e a historiografia do Iluminismo

Em sua obra *Futuro passado: contribuição á semântica dos tempos históricos*, Koselleck (2006, p. 23) afirma que entre os anos 1500 e 1800 a idéia de tempo histórico adquiriu uma “nova qualidade”. Tal asserção é utilizada pelo autor como hipótese de trabalho, que, por sua vez, culmina em sua tese de que “observa-se, nesses séculos, uma temporalização da história, em cujo fim se encontra uma forma peculiar de aceleração que caracteriza a nossa modernidade”.

Utilizando-se do termo *aceleração* como “conceito e categoria histórica do conhecimento”, o autor argumenta que o conceito de progresso se constituiu como um signo que alterou a idéia de tempo. A idéia de progresso orientava uma nova relação com a temporalidade, pois operou um distanciamento progressivo entre a experiência e a expectativa dos homens. Um sentimento de aceleração do tempo culminou em uma nova concepção de tempo, que acaba por se apresentar como um elemento fundador da modernidade. O distanciamento entre a experiência e a expectativa funda a diferença entre ambas as dimensões, que até então sempre haviam sido pensadas juntas, sob o signo da semelhança entre os fenômenos passados e futuros.

O autor utiliza os termos “espaço de experiência e horizonte de expectativa” como categorias do conhecimento histórico, como instrumento heurístico, organizador da idéia de tempo histórico em distintas épocas. Em outras palavras, tais categorias fornecem os mecanismos suficientes para se avaliar a mudança operada na relação dos homens com o tempo, na medida em que permite investigar os graus de dependência entre a idéia subjetiva de tempo para com sua vinculação com as duas dimensões temporais.

É neste sentido que se poderia falar do surgimento de um moderno conceito de história, na medida em que se afirma uma transformação da estrutura temporal durante este período, afirma-se igualmente uma modificação da concepção de história até então vigente. O velho topos da *historia magistra vitae* (entendida como fornecedora de exemplos para o agir

presente através do conhecimento do caráter essencialmente repetitivo dos fenômenos humanos) deixa gradualmente de ser operante, em proveito de uma nova concepção de história voltada para o futuro, pautada em uma assimetria entre as duas dimensões temporais (Koselleck, 2006, p. 305-322).

Essa transformação conceitual e filosófica já pode ser percebida na Filosofia do Iluminismo. De acordo com Ernst Cassirer (1997, p. 267; 310) a Filosofia do Iluminismo não foi uma corrente de pensamento propriamente a - histórica, como a cultura histórica forjada á época do romantismo tanto propagou. Na verdade o próprio século XVIII, ou o século das luzes, foi o que de fato teria formulado os princípios (as idéias e ideais da época) cuja eficácia culminaria em sua decorrente superação. O apogeu espiritual do iluminismo foi então a sua própria superação, interpretada por muitos como constituindo o seu fim ou sua derrota.

Deste ponto de vista, o romantismo seria herdeiro da filosofia das luzes na medida em que estrutura a sua filosofia da história substancial – centrada na materialidade da história – sob o mesmo método do século XVIII, acrescentando-lhe somente aperfeiçoamentos, e não propriamente novos princípios. É neste sentido que Cassirer considera que Herder – o maior representante do incipiente historicismo alemão - retira as premissas de seu pensamento da Filosofia das Luzes.

É no século XVIII que “se criou o problema propriamente filosófico, questionando as condições de possibilidade da história” onde “esforça-se por estabelecer essas condições a fim de apreender o sentido do devir histórico, para adquirir uma idéia clara e distinta do que seja esse sentido, para fixar as relações entre “idéia” e “realidade”, entre “lei” e “fato”, e para traçar os limites seguros entre esses termos” (Cassirer, 1997, p. 268).

Segundo Cassirer (1997, p. 289), em 1753 Lessing já reconhecia “duas maneiras diferentes” de se ocupar acerca de um mesmo objeto, a respeito do conhecimento sobre o homem, a saber, individualmente ou de modo geral. É o interesse por parte de Voltaire em explorar o homem em seu modo geral que desperta em Lessing uma postura permanente de crítica ao mesmo. No entanto, “Lessing, o maior adversário e o crítico mais penetrante que Voltaire encontrou no século XVIII” reconheceu a importância de suas preocupações, a saber, um interesse histórico para além do contingente, do singular absoluto, do individual, da simples seqüência de acontecimentos com vistas a apreender o “espírito dos tempos” e o “espírito das nações”.

Para Voltaire “o verdadeiro objeto da história é a história do espírito, não o detalhe de fatos quase sempre controvertidos”, dever-se-ia passar da história dos eventos

políticos para a história do “progresso da cultura e pela organização interna dos seus diversos elementos”. Sua intenção era então a de superar o caráter fragmentado do saber histórico até aquele momento predominante, o que, em comparação para com as ciências da natureza, significava determinar um “pólo imóvel no fluxo dos fenômenos” históricos. Dito de outro modo tratava-se de identificar um “elemento imutável e idêntico” na suposta existência de uma natureza humana, em detrimento do caráter heterogêneo dos eventos. Sendo então tarefa do historiador selecionar os fatos mais relevantes com vistas a criar e expor ao leitor um fio condutor para a apreensão dos desenvolvimentos de sua própria cultura (Cassirer, 1997, p. 290-291).

A ambição de Voltaire para a história seria a de traçar um “quadro completo das fases particulares” com vistas a identificar a evolução do espírito, “toda a vida interior, todo o conjunto de transformações da humanidade” no curso do tempo. Mas como realizar este anseio acreditando tanto no progresso da humanidade quanto na existência de uma natureza humana imutável? Como conciliar crença na evolução da humanidade sob uma base constante? Como ser fiel à percepção de que subsiste uma “substância própria do espírito [que] escapa à ação do devir histórico”, “concepção esta que já caracterizava o pensamento histórico da Renascença”, sem abdicar da idéia de progresso? Tratava-se então de delimitar os critérios que permeariam a interpretação sobre a relação entre as semelhanças e as diferenças – para além dos acontecimentos em si - dos homens no tempo (Cassirer, 1997, p. 292-293).

A resposta implícita que Voltaire dá a este problema é a de dar preponderância à dimensão geral do objeto, dar maior ênfase nas continuidades, na medida em que seria preciso distinguir e separar o contingente do necessário com o intuito de “descobrir a lei escondida no fluxo e na confusão dos fenômenos”. De todo modo, Voltaire defende uma história feita fora dos liames de uma teleologia divina. A providência, a exemplo do que ocorreu nas ciências da natureza, deveria ser retirada da história, e, portanto, dever-se-ia abandonar a procura pelas “causas finais [em proveito da busca] das causas empíricas reais” (Cassirer, 1997, p. 295).

É neste ponto que entra o papel da psicologia, pois somente uma “análise psicológica” poderia evidenciar o “verdadeiro sentido da [sua] idéia de progresso” ao apontar os limites das mudanças humanas, limites estes obviamente pautados na base imutável da natureza humana. Deste modo, o progresso estaria reduzido “somente à sua exteriorização, à sua revelação empírico-objetiva”. O que significa dizer que a razão e a humanidade não estariam submetidas à mudanças significativas, a multiplicidade dos fenômenos históricos e sua instabilidade temporal não atingiriam o interior dos homens, a sua “natureza”. Dito de

outro modo, em Voltaire predomina a dimensão coletiva de apreensão da realidade histórica, “um programa teórico adotado por todos os historiadores setecentistas”.

Por um lado, Voltaire utiliza a história como “um meio, um instrumento de educação e de instrução do espírito humano” na medida em que seu interesse presente e futuro lhe molda a forma de se voltar ao passado, vendo no passado freqüentemente apenas o seu ideal filosófico pré-concebido – “assim como Bossuet nela encontrou o seu ideal teológico” - através da “medida da razão”. É através da razão que se poderia e se deveria julgar o passado, de acordo com uma primeira interpretação do presente associada às expectativas futuras do sujeito cognoscente.

Por outro lado “é inegável que Voltaire possui especificamente os “defeitos de suas virtudes””, pois talvez sua maior contribuição – a sua originalidade - seja a de ter sido um dos primeiros a postular um projeto de escrita da história que “aliviou a história do acúmulo da erudição”. Enfatizar o excesso de erudição na história expressava a sua preocupação com um “novo ideal do estilo de historiador”. Não se tratando assim de negar a erudição e a investigação empírica em sua prática, mas antes de deslocar o método que a erudição representava do âmbito individual para o coletivo. O detalhe que lhe interessa é o sociológico.

Assim sendo, Voltaire estabelece um novo “imperativo metodológico” para a escrita da história, ao deslocar a ênfase do conhecimento histórico do modo individual para o modo geral, o que nos termos da época significava deslocar o interesse pela história política e dos grandes homens para a história dos costumes, dos homens comuns e do estado da (s) sociedade (s) em épocas distintas (Cassirer, 1997, p. 295-298).

Deste modo, são neste período que se formulam os principais problemas relativos ao conhecimento histórico, que foram desenvolvidos de distintas formas no decorrer dos séculos seguintes. Em detrimento de uma interpretação a favor de uma ruptura abrupta entre o século XVIII e o século XIX, a tese do autor defende a continuidade entre o pensamento iluminista e o historicismo romântico, relativos respectivamente aos dois séculos (Cassirer, 1997, p. 267; 310).

A abordagem histórica de Voltaire talvez seja um exemplo disso. Para Dosse (2003, p. 64), Voltaire pretendia abrir a história para a dimensão social, insistindo na “importância da vida cotidiana, da demografia e dos fenômenos culturais e, portanto, construir uma história totalmente baseada na ampliação dos documentos históricos para todas as atividades humanas”.

Para Lopes (2001, p. 39-40), Voltaire pode ser interpretado como um legítimo representante do pensamento histórico do Iluminismo, que ambicionou a escrita de um novo tipo de história que abordasse temas para além dos “acontecimentos militares e políticos”. Essa nova história estaria então em conformidade com as “exigências do olhar filosófico”, que por sua vez, tinha o objetivo de desenvolver as condições de possibilidade do conhecimento histórico.

Entretanto, “uma análise atenta de suas obras históricas parece revelar um descompasso acentuado entre programa e prática de pesquisa”. Assim, Voltaire teria sido mais importante pelo “programa ambicioso” que traçou, por sua idéia de história, do que em função de cumpri-lo em sua prática. Suas intenções ultrapassaram o âmbito de suas próprias possibilidades de romper com o modo preponderante de se escrever a história de sua época. Longe de negar o “talento e a originalidade” de Voltaire, o autor apenas se esforça em “estabelecer um termo justo entre a herança recebida e o emprego revolucionário dela”. Dito de outro modo trata-se de tencionar em que medida Voltaire realmente foi e ainda pode ser visto como uma referência para a história. Para Lopes, apesar de seu programa revolucionário, Voltaire ainda estaria impregnado de problemas característicos de seu tempo (“o espírito do tempo do qual tenta escapar”), de “preocupações de natureza política” (Lopes, 2001, p. 40-43; 66).

Não obstante Voltaire lançar mão de “formas admiravelmente novas de apresentar seus temas históricos, de tecer sua narrativa, [...] não foi muito além de secularizar o conteúdo, quando comparado a autores franceses do século anterior”. Neste sentido, afirmar Voltaire como um historiador exclusivamente moderno é um reducionismo, na medida em que se pode ver no mesmo um autor igualmente enraizado na tradição. Os vários nuances de sua obra indicam a existência de “duas dimensões” - “um Voltaire-antigo e um Voltaire-moderno” - que naturalmente se imbricam.

Assim, a exemplo de Cassirer (1997), Lopes (2001, p. 40-45) se interessa em delimitar “uma visível linha de continuidade” entre “o regime historiográfico predominante no século XVII” para com a historiografia do Iluminismo. É com este intuito que o autor estabelece analogias entre os pensamentos de Bossuet e Voltaire, com a intenção de assinalar “pontos de contato” entre Voltaire e a tradição estabelecida. Assim, “as presenças marcantes da política e do príncipe são os elementos temáticos” que o autor utiliza para estabelecer “as diferenças fundamentais entre a história político-teológica dos autores do século XVII” para

com Voltaire. Somente estabelecendo paralelos é que se poderia de fato apontar a “novidade voltairiana” em relação à tradição anterior.

Voltaire se esforça em se opor à Bossuet, pois “tenciona repudiar a tradição de escrever somente *história magistra vitae*. Mas o que consegue é uma inversão dos valores e uma renovação de perspectiva”. “Voltaire desmistifica Bossuet e seus contemporâneos em relação a vários temas”, porém o conceito de progresso tem papel central na concepção de história de ambos os autores, podendo assim servir como ponto de contato. Ambos baseariam a idéia de progresso em termos “teológico-religiosos”. Porém, “a diferença está na forma de [Deus] atuar” na história. Para Voltaire, “Deus é uma força transcendente”, atuando somente como o criador de uma “máquina em movimento”, esta por sua vez se desenvolveria de maneira independente (Lopes, 2001, p. 46-48).

A filosofia da história de Bossuet e a filosofia da história de Voltaire “correspondem [respectivamente] á uma certa *ordre du temps*”, respondem a questões postas pelos autores em sua referente época, tratando-se de uma atribuição de sentido em um momento de carência do mesmo, “em meio aos vendavais da chamada crise da consciência européia” (Lopes, 2001, p. 56).

1.2 Historiografia Francesa do século XIX: a diversidade na unidade

Para Dosse (2001, p. 11-12), a identidade nacional funcionou como uma “forma organizadora do discurso histórico na França do século XIX”. A “sobreposição de consciência nacional e discurso historiográfico” era então a base da função social da história, que tinha como pano de fundo “a precocidade da constituição de um Estado-Nação, confrontada com o caráter radical da ruptura revolucionária de 1789”. O problema crucial para quase todos os historiadores franceses no decorrer do século XIX era o de como “pensar a descontinuidade”. Arma-se então um confronto entre os eruditos que pretendem esboçar uma “reação aristocrática” - “fechar os parênteses revolucionários”-, e os liberais:

[...] conscientes da ruptura operada, preocupados em defender suas conquistas e convencidos de que a consolidação desta passa pela necessária densidade histórica de uma história mais longa, mergulhada nas raízes nacionais (Dosse, 2001, p. 12).

Esta geração liberal de 1820 pretende conciliar a história puramente erudita e a “história filosófica das Luzes”, os respectivos procedimentos de análise e síntese, tendo como

“matriz organizadora” o “esquema nacional”. Trata-se de uma tentativa de fazer história científica através de um “deslocamento duplo”, conformando “o progresso da erudição” e a “reconstituição hermenêutica” dos dados históricos, empreendimento que revela uma “tensão entre a vontade de fazer ciência, que induz a um discurso generalizador, e um respeito escrupuloso pelas singularidades, pelas particularidades”. Desse modo, em nome da construção da Nação, em um só movimento o passado deveria ser ressuscitado e a exposição histórica deveria buscar uma “totalidade inteligível” (Dosse, 2001, p. 12-13; Hartog, 2003; 2013). Para o autor, é desse complexo contexto histórico que surge gradualmente:

[...] uma nova sensibilidade histórica marcada pela distancia, pela descontinuidade da ruptura revolucionária e caracterizada pela busca da cor local, do detalhe distanciador, do gosto pela narração animada que pertence de pleno direito a uma estética romântica que supera a simples corporação dos historiadores (Dosse, 2001, p. 13).

Tomando Augustin Thierry como exemplo, Dosse (2001, p. 14) argumenta que esta geração empenha-se em reconciliar a análise dos “dados documentais” com uma “narrativa complexa e englobante”, dito de outro modo, em reintegrar o caráter referencial do conhecimento histórico - a “narração factual” -, supostamente negligenciado pela historiografia iluminista, á sua dimensão estética - o “comentário”.

Neste mesmo movimento a história iria se consolidar no interior dos quadros do saber científico francês. Mas se trata de um lento processo que somente iria se materializar depois da guerra franco-prussiana de 1870, libertando a disciplina histórica definitivamente da tutela institucional da literatura e da filosofia (Dosse, 2001, p. 16).

Assim, em que pese as diferenças individuais, tais características podem ser encontradas em alguns dos principais historiadores franceses do século XIX. Neste intuito, lançaremos mão da “noção de regime de historicidade” do historiador francês François Hartog para analisar de forma sintética alguns nomes que figuram na “galeria de grandes referências” da historiografia francesa.

Para o autor (Hartog, 2013, p. 37), a noção é uma “simples ferramenta heurística”, que pode ser utilizada com a intenção de investigar variadas formas de inteligibilidade oriundas de diversos modos de se conceber o “tempo social”. Assim, a perspectiva é a da recusa do estabelecimento a priori de qualquer “ponto de vista predominante” sobre o tempo histórico, que, por sua vez, culmina na negação da legitimação de um tipo de história baseada em um “tempo único”. Nem apologia de uma história acontecimental nem tampouco de uma

história da longa duração, mas antes uma tentativa de abordar concepções de tempo e de história, onde se percebe que o tempo curto e o tempo longo se imbricam de forma complexa.

O objetivo almejado através do uso da noção-hipótese regimes de historicidade é o de “permitir o desdobramento de um questionário historiador sobre nossas relações com o tempo”, onde o sujeito cognoscente se depara com elementos heterogêneos constituidores de “diversas experiências do tempo”. Longe de tentar apreender o tempo em sua totalidade, o objetivo é o de tangenciar “os momentos de crise do tempo [...] quando vêm justamente perder sua evidencia as articulações do passado, do presente e do futuro”.

É sobre as formas de articulação entre as três grandes categorias organizadoras da experiência histórica (passado, presente e futuro) que a noção então se torna operante, na medida em que permite uma análise dos possíveis deslocamentos entre distintas ordens do tempo, malgrado as evidentes continuidades subjacentes às referidas diferenças (Hartog, 2013, p. 38).

Hartog (2013, p. 39) parte das contribuições de Koselleck, de suas duas categorias organizadoras do tempo histórico (espaço de experiência e horizonte de expectativa), para explorar a tensão que subsiste nos pontos de contato entre os dois pólos. É essa relação instável (o distanciamento, o desequilíbrio, a aceleração, o sentimento de ruptura) entre a experiência e a expectativa (que é uma das características da modernidade) que a noção permite explorar (os “tipos de distancia e modos de tensão”). Deste modo, se “para Koselleck, a estrutura temporal dos tempos modernos, marcada pela abertura do futuro e pelo progresso, caracteriza-se pela assimetria entre a experiência e a expectativa”, a noção regimes de historicidade é um meio de se aferir a evolução da articulação entre os dois v pólos, indo em direção á superação de posicionamentos unilaterais diante de experiências passadas.

Entretanto, o autor evita tomar posicionamentos rígidos, pois ciente que sua reflexão esta situada e influenciada pela “conjuntura presente”, recusa a “ilusão de dominá-la”. É neste sentido que define a “experiência contemporânea do tempo [...] de presentismo”, nada mais que um momento de crise temporal, que de maneira alguma o autoriza a sugerir de forma conclusiva que a modernidade foi superada em definitivo. Ele centra sua análise no ““movimento que desloca as linhas”, que privilegia os limites e os limiares, os momentos de inflexão ou de reviravolta e as divergências”. É baseado nessa forma de abordagem que o autor irá sugerir, como veremos adiante, um Fustel de Coulanges situado em uma “posição instável, desequilibrada, ou entre posições contraditórias”, a saber, entre o antigo e o moderno regime de historicidade (Hartog, 2013, p. 40-41).

1.3 Chateaubriand

Segundo François Hartog, Chateaubriand não foi propriamente um historiador. Apesar disso, sua escrita memorialista baseada em suas viagens entre o Antigo e o Novo Mundo possui um caráter histórico, em função do mesmo se encontrar “em um período de intensa crise e de reconsiderações sobre as relações com o tempo”. O vetor desta crise temporal é a experiência traumática da Revolução Francesa. Chateaubriand sendo “um vencido da revolução, compreendeu [...] a nova ordem do tempo dos modernos, visto que soube fazer dessa experiência da ruptura dos tempos, dessa fenda ou brecha, a própria razão de sua escrita”.

Assim, em função da “historia, tal como ela existia enquanto gênero, não lhes permiti [r] dar conta de suas respectivas experiências em sua radicalidade”, é que Chateaubriand se mova na confluência entre os rios do passado, do presente e do futuro. A metáfora do rio é perfeitamente apropriada para se fazer referência ao fluxo incessante do tempo em sua tripla categorização, que culmina na intrínseca tensão entre a experiência vivida e a expectativa sondada (Chateaubriand, 1951, p. 936 apud: Hartog, 2013, p. 93-94).

Chateaubriand se encontra em um momento histórico em que a história deixava de ser compreendida como fornecedora de exemplos, fundamentados na repetição irrestrita dos fenômenos humanos (pois “não se avança, então, na mera repetição”). A crise desse tipo de concepção de história está associada, conforme vimos no início desse capítulo, à crise da temporalidade, em que as formas tradicionais de se conceber a história, e de, conseqüentemente se atribuir sentido ao presente, deixava de ser operante em função de um sentimento de aceleração do tempo advindo da obtenção da experiência da Revolução Francesa (Hartog, 2013, p. 101).

Percebe-se em Chateaubriand uma emblemática mudança na percepção do tempo. O autor é visto então como um agente que se encontra entre duas formas distintas de se interpretar o seu próprio presente, a partir do momento em que se desloca de sua posição inicial (a do antigo regime de historicidade, de acordo com a *história magistra vitae*, buscando exemplos “revolucionários” antigos que possibilitassem reduzir a ruptura entre a antiga e a nova França) para outra posição (a do moderno regime de historicidade). Entre o reconhecimento daquilo que há de novo na Revolução Francesa, sem que esta constatação

acarretasse na continuação do sentimento de ruptura entre o seu espaço de experiência (a antiga França) e seu horizonte de expectativa (a nova França, aquela que se apresentava por um lado como uma forte evidencia de ruptura para com o passado, e, por outro como um receptáculo de promessas ainda em via de se cumprir).

Deste modo, Chateaubriand se desloca de “uma concepção de historia que conjugava exemplaridade e repetição” para uma concepção que considera a história como “processo e se [...] detém no caráter único do acontecimento”. Deste modo, o moderno regime de historicidade lhe oferece, em um primeiro momento, as condições necessárias para aprofundar a percepção de um distanciamento “entre o campo da experiência dos indivíduos e seu horizonte de expectativa”. Tal sentimento cria uma demanda, um esforço imediato de compreensão da inerente tensão que aflora desse afastamento entre o vivido e o esperado. É essa a tarefa urgente que o autor se confronta, diminuir o alcance das mudanças, relativizar a idéia de ruptura é um modo de administrar essa tensão temporal tão característica de sua época (Hartog, 2013, p. 102-103).

Entretanto, o autor não realiza uma mera passagem de um pólo a outro. Pelo contrário, ele transita no fluxo temporal existente no entremeio, sua escrita é recheada de idas e vindas entre as posições opostas. Ao se esforçar em compreender seu presente, Chateaubriand toma inicialmente o passado como modelo para se explicar o futuro. Em outras palavras, o autor se sente ameaçado frente aos desdobramentos da Revolução, logo toma o novo como uma mera repetição do velho em circunstâncias diferentes. Para ele:

[...] o homem “somente se repete sem parar”; “circula em um círculo do qual busca em vão sair”. Com esta conseqüência, tão peremptória como esperada: *não há quase nada de novo* na Revolução Francesa.

Tal relação com o tempo e com a história encoraja as aproximações, incita a busca de paralelos entre os Antigos e os Modernos e deveria justificar a prática da imitação. Visto que a historia é fundamentalmente repetição, a comparação (como busca e inventário de semelhanças) com a Antiguidade é o primeiro momento, indispensável, de um prognóstico bem construído. [...] Entretanto, apesar dessas incontáveis citações, desses posicionamentos à moda antiga e desses múltiplos paralelos, já conhecidos ou incongruentes, a imitação é firmemente denunciada como nociva. [...] No fim das contas, a Antiguidade ainda pode funcionar como uma utopia – acessível pelo devaneio – mas não deve de forma alguma ser imitada. Aflora, aqui e ali, uma explicação pela “diferença no tempo”, mas ela é contrariada, pelo esquema do retorno da história sobre si mesma [...] (Hartog, 2013, p. 104-107; grifo meu).

Esse deslocamento entre os Antigos e os Modernos tem como objetivo estabelecer um paralelo explicativo dos fenômenos, isto é, na *história magistra* o princípio explicativo se encontra encerrado na constatação das semelhanças e em sua conseqüente comparação.

Porem, ao recusar a simples imitação do passado no presente, o autor reconhece o valor das diferenças, das mudanças, na própria constituição e significação dos acontecimentos. Fica evidente, neste ponto, que o autor se vê encerrado no interior de um complexo jogo, onde dois modos divergentes de se conceber a história se confrontam. A explicação histórica está no centro deste problema: explicar a partir das continuidades e/ou semelhanças ou a partir das mudanças e/ou diferenças dos fenômenos *no tempo*?

No âmbito da primeira via o autor recorre então aos paralelos, á aproximação entre os Antigos e os Modernos, ao estabelecimento de analogias entre fenômenos ocorridos em tempos distantes e espaços distintos. Nesse primeiro momento vigora o antigo regime de historicidade, onde a construção dos paralelos se baseia em uma concepção de história fundada na repetição, que por sua vez possibilita a “comparação (como busca e inventário de semelhanças)” com vistas à construção de prognósticos.

Entretanto, Chateaubriand vacila entre uma primeira justificação da prática da imitação e sua posterior recusa, pois ao concluir que a “imitação [...] é nociva” o autor reconhece a “variedade e diversidade dos costumes”. Deste modo, por mais que Chateaubriand continue a considerar a Antiguidade como uma utopia, a sua imitação é recusada em virtude da gradual emergência em sua escrita de “uma explicação pela diferença do tempo”, a cada passo contrariada pelo seu primeiro esquema explicativo ancorado na *história magistra* (Hartog, 2013, p. 105-107).

A viagem de Chateaubriand à América o coloca em uma dinâmica de contestação de sua própria temporalidade. A experiência advinda de seu deslocamento espacial o incita a reconsiderar o novo sob uma nova perspectiva, fruto de outro deslocamento, a saber, o espiritual. O sentimento de pertencimento á uma época específica o situa em um problema: identificar-se com aqueles que “querem continuar como homens do século XIV no ano de 1796” ou com aqueles homens que “ultrapassam nossa época”?

A originalidade de Chateaubriand é a sua percepção deste unilateralismo temporal, advindo do posicionamento político de cada indivíduo frente à Revolução Francesa e suas implicações, pois se “cada época é um rio [...] me parece que todos estamos fora de seu curso. Alguns (republicanos) o atravessaram com impetuosidade e lançaram-se todos na margem oposta. Outros permaneceram deste lado, sem querer se aventurar”. Entre o novo e o velho “ninguém [...] coloca-se em seu curso: entre as duas margens ou entre dois regimes de historicidade”. Seu posicionamento é, por mais hesitante que o seja, o fluxo temporal, como

uma espécie de terceira via entre dois momentos ao mesmo tempo próximos – no tempo - e distantes – no que tange à percepção do alcance e significado das mudanças.

Ao instalar-se na brecha do tempo, Chateaubriand esforça-se em ligar o novo ao velho, em diminuir a distancia que separa a antiga e a nova França. Trata-se de incorporar as mudanças á ordem temporal vigente – reatar o fio da tradição - com vistas a combater “o sentimento de aceleração do tempo, e, logo, a perda de pontos de referencia”. A brecha do tempo sendo, portanto, o lugar de apreensão do descompasso entre regimes de historicidade conflitantes – um apreendido quase que como imóvel, o outro como fruto do “movimento rápido da história” - pode ser então a razão de sua própria escrita (Hartog, 2013, p. 110-112).

Chateaubriand se vê então envolvido no problema de se estabelecer as conexões internas dos acontecimentos. Por um lado se esforça em aproximar a antiga e a nova França através do paralelo entre os Antigos e os Modernos no intuito de amenizar os traços do sentimento de ruptura. Por outro lado, o autor lança mão da “explicação pela diferença no tempo” para assinalar a distancia entre os mesmos. De uma América inicialmente interpretada como “defunta” o autor desloca sua ótica para uma América viva, lugar de nascimento da liberdade moderna através da república representativa dos Estados Unidos. Assim, a partir da delimitação da existência de:

[...] duas liberdades: a dos Antigos e a dos Modernos [...] uma pertence á infância dos povos; é filha dos costumes e da virtude; era aquela dos primeiros gregos e dos primeiros romanos, dos selvagens da América; a outra nasce da velhice dos povos; é filha das luzes e da razão: é essa liberdade dos Estados Unidos que substitui a liberdade do indígena. [...] Chateaubriand historiciza a liberdade do Selvagem, mas também a dos Antigos, que também revaloriza. O indígena, os primeiros gregos e os primeiros romanos pertencem, na verdade, ao mesmo *momento* da liberdade. Esses são o sentido profundo e o milagre da história norte-americana (que é o produto de uma aceleração do tempo).

A liberdade filha dos costumes “perece quando seu principio se altera, e é de natureza dos costumes deteriorarem-se com o tempo”. Enquanto a liberdade filha das luzes “caminha com o principio que a conserva e a renova”, as luzes, ao contrario, fortificam-se com o tempo. O tempo é novamente o operador. Mas enquanto Benjamim Constant havia teorizado as duas liberdades de um modo ideal-típico, Chateaubriand esboça, com mais elegância, uma história da liberdade antiga e da liberdade moderna. Propondo um principio de historização (a liberdade filha das luzes sucedendo àquela que é filha dos costumes), ele vê os estados Unidos não somente como a terra da invenção da nova liberdade, mas também como o laboratório onde se efetuou. Já não são mais os citas, mas os Estados Unidos que apresentam um “quadro resumido, mas completo”, não das idades da humanidade, mas de sua história passada e em curso: um quadro *histórico* (Hartog, 2013, p. 117-118).

Deste modo, ao assinalar a distancia entre os Antigos e os Modernos na prática da liberdade, Chateaubriand coloca mais uma vez o tempo como o operador das mudanças, e,

conseqüentemente como o substrato onde se elabora a diferença *na* história. O seu principio de historização das duas liberdades baseia-se na sucessão dos acontecimentos, que abre espaço para a invenção, para a instituição do novo a partir do velho, em outras palavras, para a conexão entre o passado e o presente a partir da construção de um quadro histórico.

Portanto, na medida em que Chateaubriand chega á conclusão de que a liberdade moderna se fundou na América “o sistema de paralelos, sobre o qual estava, entretanto, construído todo o *Ensaio*” cai por terra. Entre o “prefacio do Ensaio (de 1826)” e a conclusão de *Viagem* há uma mudança de perspectiva considerável. Assim:

O paralelo, radicalmente viciado, é de fato condenado como instrumento heurístico. É grande demais a distancia que separa, a partir de então, os Antigos e os Modernos. Não se pode mais, “com a tocha das revoluções passadas na mão, entrar na noite das revoluções futuras”. A história magistra, portanto, passou: ela não elucida mais o presente.

O primeiro *Ensaio* postulava que o homem, evoluindo no interior de um mesmo círculo, repetia-se incessantemente. Agora círculos concêntricos – que vão se alargando sem parar em um espaço infinito – representariam, na melhor das hipóteses, o movimento da história. O presente não tem mais o passado como modelo e não se mede mais por ele. [...] o Ensaio mostra-se um texto único, que simultaneamente se fundamenta no desdobramento do *topos* da *história magistra* e vem recusá-lo. Ao mesmo tempo em que experimenta sua obsolescência, continua a recorrer a ele. O *Ensaio* traduz esse curto momento em que, sob o efeito da revolução, o *topos* deixa de ser operatório e abster-se dele ainda não é possível. Nesse sentido ele é um texto entre dois séculos: entre os Antigos e os Modernos, ou entre as duas margens do rio do tempo. [...]

Ele decide colocar em cena sua impossibilidade e jogar com ela ate fazer desse descompasso o verdadeiro sentido de seu livro. Não abandonar a *história magistra*, nem o *exemplum*, nem a citação, mas retomá-los sempre, insinuando neles o tempo; descompassá-los, fazer com que se movam e mesmo miná-los, colocá-los em perspectiva, colocando-se a si próprio em perspectiva. [...] Em seu estado final, o livro experimenta uma dupla impossibilidade: está entre dois regimes de historicidade, o antigo e o moderno. Em 1841, ao concluir as *Memórias de além-túmulo*, Chateaubriand voltará uma ultima vez a esta experiência, que ele elegerá como traço de época: para ele, o mundo atual esta entre duas impossibilidades, tanto a do passado como a do futuro. Essa é a primeira formulação da brecha.

Além do próprio *Ensaio*, talvez se compreenda nesse duplo movimento [...] um principio da escrita de Chateaubriand? Obcecado pelo tempo e pela descoberta da história enquanto processo, sua escrita é fundamentalmente histórica. Mas ao contraio do historiador científico do século XIX que afirma o passado separado do presente, Chateaubriand não deixa de reconhecer o passado *no* presente [...] Daí, também, uma escrita mais memorial do que historiadora. (Hartog, 2013, p. 119-121)

É neste vaivém entre um presente inicialmente negado e um passado igualmente lembrado e buscado que se vê surgir o Chateaubriand historiador, preocupado com o correto uso das datas históricas - entendidas como indícios-, com a construção das sucessões e séries históricas, com vistas “extrair delas efeito de sentido”, e do uso da imaginação histórica ao recorrer á “uma prática regrada de anacronismo, rapidamente denunciado como o pecado

maior pela história profissional moderna”. A memória funciona então como a fonte de onde se extrai a “conscientização e expressão da historicidade do mundo e de si”, que por sua vez é o substrato de sua “escrita itinerante, cuja duração é sentida como rachadura, mas também descompassada ou ainda inatural. O viajante-escritor apresenta-se sempre entre duas escalas temporais: “Vejo-me sempre como um navegador que vai, em breve, retornar ao seu navio”” (Hartog, 2013, p. 121-122).

À sombra de um futuro incerto, Chateaubriand vai primeiramente ao passado no intuito de compreender o seu presente, um presente que, na medida em que é apreendido como fugidio em função do sentimento de aceleração do tempo, é ao mesmo tempo uma mistura de passado e futuro. Em um momento de reconhecimento de uma crise temporal - seja ele consciente ou não -, o autor se instala no fluxo do devir, entre as margens do rio do tempo, entre as suas três grandes categorias organizadoras, a saber, *no* presente.

Em outras palavras, para nós, se é admissível considerar como plausível a hipótese de François Hartog acerca de um Chateaubriand situado entre dois regimes de historicidade, o último parece escolher o “meio termo” como o lugar de sua escrita, ponto este que o deixa próximo dos historicistas e de sua defesa do “termo médio”, uma “espécie de padrão, ou de padrões” que “conteria a identidade de uma época, o *Zeitgeist*” (Wheling, 2003, p. 37). Neste sentido, Chateaubriand pode ser interpretado como um indício da identidade de sua época (uma provável, dentre inúmeras possíveis), um tempo de crise que acarreta em uma percepção de crise do tempo.

Deste modo, de um Chateaubriand inicialmente visto como memorialista surge um historiador, preocupado com os problemas teórico-metodológicos de seu ofício, com o estado em que se encontravam os estudos históricos em sua época. É nesse intuito que o autor dedica o prefácio de sua obra *Études historiques* à reflexão. Segundo o autor, existiram duas escolas históricas entre os séculos XVIII e XIX, uma “erudita e religiosa” e outra “crítica e filosófica”, respectivamente a cada século. A moderna escola histórica do século XIX poderia ser distinguida em duas partes. De um lado haveria a necessidade de uma “escrita sem reflexões”, de uma “simples narrativa dos eventos” que propiciasse aos leitores um quadro para basear suas próprias conclusões acerca dos acontecimentos. Essa história, definida como *descritiva*, teria então a ambição de oferecer ao leitor as bases para o seu próprio julgamento, este, baseado nas “verdades particulares” oferecidas - pelos estudos históricos -, poderiam inferir sobre as possíveis “verdades gerais”.

Por outro lado, os detalhes deveriam ser colocados em segundo plano em função da ambição de se narrar os fatos gerais, ao mesmo passo em que a história do indivíduo ganharia proeminência em detrimento da “história da espécie”. À este tipo de história o autor adjetiva como *fatalista*. Porém, percebe-se que em ambos os “sistemas principais” da escola histórica moderna a imparcialidade do sujeito cognoscente é exigida como pressuposto metodológico (Chateaubriand, apud: Malerba, 2010, p. 127).

Entre os principais aspectos da história descritiva estariam a ausência de qualquer grau de “pensamento filosófico” e o esforço em construir quadros narrativos que representassem adequadamente o objeto, historicizando-o, buscando situá-los dentro de seu próprio tempo, em detrimento das noções preconcebidas. Porém, o autor reitera o equívoco da história descritiva em menosprezar a história da espécie sob o risco “de se perder nos quadros que não representam senão [os] costumes privados”. Dever-se-ia então se atentar mais às semelhanças do “homem de todos os séculos” em prejuízo às semelhanças entre os homens de cada época. De todo modo o maior mérito da história descritiva seria o de “narra [r] os tempos tais como eles foram” (Chateaubriand; apud: Malerba, 2010, p. 128-129).

O sistema fatalista teria como maior mérito o de ressaltar o valor da história da espécie, das *necessidades históricas advindas do exterior* e somente posteriormente incorporadas pelos espíritos individuais, tal qual ocorreria nas chamadas “revoluções inevitáveis”. Entretanto, o aspecto desagradável deste sistema seria a tentativa de total exclusão do indivíduo da História, incorrendo assim “no excesso oposto ao sistema da história descritiva”.

Negar o valor do indivíduo relegando-o ao mero papel de uma cifra numérica no interior de uma série equivaleria ao extremo de supervalorizar o seu “valor relativo” em detrimento de seu “valor absoluto” no tempo. Assim, para o autor, “como um século influi sobre um homem, um homem influi sobre um século; e se um homem é o representante das idéias no tempo, muito mais ainda o tempo é o representante das idéias do homem” (Chateaubriand; apud: Malerba, 2010, p. 129).

Neste impasse entre a consideração do valor do indivíduo e do coletivo na história, urge a necessidade de uma conciliação entre as partes somente possível através do “manejo dos três sistemas: a história filosófica, a história particular, a história geral; admitir as reflexões, os quadros, os grandes resultados da civilização, rejeitando dos três sistemas aquilo que possuem de exclusivo e de sofisticado”. Não obstante, reconhecendo a particularidade da escrita de cada historiador, podendo-se exigir dos mesmos somente o

“conhecimentos dos fatos, a imparcialidade do julgamento e o estilo”, o autor reconhece que sua proposta toma a forma de um *ideal* norteador de sua prática, caracterizando-se como uma busca comum a todos os historiadores (Chateaubriand; apud: Malerba, 2010, p. 129-130).

Com relação à influência da historiografia alemã, Chateaubriand possuía uma sensível atração pela mesma, muito embora seu conhecimento fosse restrito, como lembra Tereza Malatian (Malerba, 2010, p. 119). Chateaubriand identifica duas escolas históricas que se ocupariam em responder às questões ontológicas levantadas em seu tempo, a saber, as perguntas relativas ao conhecimento sobre o homem no interior de suas três grandes categorias temporais. Dentro destas inquietações se destacariam as preocupações relativas às transformações e/ou mudanças, assim como a possibilidade da formulação de leis que governariam as continuidades do homem no tempo.

Neste último, destacar-se-ia o partido filosófico histórico de Hegel, partindo do pressuposto de que “o espírito humano cria os fatos” lançaria mão do método da *síntese*. Em contrapartida, o partido histórico representado por Niebuhr, partindo da premissa de que “o fato coloca em movimento o espírito humano”, rejeitaria as “formulas filosóficas” da primeira, evitando adequar os eventos humanos às idéias, e, assim adotaria o método da *análise* (Chateaubriand; apud: Malerba, 2010, p. 130-131).

Percebe-se então que em Chateaubriand já se efetua uma reflexão teórica em que subsiste uma tensão entre a consideração do particular e do geral, que vai tomar conta de todas as reflexões e debates sobre a história em França no decorrer do século XIX. Tratava-se de pensar sobre o modo correto de se articular duas instâncias do conhecimento histórico a princípio dicotômicas, a saber, a análise metódica dos dados empíricos e a síntese narrativa, esta última em consonância com sua dimensão imaginativa, mais próxima da arte do que do que se entendia comumente por ciência à época (Hartog, 2003).

1.4 Tocqueville

Tocqueville, outro “vencido da revolução”, é também outro nobre que vai em direção à América em busca de respostas para a própria conjuntura francesa. Mais uma vez, conhecer o Novo Mundo era um caminho possível e precioso para se compreender o velho continente. Em 1831, quarenta anos depois de Chateaubriand, o “jovem Tocqueville” obviamente encontra condições diferentes. “Com Tocqueville, estamos em pleno jogo dos

regimes de historicidade. Tudo parte, mais uma vez, das ruínas: ruínas já feitas pela Revolução”, mas “não se trata mais de ruínas do passado, mas de ruínas recentes”. Sua ambição seria igualmente a de atribuir sentido aos desdobramentos da Revolução Francesa, tendo como ponto de referencia a suposta “grande revolução social” ocorrida na América, visto que aqui as mudanças haviam “quase atingido seus limites naturais” (Hartog, 2013, p. 127).

A América de Tocqueville difere da de Chateaubriand, em virtude do primeiro considerá-la como “já inscrita no curso do tempo e no futuro da Europa, permitindo, em todos os casos, ver mais longe, até mesmo além da América”. Do mesmo modo, Tocqueville tem a intenção de buscar ensinamentos, porém, seu posicionamento se encontra em um grau diferente. Apesar de também procurar empreender a prática de um olhar distanciado frente aos enfrentamentos políticos dos partidos que se ocupam do amanhã, o autor se situa em outro patamar, ele quer pensar o presente a partir do futuro.

Deste modo, “Tocqueville inverte o esquema (mas conserva a sua forma) da *história magistra*: a lição, agora, vem do futuro e não mais do passado”. Tal como Chateaubriand, Tocqueville recorre ao modo de se pensar a história própria à *história magistra*, porém, ele não busca explicar o presente (ou quem sabe até mesmo o futuro) pelo passado. Conhecer as revoluções passadas em nada acrescentaria para a compreensão das revoluções futuras.

Assim, se por um lado, Tocqueville parte da *história magistra*, do mesmo modo que Chateaubriand, por outro, o autor traça gradativamente um caminho particular ao empreender um esforço de compreensão do presente a partir da margem oposta. “O antigo regime de historicidade, que era precisamente esse tempo em que o passado esclarecia o futuro, está definitivamente obsoleto”. Tocqueville parte do antigo regime, porém seu deslocamento é unilateral, ele adere ao moderno regime de historicidade na medida em que o sentimento de aceleração do tempo o impele a eleger o futuro como a sua maior preocupação (Hartog, 2013, p. 127-129).

1.5 Jules Michelet

Segundo Lilia Moritz Schwarcz (2010, p. 91-92), Michelet, em seus vários ensaios sobre a história moderna, teria apresentado uma característica peculiar frente ao seu

tempo. Ao defender um “viés antirracionalista” nos moldes de Vico, Michelet recomendava o uso da imaginação poética frente ao excesso de erudição que reinava até então nos estudos históricos.

Porém, seu posicionamento contra o imperialismo dos fatos não significava uma negação do método histórico, mas antes em uma postura que não afogasse o trabalho em uma análise fatigante dos detalhes, assim como em uma ampliação da abordagem do objeto. O que defendia era um alargamento da perspectiva do historiador, chamando a atenção para as contribuições culturais das classes populares para a compreensão de fenômenos importantes para a construção de seu tempo, tais como a industrialização e a modernização. Acontecimentos de toda ordem poderiam assim servir á pesquisa em detrimento da preponderância dos eventos políticos.

Se pudermos considerar o posicionamento político como algo de primordial para a visão de mundo e, conseqüentemente, para a formação da concepção de história dos historiadores franceses do século XIX, Michelet não foge à regra. O autor elege o clericalismo, a nobreza e a Monarquia como seus alvos preferidos de crítica. Em contrapartida, elege o povo francês como o grande personagem de sua narrativa, pois apresentado como fonte de progresso. Do mesmo modo que o autor se posiciona contra a nova República criada após a queda de Napoleão III, em razão de enxergar nela indícios de traição dos ideais revolucionários (Schwarcz, 2010, p. 92-93).

A Revolução Francesa para Michelet é o momento de consagração dos anseios do povo, de acordo com os ideais de igualdade e fraternidade. Sua interpretação romântica da revolução se baseia então na qualificação do indivíduo - inserido no coletivo - enquanto agente ativo do processo histórico, assim como na consideração dos eventos políticos, econômicos, sociais e culturais de uma época como o fio condutor de sua narrativa, assinalando as rupturas ao mesmo tempo em que as insere nas continuidades. Provavelmente resida aí, em sua valorização da tradição, o seu posicionamento teórico a favor do “convívio entre as classes sociais”, de sua reconciliação em “uma época de liberdade”.

Contudo, se a defesa do uso da imaginação – assim como a ampliação da perspectiva de abordagem dos fenômenos humanos implicava em uma aposta na longa duração, e serviu de inspiração para uma posterior formulação de uma história total pelos *Annales* - no ofício do historiador pode ser considerado como uma contribuição importante de Michelet, seus contemporâneos de profissão não deixavam de assinalar os problemas de sua escrita, críticas baseadas no excesso de simpatia do autor por determinados temas – outra vez,

a Revolução de 1789 -, que supostamente acarretariam em um afastamento do material empírico.

Talvez seja em resposta á censura de seus críticos que Michelet tenha dedicado o prefácio de sua *História da Revolução Francesa* (1868), assim como a introdução ao volume III de sua obra intitulada *Do método e do espírito deste livro*, às questões teórico-metodológicas. Nestas páginas o autor procura justificar o argumento da referida obra na utilização de um método que incorpora em seu interior o recurso às crenças populares e à tradição oral de sua época como fontes dignas de consulta e fiabilidade. É assim que o historiador procura dar voz ao povo, aos homens anônimos, em detrimento do manejo exclusivo de testemunhos de monarcas e grandes pensadores.

Longe de negar o método trata-se de uma tentativa de ampliá-lo. Por um lado, fazer a história para o autor não significaria uma recusa dos princípios de objetividade do ofício, pois a exigência da *análise* continua a vigorar, para que “estabeleçamos a cadeia dos fatos, das idéias”, e recusemos á tentação de “adivinhar, julgar ou formar crenças” com vistas à somente nos tornarmos um “copiador privilegiado” (Schwarcz, 2010, p. 94-96). Dar voz ao povo significaria inclusive lançar mão de uma estratégia metodológica em favor da própria objetividade, pois ao procurar investigar o passado de forma atenta e escrupulosa seria necessário que o sujeito cognoscente não apresentasse “nenhum interesse além da verdade [...] nenhuma paixão de partido”. Somente o interesse geral da Nação poderia ser tomado como critério de verdade (Michelet, apud: Malerba, 2010, p. 109).

Por outro lado, Michelet “denunciou o anacronismo presente na prática de todo historiador - “que julga seu tempo e será julgado depois””. Do mesmo modo, ao passo que, em um primeiro momento, reconhece o valor dos traços específicos que diferenciam as épocas, advoga em seguida pela defesa das “grandes questões que são sempre eternas” e repousam além das conjunturas do momento” (Schwarcz, 2010, p. 94-97).

Deste modo, ao que parece Michelet se esforçou em criar pontes não só no estabelecimento das relações entre as mudanças e continuidades, mas igualmente na consideração da tensa relação entre a análise (entendida aqui como a exigência do método crítico) e a síntese (no que tange tanto ao uso da imaginação e quanto à prática da generalização na composição histórica) na investigação histórica que marca toda a historiografia francesa do século XIX (Hartog, 2003, p. 115).

Entretanto, Michelet foi e ainda é alvo de sentenças que acentuam seus supostos deslizos de análise. Mas isso se deve, em parte, ao fato de sua preocupação com o estilo, com

o fio condutor de sua narrativa, pois o que “dá autoridade ao relato é sua seqüência, sua coesão, mais do que a multidão de pequenas curiosidades bibliográficas”. Cortar o relato em razão de uma preocupação metodológica excessiva seria então um desperdício de esforços (Michelet, apud: Malerba, 2010, p. 99). Outras críticas versam sobre o seu excessivo posicionamento a favor dos “novos dados da Revolução”.

No entanto, o que Michelet procura é conciliar os produtos da Revolução á tradição, através de uma investigação metódica, porém não factual, exclusivamente política e particularizante. “Homem de seu tempo”, Michelet cria um “relato, eventualmente comovido demais”, abarcado pelas paixões que envolviam qualquer individuo de seu tempo, e, ao fazer a história contemporânea lança mão da eloqüência de quem se sentia como uma testemunha direta dos eventos e problemas vigentes. Atuar de maneira quase militante não significava cair na tentação de se criar vãs generalidades com a ajuda de teorias prévias, mas antes de “a partir do cotejo de documentos” lançar pontes entre a antiga e a nova França, em inserir o marco de 1789 no saber histórico (Schwarcz, 2010, p. 96-97).

Dito de outro modo, Michelet empenha-se em diminuir o fosso instaurado pela mudança operada pela Revolução, que é sentida como um momento de crise da temporalidade. Inserir a mudança no interior das continuidades, na tradição, de forma positiva, sob uma perspectiva romântica de escrita da história centrada no futuro, nas expectativas sobre o “destino da revolução”, parece ser a solução encontrada (Michelet, apud: Malerba, 2010, p. 101; Hartog, 2013).

Com a prescrição de afastar as oposições acessórias em proveito do “total das respostas”, Michelet observa a necessidade de revigorar a tradição até então enfraquecida através da determinação de seu caráter moral, que não por acaso “é *idêntico* em todo o povo”. Logo, onde as fontes manuscritas não oferecem respaldo à investigação, a tradição oral deve ser requisitada, pois se trata de um substrato da “tradição nacional”, aquela que permanece *generalizadamente* difundida na boca do povo, o que todos dizem e *repetem*”. É neste todo, que abarca o pensamento da maioria das pessoas, que se pode firmemente encontrar o “catecismo histórico do povo”, ou em termos atuais, determinar a *cultura história* de uma época específica (Michelet, apud: Malerba, 2010, p. 102-103; grifos meus).

Qual é então o verdadeiro *ideal da história* para Michelet, no que tange ao problema da tensa articulação entre o particular e o geral? Como vimos acima, assim como em sua prática como historiador (ao se posicionar contra a erudição pura, e assim defender a imaginação e conseqüentemente a operação da generalização), no que tange ao homem como

objeto da história o autor reconhece a “influencia poderosa do gênio individual”. Todavia, acrescenta a preponderância do coletivo na medida em que conclui que “na ação desses homens a parte principal cabe, no entanto á ação *geral* do povo, do país” (Michelet, apud: Malerba, 2010, p. 108; grifos meus).

No entanto, apresentar Michelet como um autor romântico merece alguns esclarecimentos. De acordo com R. G. Collingwood (1989, p. 117-121), as principais características do Romantismo histórico poderiam ser identificadas como: a) um alargamento do horizonte da história, onde nenhuma época histórica poderia ser menosprezada; b) a idéia de que “a concepção da natureza humana como algo uniforme e imutável tinha de ser atacada”; c) uma reinterpretação dos princípios iluministas (principalmente por parte de Rousseau, o “pai do movimento romântico”), que implicava na substituição da idéia de uma vontade despótica em favor da “idéia de uma vontade geral por parte do próprio povo, como um todo, para defender os seus interesses, como um todo”.

Essa continuidade entre o Iluminismo e o Romantismo, em certa medida reforçada por Cassirer (1997), tinha seus limites. Isso porque, enquanto o “Iluminismo fundamentava suas perspectivas utópicas na esperança de conseguir encontrar déspotas iluminados, os românticos baseavam as suas na esperança de formar um povo iluminado, por meio da educação popular”. Assim, a ambição de se criar uma inteligibilidade da totalidade da história humana persistiu entre os dois movimentos. Porém, ao invés de procurar realizar esta meta por meio da “história da razão humana” como o Iluminismo, o Romantismo deslocou-se para a busca da “história da vontade humana”.

Enquanto os historiadores iluministas teriam tratado o passado com desprezo e aversão, os românticos olhavam para o passado com “admiração e simpatia”. Para o autor, essa postura de respeito ao passado somente foi retirada do âmbito estrito de uma “fútil nostalgia” em razão de outra concepção presente no pensamento romântico, a saber, “a concepção de história como um progresso, um desenvolvimento da razão humana ou a educação da humanidade”.

Assim, os românticos valorizariam as épocas históricas “de modo duplo: em parte, como algo de valor permanente em si mesmo – como uma realização *única* do espírito humano – e, em parte, como ocupando o seu lugar no curso dum *desenvolvimento* que leva a coisas de valor ainda maior”. Entretanto, “esta simpatia romântica pelo passado [...] não disfarçou o abismo que o separa do presente, mas, verdadeiramente, pressupôs este abismo, insistindo conscientemente na enorme disparidade entre a vida do presente e a do passado”. É

neste sentido que se criou uma concepção de história como processo, “um simples processo de desenvolvimento desde o principio, a selvageria, até o fim- uma sociedade perfeitamente racional e civilizada”.

Neste sentido, apesar da impossibilidade de identificar em Michelet todas as características que Collingwood atribui ao Romantismo, é sintomático que o autor francês apresenta e desenvolve algumas destas mesmas características. Principalmente no que se refere à sua noção de “povo” como um ator histórico ativo no interior da história francesa, e, em função disso, de sua escrita da história voltada para a sua respectiva formação, por meio de uma pedagogia centrada na idéia de unidade da Nação, e, por outro lado, em função de Michelet tomar a Revolução de 1789 como marco de sua idéia de história, como a “medida para avaliar o passado”, realçando assim a ruptura temporal entre a antiga e a nova França.

Se a escrita de Michelet pode ser compreendida como uma forma de ação em seu presente, ação pautada em um “comprometimento político e moral”, a sua concepção de história enquanto saber científico tinha por meta maior a “responsabilidade de fixar os valores e sentimentos nacionais que deveriam nortear os cidadãos da República”. Tal engajamento tinha como corolário a existência em sua escrita de um forte caráter pedagógico, ele tinha a “clara intenção de produzir uma consciência particular nos indivíduos”, de incutir em seus alunos e leitores “um novo conjunto de crenças coletivas” que lhes fornecessem um princípio de ação para uma orientação prática no presente. A missão da história era então a de “educar os homens e formar a sensibilidade e a mentalidade da nação” (Lima, 2013, p. 33-34).

O rigor da ciência que, como vimos acima Michelet não abria mão, não resultava na idéia de um conhecimento totalmente desinteressado. O requisito metodológico da imparcialidade não era então concebido de forma ingênua, pelo contrário, ela tinha limites bem delimitados, na medida em que se posicionar “franca e vigorosamente a favor do direito e da verdade” exigia do historiador a emissão de juízos de valor, consciência da parcialidade do sujeito cognoscente em nome da própria busca da verdade (Michelet, 1987, p. 465; apud: Lima, 2013, p. 34-35).

Na verdade, Michelet estava a combater a própria imagem que o romantismo literário de seu tempo havia criado sobre a França⁴. O autor criticava as injustiças criadas

⁴ De acordo com Hayden White (2008, p. 160-161), Michelet “representou uma posição diferente *dentro* do movimento romântico com respeito á concepção que este possuía do processo histórico. [...] Michelet pretendeu ter descoberto o meio de elevar a apreensão romântica do mundo á um enfoque científico. Para ele, uma sensibilidade poética, criticamente autoconsciente, proporcionava o acesso a uma apreensão especificamente “realista” do mundo”. Neste sentido, para White, apesar de sua notável erudição, de seu recurso a um “novo método histórico” com vistas a empreender uma interpretação do passado em sua totalidade (a busca pela

através do uso de artifícios literários por parte de autores românticos que tinham como ideal artístico a construção do “feio moral”, supostamente existente na sociedade francesa. A seu ver, tal atitude pintaria a exceção como se fosse a própria regra, tomando a parte pelo todo acabaria por degradar a figura do camponês, ator social que para Michelet comporia a maior parte do que considerava como principal agente da história francesa, o povo (Michelet, 1988, p. 08; apud: Lima, 2013, p. 35).

O combate era direcionado contra as “inverossimilhanças” produzidas pelas falhas de estilo do romantismo literário, que culminavam em um mau uso da história. Tratava-se de assentar o seu bom uso sobre o “princípio da verdade histórica” que não tomassem os acidentes como a “verdade do todo”. A narrativa literária não sendo pautada na verdade criaria uma imagem distorcida sobre a própria cultura francesa como um todo. Em seu lugar, Michelet defende que a narrativa histórica passe a ocupar o lugar de produção de *exemplos* para a formação e orientação do cidadão francês, exemplos que subentendem valores morais que proporcionam as virtudes necessárias (patriotismo, republicanismo, etc.) para a edificação da França enquanto Nação (Lima, 2013, p. 36-37).

Por um lado, a:

A censura de Michelet aos literatos “românticos” por seu “não comprometimento com a verdade e/ou com o social” e por sua “pintura do feio e da prostração moral” indica a medida da utilização do discurso histórico na França como legitimador de posições e, principalmente, de ser a fundamentação de uma tradição que se iniciava: a instituição da história como um campo específico de investigação (Lima, 2013, p. 38).

Por outro lado, no caso específico da crítica de Michelet à Balzac, entrevê-se uma disputa no campo do ideal, na forma como cada um vê o homem em sua essência. Enquanto Balzac “pretende desmontar um dos “lugares comuns” do romantismo herdado de Rousseau, a bondade natural do homem”, Michelet parte deste mesmo princípio para interpretar o camponês. Balzac combate um “quadro idealista dos hábitos campestres” na medida em que para ele esta imagem não correspondia à realidade. Percebe-se então que tanto o literato quanto o historiador partem de um princípio realista quando voltam seus olhos para o homem do campo.

“similitude que lhe permitiu reivindicar para suas apaixonadas caracterizações da história o estatuto de verdades científicas”), e de, tal como Ranke, compreender o processo histórico como essencialmente conflituoso, Michelet poderia ser caracterizado como um historiador romântico na medida em que sua concepção de história estaria baseada nos ideais da revolução. Dito de outro modo, Michelet entendia que o caráter conflituoso do processo histórico deveria ser resolvido de acordo com a instituição de uma comunidade humana ideal, que deveria abolir todas as diferenças entre os homens, tratando-se obviamente de uma perspectiva política utópica.

Entretanto, enquanto Balzac tem uma postura crítica, Michelet sustenta uma postura, digamos, compreensiva desta classe de homens que ele denomina como “a camada social mais importante da França”. Porquanto, ele não estava somente interessado em desfazer as ilusões sobre uma suposta pureza natural do campesinato, mas também em compreender as adversidades (privações advindas de “condições precárias a que estava submetido na moderna sociedade industrial”) cotidianas a que estavam submetidos. O que para o autor figurava como prova de seu vigor moral e, conseqüentemente, contendo um caráter exemplar para o “povo” francês como um todo se elevar “à qualidade de agente transformador da história” (Lima, 2013, p. 38-49).

Destarte, entre a historicização dos dados da Revolução de 1789 (denunciando inclusive as ilusões revolucionárias), passando por sua busca por uma história total (que abrangesse o “cotidiano e aspectos culturais da vida dos povos”), pela identificação dos traços constitutivos da nação francesa, pela função modelar da história no âmbito restrito de uma pedagogia do nacional, até a consideração do povo como uma entidade viva no interior de cada cidadão francês, se vislumbra um Michelet idealista, crente numa “libertação progressiva da humanidade” (Lima, 2013, p. 50-52). Um historiador que coloca o interminável conflito entre a liberdade e a fatalidade como a própria força motriz da história (Michelet, : apud: Lima, 2013, p. 50-52).

Michelet talvez possa ser entrevisto na fronteira entre o antigo regime de historicidade - na medida em que ainda concebe o conhecimento do passado como fornecedor de exemplos para o agir presente - e o moderno regime de historicidade - na medida em que sua escrita da história estava voltada para o futuro, sob uma perspectiva otimista do processo histórico, fincada provavelmente na categoria de progresso (Hartog, 2013, p. 37-41). No entanto, a nosso ver, em função de sua concepção progressista da história, de sua escrita em nome do futuro, Michelet está mais próximo do moderno regime de historicidade, na medida em que desenvolve o distanciamento entre a experiência e a expectativa histórica.

1.6 Fustel de Coulanges

Segundo Hartog (2003, p. 177), a obra de Fustel de Coulanges contém vários extratos, que vão desde um primeiro momento de maior ênfase nas diferenças, até um segundo momento onde ocorre um deslocamento de ênfase para as continuidades dos

fenômenos humanos, fruto de um posicionamento político condizente com sua posição social - “um homem da elite” – e de seu rompimento explícito com a história liberal entre os anos de 1870 e 1872. Para a *Action Française* e seu nacionalismo exacerbado, o patriotismo de Fustel representava “um elo do pensamento tradicionalista”, em virtude de se apresentar como uma fonte de argumentos e de autoridade para uma geração que lutava contra uma República em moldes democráticos.

De acordo com o autor, em todo o século XIX “a história nacional e a escrita em nome do futuro tiveram, de fato, interesses comuns”. Na França, em particular, escrever a história nacional neste período significava determinar como, e, em que medida se poderia inserir 1789 como acontecimento passado e como momento portador de promessas ainda não cumpridas. Tratava-se de um futuro já advindo, porém incompleto, de se pensar um evento histórico no interior da dinâmica temporal que vai da experiência passada à expectativa futura. O esforço de compreensão deste momento fundador da Nação, a procura por seu sentido, passa por sua inscrição dentro de uma perspectiva da longa duração da história francesa. Distintas e sucessivas gerações se ocuparão desta empreita (Hartog, 2013, p. 170-171).

Mas para melhor compreender Fustel é preciso ir até a geração liberal de 1820, que almeja e coloca a si mesma a tarefa de realizar uma história científica, conscientemente e gradualmente afastada da arte, colocando a Nação como o centro de suas reflexões. A Nação era então vista como a própria realização da Revolução, contendo então o seu sentido mais profundo. “A Nação é para eles ao mesmo tempo uma evidencia, uma arma política, um esquema cognitivo e um programa histórico”. Explicar a Revolução através de sua inserção na história francesa significaria reiterar a idéia de Nação como projeto político que exigia dos historiadores liberais um engajamento explícito em prol de uma expectativa de consolidação de uma nova forma de governo.

Tratava-se então de realizar a tarefa de retirar 1789 do espaço estrito da memória e inseri-la na história, colocando o evento no interior de uma compreensão histórica plausível, onde se procurava tangenciar seu significado a partir da análise de suas causas e indo em direção ao seu alcance real. Em outras palavras, o esforço interpretativo tinha o objetivo de relacionar as idéias revolucionárias com a experiência realizada, e, portanto, parte constitutiva do presente subsequente ao acontecimento.

Neste sentido a “Nação [era] uma arma” contra o regime monárquico, porque na primeira “toda a massa era agente da história” e ela seria o resultado do trabalho de séculos na

“longa marcha do Terceiro Estado” rumo á superação de um regime político inoperante. A história nacional gestada pela geração de 1820 era então realizada com o intuito de determinar as continuidades entre a Antiga e a Nova França, porém, sob um novo patamar, sob o moderno conceito de história, uma escrita em nome do futuro, em nome da afirmação da nascente República em detrimento do regime monárquico (Hartog, 2003, p. 23-24).

Para Hartog (2003, p. 178), do mesmo modo que 1830 é uma data que representa o momento em que Michelet empreende um esforço de compreensão da história da França, a data em que Fustel toma como marco para realizar a mesma empresa é 1870, tendo obviamente sempre por perto a sombra de 1789. A guerra franco-prussiana desperta em Fustel um historiador cada vez mais interessado em reatar o fio da tradição, com o objetivo de compreender os motivos da derrota, as causas internas (que se encontram dentro da França, e, dentro das “mentes apaixonadas” dos franceses, paixão que advêm dos excessos do idealismo político) que subsumiram as causas externas.

É na “obscura claridade de 1870” que Fustel compreende, mesmo que a contragosto, “a derrota, ainda mais completa, do principio aristocrático diante da democracia”, uma evolução traçada desde sua obra mais conhecida, *A cidade Antiga* (1862). “O ano de 1870 marca, portanto, um momento de desanimo, mas também de certeza, que vai deixá-lo claramente em desacordo com sua disciplina”. Seu texto (não publicado em vida) intitulado *Ensaio sobre a aristocracia* (apud: Hartog, 2003, p. 242-294) é, por um lado, um esboço de escrita da história da França sob a perspectiva de inscrever a ruptura representada pela Revolução Francesa nas continuidades do desenvolvimento histórico. Tem por objetivo desfazer as ilusões revolucionárias sob uma análise pautada na longa duração, onde as instituições possuem um papel primordial na determinação dos nexos internos que une o passado ao presente sob o mote da autoridade da tradição.

Por outro lado, Fustel se encontra em um momento onde seu empreendimento historiográfico se torna cada vez mais incongruente com os novos critérios de erudição e da verossimilhança científica que regiam a disciplina histórica. 1870 representa para a trajetória intelectual de Fustel um “tempo de crise”, na medida em que sua concepção de história ainda estava assentada em uma historiografia que entendia a escrita da história nacional sob a perspectiva da necessidade do consenso, da reconciliação entre a nova e a antiga França a partir da apreensão de seu passado como um todo. Reconciliar o presente para com o passado tratava-se para o autor de perceber que o próprio conhecimento científico do passado deveria servir de substrato para o agir político presente.

Logo, se o único horizonte político aceitável na França do final do século XIX é a República, Fustel defende uma República aristocrática, pois a experiência advinda do conhecimento do passado somente lhe permitia projetar esta expectativa, pois Fustel estabelece o par República-aristocracia e Monarquia-democracia como as únicas formas de governo possíveis, pois de acordo com suas análises do passado, seriam exatamente as únicas que existiram em toda a história do ocidente. Conceber a idéia de uma República democrática para o autor era uma contradição em termos, um erro político histórico.

Dito de outro modo, ao defender uma nova República aristocrática em França, Fustel pensa criar as condições necessárias para que a reconciliação possa se efetivar por meio da conciliação entre as classes sociais francesas, pois a história não poderia ser utilizada como justificativa para “nenhuma guerra civil”, haja vista que a análise escrupulosa do passado forneceria os critérios da ação humana no presente. Se por um lado sua concepção de tempo histórico não está acomodada a uma perspectiva cíclica, encerrado em uma idéia de processo histórico como mera repetição, por outro lado, Fustel se nega a pensar e a escrever a história sob a perspectiva exclusiva do futuro. A crise temporal (o entre datas, o tempo histórico entre 1789 e 1870) em que Fustel se insere o incita a empreender uma tentativa de resposta às carências de orientação de sua época, esforço que, pelas circunstâncias desfavoráveis, acaba por se apresentar como uma “história de vencidos”.

A escrita de Fustel após 1870 exala uma tensão entre o campo de experiência e o horizonte de expectativas dos sujeitos que se proporam a realizar o ofício de historiador. Em Fustel isso pode ser percebido no modo como tangencia a relação entre as três grandes categorias temporais (passado, presente e futuro), na medida em que explícita os limites da ação humana no presente de acordo com as experiências do passado passíveis de observação. Em outras palavras, o devir histórico somente poderia ser palpável na medida em que sua construção no presente fosse permeada pelas experiências passadas. As expectativas sobre o futuro somente poderiam ser plausíveis se estivessem reguladas pela experiência passada. Somente a observação científica assentada na experiência poderia indicar o horizonte de expectativa passível de realização eficaz.

Deste modo, soa aceitável atribuir a Fustel um reconhecimento do “papel social, senão político, ao historiador”. A neutralidade axiológica que subsumia sua idéia de história como uma ciência pura não pode ser vista como uma consideração ingênua, meramente cientificista, mas antes como um princípio metodológico que expressava sua preocupação para com uma análise prudente, haja vista os perigos das idéias preconcebidas (no presente)

na interpretação do passado. Sua intenção parece ser a de sempre prevenir o sujeito cognoscente acerca das ilusões que poderiam ser produzidas sobre o passado em prol de aspirações políticas presentes.

Um ideal de objetividade que se coaduna com uma visão de mundo que tenta “introduzir um pouco de calma no presente”, na medida em que explora a semântica dos conceitos históricos, e, assim destrói a ilusão de se pensar as Revoluções (determinando qual o verdadeiro significado do termo no passado, de acordo com sua relação com a “realidade empírica” passada e não com as paixões subjetivas presentes) como mudanças bruscas e radicais. Ao passo que a consideração dos exemplos do passado somente nos autorizaria a interpretá-las como evoluções que possuem um caráter constante no desenvolvimento histórico, sob o prisma e a medida de uma abordagem ancorada na longa duração, que abrangeria desde as origens da França até a Revolução de 1789. Logo todas as verdadeiras revoluções foram conservadoras.

Nota-se assim que seu ideal científico é conjugado com um ideal político centrado na experiência, baseado nos dados empíricos, na própria prática política passada em detrimento das “falsas idéias” iluministas, que nada mais seriam do que teorias políticas de caráter puramente especulativo, sem relação alguma com a realidade. Assim, em lugar de determinar o que a política “deve ser”, de prescrevê-la normativamente pautada em análises sobre o passado, Fustel restringe seu interesse a descrever as relações entre o Estado, governo e sociedade em vários espaços e tempos distintos (porém, historicamente determinados) para limitar a própria ação política presente e assim perscrutar horizontes de possibilidade aceitáveis, passíveis de realização prática (Coulanges, ?, apud: Hartog, 2003, p. 242-294; Hartog, 2003, p. 178-179).

O problema se instaura quando Fustel se depara com a impossibilidade de “refazer a tradição” em seu presente, tanto no campo da prática política quanto no ofício de historiador. Resta-lhe como única opção a de desistir de realizar o seu grande empreendimento, “a “renúncia” a uma interpretação global da história da França”. Em vista da renúncia declarada, emerge um Fustel cada vez mais preocupado com a coerência de suas análises do passado sob o critério do método histórico, e, assim, de suas próprias preferências políticas. Por fim, continua por defender e acentuar “um corte nítido entre o passado, que não poderia em nenhuma hipótese fazer reviver, e o presente, empenhar-se para que o passado (que deve ser conhecido) seja o passado, deixá-lo ser o passado”.

Eis então que ao fim de sua vida, emerge um Fustel cada vez mais combativo e polêmico, em razão de seu esforço de coadunar a busca pela verdade e sua visão de mundo em um momento desfavorável, onde o velho historiador aparece destoante da disciplina histórica. Sempre com a ambição de determinar a verdade, não foram raras às vezes em que a sua “verdade não estivesse na verdade de sua disciplina”. O autor reproduz algumas práticas que ele mesmo havia condenado, como por exemplo, uma “retórica metódica” contra seus adversários, a saber, os jovens eruditos, aqueles que em um primeiro momento pareciam alinhados ao próprio autor, mas que, em nome do método parecem se distanciar do mesmo. Assim, Coulanges aparece “em posição discordante [...] em relação a si próprio [...] [e] em seguida, para além de si próprio em relação a essas grandes correntes que são os pensamentos contra-revolucionário, tradicionalista, liberal e democrático” (HARTOG, 2003, p. 180).

Destarte, Coulanges pode ser visto como um anti-Michelet, na medida em que, chegando ao final de sua vida, sua escrita se volta cada vez mais para o [e pelo] passado. Seu rompimento com a geração liberal de 1820 indica um deslocamento de seu posicionamento diante da compreensão do significado da Revolução Francesa, estando então cada vez mais convencido que o marco de 1789 funcionou como uma medida infeliz para a interpretação do passado.

Assim, retomando o ponto de partida deste texto, Fustel ao final de sua vida esta cada vez mais interessado em assinalar as continuidades históricas, que lhe permite de certa forma explicar o fracasso francês em 1870, na medida em que se desvencilha do marco maior de 1789 como medida da razão histórica, pois uma sentença desmentida pela análise criteriosa do passado (aqui novamente o paralelo é utilizado, pois as revoluções passadas explicam 1789, destacando o caráter conservador de todas as revoluções). Em outras palavras, Coulanges se desloca ao longo de sua vida de uma posição intermediária para outra mais próxima do antigo regime de historicidade, não somente reunindo as duas dimensões temporais, mas também restringindo definitivamente a expectativa á experiência histórica.

1.7 Historiografia e Positivismo Sociológico

Em que pese boa parte da historiografia brasileira adotar o termo “positivismo” para se referir à historiografia francesa anterior à geração dos *Annales* (Reis, 1996; Barros, 2010; Bourdieu & Martin, 1983), faz-se necessária uma diferenciação conceitual com o objetivo

de estabelecer as conexões possíveis entre os métodos e concepções vinculadas ao positivismo sociológico e a historiografia francesa.

Segundo Prost (2008, p. 169-188), a sociologia durkheimniana baseava sua estrita rejeição ao subjetivismo na preconização do método sociológico. O subjetivismo condenado se referia à consideração da dimensão psicológica dos fenômenos por parte da disciplina histórica. O método sociológico pregava uma seleção de objetos que pudessem servir a uma apreciação sob uma perspectiva generalizante, pois a ciência somente existiria em relação ao geral. Tal como Paul Lacombe, o discípulo de Durkheim, François Simiand é enfático, um conhecimento verdadeiramente científico das coisas humanas, ou seja, a ciência positiva deveria “se desviar dos fatos únicos para ater-se aos fatos que se repetem [...] afastar o acidental para vincular-se ao regular, a eliminar o individual para estudar o social” (1960, p. 95 apud: Prost, 2008, p. 171).

Os sociólogos positivistas rejeitavam então uma das premissas básicas do conhecimento histórico, a preocupação com o concreto, com aquilo que é sempre único, condicionado no tempo e no espaço. Para eles “a ciência só pode ser feita a partir do geral, ou seja, do abstrato; assim torna-se necessário construir fatos abstratos, sociais ou políticos”. O objetivo era construir fatos sociais considerados como coisas, ou seja, tratava-se de afastar o aspecto moral e psicológico dos fatos (que Durkheim não ignorava a existência) com o intuito de somente considerar os seus aspectos exteriores e proceder à comparação com base em regularidades.

Nos termos de Lacombe, tal dimensão dos fenômenos humanos seria “refratários à ciência já que, em primeiro lugar, esta é a constatação de coisas similares” (Lacombe, 1894, p. 10-11 apud: Prost, 2008, p. 139). Em detrimento de uma explicação puramente psicológica dos fatos sociais, Durkheim vai ao outro extremo, e com base em comparações sistemáticas almeja colocar em prática uma explicação puramente científica, inclusive na apreciação de atos normalmente vistos como exclusivamente psicológicos como o suicídio⁵.

Percebe-se então que o interesse da sociologia durkheimniana estava restrito ao que seu predecessor Auguste Comte definia como a estática social, em detrimento da dinâmica social. Estando assim de acordo com uma premissa da filosofia da história de ambos, a saber, colocar o conhecimento científico a serviço do estabelecimento de sólidas

⁵ Durkheim tratou de construir esse fenômeno como fato social, de considerá-lo a partir de inúmeros casos em conjunto com vistas a construir series estatísticas que evidenciassem a estabilidade e constância de sua ocorrência em seis países diferentes. Recorrendo então à explicação por fatores sociais, externos à consciência individual, tais como a religião e a situação familiar, concluindo que “o suicídio se tornou possível pelo esfacelamento dos vínculos sociais, pela anomia social” (Prost, 2008, p. 173-174).

bases éticas que subsumissem a construção dos “fundamentos de uma moral laica, sociológica e racionalista” que se constituísse em uma resposta à crise moral que viam como marca da sociedade europeia dos séculos XIX e XX. Em outras palavras, o esforço se baseava então na observação dos fatos sob uma perspectiva científica com o intuito de criar um sistema moral que possibilitasse uma ampla reforma social na sociedade francesa. Nesse sentido, assim como Auguste Comte, Durkheim pensa que a sociedade é, por sua natureza, uma unidade baseada no consenso. Os conflitos sociais para ele não representariam a força motriz do desenvolvimento histórico, mas antes uma doença, um desregramento, uma anomalia que colocaria em risco o consenso que subsume a ordem social (Aron, 1987, p. 544-547).

O problema central para Durkheim era o de afirmar uma ciência social baseada em provas, em sentenças comprovadas, irrefutáveis em detrimento de meras afirmações verossímeis (Prost, 2008, p. 174). O fato social deveria se basear em dados empíricos, que por sua vez deveriam necessariamente ser procurados na exterioridade dos indivíduos. O método das ciências sociais em Durkheim era então similar, senão idêntico, aos das ciências naturais, baseados na observação dos dados comprováveis que permitissem a comparação de casos.

Deste modo, se negava a explicação intencional, pois a ordem das intenções não comportando a operação da comparação entre objetos de mesma classe, não possuiria um caráter representativo. O método sociológico aplicado à história estaria assim voltado à construção de tipologias com base em indicadores sociais quantificáveis. Mesmo as variações identificadas entre fenômenos eram entendidas sob o signo da semelhança, portanto, submetidas à leis. A própria constatação das diferenças serviria à comparação, desde que “os fatos sociais sejam elaborados com esta intenção”. Afirmer que os fatos sociais devem ser tratados como coisas é dizer que os dados deveriam ser considerados “exteriores aos indivíduos [...], o que significam que são coletivos ou se impõem à uma coletividade” (Prost, 2008, p. 175). Trata-se de uma concepção de história baseada no “primado da coletividade sobre o indivíduo” (Aron, 1987, p. 548).

Segundo Prost (2008, p. 183-184), o método sociológico possuía uma limitação epistemológica, pois suas sentenças apesar de possuírem maior consistência não podem ser pensadas como leis universais, pois assim como as sentenças dos historiadores elas estão condicionadas ao contexto histórico específico em que foram formuladas. O princípio deste limite remete à impossibilidade de extrair, de qualquer contexto histórico, todas as realidades que lhe dizem respeito, em virtude da “diversidade das situações históricas concretas”. Dito de outro modo, se o método sociológico é tipológico, “as relações não possuem valor

universal: seu alcance limita-se aos tipos considerados”. O segundo limite do método sociológico remete ao domínio restrito em que ele pode atuar, um domínio passível de quantificação, de uma abordagem estrutural. O valor do método sociológico seria então o de “permitir que sejam pensadas, com rigor, as coerências que servem de liame a uma sociedade, suas estruturas”, que somente podem ser determinadas sob a perspectiva da média e longa duração (Prost, 2008, p. 185).

Para Aron (1987, p. 554) a sociologia se constituiu como ciência da ação humana:

[...] ao mesmo tempo, compreensiva e explicativa. Compreensiva, identifica a lógica ou a racionalidade implícita das condutas individuais ou coletivas; explicativa, estabelece regularidades e insere as condutas parciais em conjuntos que lhe dão sentido.

Esta concepção foi produzida por Durkheim, na medida em que criou conceitos que podem ser considerados “materiais para uma teoria comum da estrutura da ação social”. Assim, para Aron (1987, p. 547-548), se por um lado Durkheim concebe o “primado da coletividade sobre o indivíduo” este seria somente um aspecto de seu pensamento, que por sua vez comporta ainda outro aspecto, o respeito pelos valores sagrados de sua época, a saber, a “dignidade humana e a liberdade do indivíduo”. O autor concorda que aparentemente se trata de duas interpretações contraditórias, paradoxais, na medida em que articula duas idéias basilares: se por um lado o fundamento do valor da personalidade autônoma é o imperativo social, se é a própria sociedade que postula o valor da autonomia pessoal, como ainda sustentar como valores supremos de nossa época o individualismo e o racionalismo sem atribuir á Durkheim uma herança iluminista? Para Aron o pensamento sociológico de Durkheim só pode ser compreendido levando-se em consideração a combinação de ambos os aspectos⁶.

⁶ Na verdade, em sua obra *As etapas do pensamento sociológico* (1987), Aron defende a tese de que Durkheim (ao lado de Vilfredo Pareto e de Max Weber) fez parte de uma segunda geração (1890-1920) de “grandes sociólogos a elaborar doutrinas de sociologia histórica, isto é, sínteses globais comportando simultaneamente uma análise microscópica da ação humana, uma interpretação da época moderna e uma visão do desenvolvimento histórico a longo prazo”. O problema identificado pelo autor é o de que enquanto na primeira geração (Comte, Marx e Tocqueville/1830-1870) e na já mencionada segunda geração estes elementos heterogêneos estariam reunidos teoricamente, no decorrer do século XX ocorreu uma dissociação destes elementos no interior do pensamento sociológico. Dito de outro modo, Aron constata que em sua época ocorreu um distanciamento entre a sociologia empírica (de matriz parsoniana) e uma sociologia abstrata (de matriz marxista), entre pesquisa empírica que tende cada vez mais a se reduzir á análises isoladas e uma interpretação histórica abstrata, que tende a abranger a totalidade sob uma perspectiva fundamentada no *a priori*. Tal problema pode ser enfrentado a partir do momento em que Aron (1987, p. 09) expõe a contradição da referida dicotomia, na medida em que identifica uma continuidade entre as grandes sínteses sociológicas do século XIX e as análises empíricas que predominam no século XX. No entanto, cabe ainda uma nota sobre a interpretação de Durkheim por Aron. Ao afirmar que Durkheim teve uma parcela de contribuição para a construção de uma teoria da ação

Destarte, como vimos acima, a tradição historiográfica francesa do século XIX não coadunava com as premissas básicas do positivismo comteano, exemplarmente colocado em prática (malgrado as suas particularidades frente á filosofia especulativa de Comte) pela sociologia durkheimniana. Muito pelo contrário, os historiadores profissionais estavam em eminente conflito com as sentenças oriundas da concepção de história dos positivistas. A sociologia durkheimniana aparecia muito mais como “concorrente conquistadora”, que ambicionava englobar a disciplina histórica dentro de seus quadros científicos como mera ciência auxiliar, com um valor estritamente heurístico (Dosse, 2001, p. 19). Se for plausível afirmar que a escola dos *Annales* esteve de algum modo em acordo com o programa durkheimniano, a escola metódica se opôs majoritariamente ao mesmo, principalmente no tange á explicação do social pautado na “causalidade sociológica considerada como a única eficiente” e em seu corolário, o “objetivismo de método” (Dosse, 2003, p. 68).

social (ou também definida como “teoria comum da estrutura da ação social”), Aron segue os argumentos de Parsons, sendo que a própria referida teoria teria sido formulada efetivamente por Parsons. Aron, por sua vez, define a teoria de Parsons como uma *teoria compreensiva* pautada naquilo que há de válido no pensamento de Durkheim (assim como no de Pareto e de Weber), o que nos leva a crer que, em sua concepção de sociologia, Aron atribui implicitamente uma proeminência da compreensão (entendida como a “análise das relações entre os meios e os fins”, da consideração das motivações das condutas individuais ou coletivas dentro de um sistema de valores) sob a explicação.

CAPÍTULO II

AS REVISTAS HISTÓRICAS

2.1 *Revue Historique* (1876-1914)

A *Revue Historique* foi um periodico semestral fundado em 1876 pelo então professor da *École des chartes* Gabriel Monod⁷. A revista é recorrentemente lembrada pela historiografia como o veículo de divulgação dos trabalhos da até então dominante "escola metódica" (Bourdé & Martin, 1983). Gabriel Monod admitiu em seu artigo-programa (apud: Malerba, 2010, p. 332-352) - que abria a primeira edição da revista - que havia se inspirado em uma revista que o mesmo via como opositora, a saber, a *Revue des Questions Historiques*. A ultima, interpretada como um veiculo de divulgação de uma historiografia declaradamente atuante no meio politico e religioso francês, era acusada por Monod de excessivamente parcial e de produzir estudos baseados em um método deficiente. Católica e monaquista a *Revue des Questions Historiques* serviu de inspiração a Gabriel Monod somente no que tange aos modos de edição e de divulgação de uma revista declarada como histórica (Carbonell, 1978, p. ; Hartog, 2003, p.).

Segundo Carbonell, a *nova história* defendida pela então nascente "escola metódica" combatia uma geração de historiadores que também representavam uma escola histórica. À "esta escola rival onde eles condenariam a falta de rigor, de objetividade e de abertura de espírito, se pode a qualificar de católica e monarquista". Deste modo, quando Monod explicita que a *RH* estava a serviço de uma "ciência positiva" e se colocava perspectivamente de "ponto de vista estritamente científico"⁸:

Il s'agissait pour lui, et pour ses amis, de faire sortir du champ historique Dieu et ses saints, la Providence et ses miracles ; d'en finir avec les deux cités de saint Augustin

⁷ Gabriel Monod (1844-1912) foi um historiador francês. Em 1876, Monod funda com amigo G. Fagniez a *Revue Historique*. Foi presidente da Quarta Seção da *Ecole Pratique des Hautes Etudes*, professor na *École Normale Supérieure* em 1880 para auxiliar Lavissee e da Faculdade de Artes de Paris em 1904. Foi eleito membro da Academia de Ciências Morais e políticas em 1897. Após sua aposentadoria, em 1906, Monod recebeu um cargo de professor no *Collège de France* intitulado "história geral e do método histórico".

⁸ Todas as traduções que constam nas notas seguintes são de nossa autoria e inteira responsabilidade, incluindo as traduções dos artigos de Paul Lacombe e A. D. Xénopol publicados na *RSH* que utilizamos como fonte no capítulo III.

comme avec le Discours de Bossuet incessamment repris par les auteurs de manuels. L'Histoire sainte devait cesser d'être un champ de curiosité privilégié ; le surnaturel, la cause première et les causes finales devaient disparaître de l'intelligence historique. Chasser la théologie, le cléricisme et le militantisme réactionnaire, c'était constituer l'histoire en science positive (Carbonell, 1978, p. 177).⁹

Carbonell (1978, p. 177) ressalta que Monod estava muito mais preocupado em explicitar uma necessária "formação moral" do historiador do que à decrever ou pretender dar uma "lição de método" aos seus pares. Ao invés de enumerar as regras do método histórico, Monod estaria mais preocupado em versar sobre uma "ética historiadora" que minimamente estabelecesse as práticas a serem evitadas.

A *RH* por sua vez propagava para si a tarefa de se tornar o canal de divulgação dos trabalhos daqueles que lançassem mão do "bom método", o único satisfatoriamente rigoroso, pois fundado sob o signo da imparcialidade na prática historiadora. Para Monod e seus colaboradores a história enquanto ciência não poderia servir ao engajamento político e religioso de seus produtores, em outras palavras, Monod repudiava a ausência de limites à subjetividade historiadora, repúdio que visava proteger o conhecimento histórico do perigo das paixões presentes e de sua respectiva influência para a direção e para as condições de validação dos estudos históricos. Uma transição entre gerações colocava em destaque como se dava o entedimento da relação entre as dimensões objetiva e subjetiva do ofício do historiador. A última não sendo de forma alguma negada no programa da revista, porém, ficando evidente que não se optou por adentrar-se mais profundamente nos problemas que ensejava. Monod julgou que a maior parte da geração que o precedera fora demasiadamente especulativa.

A objetividade era colocada então como pressuposto maior ante aos desafios da profissão recém institucionalizada em fins do século XIX. Essa ênfase sobre a necessidade de objetividade para a ciência histórica era baseada então na defesa do método crítico, o único meio pelo qual o historiador poderia se servir para evitar as especulações desvinculadas dos dados empíricos. O caráter referencial da história era então colocado em evidência, pois visto como pressuposto de um conhecimento seguro, verificado, e em função disso, científico. Tal ênfase foi tão fortemente defendida e repetida por inúmeros membros de tal escola que muitas

⁹ "Tratava-se para ele, e para seus amigos, de fazer sair do campo histórico Deus e seus santos, a providência e seus milagres; de colocar fim com as duas cidades de Santo Agostinho como com o *Discurso* de Bossuet incessantemente retomada pelos autores dos manuais. A história sagrada deveria deixar de ser um campo de curiosidade privilegiada; o sobrenatural, a causa primeira e as causas finais deveriam desaparecer da inteligência historiadora. Perseguir a teologia, o clericalismo e a militância reacionária, seria constituir a história como ciência positiva".

vezes se afirmou uma suposta ingenuidade objetivante por parte dos mesmos (Braudel, 1978, p. 24; 45; Febvre, 1977, p. 10-19).

Mas é preciso lembrar do momento em que essas aspirações foram elencadas. A época histórica em que Monod e seus colaboradores se inseriam exigia cada vez mais dos historiadores estudos baseados em fundamentos confiáveis, onde o exercício da generalização - pressuposto do saber científico - fosse executado com maior prudência. Uma vez admitida, a imaginação deveria servir ao historiador somente se se apoiasse em textos, em rastros do passado.

Monod negava então uma velha dicotomia existente no cenário historiográfico francês, onde o campo literário (onde se localizariam o espírito filosófico, a imaginação e o estilo narrativo) foi rigidamente separado do campo da erudição histórica (onde a preocupação seria estritamente pesquisar os detalhes e as minúcias factuais, negando-se qualquer valor ao aporte generalizador, pois este sendo visto como produtor de meras fantasias).

Esta dicotomia na historiografia francesa era expressa pela oposição entre os termos análise e síntese (Hartog, 2003, p. 115). Enquanto a erudição se dedicava exclusivamente à análise dos textos em busca de quadros empíricos confiáveis, os representantes do campo definido por Monod como literário dedicavam-se unicamente à síntese, à generalização frequentemente desvinculada dos dados empíricos. Para Monod, os maiores historiadores franceses seriam exatamente aqueles que buscaram efetuar uma mescla entre ambas tradições, tal como Michelet e Augustin Thierry. A nosso ver, tal defesa de um caminho mediano entre ambas as tradições nos fornece indícios que podem enriquecer a interpretação sobre tal escola, para além das detrações, das caricaturas e das tautologias.

No entanto, a *RH* era também atuante, tanto na esfera política quanto na religiosa. Ela era formada por um grupo de colaboradores que, malgrado a sua heterogeneidade teórica e espacial, eram majoritariamente protestantes e republicanos. Deste modo, os pressupostos explícitos da revista - a ênfase na objetividade baseada na imparcialidade do sujeito cognoscente fundada no método crítico - se mesclariam ao longo do tempo com aqueles vinculados ao posicionamento político e religioso de seus membros (Carbonell, 1978, p. 174-179). Talvez surgindo como mérito maior da *RH* em colocar a história dentro do campo da ciência positiva, ou seja, de um conhecimento que se pretende seguro por se apoiar em fatos constatados empiricamente, onde a especulação deveria ser regulada, podendo ser então concebida como uma generalização condicionada pelo material empírico.

Tal concepção científica herdeira do espírito positivo da escola histórica de Ranke nos parece bem diferente do espírito positivo do filósofo francês Auguste Comte. Apesar de se definir igualmente como positivo em função da exigência de se basear o conhecimento pretendido em fatos sociais - no caso de sua física social - bem constatados, a filosofia de Comte - a que o próprio Comte define como positivista - se particulariza frente á filosofia crítica da história de Ranke ao reivindicar a existencia de leis deterministas na história e ao tentar identificá-las especulativamente.

Nota-se assim que a única aproximação possível entre Auguste Comte e Ranke com relação ao termo “espírito positivo” utilizado por ambos se encontra na necessidade de todo conhecimento que se pretendesse científico pautasse-se em dados extraídos da realidade de forma crítica, ou seja, através de um método rigoroso. Entretanto, apesar de compartilharem deste pressuposto fundamental, a direção que ambos tomam - e, defendem para a investigação científica dos fenômenos humanos - é irrevogavelmente diferente.

Enquanto o projeto comteano de uma física social é assumidamente especulativo, a amplamente conhecida "aversão filosófica" de Ranke explicita sua negação da prática especulativa ante a investigação dos fenômenos humanos. Em suma, se Comte pode ser interpretado como um positivista - e, ele próprio utiliza o termo para definir sua proposta filosófica -, Ranke por sua vez não o pode meramente por, a exemplo de Comte, enfatizar as possibilidades do conhecimento histórico, a saber, sua dimensão objetiva. Enquanto a filosofia positivista/especulativa de Comte é - explicitamente - fundada sobre uma concepção naturalista, a "filosofia crítica" de Ranke é baseada em uma concepção historicista do mundo.

Longe de opor de forma simplista os termos positivismo e historicismo - visto existiram vertentes historicistas influenciadas pelo próprio positivismo comteano -, nossa intenção aqui é a de demarcar o distanciamento entre ambos os autores ao assinalarmos de forma sumária que os mesmos concebem sua idéia de história a partir de matrizes filosóficas distintas (Aron, 1969; Caldas, 2007; Comte, 1978; Holanda, 1978, p. 07-26).

Segundo Carbonell (1978, p. 175):

Lorsqu'ils parlent d'une histoire positive ils ne songent pas, semble-t-il, à Auguste Comte, dont le nom n'est jamais cité, mais à la situation concrète dans laquelle se trouve l'historiographie française. C'est contre une autre école qu'ils se dressent; c'est en évitant les erreurs qu'elle commet qu'ils fonderont, prudemment et comme négativement, leur propre école et feront de l'histoire, purgée des passions religieuses et politiques qui la pervertissent, une « véritable science ».¹⁰

¹⁰ "Quando falamos de uma história positiva, não pensamos, ao que parece, em Auguste Comte, cujo nome nunca é mencionado, mas na situação concreta em que se encontra a historiografia francesa. É contra uma outra escola

Assim como Ranke (Holanda, 1978, p. 23), Monod expressava explicitamente uma aversão filosófica, em função exatamente de sua identificação entre reflexão teórica e uma atitude filosófica de especular demasiadamente acerca dos fenômenos históricos. A exemplo de Ranke os metódicos negam a existencia de leis na história e também a possibilidade de aplicação dos métodos naturais áquela parte da realidade que normalmente se define como histórica. Para Carbonell (1978, p. 174-176):

Ce serait adopter un point de vue bien étroit, bien superficiel, que de chercher chez des philosophes — Kant, Herder, Hegel ou Comte, qu'importe — la source du courant qui va s'institutionnaliser en 1876. Taine excepté, dont nous savons qu'il n'a découvert Comte, grâce à Littré [...] tous nos historiens n'ont pas la tête philosophique ; mieux, ou pis, ils dédaignent ouvertement la philosophie. [...] Gabriel Monod et Henri de l'Epinois, à dix ans d'intervalle, se rencontrent au moins sur ce point : ils ignorent dans leur discours Auguste Comte et son système.¹¹

Assim, a historiografia francesa predecessora dos *Annales* não foi positivista. Tratava-se de uma história que poderia ser melhor definida como tradicional, herdeira do historicismo que cultivava um *espírito positivo* centrado no “amor ao concreto - do fato -, temor da não objetividade”. Em contraposição, o *espírito positivista* é aquele que sustenta “uma visão de mundo otimista, progressista, cientista, articulada sobre as leis dos três estados, a hierarquia dialética das ciências, a pesquisa da eficácia” (Carbonell, 1978, p. 182-183).

Se no manifesto de abertura da *RH* de 1876 pode-se localizar uma linguagem positivista (Carbonell, 1978, p. 174), trata-se apenas de convergências parciais e não de uma herança intelectual recebida e desenvolvida:

Gabriel Monod [...] rencontre le comtisme lorsqu'il combat l'histoire théologique, le providentialisme, la cause première et les causes finales, lorsqu'il dit sa foi dans le progrès continue de la raison, lorsqu'il affirme la nécessaire solidarité entre les générations d'hier et celles d'aujourd'hui. Mais il ne s'agit là que de convergences partielles qui, em outre, n'ont pas la même origine chez Monod et chez Comte. C'est par anticléricalisme et non par antithéologisme que le protestant Gabriel Monod et ses amis, protestants eux-mêmes ou séduits par le protestantisme, chassent Dieu de

que eles se dirigem, evitando os erros que eles cometem baseando-se, cautelosamente e negativamente sua própria escola em uma forma de fazer história, purgada de paixões religiosas e políticas que pervertem a possibilidade de uma "ciência real".

¹¹ "Seria adotar um ponto de vista bem estreito, bem superficial, de procurar em filósofos – Kant, Herder, Hegel ou Comte – a fonte da corrente que vai se institucionalizar em 1876. Taine exceto, onde sabemos que ele tenha descoberto Comte, graças a Littré [...] todos os historiadores não tiveram cabeça filosófica, melhor, ou pior, eles desdenham abertamente a filosofia. [...] Gabriel Monod e Henri de l'Epinois, a dez anos de intervalo, se encontram ao menos sobre um ponto: eles ignoram o discurso de Auguste Comte e seu sistema".

l'histoire; c'est par moderantisme républicain et non pour des considerations de philosophie de l'histoire qu'ils prêchent la solidarité (Carbonell, 1978, p. 182-183).¹²

Assim, “um conflito permanente de gerações resulta na constituição da história positiva” do final do século XIX em França, onde as heranças da erudição e do romantismo se mostram inoperantes quando praticadas de forma unilateral. Portanto, em meados do século XIX, na medida em que o romantismo entra em declínio surge então uma “tentação cientista”, uma ambição desmedida de objetividade, que por sua vez acaba na suposta descoberta da “lei dos tempos antigos” (Coulanges), em um “determinismo do momento, do meio e da raça” (Taine) ou da “fonte secreta da história” (Marx).

É neste sentido que teria ocorrido na França do ultimo quarto do século XIX uma retração, um recrudescimento por parte dos historiadores em direção á análise, pois “é o tempo dos fracassos e da modéstia se reencontrarem”. A partir deste movimento é que surgiria uma história positiva baseada na volta da “duvida cética”, na recusa dos historiadores profissionais de se apresentarem como “artistas, profetas, escrivães ou legisladores do tempo”, de onde resultaria a proliferação de “trabalhos pontuais”, “adiando sem cessar [...] a idade das sínteses” (Carbonell, 1978, p. 183-184).

Deste modo, para o autor a noção de *geração* é útil para se investigar possíveis relações entre tradições historiográficas a princípio opostas e, assinalar não só os conflitos (os problemas colocados à tradição), mas também os debates (os possíveis pontos de contato entre tradição e inovação) entre três levas de pensadores franceses sobre as condições de possibilidade do conhecimento histórico, sendo possível assim desnudar os elementos heterogêneos que subsistem á interpretação homogeneizante das gerações seguintes:

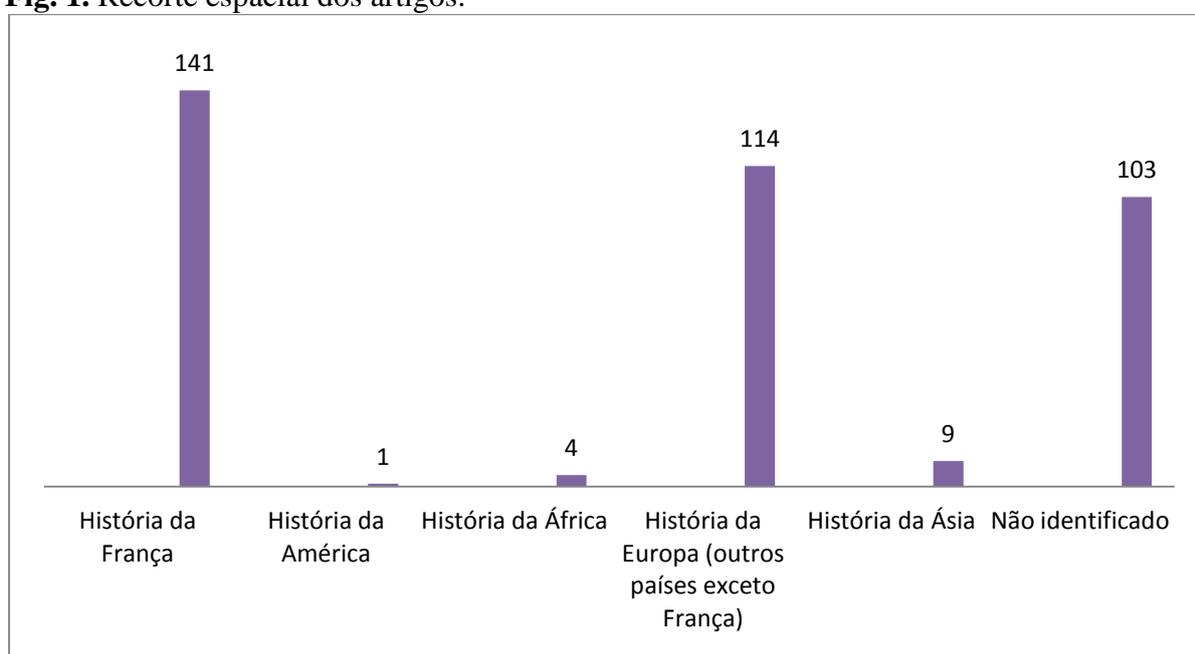
[...] bien sûr, trente ans plus tarde environ, à partir du tournant du siècle, une nouvelle génération apparaîtra, en rupture avec la précédente dont elle dénonce les “prudences tremblotantes”. Henri Berr réclame la nécessaire synthèse; les sociologues l'étude des groupes, des classes et non plus des individus [...] Discréditée, l'histoire positive s'étiole. Encore une génération et surgit l'école des Annales. Alors, rassemblant dans une même commisération hautaine, la tentation scientiste d'un Comte et les pratiques érudites de la foule des historiens du XIX siècle finissant, elle les confrontera dans le même anathème et, suivant les procedes

¹² “[...] Gabriel Monod [...] reencontra o comtismo quando combate a história teológica, o providencialismo, a causa primeira e as causas finais, quando ele professa sua fé no progresso continuo da razão, quando ele afirma a necessária solidariedade entre as gerações de ontem e de hoje. Mas trata-se comente de convergências parciais que, não tem a mesma origem em Monod e em Comte. É pelo anti-clericanismo e não pelo anti-teologismo que o protestante Gabriel Monod e seus amigos, protestantes eles mesmos ou seduzidos pelo protestantismo, excluem Deus da história; é por moderação republicana e não por considerações de filosofia da história que eles preenchem a solidariedade [...]”

de l'amalgame, les montrera du doigt em disant: "Positivistes !" (Carbonell, 1978, p. 184).¹³

Seguem abaixo alguns gráficos que tem por objetivo mapear a produção historiográfica da *RH* desde o ano de sua fundação (deste modo foram utilizados todos os volumes da revista para a extração dos dados que constam nos gráficos) até o início da Primeira Guerra Mundial, acontecimento visto aqui como uma marco impulsionador de mudanças transformadoras do modo de se conceber e de se produzir história ciência em França (anexo I).

Fig. 1. Recorte espacial dos artigos.



Fonte: *RH* (1876-1914). Disponível em: www.archive.org

Na figura 1 procurou-se mapear o recorte espacial dos aproximadamente 372 artigos publicados no referido recorte temporal¹⁴. A maior parte dos textos foram dedicados evidentemente á história da França (38%, com 141 artigos), enquanto que a história da Europa

¹³ “[...] certamente, por volta de trinta anos mais tarde, a partir da virada do século, uma nova geração apareceria, em ruptura com a precedente onde ela denuncia as “prudências temerosas”. Henri Berr reclama a necessária síntese; os sociólogos o estudos dos grupos, as classes e não mais os indivíduos [...] Desacreditada, a história positiva se contrai. Mais uma geração e surge a escola dos Annales. Então, reunindo em uma mesma consideração arrogante, a tentação cientista de um Comte e as praticas eruditas da multidão de historiadores do final do século XIX, ela os confundirá em um mesmo anátoma e, seguindo o procedimento de amalgamar, os mostrará o dedo dizendo: “Positivistas”!”.

¹⁴ Os modelos dos gráficos utilizadas neste trabalho foram retirados do seguinte artigo: BENTIVOGLIO, Julio. *A Historische Zeitschrift* e a historiografia alemã do século XIX. História da historiografia, Ouro Preto, número 6, março 2011, p. 81-101.

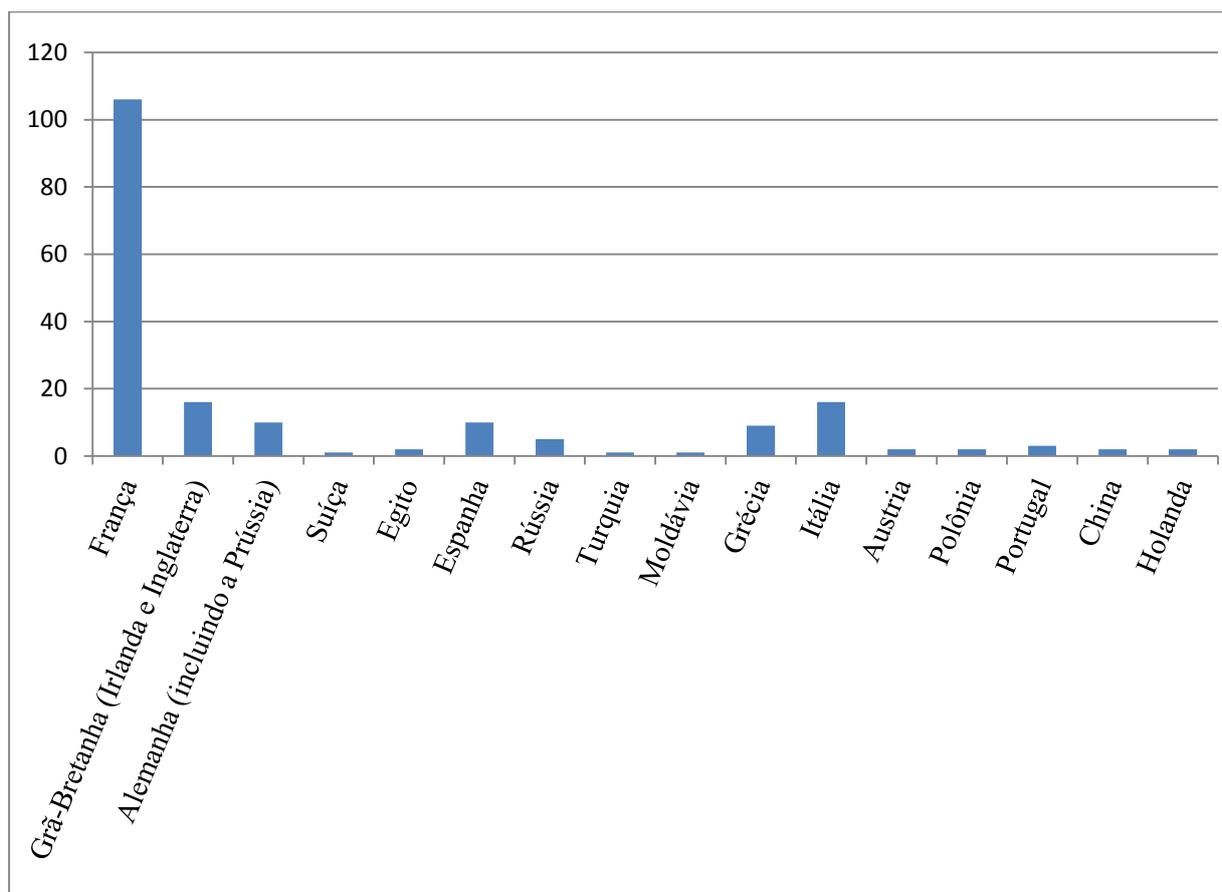
se mostrou também de muito interesse aos colaboradores da revista (31%), computando 114 trabalhos no total. Nove artigos versam sobre a história da Ásia, quatro artigos sobre a história da África e apenas um artigo sobre a história da América, correspondendo juntos a apenas 3,8% do total.

Em uma historiografia onde a unidade diante da diversidade de pesquisas era buscada sob o signo da "nacionalidade", é natural que o interesse maior estivesse vinculado à construção e reconstrução da história da França. Este é o momento de reinterpretação crítica da Revolução Francesa de 1798 e de seus respectivos desdobramentos no oitocentos. Enquanto que para um Fustel de Coulanges tratava-se de se desmistificar as ilusões revolucionárias, para Gabriel Monod a tarefa era a de realocar os eventos revolucionários no que se refere à seu devido grau de importância para a transição entre o antigo regime e aquele que ainda estava por se construir.

A geração de Monod estava interessada em atribuir sentido à um momento histórico recente, que ainda era visto como uma época onde as mudanças em França teimavam em obscurecer a coerência do momento presente e conseqüentemente os rumos da nação. Atribuir sentido ao presente por meio do estudo do passado era considerado como uma tarefa urgente, uma conciliação entre o passado e o presente tornava-se necessária frente ao sentimento de insegurança quanto ao futuro do Estado francês.

Em outras palavras, tratava-se de reestabelecer o fio da tradição, a ligação entre um passado recorrentemente negado para com o presente composto em grande parte por este mesmo passado. Como interpretar este esforço analítico senão por perceber que se propunha recolocar as mudanças diante das evidentes permanências no tempo? Neste sentido, o interesse predominante pela história política pode ser interpretado como uma tentativa de suprimir a falta de sentido, visto como o produto de eventos propulsores de mudanças significativas. A tarefa então era a de medir o devido grau das mudanças normalmente atribuídas aos recentes acontecimentos revolucionários (Hartog, 2003, p. 112).

Fig. 2. Países contemplados pelos artigos.



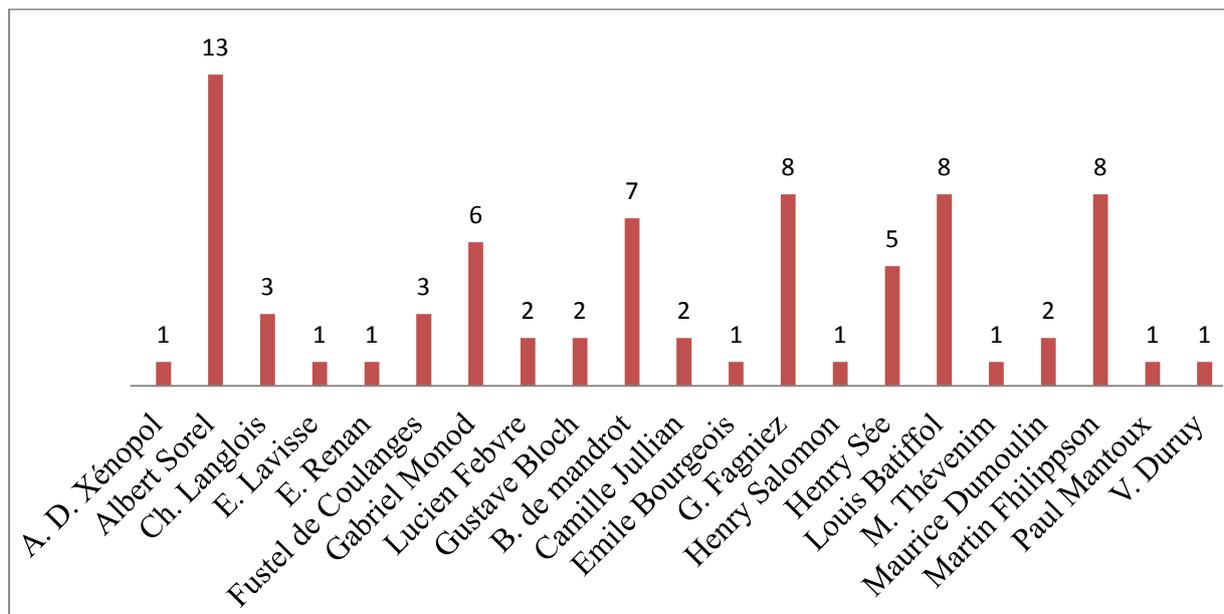
Fonte: *RH* (1876-1914). Disponível em: www.archive.org

Na figura 2 procuramos mapear os países contemplados pelos textos. Evidentemente, a história da França foi contemplada com a grande maioria dos trabalhos, correspondentes a 56% do total. Como possível explicação deste preponderante interesse, deve ser anotado além da supracitada busca pelo estudo do passado nacional com a intenção de reconstrução da coerência política interna, também a maior facilidade de acesso às fontes primárias, estas vistas à época como um documento privilegiado à investigação histórica. Destacam-se ainda neste patamar o interesse pela história da Itália e da Grã-bretanha, ambas contendo o mesmo percentual (8,6%), e pela história da Espanha e da Alemanha também com o mesmo percentual (5%). Os demais países que também foram objeto de estudo foram a Grécia com nove artigos, Rússia cinco; Portugal três; Egito, Áustria, Polônia, China e Holanda, dois; por fim Suíça, Moldávia e Turquia receberam apenas um artigo cada.

Em virtude da existência de grande quantidade de trabalhos relativos ao que à época convencionou-se denominar de "história nacional", no próximo gráfico tentaremos

expor sumariamente a vinculação nacional dos colaboradores da revista. Neste sentido - ao compararmos a figura 1 e a próxima - poderemos notar que os historiadores franceses também estavam muito interessados na história nacional de seus vizinhos europeus, tendo em vista a predominância dos mesmos na *RH*.

Fig. 3. Artigos publicados por alguns historiadores.



Fonte: *RH* (1876-1914). Disponível em: www.archive.org

Ao final do século XIX e início do século XX a *RH* contou com a colaboração de muitos dos mais renomados historiadores da época¹⁵. Os treze artigos de Albert Sorel¹⁶ o colocam como o colaborador mais produtivo no respectivo período. Martin Philippson¹⁷, Louis Batiffol¹⁸ e o co-diretor da *RH* G. Fagniez¹⁹ também se destacam entre os que mais

¹⁵ No anexo I encontra-se uma listagem dos principais autores e seus respectivos artigos.

¹⁶ Albert Sorel (1842-1906) foi um historiador francês. Em 1872 Sorel foi nomeado para lecionar história diplomática no *Institut d'Etudes Politiques* de Paris. Inspirado em Heinrich von Sybel, Sorel passou quase 30 anos na preparação e composição de oito volumes de uma história diplomática da Revolução Francesa.

¹⁷ Emanuel Martin Philippson (1846-1916) foi um historiador alemão nascido em Magdeburg. Estudou história na Universidade de Bonn e posteriormente doutorou-se na Universidade de Berlim. Em 1875 foi nomeado professor associado na Universidade de Bonn. Também lecionou na Universidade de Bruxelas a partir de 1878.

¹⁸ Louis Batiffol (1865-1946) ingressou na *l'École des chartes* em 1885 e posteriormente foi professor na Sorbonne. Louis Batiffol foi mais do que um aluno de Fustel de Coulanges, tornou-se seu discípulo, principalmente no que tange à análise escrupulosa dos documentos. Dedicou-se ao estudo da Idade Média e à sociedade de seu tempo.

¹⁹ Gustave Charles Fagniez (1842-1927) foi um historiador francês especializado na Idade Média e da era moderna. Arquivista paleógrafo formou-se na *l'École des chartes* (1864-1867). Completou sua formação na *École des Hautes Etudes*. Foi Membro da Sociedade de História de Paris e Ile-de-France e foi eleito membro da Academia de Ciências Morais e Políticas em 1901. Em 1876, Fagniez e Gabriel Monod fundaram a *Revue Historique*.

publicaram com oito textos cada um, seguidos de perto por B. de Mandrot (com sete), do fundador e diretor da *RH* Gabriel Monod (com seis) e de Henry Sée²⁰ (com cinco). Em seguida aparece o co-autor da obra *Introdução aos estudos históricos* (1899) Ch. Langlois com três. Sente-se a falta da presença do também autor da referida obra. Seignobos não publica sequer um artigo na revista que é recorrentemente vista como o canal de veiculação por excelência de sua concepção de história. Consagrados historiadores da época como Fustel de Coulanges (com três), Camille Jullian²¹, Maurice Dumoulin, Gustave Bloch²² (respectivamente com dois artigos cada), Ernest Renan,²³ Ernest Lavisse²⁴ e Victor Duruy²⁵ (com um artigo cada) aparecem lado a lado de historiadores desconhecidos do público brasileiro como A. D. Xénopol,²⁶ Émile Bourgeois,²⁷ Henry Salomon e Paul Mantoux (com

²⁰ Henri Sée (1864-1936) foi um historiador francês. Lecionou na Universidade de Rennes. Pesquisou sobre a interação da história econômica, política e social. Sua principal obra é o estudo do capitalismo através das idades (desde a antiguidade até final do século XIX): *Les Origines du capitalisme moderne* (1926).

²¹ Camille Jullian (1859-1933) foi um historiador, arqueólogo e filólogo francês. Aluno de Fustel de Coulanges, cuja obra póstuma, ele publicou. Especializado em Gália e da época romana, era notadamente um estudante da *École Normale Supérieure*, membro da *École Française de Roma* e professor de antiguidades nacionais no *Collège de France*. Sua principal obra é uma história multi-volume da Gália. Jullian foi eleito membro da *Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, em 1908, e da Academia Francesa em 1924.

²² Gustave Bloch (1848-1923) foi um historiador francês. Sua área de interesse era sobre história antiga. Em 1876 tornou-se professor de antiguidades gregas e romanas da Universidade de Lyon. A partir de 1888 ensinou História na *École Normale Supérieure*, onde sucedeu o historiador Paul Guiraud (1850-1907). De 1904 a 1919, foi professor de história romana na *Faculté des Lettres* em Paris. Ele era pai do historiador Marc Bloch (1886-1944), que, com Lucien Febvre (1878-1956), foi co-fundador da *École des Annales*.

²³ Joseph Ernest Renan (1823-1892) foi um escritor, filósofo, filólogo e historiador francês. Os eventos de 1870-1871 o inspiraram a escrever e publicar a obra *Reforma intelectual e moral* (1871). Membro da Academia de inscrições desde 1856, Renan foi eleito em 1878 para a Academia Francesa. Em 1884, reintegrado na Universidade, tornava-se administrador do *Collège de France*.

²⁴ Ernest Lavisse (1842-1922) foi um historiador francês. Em 1876 foi nomeado *maître de conférence* na *École Normale Supérieure*, sucedendo Fustel de Coulanges, e depois professor de história moderna na Sorbonne (1888). Em 1892 Lavisse foi admitido na Academia Francesa, tornou-se editor da *Revue de Paris*. Ele é, no entanto, principalmente um mestre da pedagogia. Quando a *École Normale* se juntou à universidade de Paris, Lavisse foi nomeado diretor da nova organização.

²⁵ Jean Victor Duruy (1811-1894) foi um historiador e político francês. Foi nomeado professor na faculdade de Reims, na idade de 22 anos, e em 1830 foi admitido na *École Normale supérieure*. Como Ministro da Educação entre 1863 e 1869 foi responsável por liderar uma ampla reforma educacional em todos os níveis, que culminou na fundação da *École Pratique des Hautes Etudes*. Após deixar o cargo de ministro dedicou-se à pesquisa sobre história antiga. Foi membro da Academia de Inscrições e Belas-Letras, da Academia de Ciências Morais e Políticas e da Academia Francesa. Em 1876, ele participou da criação da *Revue Historique* ao lado de Gabriel Monod.

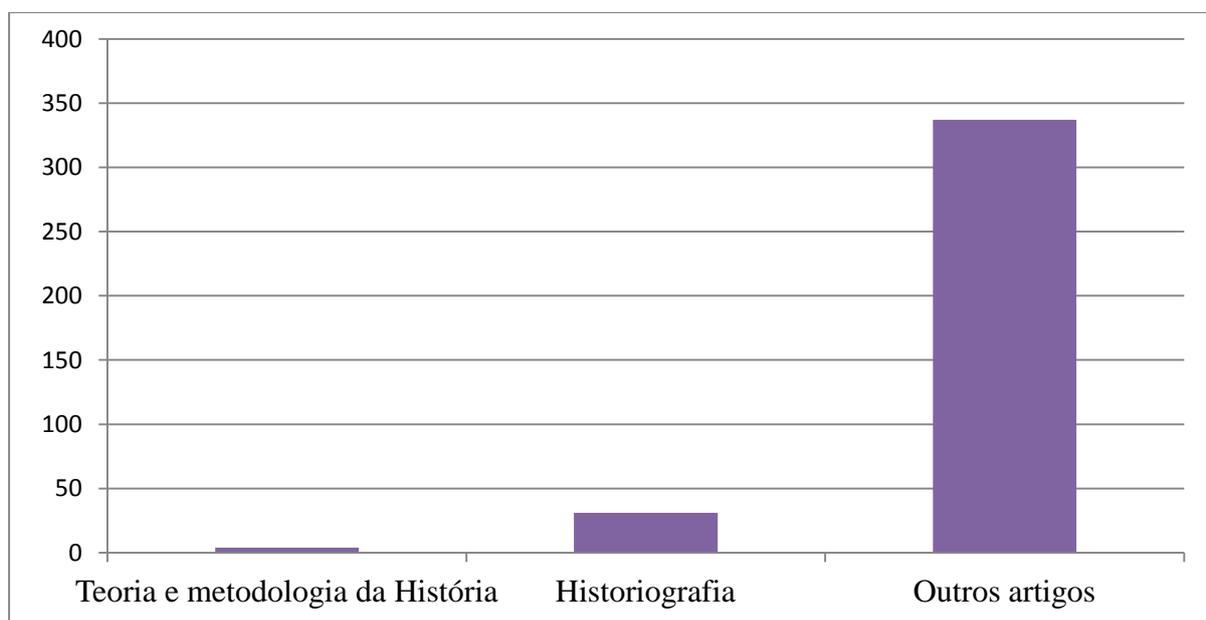
²⁶ Alexandru Dimitrie Xénopol (1847-1920) foi um economista, historiador e filósofo romeno. Sua principal área de interesse versava sobre a teoria do conhecimento histórico, mais especificamente sobre os seus aspectos lógicos. No interior de nosso recorte temporal (1876-1914) o referido autor publicou apenas um artigo na *Revue Historique*, entretanto sua contribuição foi mais intensa na *Revue de Synthèse Historique*. No terceiro capítulo daremos uma abordagem qualitativa de seu pensamento.

²⁷ Emile Bourgeois (1857-1934) foi um historiador francês. Em 1895, foi nomeado professor na *École Normale Supérieure*, mas abandonou esta posição em 1904 para tornar-se professor de história na Sorbonne, onde permaneceu até sua aposentadoria em 1921. Especialista no século XVII, trabalhou também na temática das relações internacionais. Foi também editor de documentos. Em 1920 foi eleito membro da Academia de Ciências Morais e Políticas.

um artigo cada). Curioso também é a presença mesmo que “tímida” do posteriormente célebre fundador da escola dos *Annales* Lucien Febvre com dois artigos.

Levando em consideração a supracitada afirmação de que os mais renomados historiadores franceses à época figuravam dentre os colaboradores da *RH*, ao compararmos a figura 3 para com a próxima, poderemos perceber que a assertiva de Carbonell de que os metódicos não se dedicavam à reflexão teórica sobre seu saber se confirma nos dados numéricos.

Fig. 4. Perfil geral dos artigos.



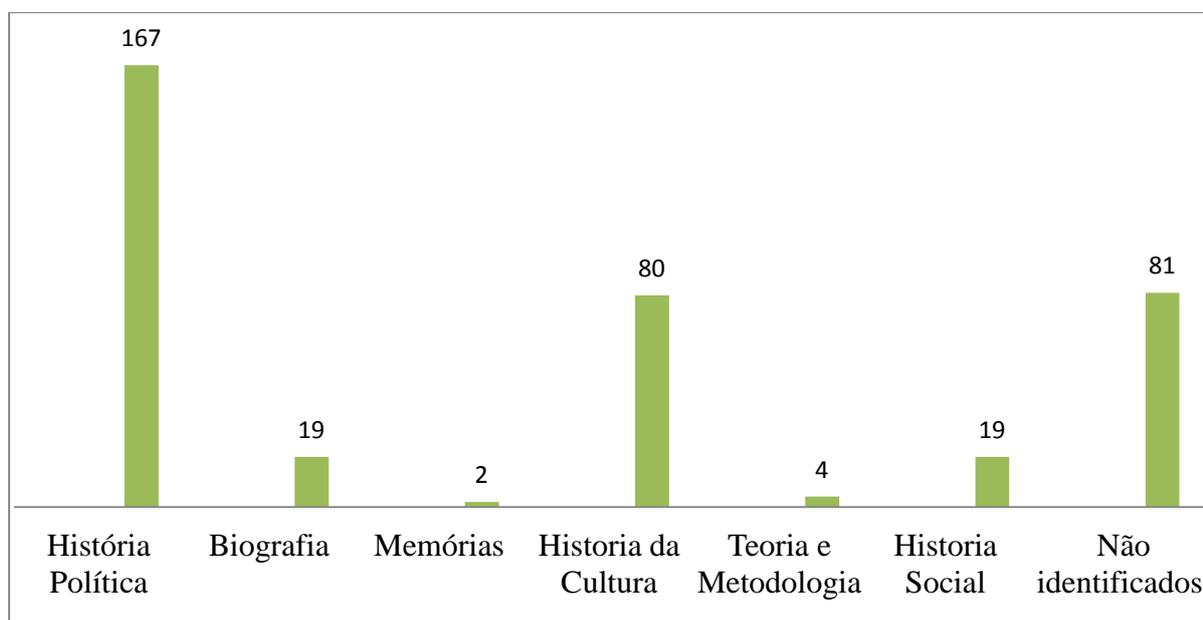
Fonte: *RH* (1876-1914). Disponível em: www.archive.org

Na figura 4 pretendemos mapear o perfil geral dos artigos na *RH*, onde vislumbramos delimitar o espaço conferido à reflexão teórica e metodológica da história (1%) e à historiografia (8%), os artigos restantes somando 91%. Os dados indicam o irrisório espaço destinado à teoria da história e à história da historiografia, somando juntos menos de um décimo de toda a produção do período. Carbonell (1978, p. 174-175) nos lembra de que os historiadores vinculados à escola metódica não se interessavam pela epistemologia de seu saber, mas antes, estavam mais interessados em reescrever a história francesa laicizada, ancorados no método crítico. Mais frequentes - do que os trabalhos que versavam explicitamente sobre os aspectos teóricos do conhecimento histórico - eram os trabalhos sobre

a história da historiografia. O próprio Gabriel Monod dedicou um artigo inteiro para a investigação do pensamento do até então renomado historiador francês Michelet.

Em total consonância para com a construção de uma nova interpretação histórica sobre o passado francês em face á instabilidade política da segunda metade do século XIX, os estudos sobre a história política representa o campo de maior interesse para os historiadores franceses. Entretanto, como podemos verificar na figura 5, o político era até então o tema de maior interesse dos últimos inclusive quanto aos vizinhos europeus.

Fig. 5. Campos da historia mais visitados.

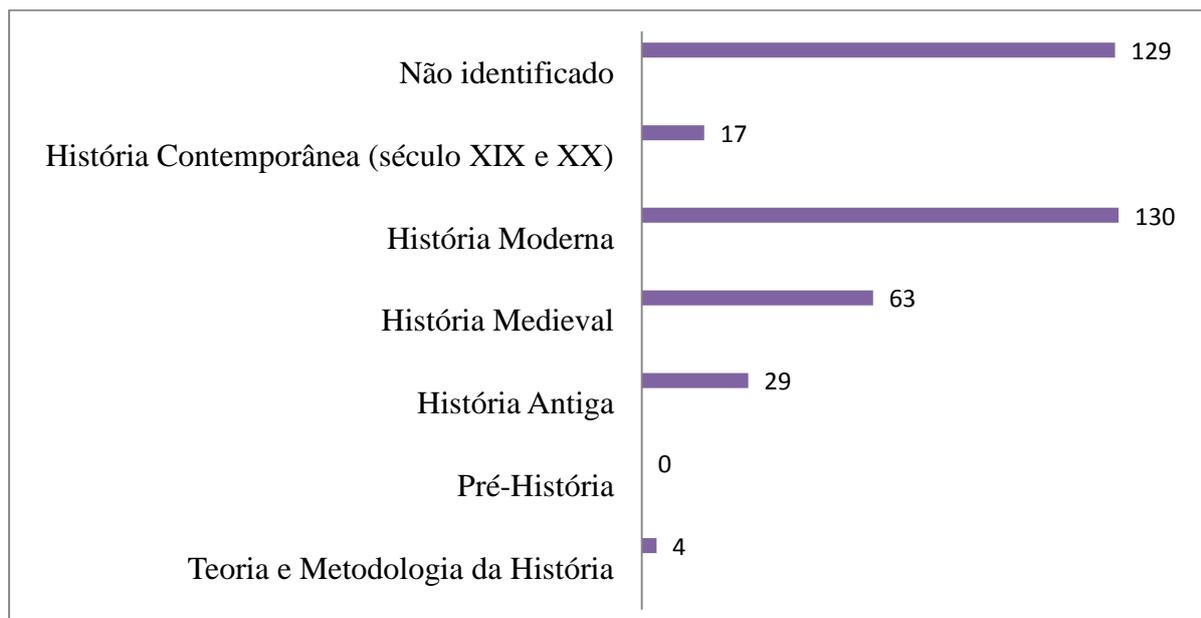


Fonte: *RH* (1876-1914). Disponível em: www.archive.org

Na figura 5, malgrado os problemas relacionados á divisão dos artigos em domínios da história que até hoje não encontram um consenso absoluto entre a comunidade historiadora, pretendemos mapear os artigos da *RH* de acordo com os campos de pesquisa da história (Barros, 2010, p. 210-212; Bentivoglio, 2011, p. 96). Como era de se esperar, a história política representa quase metade dos trabalhos veiculados na revista, somando aproximadamente 45% dos artigos publicados. Em segundo lugar aparecem os estudos sobre historia da cultura com 22%. Logo em diante e empatados surgem os trabalhos sobre historia social e biografia com 5%. Em proporção quase que insignificante aparecem os trabalhos sobre teoria e metodologia (1%) e memórias (0,5%).

Tendo em vista o referido interesse em reinterpretar a história francesa em face dos acontecimentos revolucionários, naturalmente que, no que tange às áreas de pesquisa, a história moderna e contemporânea estariam dentre os círculos de maior estima na *RH*. Deste modo, os estudos de história política versavam em sua maior parte à história recente e à história da constituição do antigo regime durante o medievo.

Fig. 6. Áreas mais investigadas.

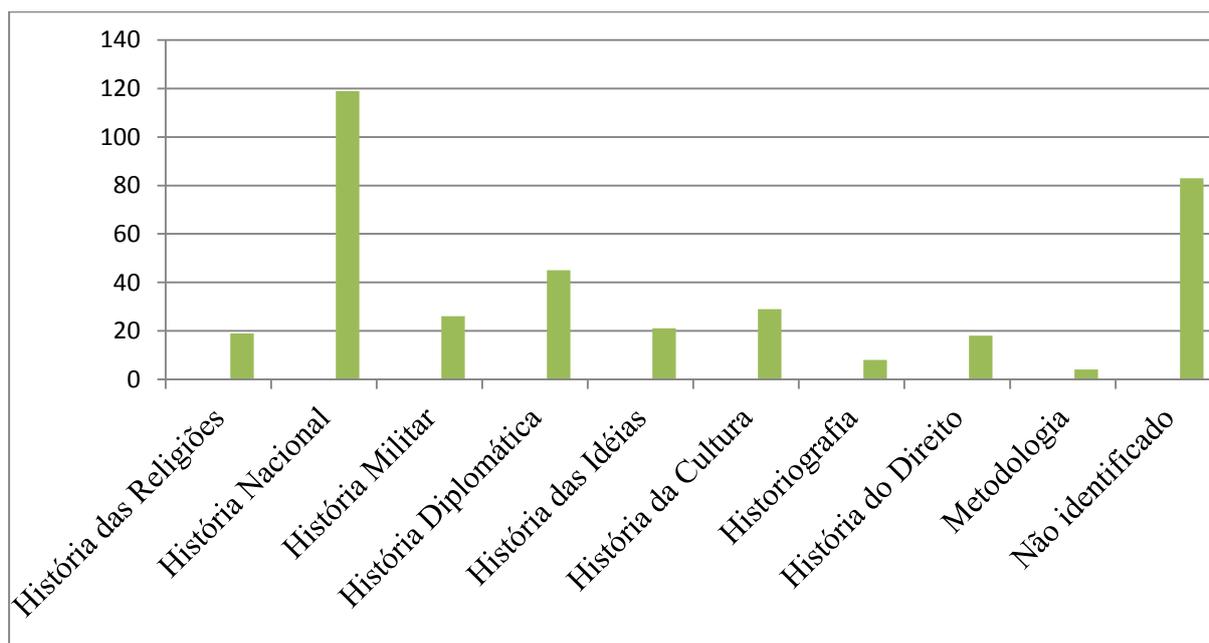


Fonte: *RH* (1876-1914). Disponível em: www.archive.org

Deste modo, na figura 6 tomamos por objetivo dividir os artigos de acordo as áreas do conhecimento histórico, tendo como critério o período histórico a que os trabalhos se referiam, e, mantendo a distinção ante as pesquisas referentes á teoria e metodologia da história (Bentivoglio, 2011, p. 97). A história moderna com 35% e a historia medieval com 17%, dão a tônica da *RH*, ao perfazerem juntas 52% do total da produção mapeada. Em seguida vem historia antiga com 8%, historia contemporânea com 5% e teoria e metodologia com pouco mais de 1%. Por fim, é notável também a ausência de pelo menos um artigo versando sobre a pré-história.

O entrelaçamento dos dados referentes ás áreas para com os temas de pesquisa dos colaboradores da *RH*, malgrado os dados acerca das histórias nacionais não se refiram exclusivamente à história francesa, indicam uma vez mais para o supracitado empenho em reescrever o passado recente em face dos problemas políticos atuais.

Fig. 7. Temáticas predominantes.



Fonte: *RH* (1876-1914). Disponível em: www.archive.org

Na figura 7, buscamos delimitar as principais temáticas abordadas na *RH*. Em primeiro lugar aparecem os artigos que versam sobre aquilo que normalmente se nomeia de histórias nacionais com 32%, no entanto tais trabalhos iam além da história da França, contemplando os principais países da Europa. Em seguida vêm aqueles trabalhos relativos á historia diplomática com 12%, historia da cultura com 8%, historia militar com 7%, historia das idéias com 6%, historia das religiões com 5%, história da historiografia com 2% e teoria e metodologia com 1%.

Sob a rubrica de história das idéias reunimos artigos que analisam o pensamento de variados autores, tal como o artigo de F. Decrue sobre *Les idées politiques de Mirabeau* de 1883 (n. 21), e os trabalhos de Henri Sée *Les idées politiques de Diderot* de 1897 (n. 65), *Les idées politiques du duc de Saint-Simon* de 1900 (n. 73) e *Les idées politiques de Voltaire* de 1908 (n. 98).

2.2 *Revue de Synthèse Historique* (1900-1914)

A *Revue de Synthèse Historique*, fundada pelo filósofo francês Henri Berr em 1900, funcionou como um meio de publicação de trabalhos norteados pelo interesse de

debater sobre as relações entre a filosofia, a história, a psicologia e a sociologia²⁸. Henri Berr fundava a sua concepção de história sobre uma relação intrínseca entre tais disciplinas, pois o mesmo via o objeto de estudo de todas elas vinculado a uma mesma realidade. A seu ver, existiria um fundo histórico que permearia um necessário diálogo que pudesse fazer frente ao pecado do especialismo, a saber, a prática de todos os referidos saberes de forma isolada por indivíduos que se recusavam a admitir possibilidades de aproximações teóricas e/ou metodológicas entre as referidas disciplinas. O termo síntese, funcionando como o conceito fundamental de seu projeto interdisciplinar, é então fundado sobre o seu conceito de teoria, a saber, uma reflexão sobre as disciplinas históricas que nada tem em comum com a especulação recorrentemente associada às filosofias da história (Berr, 1900, p. 01)²⁹.

Assim como Xénopol, Berr também dialoga com o até então consagrado historiador francês Ch. Seignobos, dedicando um artigo inteiro a efetuar uma análise crítica de sua obra *La Méthode Historique appliquée aux sciences sociales*. Em seu artigo *Les rapports de l'Histoire e des sciences sociales d'après M. Seignobos* (1902, p. 293-302), Berr nota uma tendência á época em definir o significado do termo história a partir de uma classificação das ciências: M. Naville (as ciências de leis e aquelas de fatos); Xénopol (ciências dos fatos de repetição e aquelas dos fatos de sucessão) e Rickert (as ciências do universal e aquelas do individual). A partir desta distinção inicial, Berr critica a definição demasiadamente empírica oferecida por Seignobos tanto á história quanto ás ciências sociais³⁰.

²⁸ De acordo com Berr (1900, p. 02-03) em seu artigo programa, todos os saberes históricos tendem sempre á psicologia. Na verdade o autor utiliza o termo síntese como sinônimo de psicologia. Uma das questões principais a que Berr se propõe a precisar é a ausência de uma rígida oposição entre o seu projeto de síntese histórica e a nascente sociologia. Na verdade, o autor vê antes a sociologia como um complemento ao seu projeto. A psicologia histórica proposta por Berr (1900, p. 06) seria então um estudo comparativo das sociedades que culminaria em uma psicologia do social, que para além do conhecimento do passado também dependeria da direção do devir. Porém, o autor reitera a sua aversão à filosofia da história ao delegar como objetivo ultimo da *RSH* a tarefa de se apresentar como um "laboratoire de science, où, s'il se produit des erreurs, on travaillera en commun à les réparer". Assim, apesar de que, enquanto filósofo de formação Berr tente reintroduzir a filosofia na história, ele o faz na medida em que identifica o termo filosofia com a reflexão teórica. Assim, em um primeiro momento, Berr limita a especulação à reflexão epistemológica em detrimento da especulação factual.

²⁹ O papel da teoria para Berr (1900, p. 02) seria então o de fazer a ciência progredir, pois somente a teoria poderia retirar um saber (neste caso, a crítica é explicitamente direcionada à história) de um empirismo contestável. Longe de ambicionar ressuscitar a filosofia da história (que também é por ele relacionada estritamente à atividade especulativa) a intenção de Berr é então a de unificar a análise/erudição histórica à síntese: "Cette Revue, en provoquant des travaux de ce genre, n'em veut pas dissimuler les difficultés : elle ne tient pas à encourager des fantaisies qui n'ont rien à voir avec la science. Elle voudrait amener à la synthèse les recherches solides d'érudition, non seulement en les rapprochant, mais en les approfondissant et en les unifiant; elle souhaite donc d'obtenir des essais de psychologie historique — mais précis, et pour cela méthodiques et restreints".

³⁰ Ao efetuar uma crítica ao programa da *RH* escrito por Gabriel Monod, Berr (1900, p. 03-04) assinala sua oposição à resignação à síntese por parte da tradição representada pela escola metódica. O "effort prudent, limité

Anotando o componente econômico como sendo o principal elemento do que Seignobos entenderia pelo saber que se interessa pelo "social", Berr concorda com Seignobos que o método histórico, além de proceder pela observação indireta dos fatos humanos através dos documentos, é útil às ciências sociais. Contudo, Berr estabelece a primeira advertência ao pensamento de Seignobos ao afirmar que o mesmo é "resolutamente realista e naturalmente psicólogo" em virtude de seu proeminente interesse pelos fatos interiores, em suma, "o que a história [Seignobos] procura, são os *seres*, os *atos* e os *motivos*"³¹.

Em referência sobre a obra *Histoire politique de l'Europe contemporaine*, Berr (1902, p. 298-299) afirma que a preocupação de Seignobos quanto ao uso arbitrário de termos abstratos culminou em um retraimento de sua concepção do termo *social*, pois o uso demasiado de abstrações colocaria em segundo plano aquilo que Seignobos entenderia como sendo a essência da pesquisa histórica: o papel do indivíduo e de suas ações no tempo. Nestes termos, a crítica de Berr sugere uma negligência consciente por parte de Seignobos das "necessidades da sociedade" que podem ser percebidas no estudo do papel e nas funções das instituições sociais no tempo. Berr observa que apesar da preocupação de Seignobos com a "*complexidade* dos diversos arranjos de organização coletiva", o último sendo um "historiador e psicólogo [...] entreve antes esta unidade dentro de uma característica nacional do que em uma base social".

Em outras palavras, Berr (1902, p. 301) ambiciona deslocar do interesse nacional para os fatos sociais a busca pela unidade na análise dos fenômenos humanos. A preocupação para com uma análise que levasse em consideração a complexidade dos fenômenos humanos no tempo somente poderia ser efetivamente colocada em prática a partir do momento em que se mudasse a perspectiva da referida análise. Deste modo, tal modificação de perspectiva implicaria necessariamente no reconhecimento e na preponderância dos elementos humanos

de parti-pris, celle préoccupation d'une « bonne méthode » à appliquer plutôt que de larges résultats à obtenir" seria um indicador da explicação do sucesso da nascente sociologia. Apesar de admitir que os primeiros sociólogos ao tentarem reintroduzir a filosofia na história abusaram da especulação, Berr afirma que a principal causa da ascensão da sociologia foi a "l'excellence de cette idée qu'il y a du social en histoire, que la solidarité sociale est un élément d'explication historique" aliado ao método positivo, mérito atribuído à escola de Durkheim. Trata-se para Berr de aliar a prática (análise metódica) à teoria (síntese). Em suma, o litígio parte das perspectivas de análise (consideração dos elementos contingentes e constantes) e vai em direção ao modo de se operar a generalização na pesquisa.

³¹ "Dans cette préoccupation du fait, de l'événement, et, en définitive, de l'individu, de la cause psychologique concrète, M. Seignobos est foncièrement historien. En tant qu'historien, il échappe à de dangereuses illusions, à des interprétations fausses. Il repousse l'emploi des méthodes mathématique, biologique, logique, en une matière qui est essentiellement psychologique (p. 133).

Mais, d'autre part, peut-être néglige-t-il, méconnaît-il le caractère propre de la recherche sociale. Il est historien plutôt que sociologue, et, si Ion comprend, dès lors, le titre, la signification de son livre, on ne peut être surpris d'y noter des insuffisances".

constantes, as mudanças devendo assim ser atreladas á regularidade, às semelhanças dos fatos no tempo.

Assim, para Berr (1902, p. 302) a proeminência do individual e pela procura das causas psicológicas concretas por parte de Seignobos, terminaria por suprimir qualquer característica científica à história, visto a impossibilidade deste saber em apreender os fenômenos humanos de forma objetiva. Berr conclui que, o papel de sua propositiva síntese histórica seria então o de estabelecer o nexo entre a história dos acontecimentos de Seignobos - subjetiva, pois subsumindo todos os aspectos exteriores dos fatos humanos aos motivos plurais dos sujeitos históricos, entendido como elementos determinantes de suas ações concretas, proceder que hoje poderíamos denominar de explicação intencional (Rusen, 2007) - para com a sociologia, vista como naturalmente objetiva em função de lidar com os aspectos exteriores e, portanto, constantes dos fenômenos.

A síntese histórica que Berr propunha com vistas a vencer a especialização esterilizante entre os saberes se apresentava como uma imensa empresa teórica, interpretada por muitos como utópica, porém os produtos de seus esforços intelectuais e institucionais delegaram uma herança à escola dos *Annales* (Reis, 2010, p. 414). A revista era herdeira de sua tese de doutoramento, onde a originalidade de sua proposta foi inicialmente reconhecida³². Todavia, é com os desdobramentos concernentes á relação entre a história e a sociologia que toma, a nosso ver, o cerne do debate na revista. Berr posiciona-se explicitamente como crítico comedido da história até então praticada, a que ele chama - tomando de empréstimo o termo de Lacombe - de historizante.

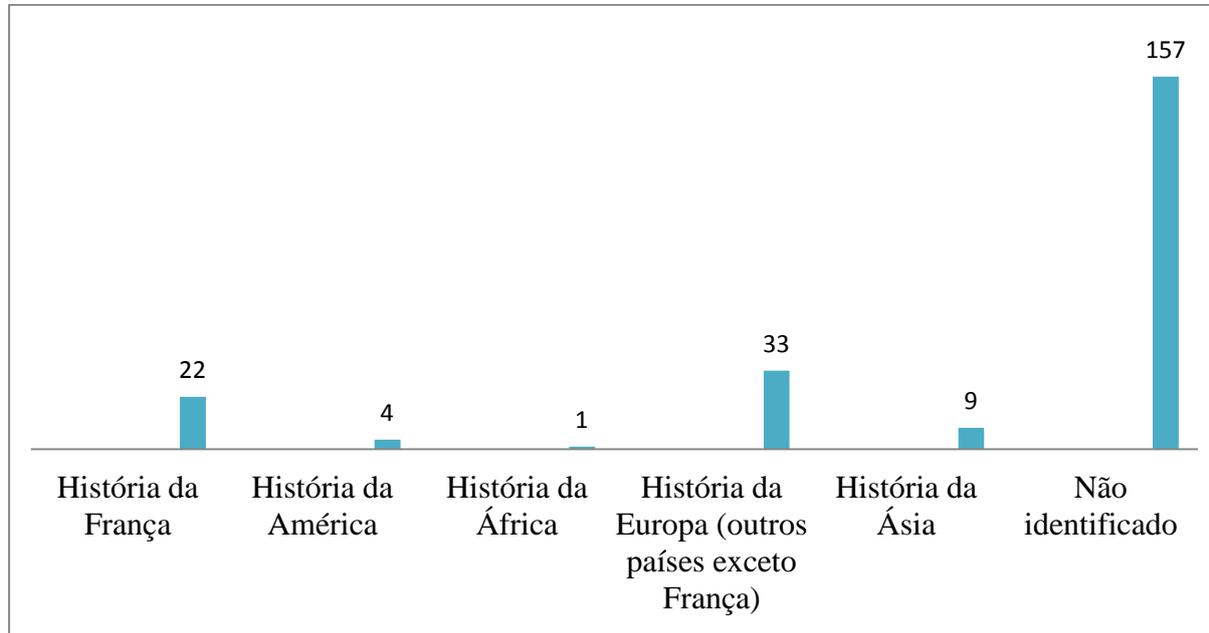
Em seu artigo *Histoire traditionnelle et synthèse historique* (1911, p. 123-124), Henri Berr distingue categoricamente erudição histórica de história tradicional e/ou historizante. Por um lado, Berr utiliza o termo erudição como equivalente ao método histórico, neste sentido a erudição não só seria útil como pressuposto a qualquer síntese histórica. O autor estabelece uma analogia entre erudição/síntese para com os termos observação/generalização, pertencentes às ciências naturais, ou seja, para o autor não poderia existir antagonismo entre a análise e a síntese em história, do mesmo modo que a utilização da observação nas ciências naturais pede o posterior recurso á generalização.

³² *O futuro da filosofia: esboço de uma síntese dos conhecimentos fundados na história* (1893). Segundo José Carlos Reis (2010, p. 414) sua tese "dava um lugar central à história entre as ciências e recusava tanto a fragmentação do real, à qual tendiam os positivistas, quanto a abstração filosófica, á qual tendiam os neokantianos".

Por outro lado, a história tradicional seria o tipo de conhecimento histórico que se limitaria a estabelecer os nexos entre os fatos constatados metodicamente. Sua crítica versa então quanto ao caráter demasiadamente empírico deste proceder. Berr nega a existência das causas individuais relativas a fatos particulares, a seu ver, a história tradicional não se constituiria enquanto uma ciência por se negar a procurar estabelecer e *explicar* as causas complexas dos fenômenos humanos, limitando-se a apresentar uma mera *descrição* das mudanças, em outras palavras, a história tradicional falharia exatamente ao tentar explicar plausivelmente aquilo que coloca como constituindo a essência da história, as *mudanças* no tempo. Em outras palavras, para Berr os representantes da história tradicional pecavam ao se recusarem a ir além da mera análise dos fenômenos humanos, a busca da síntese seria o único meio de se atingir um conhecimento científico dos mesmos.

Seguem abaixo alguns gráficos que, a exemplo do que fizemos anteriormente com a *RH*, tem como objetivo sumariamente mapear a produção científica veiculada na *RSH* (anexo II). Procuraremos também minimamente comparar os dados de ambas as revistas com vistas a indicar em que ponto elas se aproximam e/ou se distanciam.

Fig. 8. Recorte espacial dos artigos.

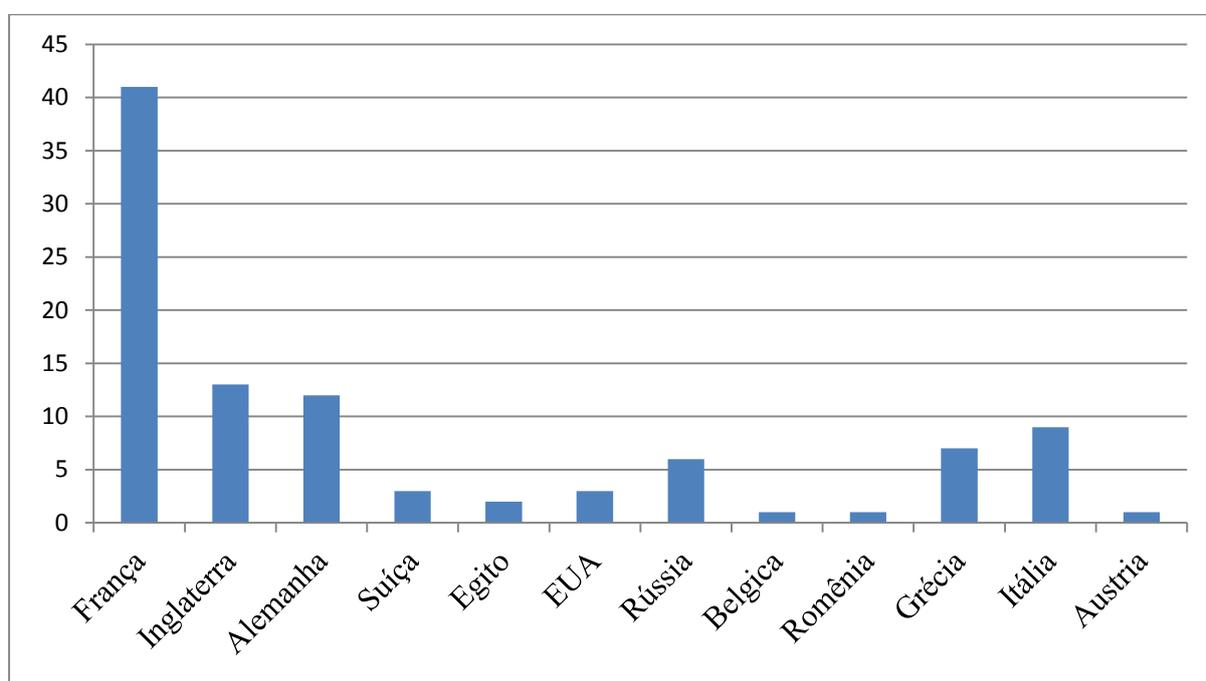


Fonte: *RSH* (1900-1914). Disponível em: www.archive.org

Na figura 8, esquadrihamos o recorte espacial dos 226 artigos publicados na *RSH* entre 1900 (ano de sua fundação) e 1914. A história da Europa aparece em primeiro lugar com

15% e a história da França em segundo com 10%. Percebe-se então uma inversão dos fatores de maior interesse espacial em relação para com a *RH*, podendo ser explicada por um lado em função da maior presença de colaboradores estrangeiros na *RSH*, e por outro, pelo deslocamento da idéia do Estado Nacional como meio unificador das pesquisas históricas. Como vimos anteriormente, a *RSH* foi fundada sob o signo do debate teórico e metodológico sobre as disciplinas históricas. Este conteúdo programático deslocou sintomaticamente o lugar do interesse preponderante dos seus colaboradores. Por fim, seguem os trabalhos relativos à história da Ásia com 4%, história da América com 2% e à história da África com 0,5%.

Fig. 9. Países contemplados pelos artigos.

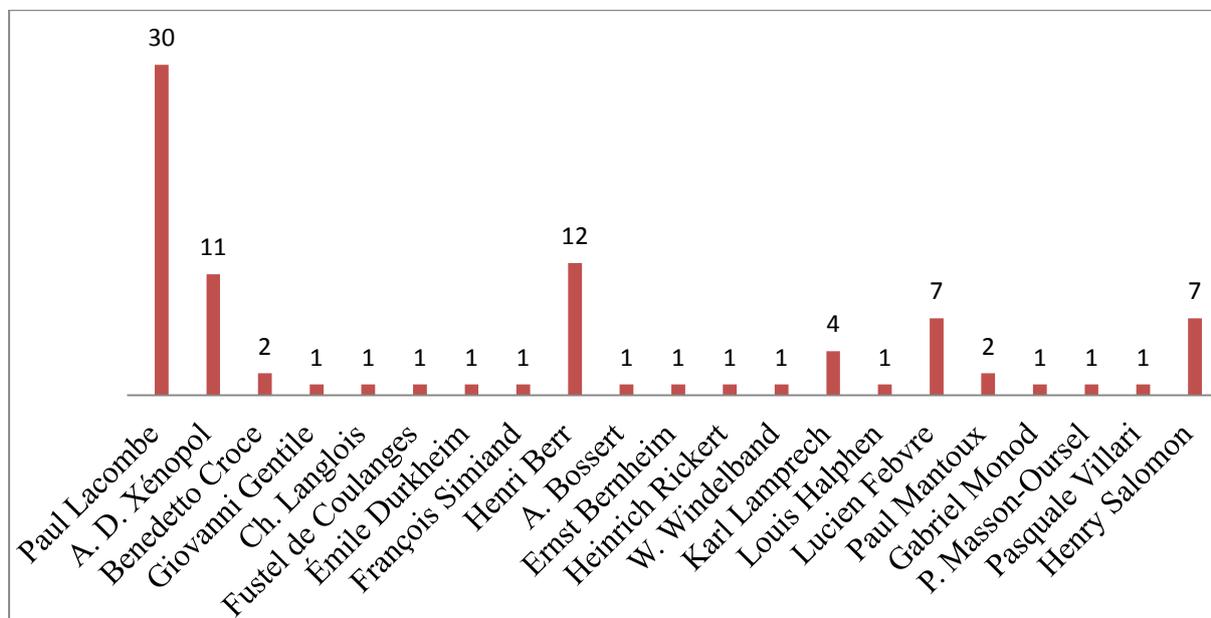


Fonte: *RSH* (1900-1914). Disponível em: www.archive.org

Na figura 9 tentamos localizar quais os países que mais suscitaram pesquisas publicadas na revista. A exemplo da *RH*, na *RSH* a história da França naturalmente aparece em primeiro lugar com 41% dos estudos, embora o percentual da primeira para a segunda tenha decaído significativamente (decréscimo de aproximadamente 15%). Em segundo lugar encontra-se o interesse pela história da Inglaterra com 13%, seguido de perto pela história da Alemanha com 12% e da Itália com 9%. Por fim, o interesse pela história da Grécia com 7%, da Rússia com 6%, da Suíça, dos EUA com 3%, do Egito com 2%, da Bélgica, Romênia e da Áustria com 1% cada. Importante assinalar que as expressivas referências à Inglaterra,

Alemanha e Itália se referem também ao diálogo com as suas respectivas historiografias. Os artigos de Xénopol sobre a causalidade na história fazem valer a pequena presença da história da Romênia na revista.

Fig. 10. Artigos publicados por alguns historiadores.



Fonte: *RSH* (1900-1914). Disponível em: www.archive.org

Na figura 10 localizamos os autores que mais se destacaram na *RSH* em termos de quantidade de trabalhos publicados, e também aqueles que, apesar de pouco publicar na mesma, merecem destaque frente ao amplo reconhecimento de seu trabalho pela historiografia, no sentido de terem se tornado referências mundiais. No interior do primeiro grupo destacam-se os trinta artigos de Paul Lacombe³³ em um período de apenas 14 anos. Dentre seus trabalhos se sobressaem: *La science de l'Histoire d'après M. Xénopol* de 1900 (n. 01); *L'histoire comme science: a propos d'un article de M. Rickert* de 1901 (n. 03) e seus vários artigos sobre o pensamento do historiador e filósofo francês Taine. Os dois primeiros artigos versam sobre o debate entre Lacombe, Xénopol e Rickert acerca das condições de cientificidade da história e sua conseqüente proximidade para com as ciências sociais³⁴.

³³ Paul Lacombe (1834-1919) foi um historiador francês. Em 1859 fez parte da *l'École nationale des chartes*. Suas obras como *Les Armes et les Armures* (1868), *la Petite Histoire du Peuple français* et *la Petite Histoire d'Angleterre*, *Le Patriotisme*(1878), *La Famille dans la Société romaine*, mostram suas tendências inovadoras, que não apenas contam com novos objetos de estudo, como também mostram suas novas formas de abordar os temas.

³⁴ No anexo II encontra-se uma listagem dos principais autores e seus respectivos artigos.

Henri Berr aparece logo em seguida com doze artigos publicados. Apesar de ter adquirido grande destaque à época na função de fundador e diretor da *RSH*, parece ter tido a sua importância eclipsada perante a historiografia pelo posterior reconhecimento internacional da tradição dos *Annales*, e de seus fundadores Lucien Febvre e Marc Bloch. Os mesmos autores que admitiram publicamente terem sofrido uma influência positiva de seu projeto interdisciplinar, e, terem nele se inspirado em grande parte ao fundarem uma nova escola histórica. Malgrado o fato de Henri Berr recorrentemente figurar como um mero desconhecido na historiografia brasileira, seu projeto de uma história "sintética" pode ser visto ainda hoje como um notável esforço epistemológico no interior das ciências humanas. O autor brasileiro José Carlos Reis (2010, p. 401) chega mesmo ao ponto de afirmar que a tradição dos *Annales* somente obteve perdas consideráveis no momento em que seus fundadores se afastaram intelectualmente de Berr, em função de o considerarem demasiadamente teórico.

O supracitado historiador romeno A. D. Xénopol também aparece na lista do primeiro grupo, em função de - para além de ter publicado onze artigos na revista - também figurar como um total desconhecido do público brasileiro³⁵. Em seguida vem o também desconhecido Henry Salomon e o célebre fundador da *École des Annales* L. Febvre com sete artigos cada um. Outros autores igualmente desconhecidos da historiografia brasileira como os franceses A. Bossert, Paul Mantoux³⁶, P. Masson-Oursel³⁷, os italianos Giovanni Gentile³⁸

³⁵ Ou quase, visto o historiador brasileiro José Honório Rodrigues dedicar poucas páginas em sua obra *Teoria da História Brasil* a efetuar uma severa crítica ao historiador romeno.

³⁶ Paul Mantoux (1877-1956) foi um historiador francês. Sua principal área de interesse foi a história econômica, incluindo a Revolução Industrial na Inglaterra. Foi professor da civilização francesa na Universidade de Londres. Em 1903 publica o artigo *Histoire et sociologie* na *RSH*, em eminente diálogo com Simiand, Durkheim e Lacombe sobre as relações entre ambas disciplinas. Neste trabalho, Mantoux (1903, p. 122) - como um historiador de ofício que é - se posiciona muito próximo de Xénopol e de Rickert no que tange à pretensão dos primeiros em submergir a história na sociologia. Para ele, história e sociologia, apesar de trabalharem sobre uma mesma realidade, são disciplinas vinculadas a escolas, a matrizes filosóficas distintas. Sobre a possibilidade de aproximações, Mantoux (1903, p. 140) conclui que "la philologie comparée devait se fonder sur la philologie historique: on prit le parti de limiter provisoirement le champ des recherches, préférant les conclusions restreintes mais exactes aux conclusions étendues mais fausses. On parut renoncer à l'abstraction et à la généralité scientifiques: l'esprit d'érudition dans toute son étroitesse parut l'emporter. C'est ainsi cependant qu'une science véritable s'est fondée". No referido artigo, o autor se aproxima da ideia corrente na época de que a sociologia nada mais seria do que uma história comparada, e, ademais, o autor se posiciona em defesa da erudição histórica em vista das pretensiosas aspirações generalizantes da ciência social. O autor nota também uma importante discrepância entre as teses de Simiand e Lacombe. Enquanto o último - em sua obra *De l'histoire considérée comme science* - entende que o método histórico não só é útil à sociologia, como tende a defender a dissolução da história (mais especificamente, do método histórico) em seu interior, Simiand - em seus artigos publicados na *RSH* - defenderia a tese de que tanto a matriz filosófica quanto o método histórico estariam em "complet désaccord avec la méthode de la science sociale, et leur juxtaposition ne peut produire que des contre-sens. Là où le sociologue cherche des lois, l'historien se contente d'observer des coïncidences ou de vagues connexions; là où le sociologue cherche des causes, au sens scientifique du mot, l'historien s'attarde aux motifs et aux circonstances". O importante de observar neste ponto é que apesar de Simiand e Lacombe posicionarem-se em defesa da sociologia, o primeiro - assim como Xénopol, malgrado a evidente diferença entre o que ambos os autores entendem pelo termo causa - estaria interessado nas causas dos fenômenos, enquanto Lacombe delega um

e Pasquale Villari³⁹ figuram ao lado de autores muitos conhecidos como os franceses Ch. Langlois, Fustel de Coulanges, Gabriel Monod, Émile Durkheim, François Simiand, Louis Halphen⁴⁰, os alemães Ernest Bernheim, H. Rickert, W. Windelband, Karl Lamprecht⁴¹, e, por fim o italiano Benedetto Croce.

importante papel á análise dos motivos/intenções humanas na produção dos fenômenos humanos, em outras palavras, ao que hoje chamaríamos de explicação intencional (Rusen, 2007b, p. 35-43). Outra anotação importante é observar que, o sentido científico do termo causa defendido por Xéropol na história - a exemplo de Seignobos- é o de causa individual. Assim, por mais que Xéropol não explicita em nenhum momento a importância da explicação intencional na história - como Seignobos e Lacombe-, neste específico ponto ele está muito mais próximo da concepção de história de Seignobos do que de Simiand, que, além de restringir a significação do termo causa ao geral, efetua uma clara oposição entre a explicação causal e a análise das intenções humanas no tempo.

³⁷ Paul Masson-Oursel (1882-1956) foi um orientalista e filósofo francês, um dos pioneiros da "filosofia comparativa".

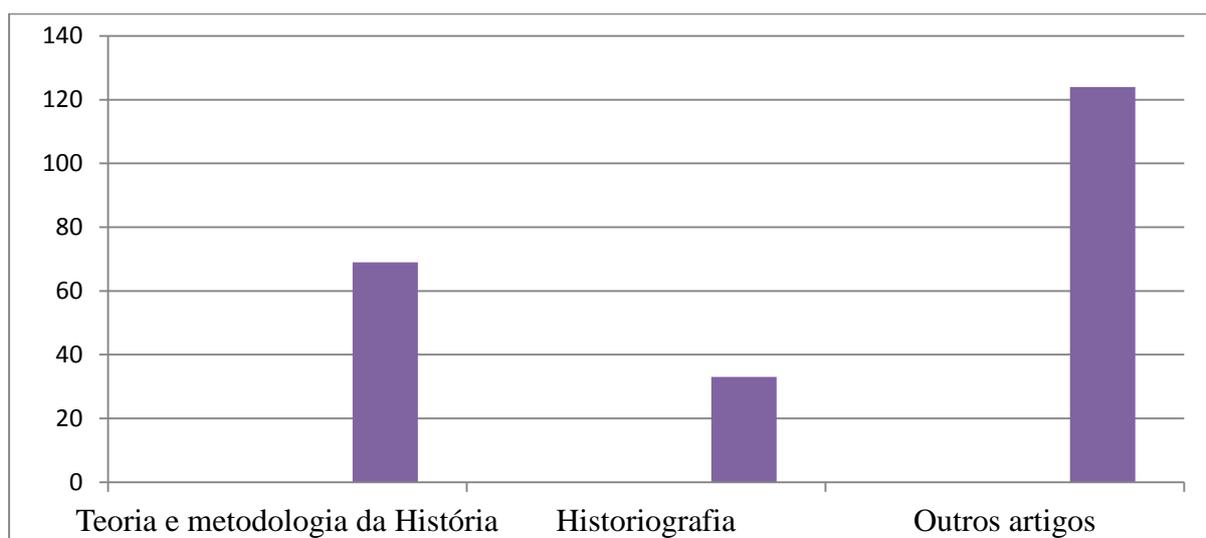
³⁸ Giovanni Gentile (1875-1944) foi um filósofo e educador italiano. Juntamente com Benedetto Croce foi um dos maiores expoentes do idealismo filosófico. Foi professor de história da filosofia na Universidade de Palermo (1906-1914). Em seguida, na Universidade de Pisa (até 1919, filosofia teórica) e, finalmente, na Universidade de Roma (desde 1917 Professor de História da Filosofia, e, em 1926, professor de Filosofia Teórica).

³⁹ Pasquale Villari (1827-1917) foi um historiador e político italiano. Em 1859 foi nomeado professor de história em Pisa. Villari deixou Pisa e foi transferido para a cadeira de filosofia da história do *Instituto de studii Superiori* em Florença, e foi também nomeado membro do Conselho de Educação (1862). Entre 1891 e 1892 foi ministro da Educação onde introduziu reformas importantes no currículo das escolas.

⁴⁰ Louis Sigismond Isaac Halphen (1880-1950) foi um especialista francês em história medieval.

⁴¹ Karl Gotthard Lamprecht (1856-1915) foi um historiador alemão. Estudou história, ciência política, economia e arte nas universidades de Göttingen, Leipzig e Munique. Lamprecht ensinou na Universidade de Marburg e mais tarde em Leipzig, onde fundou um centro dedicado à história cultural e comparativa (Institut für Kultur-und Universalgeschichte). Lamprecht pesquisou a história social e econômica alemã e europeia, especialmente da Idade Média. Seus métodos interdisciplinares despertaram controvérsias ante à academia alemã. Lamprecht foi alvo de críticas de estudiosos consagrados como Friedrich Meinecke, sobretudo por uma suposta falta de rigor metodológico. De acordo com Silva (2013, p. 60) "o conceito de mentalidade da escola dos *Annales* na França, a ênfase vitalista da Nova História norte-americana (Turner, Robinson, Beard) e a importância decisiva da imputação causal em Max Weber são produtos das idéias de Lamprecht: apreensão coletivista da história, regularidade, série de épocas, representações coletivas, evolucionismo, psicologia social, estágios de desenvolvimento econômico ". Assim, Lamprecht foi apenas um dos vários autores que estiveram no centro das inúmeras crises e reformulações do historicismo, onde a mudança de perspectiva das abordagens dos objetos históricos eram resultado de concepções de história que detinham forte influência das então nascentes ciências sociais.

Fig. 11. Perfil geral dos artigos.



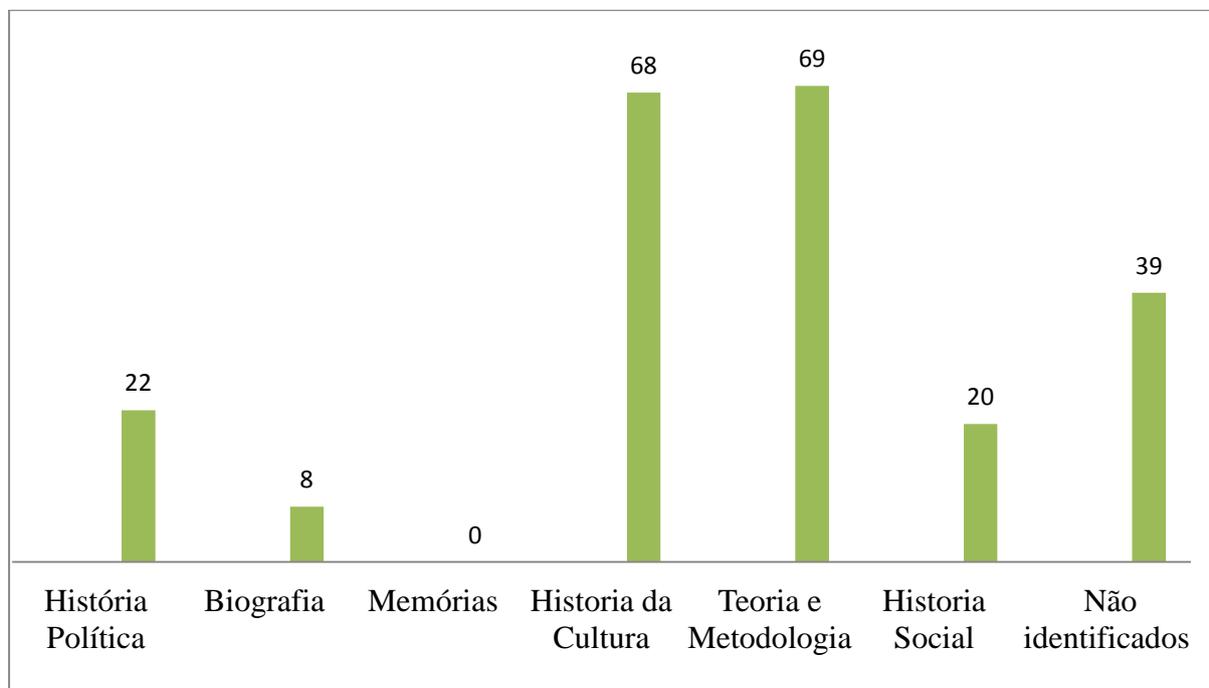
Fonte: *RSH* (1900-1914). Disponível em: www.archive.org

Na figura 11 podemos perceber que a *RSH* pode ser interpretada como um importante meio de veiculação de trabalhos com objetos de pesquisa explicitamente teóricos. Comparando-a com a figura 4 da *RH* podemos perceber uma enorme discrepância no que tange ao interesse pela reflexão teórica e metodológica na história. Há uma inversão sistemática no interesse dos autores de uma revista para outra, pois enquanto a *RH* propõe-se a produzir conhecimento histórico, a *RSH* tem por objetivo maior a reflexão epistemológica sobre todas as disciplinas que tem por objeto o homem. Assim, o interesse programático das próprias revistas - sendo eminentemente diferente - teve por consequência o condicionamento do tipo de trabalhos a serem aceitos para publicação.

Em 14 anos de existência (1900-1914) a *RSH* destinou expressivos 46% (102 de um total de 226 artigos) de sua produção ao diálogo acerca das condições de cientificidade da história e de suas possibilidades de aproximação para com os demais saberes históricos. Os trabalhos dedicados à Teoria e metodologia somam 31% (69 artigos). Outro modo bastante explorado de reflexão teórica foram as pesquisas dedicadas ao estudo da trajetória da disciplina histórica, que aqui denominamos de história da historiografia com 15% (33 trabalhos) do total de artigos publicados. Os demais trabalhos somam 55% (126 artigos) da totalidade das pesquisas. A nosso ver, embora os artigos que não tem por objeto explícito a reflexão teórica sobre o conjunto dos saberes - que à época se denominavam de históricos - ainda representem a maior parte do interesse por parte dos autores, entendemos que o crescimento exponencial (de menos de 10% na *RH* para 46% na *RSH*) pelo interesse pela

reflexão sobre os limites e possibilidades do saber histórico pode ser interpretado como um valioso indicador de que as preocupações sobre o caráter científico ou não da história estavam na ordem do dia à época.

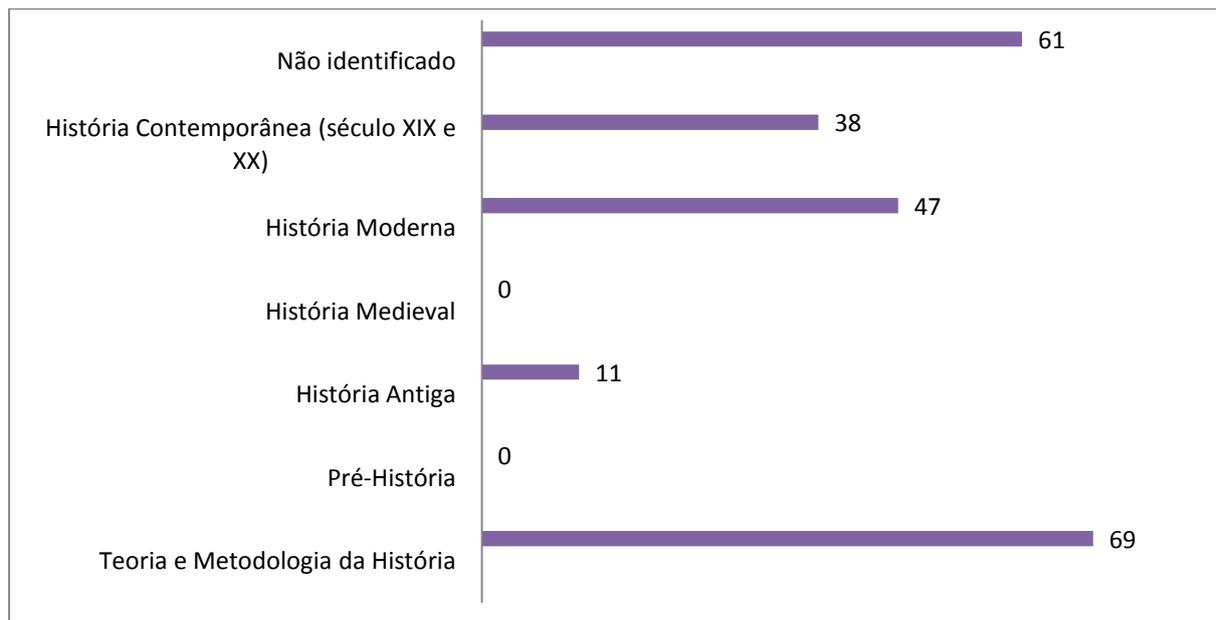
Fig. 12. Campos da historia mais visitados.



Fonte: *RSH* (1900-1914). Disponível em: www.archive.org

Na figura 12 podemos observar que na *RSH* a teoria e metodologia (com 31%) assume o espaço de campo privilegiado de estudo, que na *RH* era delegado á história política. Em seguida surge a história da cultura com 30%. O supracitado deslocamento de interesse dos colaboradores de ambas as revistas mais uma vez pode ser verificado. Enquanto na última revista a história política representava quase metade dos estudos (45%), na *RSH* a história política se restringe a somente 10% do total. Por fim aparecem a história social com 9% e a biografia com 4%.

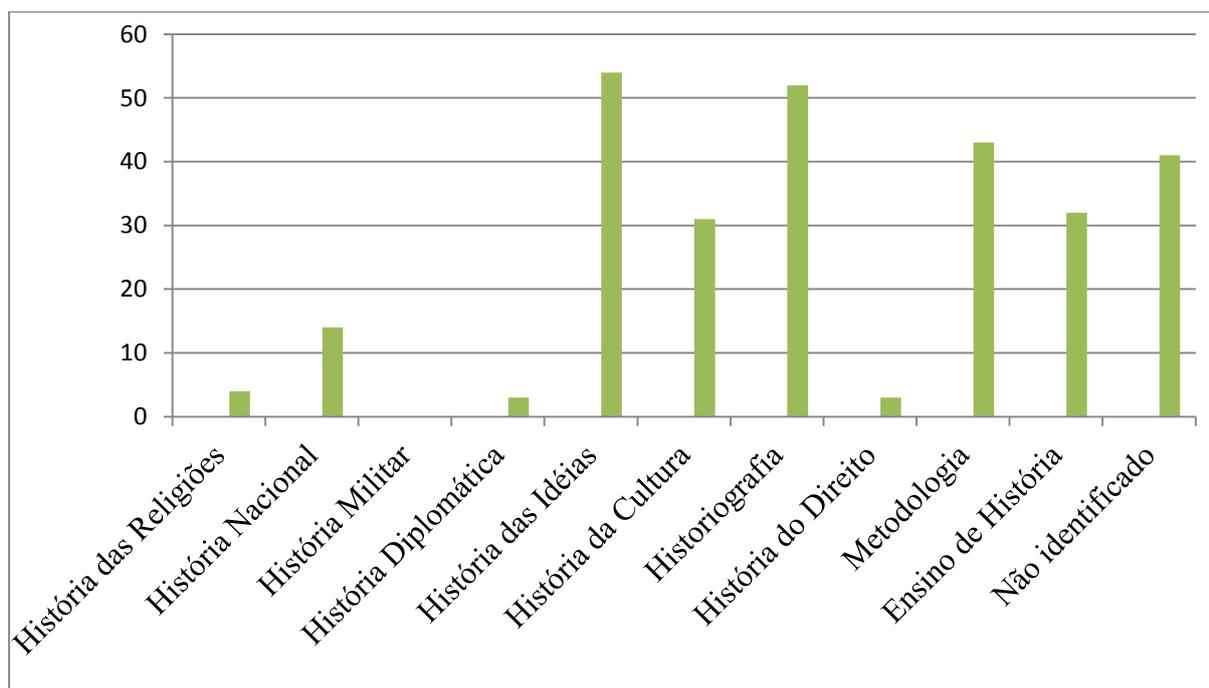
Fig. 13. Áreas mais investigadas.



Fonte: *RSH* (1900-1914). Disponível em: www.archive.org

A partir dos dados que se encontram na figura 13, podemos notar que a área de interesse referente à teoria da história mais uma vez aparece em primeiro lugar com 31% do total de artigos. Seguido pela história moderna com 21%, história contemporânea com 17% e história antiga com 5%. A pré-história - a exemplo da *RH*- e a história Medieval não receberam sequer um trabalho. Deste modo, percebemos então que independentemente dos inúmeros gráficos objetivarem delimitar específicas informações sobre a *RSH*, fica evidente que o elemento de maior interesse da revista está associado à teoria e à metodologia da história.

Fig. 14. Temáticas predominantes.



Fonte: *RSH* (1900-1914). Disponível em: www.archive.org

Na figura 14 elencamos as temáticas capitais da *RSH*. A história das idéias aparece em primeiro lugar com 24%, dentre eles destacam-se os artigos de: A. Bossert, *Portraits d'Historiens: Niebuhr, Ranke, Sybel, Mommsen* de 1900 (n. 01); de Paul Hansel, *La philosophie de l'histoire de Carlyle* de 1903 (n. 07); de Camille Julian, *Augustin Thierry et le mouvement historique sous la Restauration* de 1906 (n. 13); de D. Parodi, *Traditionalisme et positivisme, a propos d'un mouvement d'idées contemporain* de 1906 (n. 13); de F. Kauh, *Idéalisme et réalisme historique, à propos d'uu livre de M. Simmel* de 1907 (n. 14); de Ch. Andler, *Nietzsche et Jacob Burckhardt: Leur philosophie de l'histoire* de 1907 (n. 15); de Gabriel Monod, *Michelet, de 1843 à 1852* de 1908 (n. 17); de S. Jankelevitch, *La Théorie sociologique de M. Simmel*, de 1911 (n. 22); de Henri Bergmam, *Les idées de M. Guglielmo Ferrero sur la Philosophie de l'histoire*, de 1911 (n. 22); de Marcel Drouin, *Leibniz historien* de 1911 (n. 23), e, por fim o artigo de Paul Lacombe, *Réflexions sur l'influence des Idées pures* de 1913 (n. 27). Em seguida vem os estudos de história da historiografia com 23%, metodologia com 19%, historia da cultura com 14%, ensino de historia com 14%, historia nacional com 6%, historia das religiões 2% e historia diplomática com 1%.

Destarte, com esta exposição sumária das características de cada revista histórica podemos perceber algumas aproximações e muitos distanciamentos. No que se refere às

possíveis semelhanças podemos citar que, no que genericamente poderíamos denominar de recorte espacial dos artigos (figurando sobre esta rubrica os dados referentes ao espaço "continental" e "nacional" - figuras 1, 8; 2 e 9, respectivamente), fica evidente a confluência pelo interesse predominante pela história da França e demais países europeus, figurando a história do Egito e da Rússia como as únicas que aparecem em ambas as revistas de modo numericamente relevante.

No que tange às possibilidades de estabelecimento das diferenças entre os periódicos poderíamos mencionar: a presença maciça de pesquisadores franceses na *RH* em face da presença de historiadores de inúmeras nacionalidades na *RSH*, e, nesta última, se por um lado (o aspecto numérico) esses pesquisadores ainda representem minoria dentre os colaboradores, por outro (no quesito qualitativo) os pesquisadores estrangeiros demonstram sua importância ao se encontrarem envolvidos nos principais debates epistemológicos veiculados na revista, de acordo com o contexto francês (figuras 3 e 10); do mesmo modo, se por um lado a história moderna e contemporânea constituem áreas de maior interesse comuns a ambos os periódicos, por outro lado podemos lembrar-nos da enorme discrepância no que tange ao interesse pela teoria e metodologia da história, esta última constituindo interesse negligenciável pela *RH* e, ao mesmo tempo, dando a tônica da *RSH*.

Outro dado interessante que pode dar suporte a questionamentos frutíferos é o de contrastar o grande número de estudos dedicados à área da história medieval na *RH* para com a inexistência de sequer um artigo versando sobre o medieval na *RSH* (figuras 6 e 13); outro possível apontamento pode ser colocado ao percebermos o deslocamento do interesse temático pelas histórias nacionais e pela história diplomática na *RH* para a história das idéias e da historiografia na *RSH* (figuras 7 e 14); por fim, devemos mencionar ainda outro deslocamento não menos importante, o que se refere aos campos de interesse, a parcial migração do interesse pela história política e história da cultura na *RH* para a teoria e metodologia da história e para a história da cultura na *RSH*, respectivamente (figuras 5 e 13).

Entretanto, se por um lado o debate entre história e sociologia pode ser interpretado como o cerne dos diálogos efetuados na revista de Henri Berr, e, a história política tenha sido o alvo por excelência para caracterizar um conhecimento individualizante e em função disso interpretado como anti-científico, por outro lado os trabalhos veiculados sobre a rubrica da história social figuram em terceiro lugar em ambas as revistas. Na *RSH*, ao contrário do que se pode imaginar em um primeiro momento, a história social é contemplada com menos trabalhos do que a própria história política, o que a nosso ver indica que, se as

críticas sobre o político estavam na ordem do dia, o interesse e a procura pelo conhecimento sobre o político ainda se encontravam no início do século XX com considerável força dentre os historiadores europeus.

2.3 A fundamentação epistemológica do conhecimento histórico

2.3.1 Benedetto Croce

Em seu texto *L'attitude subjective e l'attitude objective dans la composition historique* (1903) Benedetto Croce discorre acerca das duas dimensões da escrita da história, a saber, a objetiva e a subjetiva. Segundo o autor trata-se de duas teses sobre como se deve escrever a história que, entretanto, seriam indissociáveis na medida em que a "atitude objetiva se impõe" à pesquisa e, em contrapartida "é impossível de evitar a atitude subjetiva" no fazer historiográfico, sendo a última normalmente definida como o âmbito em que as paixões e os sentimentos do pesquisador exerceriam o seu papel (Croce, 1903, p. 261).

Entretanto, Croce atribui outro sentido à dimensão subjetiva do ofício do historiador. Longe de admitir um sentido restrito ao termo, tal como significando as paixões e os sentimentos, elementos necessariamente arbitrários à investigação histórica, Croce (1903, p. 261-262) se propõe a modificar o sentido do papel da subjetividade na história a partir da definição de que ela representa uma necessidade à própria objetividade historiadora, na medida em que funciona como um *critério ideal*, por um lado para a seleção dos eventos e por outro para a própria análise metódica. Assim, respectivamente, o julgamento de valor seria o critério que definiria tanto os eventos dignos de interesse quanto a análise dos mesmos através de sua reprodução em nossa imaginação.

Para Croce (1903, p. 263) só se faz história através da compreensão do "ideal social" em relação para com os objetivos dos atores históricos, em outras palavras, levando em consideração e julgando a iniciativa dos indivíduos. Assim, para o autor "compreender, é ao mesmo tempo julgar" como os atores históricos tentavam propor soluções para os problemas que vislumbravam em sua época. Deste modo, o elemento subjetivo que Croce julga plausível é responsável pela criação dos conceitos que irão servir para se julgar os acontecimentos e, por conseguinte compreendê-los. Assim, para o autor, mesmo aqueles que não intentam atingir o ponto de vista qualitativo em uma investigação, limitando-se a

simplesmente determinar quais fatos aconteceram não estariam livres do uso de critérios subjetivos.

Croce (1903, p. 264-265) critica a idéia de que adicionar o elemento subjetivo á já complexa análise dos documentos incorreria necessariamente na renúncia por parte do historiador da busca da exatidão e da verdade na história. Assim, para o autor a solução a este impasse seria "reproduzir os documentos e *pensar de forma exata*", pois somente assim se poderia escrever a história de forma plausível.

Deste modo, as divergências entre os historiadores advindas da natural diversidade de seus critérios de julgamento e de análise poderiam ser superadas na medida em que, em detrimento dos pontos de divergência, fossem ressaltados os pontos de convergência entre os sujeitos cognoscentes. Assim sendo, para Croce um dos pilares para a boa recepção da história entre o público interessado estaria na "adoção unânime de uma filosofia (moral, política, estética, etc.)" para que a prática historiadora se colocasse a analisar os problemas propostos de uma forma não ingênua, visto que a negação das idéias pré-concebidas acerca do assunto tratado (por exemplo, a idéia do autor sobre literatura quando o mesmo se propõe a fazer história da literatura) não desencadearia em uma prática objetiva da história, mas antes na má prática da história.

Portanto, baseado em sua proposta de modificação do sentido do termo subjetividade na prática historiadora, onde se substitui o significado do termo como determinando as paixões arbitrárias para passar a indicar o critério ideal, atributo este muito importante para a interpretação histórica, Croce entende que é possível conciliar de forma plausível ambas as dimensões, a partir do momento em que coloca a atitude subjetiva baseada no critério ideal como um elemento integrante da própria objetividade.

Em seu texto *Les études relatives a la théorie de l'histoire em Italie durant les quinze dernières années* (1902) Benedetto Croce adverte que o motivo para a discrepância entre o grande interesse pela erudição histórica, e a quase inexistência que esforços relativos à reflexão teórica sobre a história durante a segunda metade do século XIX na Itália, se deveu á identificação entre reflexão teórica (reflexão de caráter crítico) e reflexão filosófica (reflexão de caráter especulativo) sobre a história, esta última aos moldes da filosofia da história de Hegel, que teve por consequência a tentativa de "introduzir na história a dedução dialética do absoluto no domínio empírico" em detrimento do método histórico, caracterizado em oposição àquele como um método prudente (Croce, 1902, p. 257).

Segundo o autor (1902, p. 258), os filósofos defensores do método dialético em Itália estariam por natureza de princípios teórico-metodológicos em oposição à escola alemã de história, onde Humboldt é visto como um caso exemplar de reflexão no âmbito restrito à teoria da História. Por sua vez, a tradição historiográfica italiana é evocada por Croce para assinalar que muitos elementos constituidores da tradição alemã de história já haviam sido abordados pelo seu maior representante, a saber, o filósofo crítico da história Giambattista Vico.

De tal modo, podemos perceber que o próprio Croce (1902, p. 258-260) já apregoava a distinção semântica entre os termos filosofia da história e teoria da história, observação que pode mais uma vez ser sustentada quando o autor opõe as obras de filosofia da história surgidas na Itália entre as décadas de 60 e 80 do século XIX - sob a influência do positivismo e do naturalismo - aos estudos de teoria da história empreendidos por Antonio Labriola a partir da década de 80 do referido período. Neste período, Labriola seria um autor sintomático no estabelecimento da distinção entre pesquisa filosófica e a prática da história concreta, onde a última seria caracterizada pela recusa à história filosófica e/ou universal fundada sobre um plano pré-concebido do desenvolvimento histórico. O interesse de Labriola estaria assim restringido à teoria da historiografia e ao esforço de esclarecimento dos conceitos fundamentais para a compreensão histórica. Deste modo, Croce se situa ao mesmo tempo como herdeiro da tradição historicista principiada por Vico e como integrante deste movimento iniciado por Labriola que se interessa pela reflexão "sobre o valor e os limites do conhecimento histórico" como um meio de se atingir o verdadeiro caráter da História.

Ao discorrer acerca de sua obra *L'histoire ramenée au concept general de l'art*, Croce (1902, p. 261) faz alusão aos seus críticos e também aos autores que possuem uma concepção de história convergente com a dele, a saber, uma concepção de história como um conhecimento do individual, possuindo uma dimensão estético-artística vista como essencial. Entretanto, o autor adverte que a sua concepção de história depende diretamente do que o mesmo entende pelo termo *arte*. Em contraste com a visão comum de que a arte remeteria apenas à busca do prazer e à incitação da emoção, Croce opõe o seu conceito geral de arte, definindo sua concepção de história a partir de uma problematização de seu âmbito estético, a dimensão onde a intuição desempenharia um papel importante na produção do conhecimento histórico. Assim, para Croce (1902, p. 262-263):

Nous avons grand besoin, à côté de la Logique de l'intellect, de constituer une Logique de l'intuition ou de la *représentation*; celle-ci, en effet, n'est pas un simple

fait psychologique, mais bien une création spirituelle como le concept logique, et elle implique, comme celui-ci, le discernement du vrai et du faux (représentation adéquate ou inadéquate, cohérent ou incohérent [...]) L'histoire est une connaissance de individuel, de la réalité de fait; et, dès alors, elle est une connaissance intuitive (l'individuel ne pouvant être qu'un objet d'intuition). Or la connaissance intuitive, qu'elle s'adresse à l'individuel de fait ou à celui qui révèle seulement de l'imagination, est de nature *esthétique* e non logique, *representative* e non abstraite.⁴²

Deste modo, Croce visava conceber uma nova estética baseada em seu conceito geral de arte, a saber, o âmbito onde agiria a imaginação e/ou a intuição do sujeito cognoscente. Assim, Croce (1902, p. 263-264) concebia a estética como uma filosofia geral da arte, imprescindível para servir de fundamento para o seu objetivo final, o de constituir uma teoria da historiografia que não estivesse vinculada exclusivamente à "logique de l'intellect, de l'abstraction ou du concept", mas também à um novo tipo de lógica, a lógica da imaginação. A ampliação do significado do conceito de lógica proposto por Croce estaria pautado na igual ampliação do significado do conceito de arte. Assim, reconhecer o papel dos elementos subjetivos na produção do conhecimento histórico seria muito mais proveitoso em virtude de torná-lo "menos ingênuo", em detrimento da "mera análise dos elementos da realidade". Somente a arte poderia servir como um critério admissível para se estabelecer relações entre o que é "réel de fait et ce qui est idéalment possible". Deste modo, o autor demarca explicitamente a sua posição ao rejeitar qualquer tentativa de afirmação de legitimidade da história pela via exclusiva do racionalismo, rejeitando as filosofias da história de caráter especulativo e suas consecutivas leis do desenvolvimento histórico.

Mas então, poderíamos perguntar, Croce identifica literalmente a história à arte? A resposta, a nosso ver, é negativa. O autor argumenta que nunca identificou a "intuição puramente estética e a intuição de característica histórica", indicando em seus próprios termos que existiria um tipo particular da ação da imaginação criadora na história. A pergunta então persiste: para Croce a história é ciência ou arte? O autor, no intuito de esclarecer sua concepção de história, estabelece suas aproximações e distanciamentos para com aqueles autores que estavam no centro do debate sobre a natureza do conhecimento histórico no interior da *RSH* no princípio do século XX, a saber, P. Lacombe, Xénopol e Rickert.

⁴² "Nós vemos uma grande necessidade, ao lado da Lógica do intelecto, de constituir uma Lógica da *intuição* ou da *representação*, aquela que, com efeito, não é um simples fato psicológico, mas bem uma criação espiritual como o conceito lógico, e ela implica, como aquela, o discernimento do verdadeiro e do falso (representação adequada ou inadequada, coerente ou incoerente [...]) A história é um conhecimento do individual, da realidade de fato, é um conhecimento intuitivo (o individual poderia ser somente um objeto de intuição). Ora o conhecimento intuitivo, aquele que se destina ao individual de fato ou para que releve apenas de imaginação, é de natureza *estética* e não lógica, *representativa* e não abstrata."

O único ponto em que o autor estaria de acordo com Lacombe⁴³ remeteria exatamente à recusa do último à atribuir o adjetivo de científico à história narrativa, a partir do momento em que, aludindo à tradição de Aristóteles e Sócrates, o objetivo da ciência seria irrevogavelmente a busca pelo universal, o necessário, o essencial. Assim, de acordo com a definição tradicional do termo ciência, Croce concorda com Lacombe na medida em que reitera que "l'histoire est donc connaissance, mais non science" porque ela "s'occupe de l'individuel, de l'empirique, de ce apparaître et disparaître dans le temps e l'espace". Com relação a Xénopol e a Rickert, apesar de afirmar que a teoria da história italiana estaria genericamente de acordo com suas teses, Croce julga a ampliação do significado do termo ciência, efetuado por ambos os autores, como um esforço desnecessário, pois, constituindo uma simples mudança na terminologia tradicional que não se apresenta como uma distinção profunda. De todo modo, o autor adverte que toda teoria que não se preocupasse em desenvolver reflexões sobre a dimensão estética do conhecimento histórico estaria fadada ao fracasso (Croce, 1902, p. 265).

Apesar de se aproximar de Rickert quando defende a ausência de qualquer elemento objetivo para a seleção dos acontecimentos por parte do historiador - pois que o critério utilizado estaria sujeito a algumas variáveis de acordo com seu interesse, sendo então um critério "puramente relativo" -, Croce (1902, p. 266) contesta a tese de Rickert de que a história - apesar de possuir um elemento imaginativo - poderia ser considerada como uma ciência. A oposição de Croce se baseia então na refutação de três proposições que julga como fundamentais para que Rickert julgue plausível a defesa da cientificidade da história.

Em primeiro lugar, enquanto para Rickert a intuição para o artista funcionaria como "un simple moyen destiné à produire l'effet esthétique, au lieu que l'historien en use pour reconstituer les événements réels", para Croce o objeto da intuição praticada pelo artista seria um fim e não um meio, e a distinção entre o artista e o historiador baseada no interesse

⁴³ O autor assinala ainda a discrepância entre a sua teoria da história para com as premissas da sociologia - premissa às quais P. Lacombe compartilha - e da "filosofia geral" à que a primeira estaria vinculada. Por sociologia o autor entende um ramo da filosofia especulativa da história que visa conseqüentemente ao estabelecimento de leis sobre o desenvolvimento histórico. Sua discordância pode então ser sintetizada em sua recusa na existência de leis históricas - pois a seu ver existiriam somente "*intuitions* ou des faits historiques" - e de seu pressuposto teórico de que o termo *sociedade* não designa um elemento original e/ou desempenha uma função primária na realidade, mas antes que o termo designaria apenas um produto do espírito humano. Assim, a seu ver, a sociologia sendo nada mais do que um ramo da filosofia - também definindo o termo filosofia como sendo "*la science de l'idéal ou de la valeur, e'est-à-dire de l'esprit*" -, encontrar-se-ia em um caminho errante em função de ser de tudo um pouco, desde "un peu d'histoire sophistiquée, tantôt un peu de philosophie vulgaire et imprécise". Entretanto, o autor reconhece que, no que tange à teoria do direito e à teoria econômica, a sociologia possuiria maior valor ao "*renforcez d'une part le sens historique, et d'autre part le sens philosophique*" (Croce, 1902, p. 268).

do historiador em reconstruir eventos reais passados é simplesmente "une différence de contenu et non une différence au point de vue de la forme cognitive".

Em segundo lugar, enquanto para Rickert o historiador estaria subordinado à realidade e o artista não, para Croce tanto o historiador quanto o artista estariam sujeitos à realidade, mesmo que o artista estivesse passível a um tipo particular da realidade, àquela "purement possible".

Em terceiro lugar, se para Rickert o historiador busca a verdade através de julgamentos executados com a ajuda de conceitos, e, o artista nunca estaria à busca de estabelecer julgamentos verdadeiros, para Croce se o termo *julgamento* foi utilizado por Rickert no sentido lógico, ou seja, abrangendo o universal, tais julgamentos não pertenceriam nem à arte e tampouco à história. Deste modo, a nosso ver, a discordância fundamental entre Rickert e Croce está baseada na atribuição semântica do termo *julgamento* por parte de cada autor, pois enquanto Rickert (apud: Malerba, 2013) atribui ao julgamento do historiador tanto os limites relativos à sua subjetividade, quanto suas possibilidades objetivas pautadas no estabelecimento de julgamentos de caráter universal - o universal não estando, obviamente, ligado à lógica naturalista onde somente poderia ser estabelecido em forma de leis -, segundo Croce os julgamentos existentes na arte e na história seriam determinados pelo seu caráter narrativo.

Destarte, se ao que parece Croce está em busca de uma terceira via para determinar a natureza do conhecimento histórico, o autor se posiciona explicitamente a favor de considerar a história como um misto de ciência e arte, e, que em função destas peculiaridades, seria um erro ou uma perda de tempo o empenho em tentar legitimar a disciplina histórica perante a comunidade historiadora e a sociedade como um todo através da sua aproximação para com o conhecimento científico, em função de interpretar a sua dimensão estético/subjetiva tão importante quanto a sua dimensão empírico/objetiva. Portanto, Croce estabelece que a história é nada mais que um conhecimento, que não exige a necessidade de ser científico para ser legítimo, mas antes que sua legitimidade estaria vinculada à conciliação entre ambas as dimensões.

2.3.2 Ernest Bernheim

Ernest Bernheim em seu artigo *La science historique moderne* (1905) tem por objetivo estabelecer um diálogo crítico com a obra de Karl Lamprecht. Sua intenção é a de estabelecer relações - as possíveis aproximações e os conseqüentes distanciamentos - entre a contribuição intelectual de Lamprecht para com a tradição historiográfica - e filosófica - até então vigente, tendo em vista que o último expressaria explicitamente que o “sa méthode est intéiramente nouvelle et constitue le point de départ d’une nouvelle evolution dans la conception de la science historique” (Bernheim, 1905, p. 125).

Levando em consideração a importância da obra de Lamprecht, Bernheim inicia sua análise criticando a postura do primeiro com relação às possíveis influências fundamentais para a sua peculiar concepção de história, negando assim a originalidade patenteada pelo primeiro. Segundo Bernheim as idéias diretrizes a que Lamprecht se pauta para a confecção de sua obra não possuem somente uma “semelhança parcial” para com o positivismo de August Comte, como o segundo defende, mas antes seriam diretamente inspiradas em Comte.

A originalidade das contribuições de Lamprecht estaria restrita à “aplicação prática” efetuada pelo mesmo, e assim, em colocar em prática uma pesquisa empírica que deslocasse a ênfase analítica da “psicologia individual” (de acordo com as premissas da escola de Ranke) para a dimensão social e/ou sócio-psicológica da história. Deste modo é reconhecida “certa originalidade” à obra de Lamprecht, mas no que tange às suas partes essenciais não há nada de novo proposto, assim, a recusa do autor se vincula à percepção de que houve uma ruptura radical operada por um suposto “autodidata” (Bernheim, 1905, p. 126-128).

Para Bernheim o “ponto de vista sócio psicológico” tomou duas direções principais. De um lado, passando pela filosofia idealista culminou na filosofia especulativa de Hegel, por outro lado passando pelo positivismo francês e inglês culminou no positivismo de August Comte. Entretanto, em virtude da concepção hegeliana se basear “demasiadamente na dedução de premissas metafísicas”, é Comte aquele considerado como o verdadeiro fundador da percepção acerca da importância das “influências físicas da sociedade sobre os espíritos individuais”, que deveria ser buscada de forma metódica, exigência fundamental para se proceder à determinação da influência dos fenômenos sociais.

Comte estaria então interessado em determinar os caracteres comuns dos homens no tempo em busca de uma evolução histórica baseada na determinação necessária das características individuais pelas características sociais. Deste modo, as diferentes fases da civilização deveriam ser analisadas naquilo em que elas possuiriam de comum, de semelhante, através de um método comparativo que granjeasse estabelecer uma “série de fenômenos contínuos determinados por leis gerais”, leis de caráter psicológico (Bernheim, 1905, p. 126; 128).

Para Bernheim, dois principais fatores distinguiriam a obra de Lamprecht do pensamento comteano. Por um lado, em função do recurso ao uso da “análise psicológica individual”, como um meio auxiliar com vistas a identificar os “elementos dos processos físicos gerais”. Em seguida, tal pressuposto acarretaria na diferente forma de definir as fases da civilização sob o mote de uma ordem de sucessão particular, pois a sucessão seria estabelecida primeiramente e de uma forma “puramente empírica”, para somente a posteriori se “deduzir as fases da história da civilização em geral” (Bernheim, 1905, p. 130). Neste sentido, podemos perceber que Lamprecht procede do individual ao universal em sua análise.

Assim, a despeito de Lamprecht dever sua idéia fundamental de história ao positivismo comteano, “une partie non négligeable de son système reflète les idées de Hegel”. Deste modo, Lamprecht teria efetuado uma combinação das idéias de ambos os autores, que ao negar a “sucessão das épocas segundo uma característica demasiadamente intelectualista” efetuada por Comte, a substitui por uma divisão temporal de “maior porte físico” por influencia do próprio Hegel (Bernheim, 1905, p. 131).

Lamprecht teria então transitado entre o “pôle des éléments sociaux, tantôt par celui des antinomies individuelles, pour toujours revenir au premier qui forme son point de départ”. Destarte, a despeito dos inúmeros “défauts des déductions” detectados, para Bernheim a obra de Lamprecht é recheada de “idéées ingénieuses, par l’analyse et la peinture brillante des traits les plus caractéristiques des différentes époques historiques”, e, teria assim “suscité émulations fécondes” na ciência histórica, na medida em que colocou em evidencia seus problemas metodológicos inerentes á análise da dimensão dos elementos sócio psicológicos do desenvolvimento histórico.

Entretanto, para Bernheim a sua contribuição somente responde á uma demanda pela inclusão da dimensão social no interesse da história, em função de não se propor a complementar a concepção individualista, mas antes a simplesmente contrapô-la. Assim, para Bernheim (1905, p. 132):

[...] touchons ici au point central de tout le mouvement historique moderne et de la méthodologie de Lamprecht: les rapports entre l'individu, d'un côté, et la masse, l'évolution dans son ensemble, d'un autre côté. En opposition avec la souveraineté des princes et avec l'organisation essentiellement individualiste de l'État au XVIII^e siècle, et par conséquent en opposition aussi avec la conception pragmatique et politique de l'histoire qui ne tenait compte que de motifs individuels, nous voyons dans la Révolution française éclore la souveraineté du peuple qui se préparait progressivement et depuis longtemps, et la transformation correspondante de l'organisation de l'État, - ce qui eut pour conséquence, pour employer un terme qui se recommande par sa brièveté, la *socialisation* de la conception relative à l'histoire.⁴⁴

Segundo o autor não se trataria então de cometer o mesmo erro de Condorcet, Buckle e de Comte, a saber, o equívoco em opor o indivíduo à massa. A resolução do problema não se encontraria na escolha pelo lado individualista – culminando quiçá até mesmo em pura erudição – e, tampouco pelo lado social – que aos moldes de Comte a história deveria se restringir a uma parte da sociologia. As influências mútuas entre ambas as dimensões deveriam se reforçar em detrimento do combate franco e direto. Ao se reforçarem mutuamente se criariam as condições necessárias para o estabelecimento de uma nova concepção de história atenta às vicissitudes de seu tempo. Assim sendo, o caminho correto a se seguir não desencadearia em uma tomada de posição excludente entre um ou outro pólo, fazia-se necessário estabelecer um “moyen d’opérer la conciliation, la fusion organique de ces deux pôles” (Bernheim, 1905, p. 132; 138-139).

Neste ponto, Bernheim assinala um *combate* político bastante similar ao que acontecia nas páginas da própria *RSH*, e que culminaria na fundação da escola dos *Annales* em França duas décadas depois. Combate político entre uma tradição historiográfica solidamente estabelecida – a escola de Ranke – que concentrava sua perspectiva sobre as mudanças, e uma nova corrente com interesse nas permanências humanas no tempo. Em outras palavras, uma disputa intelectual que é influenciada pela até então recém-institucionalização do conhecimento histórico. Tal combate resultaria na exacerbação do lado “anti-individualista”, no exagero imperativo da importância dos novos elementos colocados em evidência. Urge então a necessidade do estabelecimento de concessões por ambos os pólos em conflito

⁴⁴ “[...] chegamos aqui ao ponto central de todo o movimento histórico moderno e da metodologia de Lamprecht: as relações entre o indivíduo, de um lado, e a massa, a evolução em seu conjunto, de outro lado. Em oposição com a soberania dos príncipes e com a organização essencialmente individualista do Estado no século XVIII, e por consequência em oposição também com a concepção pragmática e política da história que dá conta somente dos motivos individuais, nós vemos na Revolução Francesa eclodir a soberania do povo que se preparou progressivamente e depois de longo tempo, e a transformação correspondente da organização do estado, - por consequência, para empregar um termo que se recomenda por sua brevidade, a *socialização* da concepção relativa à história.”

(Bernheim, 1905, p. 133). Qualquer outro caminho tomado no interior deste problema recairia de uma forma ou de outra nos extremos de perspectiva, em outras palavras, nas aporias do conhecimento histórico. No caso dos partidários do “social”, a evolução histórica seria entendida como mero cumprimento de regularidades físicas provenientes de suas condições naturais, o que resultaria:

[...] nécessairement que les activités individuelles ne sont que des fonctions (dépourvues de toute autonomie) des manifestations collectives, et celle est, en effet, la conclusion que les partisans conséquents du collectivisme ont formulée sans la moindre atténuation. Lamprecht, qui part de ces prémisses, repousse et accepte successivement cette conclusion et s’efforce inutilement de supprimer cette contradiction [...] (Bernheim, 1905, p. 132-133).⁴⁵

Para Bernheim (1905, p. 134), este determinismo pela via do “social” seria fruto então de um tipo de concepção mecânica do desenvolvimento histórico que se apoiaria na negação das “diferenças qualitativas [...] das manifestações individuais”. Assim, por mais que se esforçasse em superar a contradição entre ambas as dimensões ao admitir “la réalité de ces différences psychologiques” - que tem por consequência no reconhecimento de um certo grau de liberdade criativa ao individuo histórico, na “diferença qualitativa das épocas”, ou seja, na inexistência de fases de desenvolvimento histórico plenamente idênticos -, Lamprecht ainda sim acreditaria ter “descoberto na sucessão de fases da civilização um mecanismo psíquico determinado por forças psíquicas contínuas”.

A crítica de Bernheim - quanto às pretensões de Lamprecht em determinar e enfatizar os limites da liberdade humana pela sua dependência para com os seus condicionantes sociais temporalmente estabelecidos - se baseia em sua aversão á expressar em uma proposição geral (uma lei, ou uma formula esquemática) as variáveis e, conseqüentemente, as complexas relações entre a interação do gênio individual e a época á qual o mesmo pertence.

Em Bernheim esta relação é interpretada como muito complexa para poder ser encerrada em leis rígidas, por um lado em razão da necessidade de, comedidamente, identificar plausivelmente o verdadeiro grau de dependência do desenvolvimento humano para com as condições de sua época, e, por outro lado em determinar o “grau de

⁴⁵ “[...] necessariamente que as atividades individuais são somente as funções (desprovidas de toda autonomia) das manifestações coletivas, e esta é, com efeito, a conclusão que os partidários consequentes do coletivismo tem formulado sem a menor atenuação. Lamprecht, que parte destas premissas, repousa e aceita sucessivamente esta conclusão e se esforça inutilmente em suprimir esta contradição [...]”

independência que goza o individuo dentro dos limites que lhe são assegurados por sua época” (Bernheim, 1905, p. 134-135).

Em outras palavras, o cerne do problema se localizaria na assimilação do grau da dependência e/ou independência entre ambas as dimensões nos movimentos específicos do desenvolvimento histórico. Entretanto, em ultimo caso, Bernheim (1905, p. 135) deixa entrever que a sua posição tende á predominância do individuo sobre o meio quando afirma que são as:

[...] différences individuelles qualitatives qui forment le noyau de la vie collective, et nous voyons que, si l'on peut à la rigueur exprimer les formes et processus psychiques les plus généraux de la vie collective par lès propriétés psychiques générales de l'être humain, il n'en est pas de même des faits et processus concrets; c'est ainsi que nous pouvons bien déterminer les formes et processus logiques de la pensée, mais non le contenu même du domaine intellectuel.⁴⁶

Deste modo, as conformidades e/ou dependências entre os “processos concretos e os processos psíquicos gerais” existem, porém tais dependências, tais analogias entre as características psíquicas individuais – vistas como concretas, reais – para com os processos psíquicos gerais não desemboca sequer em uma “identidade aproximativa” entre ambos, ou seja, o primeiro não pode ser visto como mera função legal do segundo. Mesmo admitindo que a “vida humana está inscrita nas formas e processos gerais da vida orgânica”, e também a *repetição das sucessões*, que por sua vez acabariam por se constituir em fases regulares que forneceriam as bases da forma geral, o autor insiste que existe uma diferença entre o conhecimento da *forma* regular e o de seu *conteúdo* específico correspondente.

Neste sentido, a determinação da forma geral das características psíquicas seria somente o ponto de partida, aquele que forneceria as informações necessárias para se construir com maior precisão teórica uma narrativa sobre um ponto específico. Assim, o autor delimita uma diferença pontual e, a seu ver indissolúvel, a saber, a diferença entre a “psicologia geral de um povo ou de um grupo social de um lado, e a história concreta dos povos e das épocas de outro lado”.

Assim sendo, malgrado o reconhecimento explícito por parte de Lamprecht da importância qualitativa dos elementos psíquicos individuais no desenvolvimento histórico, fica evidente que o mesmo toma a perspectiva analítica da soberania do “desenvolvimento

⁴⁶ “[...] diferenças individuais qualitativas que formam o núcleo da vida coletiva, e nós vemos que, se se pode a rigor exprimir as formas e processos psíquicos os mais gerais da vida coletiva por propriedades psíquicas gerais do ser humano, esta não é a mesma dos fatos e processos concretos: é assim que nós podemos bem determinar as formas e os processos lógicos do pensamento, mas não o conteúdo mesmo do domínio intelectual”.

histórico [entendido] como um processo regular submetido ao mecanismo psíquico geral”. Em sua concepção de história o mesmo sempre se subordinaria aos elementos psíquicos regulares, em outras palavras, em último caso o individual para Lamprecht seria tão somente uma exceção à regra, e, em função disso, apesar de buscar o geral a partir do particular, a seu ver o objetivo último da história seria o conhecimento do referido geral, das regularidades psíquicas constituintes das diferentes épocas históricas (Bernheim, 1905, p. 135-136).

2.3.3 Karl Lamprecht

Karl Lamprecht, em seu artigo *La méthode historique en Allemagne* (1900), delimita a existência de dois métodos históricos existentes na historiografia de seu tempo. O chamado “método inferior” seria aquele responsável pela organização dos materiais históricos com vistas ao estabelecimento de sua “conexão imediata”, através do recurso às fontes, à aproximação entre elas com vistas à apreensão de sua historicidade, e, ao estabelecimento objetivo dos dados empíricos. Tal método - crítico - tendo origem nos séculos XVI e XVII teria alcançado seu maior desenvolvimento com Niebuhr em fins do século seguinte e início do século XIX, sem ter sido objeto de nenhum desenvolvimento posterior que tivesse alterado a sua essência (Lamprecht, 1900, p. 21).

Nota-se assim uma adjetivação negativizadora – um procedimento investigativo qualificado como *inferior* – à base da metodologia utilizada pela historiografia de seu tempo, majoritariamente herdeira da tradição rankeana. Em contrapartida, o “método superior” tomaria os dados empíricos e suas inerentes relações sob um “horizonte mais vasto”, onde as aproximações entre os fatos fossem executadas por meio da *comparação*, pois somente comparando os dados seria possível “se descobrir seu sentido profundo, sua estreita relação”. A ligação entre certo número de fatos, com o intuito de se criar um conjunto e/ou uma série, seria então o pressuposto necessário para se efetuar dois tipos de comparação.

O primeiro tipo teria a meta de identificar em um encadeamento factual único – em uma série única de acontecimentos – os “momentos críticos que se repetem identicamente”, que funcionariam como critérios para a explicação histórica. Dito de outra forma, para o autor, somente os elementos permanentes do desenvolvimento histórico poderiam fornecer ao sujeito cognoscente uma base segura para a sustentação de uma explicação histórica plausível (Lamprecht, 1900, p. 21).

Esta *comparação comedida* - de menor escala - sendo ainda característica do primeiro método - ou seja, mesmo este tendo as suas bases mantidas -, o chamado método inferior teria lançado mão da comparação dos fatos históricos no procedimento do estabelecimento de suas conexões internas. Neste sentido, em certa medida, ambos os métodos estariam atrelados na prática historiadora, o ponto que os distanciaria seria um tipo particular de comparação, de maior alcance espaço-temporal.

A segunda forma deste procedimento remeteria à comparação entre “varias series de fatos totalmente independentes uns dos outros”, onde o objetivo seria o de determinar os supracitados “momentos críticos idênticos” em épocas e/ou espaços distintos. Neste sentido, a preocupação seria a de procurar identificar o que haveria de comum entre sociedades diferentes. Malgrado o autor admita que até o presente momento de sua reflexão o primeiro tipo de comparação tenha sido o mais recorrente na historiografia, a seu ver, em qualquer narrativa factual se faz necessário que se distinga o essencial daquilo que não o é, e, o essencial seria univocamente as características reunidas sob a categoria da similitude (Lamprecht, 1900, p. 21-22).

Segundo Lamprecht, em contraposição a um determinado procedimento investigativo que buscava construir “histórias completas” a partir de “narrativas fragmentárias”, em fins do século XVIII teria surgido uma perspectiva analítica mais geral sobre o desenvolvimento histórico, ponto de vista que se basearia na tentativa de efetuar aproximações gerais mais estendidas no tempo e no espaço.

Entretanto, o autor reconhece que o primeiro modo de comparação foi inclusive utilizado pelo idealismo alemão no intuito de buscar o geral em historia, não perdendo de vista a importância dos elementos individuais. Tal tendência, supostamente influenciada pela *filosofia da identidade* retirada da doutrina kantiana, buscava então estabelecer as relações gerais entre os eventos históricos a partir de uma *teoria das idéias*, onde o termo *idéia* comportaria o geral na composição histórica. É neste sentido que o autor interpreta as *emanações do absoluto* - pregada por Ranke - como uma tentativa de subsumir o geral em história por meio da delimitação da *idéia histórica* sobre determinado objeto e/ou série de eventos (Lamprecht, 1900, p. 22-23).

Deste modo, Lamprecht toma posição em favor do segundo tipo de comparação, aquele que o mesmo denomina como característica intrínseca do método dito superior. A superioridade desta perspectiva analítica se encontraria exatamente na investigação dos “momentos idênticos de varias séries de fatos”, que possibilitaria uma análise mais

abrangente dos eventos históricos, abrangência entendida como pressuposto para um conhecimento que se pretendesse científico. Apesar de reconhecer que em França foi Auguste Comte o responsável por inspirar o desenvolvimento desta perspectiva, o autor reitera que em razão da filosofia positivista de Comte ser conhecida senão recentemente na Alemanha, não se pode atribuir unicamente a Comte a influência e o desenvolvimento da referida perspectiva dentro da perspectiva do próprio Lamprecht.

Assim sendo, tomando o estabelecimento das *similitudes* entre diferentes sociedades, o autor conclui que somente o “estudo do estado de civilização” - “o estudo da vida interior de cada sociedade específica associado ao estudo de sua vida material” - pode servir á uma verdadeira explicação histórica em razão de se vincular a toda uma sociedade humana e não a indivíduos isolados. Portanto, o autor exemplifica suas considerações argumentando que através da comparação entre regimes feudais de países - e em temporalidades - diferentes seria possível estabelecer suas características constantes que subsumiriam uma “vida interior” e uma “vida material” em comum (Lamprecht, 1900, p. 23-24).

Para Lamprecht, ate aquele presente momento a “vida material” havia sido objeto de investigação através do estudo do desenvolvimento econômico das sociedades. Porém, segundo o autor, o estudo da vida econômica havia sido colocado em prática de um modo que não se preocuparia em investigar o que há de mais essencial na própria evolução econômica, ao se reduzir aos seus *motivos psicológicos*. Igualmente, o recurso á investigação dos aspectos da vida material das sociedades humanas seria nada mais do que um mecanismo auxiliar, com vistas a enriquecer a própria investigação da “vida da alma humana”, esta sim tendo sido tratada como objeto principal. Deste modo, o autor assinala um procedimento reducionista, onde a evolução econômica seria tratada como mero apêndice do desenvolvimento da psique humana através de suas inúmeras gerações.

O problema se instaura quando Lamprecht defende a existência de evidências empíricas, de que na historia da civilização humana se poderiam localizar *transformações idênticas* em inúmeros grupamentos humanos distintos, que possibilitariam inferir na existência de “períodos gerais de historia comparada das civilizações”. É assim que se poderia afirmar a existência de uma “personalidade coletiva ou de uma vida moral coletiva da Idade Média por oposição á livre personalidade e ao individualismo dos tempos modernos” que marcaria uma ruptura profunda na prática da historia comparada das civilizações (Lamprecht, 1900, p. 25).

Portanto, o posicionamento de Lamprecht resulta em sua negação a atribuir às “personalidades isoladas uma influencia histórica tão potente para transformar todo um século ou para renovar completamente sua característica”. Disso resulta que o autor se recusa a admitir uma liberdade absoluta ao individuo, pois o individuo estaria encerrado dentro de sua própria temporalidade, pois o “individuo não tem em seus movimentos uma liberdade absoluta, mais somente uma liberdade histórica, ou seja, aquela liberdade especifica que ele tem de seu tempo e que carrega a marca de seu tempo”. Assim, para além da importância de se levar em consideração o conhecimento dos detalhes – as partes - o autor postula a necessidade de se conhecer o conjunto – o todo -. Dito de outra forma, a característica psicológica deveria ser complementada pelo estado de civilização das sociedades humanas no tempo (Lamprecht, 1900, p. 26-27).

Assinalada esta primeira dificuldade, é preciso tentar visualizar as possibilidades de avanço que existem até mesmo na discordância. Em seu texto *La science moderne de l'histoire: quelques mots de réponse* (1905), Lamprecht procura brevemente esclarecer os pontos em que se coloca em desacordo com a grande maioria de seus pares a partir da crítica de Ernest Bernheim sobre sua obra, crítica esta localizada no artigo do ultimo intitulado *La science historique moderne* (1905). Assim, sobre a posteriormente conhecida querela dos métodos, o autor afirma que:

Je reconnais avec Bernheim que la question des rapports entre la masse et le héros (les circonstances extérieures et les actions individuelles éminentes) constitue le principal problème méthodologique de l'histoire moderne. Je reconnais encore qu'à chaque époque l'action des facteurs socio-psychiques se montre plus puissante que celle des facteurs individuels; et j'ajoute que la reconnaissance de cette vérité n'a pu être imposée au gros des historiens allemands qu'après une lutte acharnée. Nous ne sommes en désaccord que sur le point de savoir de quelle façon on doit se représenter les rapports entre la masse et le héros, je dirais: entre la nécessité empirique et la liberté empirique. [...] Je ne crois pas qu'il soit possible, ainsi que le font la plupart des sociologues, de tirer [...] une formule fixe et explicite concernant les rapports entre la masse et le héros (Lamprecht, 1905, p. 258-259).⁴⁷

Deste modo, executado as aproximações entre sua concepção de historia para com a de Bernheim, Lamprecht se desloca deste posicionamento acrescentando que as relações

⁴⁷ “Eu reconheço com Bernheim que a questão das relações entre a massa e os heróis (as circunstancias exteriores e as eminentes ações individuais) constitui o principal problema metodológico da historia moderna. Eu reconheço ainda que a cada época a ação dos fatores sócio psíquicos se mostra mais potente que aquela dos fatores individuais, e acrescento que o reconhecimento desta verdade pode ser imposta à maioria dos historiadores alemães somente depois de uma forte luta. Nós estamos em desacordo somente sobre o ponto de saber de qual forma se deve se representar as relações entre a massa e os heróis, eu diria: entre a necessidade empírica e a liberdade empírica. [...] Eu não acredito que seja possível, assim como o fazem a maioria dos sociólogos, de tirar [...] uma formula fixa e explicita concernente às relações entre a massa e os heróis.”

entre o indivíduo e a sociedade deve ser feitas de uma forma empírica e restrita á uma específica fase da civilização. Assim a *liberdade dos indivíduos* estaria sempre em relação direta para com a sua correspondente *necessidade exterior*. Elemento significativo da referida discordância é o autor também utilizar a expressão *necessidade empírica* para denominar o ultimo elemento, e o termo um tanto quanto negativo *liberdade arbitrária* para igualmente caracterizar o primeiro elemento.

Assim sendo, segundo Lamprecht as evidências empíricas indicariam uma certa tendência no desenvolvimento histórico, a saber, quanto mais longe temporalmente avançássemos na investigação menor seria o grau de liberdade do indivíduo que potencialmente se verificaria em sua respectiva época histórica. Logo, nas fases primitivas a liberdade humana estaria mais determinada pela dependência exterior dos indivíduos, enquanto que esta mesma liberdade individual e/ou empírica aumentaria no caso de uma fase superior da civilização humana.

Entretanto, em detrimento de uma formula geral aos moldes de uma lei natural, o autor defende que cada época específica deveria ser conhecida narrativamente por meio de uma formula particular. Segundo Lamprecht, foi exatamente estas considerações metodológicas que procurou colocar em prática em sua *Histoire de l'Allemagne*, onde defende ter formulado as relações entre a necessidade e a liberdade de modo particular à cada parte temporal analisada, em outras palavras, tal procedimento culminaria na criação de “concepções diferentes e particulares” sobre o modo como se deu as relações entre o indivíduo e seu meio exterior relativas às diversas temporalidades.

Em vista destas considerações, o autor aponta um problema, a saber, o de se problematizar acerca das possibilidades de se poder identificar “relações superiores e constantes entre a massa e o indivíduo” que estivessem para além dos resultados pontuais relativos á cada fase da civilização. A possível solução proposta é a de progressivamente se passar - na investigação histórica - das análises particulares das fases de civilização, interpretadas como temporárias, para uma análise comparativa totalizante das civilizações com o intuito de estabelecer o que nelas “contem de comum, e as características comuns assim desobstruídas formariam o conteúdo das relações constantes”.

Deste modo fica evidente que o termo *superior* – termo este, a nosso ver, carregado de uma atribuição semântica positivada - é utilizado pelo autor sempre de modo a caracterizar o seu específico método comparativo, que objetiva uma análise em uma maior escala temporal, segundo a perspectiva da preponderância analítica das similitudes. Assim,

apesar de ver neste procedimento a própria tendência lógica do desenvolvimento histórico, o autor admite que o objetivo que defende é muito difícil de atingir, e, em virtude disso, a formulação de hipóteses por sua parte é barrada pela sua própria hesitação frente a tal empreendimento (Lamprecht, 1905, p. 259).

Destarte, o debate entre Lamprecht e Bernheim ocorre em terreno minado, pois ao defender limites à liberdade criativa do homem, ressaltando sua relação de intrínseca dependência para com o seu meio exterior, Lamprecht tende a não se mover em direção à superação do problema. Apesar de reconhecer explicitamente certo grau de liberdade aos indivíduos históricos, o autor toma direção oposta à historiografia até então contemporânea. Sua perspectiva interpretativa implica em uma forma de abordagem analítica que negligencia conscientemente a importância dos indivíduos e das mudanças no desenvolvimento histórico, postura que acarreta não na busca de soluções para o impasse, mas antes ao prolongamento das aporias teórico-metodológicas na história.

Apesar disso, em vista do caráter político do debate, é compreensível que ao empreender uma plausível tentativa de alargamento da concepção de história até então predominante, Lamprecht faça a seu modo um combate em favor de idéias de história potencialmente diferentes. Confronto de idéias que – levando em consideração os seus inerentes aspectos subjetivos - acaba por assumir a forma da irreducibilidade teórica, que por sua vez desemboca por vezes em um infecundo diálogo de surdos. Contudo, lembremos, o próprio Bernheim entrevê - em sua reflexão crítica sobre Lamprecht - a demanda existente por uma terceira via diante da tendência natural de adesão a posicionamentos antinômicos (Bernheim, 1905, p. 138).

Entre a institucionalmente consolidada história tradicional – centrada nos indivíduos, na defesa da liberdade humana, nas mudanças e conseqüentemente na explicação histórica por meio das intenções dos agentes históricos - e a emergente “história cultural e/ou da civilização” proposta por Lamprecht – centrada na massa de indivíduos, na dependência dos indivíduos a seu meio exterior, nas permanências e na explicação por meio dos aspectos causais – urge então uma conciliação que possibilite um efetivo alargamento dos horizontes teórico-metodológicos que influenciam diretamente a prática historiadora.

Se atualmente ainda podemos verificar uma temerosa oposição entre história cultural e história social em – ou entre - determinadas tradições historiográficas, a nosso ver, o debate travado entre os referidos autores nos fornecem importantes indícios de que a história da historiografia serve ao propósito de evidenciar que certos problemas teóricos em

nosso saber não são novos, e, em função de persistirem exigem de cada historiador um olhar retrospectivo sobre as próprias condições de possibilidade de seu conhecimento (Albuquerque Jr, 2007).

CAPÍTULO III

A TEORIA DA HISTÓRIA DE A. D. XÉNOPOL

Alexandru Dimitrie Xénopol (1847-1920) foi um economista, filósofo e historiador. A partir de 1883, foi professor de história universal na Universidade de Jassy (Iasi) na Romênia. Entre suas muitas realizações, ele é creditado como sendo o primeiro historiador a criar uma síntese importante da história romena. Nascido em Iasi, estudou e doutorou-se em Direito em Viena em 1870 e, no mesmo ano doutorou-se em Filosofia em Berlim. Foi nomeado membro da Academia Romena em 1895. Em 1899 publica na França sua obra mais conhecida internacionalmente, *Les Principes fondamentaux de l'histoire*. Sintomaticamente, na segunda edição desta obra o título foi modificado para *La théorie de L'histoire* (1908). À época (1908) Xénopol também era correspondente do *L'Institut de France*. Entre 1898 e 1901 tornou-se reitor da Universidade de Iasi. Existe atualmente um *L'Institut d'Histoire et d'Archéologie A. D. Xénopol* em Bucareste, capital da Romênia.

No interior de nosso recorte temporal (1876-1914), Xénopol publicou apenas um artigo na *RH*, ao passo que na *RSH* o autor tenha publicados 11 artigos. As análises que se seguem tiveram como fonte os artigos publicados na *RSH*, visto os mesmos terem por objeto de estudo a própria reflexão teórico-metodológica sobre a história, mais especificamente sobre os aspectos lógicos do conhecimento histórico.

3.1 Uma tentativa de classificação das ciências: os fatos de repetição e os fatos de sucessão

Em seu artigo *La classification des sciences et l'histoire* (1901) A. D. Xénopol se propõe a estabelecer uma nova classificação das ciências a partir de princípios diferentes daqueles de Bacon, Comte, d'Alembert, Ampère e Herbert Spencer. Uma vez discordando de tais classificações, em função de produzirem uma hierarquização equivocada do conhecimento científico, seu intento maior é o de situar a importância da história dentre os

demais saberes. Sua principal objeção aos autores citados se refere á concepção de história ser genericamente construída sob uma ótica naturalista (Xénopol, 1901, p. 264)⁴⁸.

Segundo Xénopol, por mais diferentes que as classificações perpetradas pelos autores mencionados fossem entre si, elas teriam como principio fundamental a divisão geral dos saberes em materiais e/ou espirituais, o que a seu ver constituiria uma concepção frágil por se basear em uma distinção físico-psíquica dos fenômenos. Principio para ele pouco racional e, em função disso arbitrário⁴⁹.

Percebe-se então que a temporalidade constitui o pressuposto fundamental de sua proposta, pois é no decorrer do tempo que as forças produtoras dos fenômenos agem. As categorias de mudança e continuidade são assim trazidas à reflexão. As ciências deveriam ser classificadas de acordo com uma espécie de tipologia dos fenômenos a que se dedicasse estudar. Os fenômenos seriam divididos mais corretamente de acordo com as categorias temporais da repetição e da sucessão, respectivamente. Os *atos de repetição* funcionando como uma primeira camada (onde a regularidade seria o seu marco principal) onde a segunda, os *atos de sucessão*, se apoiariam⁵⁰.

A repetição seria caracterizada pela imutabilidade dos fenômenos no tempo. A noção de imutabilidade é utilizada pelo autor de modo não determinista. Em outras palavras, os fenômenos adquiririam a característica da repetição em função de não mudarem e/ou mudarem em um ritmo muito lento, tendo como critério de avaliação do grau de modificação do fenômeno no tempo a *importância* da referida mudança para os homens, critério este

⁴⁸ "C'est ainsi que Bacon, suivi presque en tout par d'Alembert, considerant que les facultes intellectuelles de l'homme peuvent se redire à trois: mémoire, imagination et raison, a admis une classification tripartite em histoire poésie e philosophie. [...] puis le terme de l'hitoire est pris par bacon dans une tout autre acception que celle qu'il convient de lui attribuer. Il comprend aussi histoire naturelle dans le sens que l'on accordait anciennement à ce mot. [...] Cet essai de bacon et de d'Alembert a été bientôt jugé insuffisant, et Auguste Comte est venu le replamcer par une classification "basée sur l'étude même des objets à classer". [...] Ampère procede différemment. Il partage les phénomènes em deux grandes classes: ceuz de la matière (sciences cosmologiques) et ceux de l'esprit (sciences noologiques) [...] Herbert Spencer reprend le système d'Auguste Comte em le modifiant. [...] Quant aux sciences proprement dites des phénomènes, il les partage em sciences abstraits-concrètes: la mécanique, la physique, la chimie; et em sciences concrètes: l'astronomie, la geologie, la biologie, la psychologie, la sociologie.

Toutes ces classifications sont plus ou moins arbitraires, car eles réunissent ce qui doit être séparé et séparent ce qui doit être réuni" (Xénopol, 1901, p. 266-267).

⁴⁹ "dans la réalité, les sciences ne se distinguent ni par le caractere physique ou psychique de leurs phénomènes, ni par leur degré de complexité et de généralité.

Il faut donc chercher un autre fondament logique pour établir une classification rationnelle des sciences" (Xénopol, 1901, p. 268).

⁵⁰ "Les faits de l'univers contenu dans l'espace infini, quels qi'ils soient d'ailleurs, physiques ou psychiques, simples ou complexes, se manifestent dans le courant du temps de deux façons distinctes. Les forces qui les poussent au jour, ou bien ne font que les reproduire, sans changements importants, ou bien elles les transforment continuellement. Dans le premier cas, nous avons les faits de *répétition*; dans le second ceux de *succession*" (Xénopol, 1901, p. 269-270).

baseado na comparação entre a duração da existência humana e a duração do mundo exterior. Observa-se assim que Xénopol postula um critério de relevância, que exerce a função de um princípio de seleção ordenador dos fenômenos que podem ser determinados como históricos ou não, e, conseqüentemente um critério que define quais os fenômenos podem ser investigados pela perspectiva histórica, a saber, os fenômenos mutáveis na duração⁵¹.

Os fatos de sucessão também se repetiriam. No entanto, quando nos fenômenos investigados a característica da *diferença* fosse maior do que a da *semelhança* os mesmos adquiririam um novo estatuto, pois o critério utilizado pelo autor é a *importância* atribuída pelo sujeito cognoscente sobre uma ou outra característica. A importância conferida á uma ou outra característica associada às circunstâncias em que os fenômenos se (re) produzem definiriam o elemento característico do fato⁵².

De acordo com Xénopol, todas as forças que agem nas circunstâncias (condições de existência) são naturais, advém do mundo exterior. As diferentes circunstâncias e o seu respectivo grau de influencia para a produção dos fenômenos é que exerceria o papel de determinar qual o elemento característico dos fenômenos (o seu grau de regularidade ou de irregularidade). Então, somente os fatos de repetição seriam factíveis de servirem de base para o estabelecimento de formulas gerais, de leis, porquanto, as mudanças nas circunstâncias, que de algum modo exercessem um importante grau de diferenciação na produção dos fenômenos repetidos, funcionaria como uma barreira à este tipo de generalização.

Uma vez que estes fenômenos repetidos passassem ao novo estatuto da sucessão, apresentariam um caráter particular, sendo possível somente encadeá-los em series, cada serie produzindo uma formula especial. No entanto, as series (sendo concebidas sob o signo do particular), e conseqüentemente as formulas especiais (leis da sucessão), não poderiam ser acumuladas para a obtenção de formulas gerais, leis de caráter geral⁵³.

⁵¹ "Les faits sur lesquels repose l'existence de l'univers sont ceux de répétition qui se reproduisent continuellement, sans changements importants et qui constituent la trame sur laquelle se brodent les faits de succession. Il y a des faits de repetition qui ne changent jamais, au moins dans l'état actuel de univers, ou dont les changements sont si lents et si peu marqués qu'ils perdent toute importance [...] Ces faits de repetition peuvent bien être considérés comme immuables.

D'autres faits, tout en se repentant, changent de forme à chaque instant et ne sont plus aujourd'hui ce qu'ils étaient hier. Une partie donc des faits de répétition deviennent des faits de succession. Cette dernière se greffe sur la première" (Xénopol, 1901, p. 269-270).

⁵² "Comme exemple des faits de succession, c'est-à-dire des faits de répétition et dans lesquels la différence l'emporte sur la ressemblance, c'est-à-dire sur la répétition, citons [...]

Toutes ces transformations s'opèrent par voie de répétition, mais de répétition de plus en plus différenciée, et dans lesquels l'élément caractéristique n'est plus la ressemblance des formes répétées, mais bien la différence qui les distingue" (Xénopol, 1901, p. 270).

⁵³ "le mode de production de ces deux sortes de faits est absolument différent. Tous les faits de l'univers sont le produit des forces de la nature à travers les circonstances de l'existence [...] lorsque les circonstances restent les

De tal modo, as leis só poderiam oferecer a previsão nos fatos de repetição. Nos fatos de sucessão somente seria possível prever a direção tendencial do curso dos acontecimentos, mas nunca os fatos eles mesmos, pois o caráter particular e contingente dos fenômenos sucessivos (os acidentes, o acaso) proporcionaria uma inerente possibilidade de mudança da direção previamente estabelecida pelo estudo dos fenômenos passados. A previsão nos fatos de sucessão recairia sobre as forças naturais produtoras dos fenômenos, e não propriamente nos fatos (resultado da interação recíproca entre força (s) natural e, circunstancia (s) historicizada no tempo), pois as circunstâncias seriam impossíveis de se prever ou de se controlar com um grau de precisão admissível⁵⁴.

Nos fatos de repetição o tempo seria determinante exatamente porque não exerceria nenhuma influencia no modo de produção dos fenômenos pelas forças, pois as circunstâncias não sofreriam influencia do tempo ao ponto de se modificarem e conseqüentemente transformarem a (re) produção dos fenômenos. O tempo assume assim uma forma passiva, onde o signo da generalidade poderia se impor quanto ao caráter contingente inscrito no tempo. Enquanto isso, nos fatos de sucessão o tempo seria o fator determinante para gerar as circunstâncias elaboradoras da diferença, da forma como os mesmos tipos de fatos aconteceriam de formas distintas. A contingência temporal funcionando como um elemento individualizador dos fenômenos.

Em outras palavras, o tempo seria o fator que determinaria se as circunstâncias em que os fenômenos se produzem fossem idênticas ou não, sendo as circunstâncias propriamente ditas que produziriam o elemento característico dos fenômenos. A distinta relação da multiplicidade de fatos com o tempo é que definiria seu caráter classificatório nos âmbitos da repetição ou da sucessão. Entretanto, ao contrário da temporalidade, o *espaço* para

mêmes, ou que leurs différences sont négligeables, comme cela arrive dans les faits de répétition immuable, le mode de production de ces faits peut être formulé par une pensée générale, une loi. [...] Quand, au contraire, les circonstances changent à tout moment et que la force s'incorpore dans des faits différents les uns des autres, une formule générale de leur production devient impossible. [...] chaque succession de faits se déroule d'une façon particulière et unique, et il n'est plus possible de trouver de formule générale pour leur développement. [...] les faits de répétition peuvent être formulés par des lois générales, pendant que les faits de succession s'enchaînent dans les séries uniques et particulières qui exigent pour chacune d'elles une formule spéciale, et celle formula elle-même rest vide si on détache les faits dont elle a été abstraite.

Une autre différence qui distingue les faits de répétition des faits de succession, c'est que les premiers peuvent être prévus et prédits, pendant que les derniers ne sauraient l'être" (Xénopol, 1901, p. 270-272).

⁵⁴ "Ainsi toutes les vérités mathématiques, astronomiques, physiques, chimiques, biologiques et sociologiques dont la formule en loi a été trouvée, peuvent être prévues et prédites. Les faits de succession, ne pouvant être ensermés dans la formule rigide de lois, la prévoyance et la prédiction de leur apparition est impossible. [...] Tout ce que l'on peut faire, c'est d'essayer de connaître la direction dans laquelle les transformations s'opèrent, pour se rendre compte au moins de cette direction et non des faits en eux-mêmes inconnus qui tomberont sous l'influence de ces transformations; et encore cette perspective peut être troublée par des accidents imprévus qui changent la direction même de la ligne commencée" (Xénopol, 1901, p. 272).

Xénopol não exerceria influencia alguma na produção dos fenômenos, tanto no que tange ao estabelecimento das similitudes quanto das diferenças. Assim, um fato particular poderia determinar uma lei, mas não se poderia determinar uma lei através de um conjunto de fatos particulares. A forma genérica (vista como necessária) própria à explicação nos fatos de sucessão possuiria (tal como os fenômenos estudados por este respectivo nicho científico) um caráter particular, onde a explicação causal não poderia ser generalizada plausivelmente ignorando a temporalidade dos fenômenos⁵⁵.

Explicação causal para Xénopol remete à uma procedimento complexo de conexão entre os fenômenos antecedentes para com aqueles subseqüentes, com a finalidade de se construir uma série particular de fenômenos. As séries por sua vez deveriam necessariamente possuir uma ligação para com o geral. De acordo com Henri Berr, a "filosofia da causalidade" de Xénopol estaria de acordo com a "história tradicional: ele procura constantemente aperfeiçoá-la, sem modificar sua característica essencial". A importância das reflexões de Xénopol sobre a causalidade na história é vista por Berr no sentido estrito de evidenciar que a série:

[...] n'est pas une simple juxtaposition de faits, mais que — comme les grains d'un collier sont reliés par un fil — les faits le sont par une donnée psychologique : idée, intérêt, besoin (ou encore individualité). M. Xénopol — dont la philosophie de la causalité prête à des critiques et ne va pas sans obscurité — recherche les causes, dans la pratique, en historien psychologue (Berr, apud: Xénopol, 1913, p. 271).⁵⁶

Por um lado, Berr assinala o uso por parte de Xénopol da explicação intencional, na medida em que o termo *causa* adquire a qualidade de determinar a conexão interna entre os fatos, através da identificação das motivações dos agentes históricos (Rusen, 2007a, p. 35-43). Por outro lado, não obstante Berr tome como ponto de partida uma perspectiva crítica a Xénopol, pode-se notar que uma aproximação se estabelece entre ambos os autores no que se refere à preocupação para com o princípio de seleção dos fenômenos. A relevância dos fatos é

⁵⁵ "Pourtant quoique individualisée quant à l'espace, cette répartition n'em donne pas moins naissance à des lois. [...] Si les causes dont les circonstances sont individualisées quant à l'espace, possèdent toutefois le caractère de loi, cette qualité ne peut leur être attribuée que parce que leur reproduction n'a pas de limites dans le temps, qu'elle est éternelle au moins par rapport à notre existence humaine. La cause des phénomènes de répétition qui peuvent être généralisés doit donc aussi se présenter sous une forme générique, *l'explication d'un seul phénomène devant s'appliquer à tous ceux de la même classe*" (Xénopol, 1904a, p. 290).

⁵⁶ “[...] não é uma simples justaposição de fatos, mas que – como as bolas de um colar são ligadas por um fio – os fatos são por um dado psicológico: idéia, interesse, necessidade (ou ainda individualidade). O senhor Xénopol – onde a filosofia da causalidade empresta suas críticas e não vai sem obscuridade – procura as causas, na prática, um historiador psicológico.”

então um dos pontos de apoio das preocupações *lógicas* de Xénopol, pois o mesmo rejeita categoricamente uma história que se assemelhe a uma coleção de fatos aleatórios.

De acordo com Sérgio da Matta (2013, p. 105), o princípio da *relevância* também era a principal questão da teoria da história do historiador alemão H. Rickert. O diálogo entre Xénopol e Rickert também é assinalado pelo autor:

A leitura dos melhores textos metodológicos publicados pela comunidade historiográfica daqueles dias mostra, de pronto, a forte presença de Rickert. De Eduard Meyer a Georg von Below, passando ainda por Ernst Bernheim, Alexandru Xénopol e Johan Huizinga, as referências a Rickert tornaram-se por assim dizer obrigatórias (Matta, 2013, p. 104).

De acordo com Matta (2013, p. 106), para Rickert "o fundamento *lógico* da historiografia deve ser buscado na axiologia". Assim, tanto Rickert quanto Xénopol tentam explicitamente esmiuçar os aspectos lógicos do conhecimento histórico. Entretanto, apesar das evidentes congruências intelectuais entre ambos, uma divergência merece ser destacada: a *noção de valor*, utilizada por Rickert para a determinação dos princípios que servem de base para o estabelecimento das escolhas feitas pelo historiador (uma noção que para Rickert serve como uma característica particular á história frente às ciências naturais), é parcialmente rejeitada por Xénopol (1905, p. 129-149; 1906, p. 01-15) em virtude do último interpretar que, do modo como Rickert postula a ação das valorações humanas no ofício do historiador, também as ciências naturais possuiriam tal característica.

Todavia, segundo Berr, a dificuldade estaria localizada não na construção de séries individuais, mas antes na ligação entre elas no intuito "de sistematizá-las em relação às causas gerais". Berr, neste ponto, evidentemente critica o lugar de problematização sobre as séries por Xénopol. Isso porque, segundo aquele autor, a ênfase deveria ser deslocada da busca por uma conexão interna (entre os fenômenos de uma mesma série particular) para uma conexão externa (entre as séries).

Assim, para Berr, o geral na investigação histórica somente poderia ser alcançado na conexão e conseqüente comparação entre as diversas séries. Apesar de admitir que "a realidade histórica comporta elementos explicativos diversos", Henri Berr somente admite a cientificidade a um saber que busque o geral sob o signo da generalização serial. Deste modo, de acordo com o seu projeto de síntese histórica, Berr se distancia de Xénopol na medida em que ambos discordam sobre o modo de se atingir o geral na história (Berr, apud: Xénopol, 1913, p. 271). Enquanto Berr move-se em direção à generalização de séries individuais,

Xénopol⁵⁷ considera tal procedimento como "quimérico", fruto da influência das teorias "sociológicas" do historiador alemão Karl Lamprecht sobre alguns autores vinculados á escola sociológica de E. Durkheim, influência atribuída especialmente a Paul Lacombe.

Tanto Xénopol (1900, p. 134) quanto Rickert (1901, p. 121-122; 2013, p. 116-117) interpretam as teorias de Lamprecht como uma nova tentativa de transposição dos métodos das ciências da natureza para a história. Ambos rejeitam um "único método científico universal". Deste modo, Rickert (apud: Malerba, 2013, p. 117) assevera que:

[...] a história não é uma ciência específica, que se distingue das demais ciências somente por seu objeto, mas é "un mode de conception du monde", tal como recentemente propôs Xénopol em sua interessante obra sobre os *Princípios fundamentais da história*. O emprego do método das ciências naturais, assim, destruiria a história em sua essência e significação.

De acordo com Silva (2013, p. 56-58) em fins do século XIX o historicismo alemão estava em crise e em processo de transformação. "O método descritivo e individualizante estava sendo então desafiado" em função do "esgotamento da tradição rankeana e prussiana". Seria então o momento de crítica da tradição historicista, muito embora não se tratasse de uma negação radical da referida tradição, mas antes de uma conjuntura propícia ao alargamento teórico-metodológico da mesma. O problema central seria o de:

[...] decidir sobre o procedimento adequado ao conhecimento das coisas humanas: generalizar comparando casos a partir de problemas ou reconstruir realidades entendidas na sua especificidade e diferença. Eis o cerne da crise de método que marcou o último terço do século XIX. Karl Lamprecht (1856-1915) estava no centro desse debate (Silva, 2013, p. 56-58).

Na referida crise de método, ou "querela dos métodos" na terminologia de outros autores (Matta, 2013, p. 116-117), Xénopol - a exemplo de Rickert - posiciona-se de forma relutante às propostas inovadoras de Lamprecht. A nosso ver, no cenário historiográfico francês a querela dos métodos ocorre mediante o próprio debate entre Xénopol e Lacombe (na *RSH*) sobre as relações possíveis entre história e sociologia.

⁵⁷ "Les partisans des lois dans l'histoire, les sociologues surtout (M. Lacombe en est un), se sont bien aperçu de l'impossibilité de formuler des lois, pour les faits qui se suivent et qui sont dissemblables. Aussi ont-ils été amenés à imaginer un système de lois *sui generis*, pour les phénomènes sociaux de caractère successif, lois qui ne sont ni des lois de répétition ni des séries de succession, mais bien un mixtum-compositum, qui partage les deux caractères à la fois. Ils ont tâché de découvrir le même mode de succession de certains phénomènes chez différents peuples, tribus ou races, et, généralisant ce mode de succession, ils ont créé les prétendues lois sociologiques. Ces lois sont donc le produit d'abstractions, recueillies sur des séries de phénomènes" (Xénopol, 1900, p. 135).

Importante também é notar o papel de intermediador empreendido por Henri Berr no interior deste debate. Para além de sua iniciativa de criação de um espaço privilegiado (a *RSH*) para o diálogo entre tendências teóricas divergentes, Berr também publica vários trabalhos. Muito embora concorde com a tese de Lacombe de que a história tradicional não poderia ser vista como um saber científico, e, em função disso defenda um projeto interdisciplinar baseado em seu conceito de síntese, Berr explicitamente se nega a adotar as posturas "radicais" de Simiand e Lacombe frente à história, que também é chamada de puramente erudita. Assim, Berr conclui que "historiadores puros e puros sociólogos se contradizem; mas eles se completam ao se contradizer" (Berr, apud: Xénopol, 1913, p. 271).

A nosso ver, em vez de pejorativamente menosprezar uma "história historicizante" (malgrado o próprio autor utilize esta expressão), Berr está mais interessado por uma "terceira via" (Albuquerque Jr, 2007), uma mediação entre pólos que ao primeiro contato tendem a se repelir. Todavia, a terceira via proposta por Berr eliminaria a autonomia disciplinar da história, uma vez que o autor explicitamente defendia a dissolução da mesma na sociologia⁵⁸.

Não obstante, ao que parece, Xénopol possui uma concepção abrangente do conceito de lei, chegando mesmo a admitir leis na história, porém leis de caráter não determinista, em razão dos fenômenos históricos serem do âmbito da sucessão. As leis históricas (ou abstratas) explicariam então estritamente o modo de ação das forças, como elas se estendem no tempo e contribuem para a produção dos fatos, mas não poderiam determinar a forma de produção dos mesmos fatos, em virtude da variedade das circunstâncias em que eles ocorrem. O problema não estaria em admitir regularidades nos fatos históricos, mas antes de conceber a regularidade como o *elemento característico* dos mesmos⁵⁹.

⁵⁸ "Je ne prétends pas que la synthèse historique soit la vraie » histoire, si cela devait signifier qu'elle est la seule forme légitime du travail historique. Mais elle est la seule forme pleinement scientifique de l'histoire. L'érudition, ou l'analyse, représente le travail préparatoire, d'ailleurs indispensable, — nous ne saurions trop le répéter. L'histoire « historisante » est un mode empirique d'histoire : elle narre, elle décrit, elle expose ; quelquefois elle explique dans une certaine mesure, mais ces explications vont à tâtons, ne reposent pas sur une méthode précise, sur la conscience claire des problèmes à résoudre. Telle quelle, l'histoire « historisante » n'est pas moins utile, je dirai même qu'elle est provisoirement nécessaire. Il est nécessaire qu'un peuple se situe dans le temps, que la jeunesse d'un peuple s'enracine, jusqu'à un certain point, dans la tradition. Bien plus, il est nécessaire que les travailleurs aient une première notion empirique de la réalité évanouie, pour fonder sur cette donnée l'étude scientifique du passé. Toujours, l'humanité va de la connaissance superficielle à l'exploration intime et méthodique. En ce qui concerne la nature, la prise de possession par l'intelligence est précédée d'une prise de possession par les sens : on conçoit que la synthèse explicative, en histoire, soit précédée d'une approximative vue d'ensemble. Mais les progrès de la synthèse transformeront peu à peu l'histoire « historisante » elle-même. A la limite, quand l'histoire sera pleinement consciente et définitivement organisée, pas plus que la forme érudite, la forme historisante ne prétendra encore à l'indépendance : au lieu d'un mode particulier d'histoire, ce ne sera plus que la vulgarisation de l'histoire scientifique" (Berr, 1911, p. 129-130).

⁵⁹ "C'est double caractère des faits de succession qui sont en même temps des faits de répétition qui explique l'existence des lois abstraites du développement et de l'histoire: la répétition peut toujours donner naissance à

Lançando mão do exemplo sobre o que chama de história dos povos, conclui que os fatos repetidos poderiam fornecer ao conhecimento histórico semelhanças antropológicas. O conhecimento dos povos só seria admissível através do uso de analogias possíveis por uma “natureza íntima comum do ser humano”. Sem estas semelhanças entre os homens de todas as culturas distintas o conhecimento científico dos mesmos não seria plausível.

Neste ponto, urge a necessidade de um questionamento: será que poderíamos sugerir que esta reflexão de Xénopol em que o similar associado á regularidade dos fenômenos, mesmo que particularizando-se nos diferentes povos, não necessariamente impediria a existência de um suposto dado antropológico universal? Acreditamos que a resposta possa ser afirmativa, pois nos parece que a expressão “natureza íntima do ser humano”, onde se afirma a semelhança entre os povos, é pressuposto um fundamental, não para o intuito de estabelecer fórmulas gerais com a ajuda de dados estatísticos, mas antes para qualquer analogia histórica, produtoras de series e, por conseguinte de generalizações não deterministas⁶⁰.

Deste modo, as leis na história não possuiriam uma forma rígida e determinista, pois estando imbricadas no complexo jogo de trocas recíprocas entre a (s) força (s) e as circunstâncias necessariamente plurais. A complexidade da vida (complexidade advinda das existências individuais) constituiria uma barreira intransponível entre a determinação da regularidade dos fenômenos e a possibilidade de sua generalização precisa.

A causa dos fenômenos históricos assumiria então esta mesma característica, pois se por ventura se quisesse atrelá-los a leis tal procedimento não poderia ser executado nos mesmos moldes de rigor possíveis nos fatos de repetição. Xénopol reafirma o contraste entre este tipo de regularidade (histórica) e a regularidade encontrada nos fatos de repetição ao concluir que, somente o ultimo tipo poderia ser engendrada em formulas matemáticas duras e cristalinas, onde o rigor no cumprimento das leis seria pautado em um alto grau de precisão na generalização dos fenômenos. Reconhece-se assim a importância da multiplicidade de

des lois [...] Mais la répétition des faits successifs, s’incorporant toujours dans des circonstances différentes et donnant naissance à des faits différents, il s’ensuit que la loi ne reproduit plus le mode de manifestation des faits, mais seulement le mode d’action de la force qui le pousse au jour; [...] D’après le principe que nous venons d’analyser, les sciences se diviseront en sciences *des faits de répétition* ou de lois et en *sciences de faits de succession* ou de séries" (Xénopol, 1901, p. 274).

⁶⁰ "Quand le développement l’emporte sur la répétition, cette dernière finit par perdre l’importance qu’elle avait, et la succession devant la partie principale des phénomènes, celle qui frappé l’esprit et qui s’y impose. [...] La littérature, la philosophie, les arts ne sont pas affaires de statistique. L’histoire des peuples est aussi un phénomène de répétition, car le développement de tous présente des analogies données par la nature intime commune de l’être humain ; mais cette histoire est tellement différente que la partie similaire, l’élément répété, ne joue presque plus aucun rôle et disparaît devant l’élément différent du développement" (Xénopol, 1904b, p. 20-21).

características inerentes à vida e ao intelecto humano como empecilhos às generalizações pré-concebidas à manifestação dos fenômenos⁶¹.

Portanto, para Xénopol as ciências especiais seriam aquelas que têm por objeto o estudo dos fenômenos estritamente regulares, a saber, os fatos de repetição. A história (tendo por objeto outra classe fenômenos) então não só não seria uma ciência especial como não deveria tentar se enquadrar àquela, a uma única concepção de ciência. Assim, existiriam "dois modos universais de concepção do mundo"⁶² e, sua classificação das ciências provavelmente expressa a sua tentativa epistemológica de legitimar o modo histórico de investigação da realidade. Ao que parece, tal distinção dual da possibilidade de interpretação da realidade sequer implicaria em um menor grau de objetividade nas ciências dos fatos de sucessão, talvez o conhecimento histórico representando para ele uma ciência baseada em outro padrão de racionalidade que o das referidas ciências especiais e/ou naturais. Padrões de racionalidade não excludentes entre si, mas antes coexistentes e complementares.

A categoria *evolução* é utilizada então com o intuito de evidenciar a importância dos saberes que se dedicam ao estudo das transformações no tempo, pois se a mudança - o elemento característico do conhecimento histórico - impediria um saber pautado em

⁶¹ "L'accomplissement des lois de manifestation des phénomènes de répétition de la vie et de l'intelligence ne présentant plus le même degré de précision que celles qui régissent les phénomènes de la matière brute, il s'em suit que leur causalité montrera aussi le même relâchement dans la rigueur des lois. Elle prendra toujours la forme d'une loi de causation: mais le rôle de la force dans le jeu de la cause sera influencé d'une façon bien plus puissante par le second élément de la causalité, les circonstances dans lesquelles la force agit. [...]"

Dans le domaine de la nature vivante on peut aussi trouver l'explication des phénomènes au moyen de lois de causation [...] Mais comme ces phénomènes sont dus à la vie et qu'ils sont le produit d'existences individuelles qui ont la faculté de réagir contre les lois directrices, il s'em suit que ces lois ne s'accomplissent plus d'une façon aussi rigoureuse que cela arrive pour les faits de la nature brute. Elles laissent un jeu plus libre aux phénomènes de la vie et de l'intelligence. Les lois de répétition, lorsqu'elles concernent les phénomènes vivants, tout en ne présentant aucune exception ne se laissent plus enserrer dans des formules mathématiques [...]"

Une forme symétrique se retrouve aussi chez les végétaux et encore plus accentuée chez les animaux; mais cette symétrie n'aura plus le caractère précis, mathématique des formes cristallines.

[...] l'inépuisable variété de la vie" (Xénopol, 1904a, p. 291-294).

⁶² A nosso ver, quando Xénopol utiliza as expressões "dois modos universais de concepção do mundo" e "un mode de conception du monde" - vale lembrar, expressão citada e corroborada por Rickert (2013, p. 117) - ele está explicitamente assumindo sua orientação teórica. A nosso ver, Xénopol é um historicista, e em grande parte de seu estudo apresenta indícios de sua dívida intelectual à tradição alemã vinculada à Ranke, desde sua maior ênfase na dimensão objetiva até ao reconhecimento explícito da dimensão subjetiva do ofício historiográfico. Muito embora raramente se preocupe com os limites do saber histórico, o autor dedica um artigo inteiro a um questionamento também abordado por Ranke: se a imaginação (entendida como a capacidade criativa do sujeito cognoscente) possui um papel importante na produção do conhecimento histórico, a história é uma ciência ou uma arte? (Xénopol, 1909, p. 20-31) Concordando com Rickert, Xénopol faz ecos à Ranke quando admite a objetividade como um *ideal* na História (Xénopol, 1905, p. 132; Holanda, 1978, p. 16-20). No tópico 3.6 tentaremos desenvolver a concepção de Xénopol sobre o papel da imaginação na História.

generalizações rígidas, isso não poderia servir de base para se negar a possibilidade de um conhecimento científico dos fatos de sucessão⁶³.

Em estreita ligação com a mencionada categoria de evolução, Xénopol utiliza a categoria *desenvolvimento* para se referir ao caráter diferencial dos fatos de sucessão, as mudanças e as conseqüentes transformações ocorrendo no decorrer do tempo. Xénopol recorrentemente utiliza os termos *evolução*, *desenvolvimento* e *transformação* para determinar a sua concepção de tempo histórico.

Segundo Rusen (2007b, p. 58-63), em sua tipologia dos modos de constituição narrativa de sentido, na constituição genética de sentido as categorias de evolução e desenvolvimento são utilizadas por autores que concebem o tempo como dinamizado (a "dinâmica temporal interna" sendo definida pela proeminência das mudanças frente às permanências históricas), onde a mudança contém plenitude no esforço interpretativo da realidade histórica. "A plenitude das mudanças temporais [...] faz aparecerem como transitórias as circunstâncias". Combatem-se as "aparências de circularidade" dos fenômenos através do recurso a "processos de mudança regrados, por isso mesmo significativos".

Segundo o autor, apesar de se apresentar como apenas "uma forma do saber histórico", "o modelo de constituição genética de sentido" prevaleceu perante os demais desde o início do processo de cientificização da história, chegando mesmo ao ponto de afirmar uma "hegemonia cultural da constituição genética de sentido". Malgrado a advertência de que seus quatro tipos de constituição narrativa de sentido (tradicional, exemplar, crítica e genética) não possam ser encontrados na historiografia de forma pura, em outras palavras, que toda narrativa histórica possua características de todos os tipos de constituição de sentido, Rusen (2007b, p. 63-67) argumenta que é possível identificar a "forma interna própria" de toda narrativa histórica através da consideração de seu "contexto de implicação", onde as "mesclas variáveis" entre os diversos tipos narrativos não impedem a determinação de seus elementos essenciais, em meio á "tensão na correlação de elementos típicos". Deste modo, sua tipologia serve de parâmetro tanto para se identificar os elementos determinantes de cada narrativa,

⁶³ "Ce tableau nous donne une idée de l'étendue de la science des faits succession et par suite le droit de soutenir que l'histoire, au sens large du mot, n'est pas une science spéciale [...] science qui devrait être rangée à côté de la biologie, de la psychologie ou de la sociologie ; mais qu'elle constitue un des deux modes universels de conception du monde, le mode de la succession em regard du mode de la répétition. Cette conception de l'histoire montre l'importance de notre discipline, dont le principe, appliqué à nature matérielle, a régénéré l'étude de cette division par l'idée si féconde de l'évolution. Loin d'avoir à se défendre contre les imputations que lui adressent certains penseurs, de ne pas même être une science, l'histoire se dévoile à nous yeux comme ayant des droits égaux au sceptre de la raison humaine, avec sa soeur jumelle, la science des faits de répétition" (Xénopol, 1901, p. 276).

quanto para, a partir deste ponto, determinar as possíveis "mudanças na formatação do conhecimento histórico promovidos por opções teóricas".

A nosso ver, não obstante o perigo de se criar compartimentos estanques (Collingwood, 1989), a tipologia de Rusen nos ajuda a compreender o pensamento de Xénopol, na medida em que nos proporciona atribuir sentido á sua concepção de história, localizando nele uma perspectiva genética de constituição de sentido dos fenômenos humanos, ao passo em que o ultimo atribui ao “tempo, como mudança, [...] uma qualidade positiva, [...] qualidade portadora de sentido” (Rusen, 2007b, p. 58). Assim, a concepção de Xénopol o tempo desempenha uma dupla função: é fator elaborador das mudanças e portador de sentido histórico.

3.2 A explicação científica: o problema da *causalidade*

Xénopol define a causa como o modo de explicação dos fenômenos. No entanto, chama a atenção para um equivoco comumente fundamentado na confusão entre os termos *causa* e *lei*, que para ele é recorrentemente defendido nas ciências dos fatos de repetição. Sua intenção é a de ressaltar de que é plausível afirmar a existência da causa individual, a partir do momento em que se distingue a idéia de causa da idéia de lei. Ou seja, para Xénopol uma explicação que se reduz a investigar o modo como os fenômenos se produzem não caracteriza uma explicação científica plausível, sendo no máximo uma explicação incompleta. Neste sentido, Xénopol parece partilhar de semelhante concepção de lei e de causa de Auguste Comte.

Comte, em busca de definir a constituição da lei geral, menospreza as chamadas causas primeiras e finais, atribuindo ao espírito positivo a tarefa de simplesmente estabelecer as leis que regeriam a totalidade dos fenômenos. Deste modo, em detrimento das causas se deveriam descobrir as leis que regem os fenômenos similares com vistas a possibilitar a previsão de sua sucessão. *Ver para prever* significa para Comte a substituição da investigação direta dos fenômenos por uma investigação das relações constantes (causas gerais) que os determinam. Comte afirma então a supremacia de um tipo de questionamento científico em detrimento de outro, para ele o importante seria conhecer *como* os fenômenos ocorrem em seu

conjunto, enquanto que saber o *porquê* dos fenômenos assim acontecerem seria uma pergunta irrelevante⁶⁴.

Percebe-se assim uma aproximação entre Xénopol e Comte nas suas respectivas concepções de lei e de causa. Entretanto, os autores logo se afastam a partir do momento em que Xénopol vai além da busca do “como” e coloca como exigência fundamental de toda ciência a preocupação com o “porque” os fenômenos ocorrem de tal ou qual maneira. Em outros termos, para Xénopol a lei não seria propriamente a explicação, pois ela somente estabeleceria o “como” das coisas, o modo de ocorrência dos fenômenos, assim a explicação estaria atrelada a esclarecer o “por que” os fenômenos se deram daquele modo. A lei constituindo somente uma parte da explicação (estabelecimento dos fatos), e a causa constituindo a explicação propriamente dita. A lei não sendo “a” explicação em si mesma, mas parte dela. Determinando a causa geral dos fenômenos particulares, estes sendo influenciados em diferentes graus⁶⁵:

La cause est un mode d'explication des faits, celui qui se rapport à la réalité [...] Il ne suffit pourtant pas d'avoir déterminé le sens du terme cause ; il faut encore le dégager d'une confusion à laquelle il a souvent été exposé. La notion de cause a été et est confondue avec celle de *loi*. [...] Bernheim conçoit aussi “la loi naturelle comme un jugement universel qui reproduit la connaissance des causes constantes des phénomènes”. Simiand na même plus loin. Maintenant la confusion entre les termes de *cause* et celui de *loi* par le principe qu'il n'y formule qu'il cause au sens

⁶⁴ “[...] lei geral do desenvolvimento do espírito humano [...] o caráter fundamental da filosofia positiva é tomar todos os fenômenos como sujeitos a leis naturais invariáveis [...] considerando como absolutamente inacessível e vazia de sentido para nós a investigação das chamadas causas, sejam primeiras, sejam finais. [...] a revolução fundamental [...] consiste essencialmente em substituir em toda parte a inacessível determinação das causas propriamente ditas pela simples pesquisa das leis, isto é, relações constantes que existem entre fenômenos observados. [...] a verdadeira ciência, longe de ser formada por simples observações, tende sempre a dispensar, quanto possível, a exploração direta, substituindo-a por essa *previsão racional* que constitui [...] o principal caráter do espírito positivo [...] tal previsão, consequência necessária das relações constantes descobertas entre os fenômenos, não permitirá nunca confundir a ciência real com essa *vã erudição*, que acumula maquinalmente os fatos sem aspirar a deduzi-los uns dos outros. [...] Assim, o verdadeiro espírito positivo consiste, sobretudo em *ver para prever*, em estudar o que é, a fim de concluir disso o que será, segundo o dogma geral da invariabilidade das leis naturais” (Comte, 1978, p. 07; 49-50; grifo meu).

⁶⁵ “L’explication de la crise reside dans la loi de causation de la superproduction ; celle de chacune cas individuel dans les circonstances qui l’accompagnent. [...]”

Nous avons vu que les sciences des faits de répétition ne poursuivent comme but principal que l’établissement et la prevue des faits qu’elles étudient, et que la recherché des causes, quoique très utile, est laissée sur le second plan. [...] Les sciences en general se contentent d’enregistrer le mode d’accomplissement des phenomenes ; quant aux causes, la plupart les remplacent par des hypothèse (des théories) [...] Elles savent que sous ce rapport, elles se heurteront bientôt à l’inconnu, au mystère de l’existence, mystère qui croit en proportion de l’augmentation de la somme des verites acquises sur le mode de manifestation des phenomenes. [...] Les sciences théoriques qui sont destinées à un grand triomphe dans le champ de la manifestation des phenomenes, sont bien moins fécondes lorsqu’elles veulent rendre compte des causes qui donnent naissance à ces derniers.

Les sciences de faits de répétition physique ou intellectuelle ont bientôt épuisé la connexion causale des phenomenes, et l’esprit s’arrête devant le grand point d’interrogation qui se trouve au fond de toutes les conceptions humaines. Dans le domaine de la répétition l’inconnu entoure de bien près le connaissable” (Xénopol, 1904a, p. 293-295).

positiv du mot [...]”, il en tire la conclusion, que “le phenomene individuel unique de son espece n’a pas de cause”. Lacombe avait d’ailleurs dit avant lui, que “l’individuel n’est pas une cause” [...] a detacher l’individuel du nexus causal de l’existence, impossibilite logique absolue, car tout ce qui existe, individuel ou general, a as raison d’être.

Toutes ces formules sont entachées d’erreur. Entre *loi* et *cause* il y a une difference radicale. La loi constate le mode d’accomplissement d’un phenomene ; la cause en donne l’explication. La loi expose *comment* le phenomene se produit; la cause cherche á rendre compte *pourquoi* il se manifeste de la sorte (Xénopol, 1904a, p. 265; 267-269).⁶⁶

Deste modo, para Xénopol seria inadmissível negar a existência da causa individual (a causalidade histórica, aquela que não pode ser generalizada em forma de lei) se as próprias ciências dos fatos de repetição em geral partilham de uma concepção de causa demasiadamente estreita, de curto alcance, restringida ao modo de produção e reprodução dos fenômenos. Tais ciências ao se recusarem à explicação do porque também abdicariam da investigação das causas reais, ao ficarem satisfeitas com uma noção de causa que tenderia ao hipotético. Assim, para Xénopol a verdade científica se encontraria em uma conjunção entre a constatação do “como” e a explicação do “porque”. Neste sentido, através do dialogo com o eminente filósofo Schopenhauer, Xénopol distingue a pura erudição da verdadeira ciência através do critério da explicação causal baseada no "porque":

On retrouve cette confusion entre la notion de loi et celle de cause encore dans une autre opinion aussi très enracinée, mais qui n'en est pas pour cela plus juste, notamment que les sciences auraient pour but principal la recherche des causes des phénomènes, principe dans lequel le terme de cause est identifié implicitement avec celui de loi. C'est ainsi que Schopenhauer dit que le *pourquoi* est la source de toute science, car rien n'est sans raison d'être; l'essence de la science consiste dans l'enchaînement des connaissances sur la base du *pourquoi* enchaînement qui distingue la science du simple agrégat de connaissances (Xénopol, 1904a, p. 268-269).⁶⁷

⁶⁶ “A causa é um modo de explicação dos fatos, aquela que se relaciona à realidade [...] Não é suficiente, portanto ter determinado o sentido do termo causa; é necessário ainda desobstruir uma confusão na qual ela é sabidamente exposta. A noção de causa foi e é ainda confundida com a de lei. Bernheim concebe também “ a lei natural como um julgamento universal que reproduz o conhecimento das causas constantes dos fenômenos”. Simiand vai mais longe. Mantendo a confusão entre os termos de causa e lei, para ele o principio que formula não tem a causa outro sentido positivo da palavra do que a de lei [...]” ele tira a conclusão, que “o fenômeno individual único de sua espécie não é uma causa”. Lacombe tem, aliás, dito antes dele, que “o individual não é uma causa” [...] se desprende o individual do nexo causal da existência, impossibilidade lógica absoluta, porque tudo o que existe, individual ou geral, tem a sua razão de ser.

Todas estas formulas estão erradas. Entre lei e causa existe uma diferença radical. A lei constata o modo que se cumpre um fenômeno; a causa lhe dá uma explicação. A lei expõe como o fenômeno se produz; a causa procura dar conta do *porque* ele se manifesta desta forma”.

⁶⁷ “Encontra-se esta confusão entre a noção de lei e a de causa [...] notadamente nas ciências que tem por objetivo principal a pesquisa das causas dos fenômenos, principio no qual o termo causa é identificado implicitamente com o de lei. É assim que Schopenhauer diz que o porquê é a fonte de toda a ciência, porque nada não possui sua razão de ser: a essência da ciência consiste no encadeamento dos conhecimentos sobre a base do porque, encadeamento que distingue a ciência da simples agregação de conhecimentos”.

Neste sentido, o autor também questiona a pretensão de um único padrão de racionalidade científica, sintomaticamente constatado em Comte. Nesta acepção podemos notar em Xénopol uma singela afirmação de superioridade das ciências de sucessão quanto á pretensão de objetividade científica - uma constatação paradoxal se levarmos em consideração as freqüentes tentativas de validação de um único padrão de racionalidade científica tendo como modelo as ciências naturais, exatamente pelo lugar comum de que estas seriam os únicos conhecimentos objetivos, e em função disto positivos - a partir do momento em que conclui que a recusa do porque caracterizaria um saber excessivamente pautado em hipóteses, em detrimento do que chama de teoria dos fatos, em virtude da depreciação do nexos causal entre os fenômenos⁶⁸.

Neste sentido, Xénopol explora a idéia de *demande causale* existente nas ciências dos fatos de repetição, onde a lei teria o papel de explicar o caso particular gerador da referida demanda. Para ele o fato de se poder atrelar o caso particular a uma formula geral, a lei, não constitui uma explicação das causas reais de manifestação dos fenômenos, mas antes uma redução (compartimentação) do individual ao geral. Ou seja, para Xénopol a explicação dos fenômenos não pode ser reduzida tão-somente á sua generalização em forma de lei⁶⁹.

Segundo o autor, os dois elementos constituidores da produção dos fenômenos, as forças naturais (visto como a força motriz dos fenômenos) e as circunstâncias (condições particulares de existência dos mesmos), devem ser considerados em conjunto, a causa do fenômeno não podendo ser encontrada em nenhum dos dois elementos isoladamente. Nesta

⁶⁸ "Les sciences des faits de répétition et notamment celles des faits matériels ne s'occupent pas habituellement des causes des phénomènes ; elles n'étudient que le *comment* des choses et laissent le plus solvante le *pourquoi* de côté. Il y a même des savants comme Claude Bernard et philosophes comme Auguste Comte qui veulent intentionnellement restreindre la connaissance scientifique au *comment* des choses sans y joindre l'explication du *pourquoi*. [...] Les auteurs que nous venons citer se trompent donc lorsqu'ils assignent à toutes les sciences la mission d'expliquer aussi les phénomènes qu'elles étudient. [...] très désirable que la science donne aussi les causes des phénomènes [...] Une science existe par la seule faculté de *constater* et de *démontrer* la vérité, c'est-à-dire de procurer à l'esprit la connaissance certaine de la réalité. [...] L'explication des phénomènes de la nature, dûment connus et enregistrés, se réduit le plus souvent à des hypothèses, à ce que l'on appelle la *théorie des faits*. Le plus souvent à des faits matériels n'est qu'un mirage trompeur, car on considère le mode de perpétration du phénomène comme son explication causale" (Xénopol, 1904a, p. 270-271).

⁶⁹ "Mais une pareille explication causale n'est qu'apparente. En effet, remarquons à quelles demandes causales ces lois de manifestation servent de repose. A des demandes qui sont elles-mêmes que des cas de manifestation de la loi. On se demande pourquoi un phénomène s'accomplit de telle façon et on pense en trouver l'explication causale dans le fait que le phénomène est general. Or, dans un pareil cas, il ne s'agit pas d'une tautologie qui formule dans une demande la réponse contenue implicitement dans la loi de manifestation du phénomène ; [...] Quelle belle explication, exclame avec raison Labriola, que de supposer la generalization du fait lui-même comme moyen d'explication! [...] Toutes les causes des phénomènes sont reduites à de simples hypothèses ou abandonnées à l'inconnu" (Xénopol, 1904a, p. 271-273).

direção, Xénopol cita dois exemplos sintomáticos deste erro, cada um se dirigindo em uma direção diferente para buscar as causas dos fenômenos: enquanto Seignobos consideraria unicamente as circunstâncias, Simiand se localizaria no extremo oposto, nas forças.

Outra aproximação possível para Xénopol é entre Seignobos e Durkheim, pois em sua interpretação Durkheim também restringiria a explicação causal às condições de existência. Outra discordância interessante entre Xénopol e Seignobos se refere sobre o problema em se definir a cientificidade da história através de um método direto ou de um método indireto⁷⁰. A seu ver esta prática metodológica incorre em erro em função de ser reducionista, e sua argumentação se baseia na idéia de que, de acordo com as circunstâncias, a mesma força pode produzir efeito diverso, e vice-versa. Ao que parece sua concepção de causalidade em história depende muito desta definição, pois incide na plausibilidade adquirida ou não da explicação histórica (Xénopol, 1904a, p. 283-289).

A seu modo o autor parece então propor uma *terceira via* – um posicionamento mediano - entre a consideração da regularidade centrada exclusivamente nas forças e nos pretensos fatos repetidos (posição defendida por Simiand e Paul Lacombe) e da irregularidade baseada tão-somente nas circunstâncias e nos fatos de sucessão (Seignobos) em história. Entretanto, a nosso ver, Xénopol sugere certa primazia do particular e da irregularidade na História, a partir do momento em que, em ultimo caso, as circunstâncias parecem constituir o elemento determinante da produção dos fatos históricos, caracterizando a história como uma ciência dos fatos de sucessão⁷¹.

⁷⁰ "C'est pour cette même raison que nous trouvons insuffisante la formule par laquelle M. Durkheim veut expliquer les faits sociaux. Selon lui « la cause déterminante d'un fait social doit être cherchée parmi les faits sociaux antécédents, et non parmi les états de conscience individuels'. Ce que nous objectons contre cette règle méthodique, c'est l'absence de la prise en considération de la force sociale ou individuelle qui doit indispensablement s'ajouter au fait social antécédent qui ne constitue qu'une composante dans le groupe des circonstances. [...] Quand ces forces agissent sur un seul et même groupe de circonstances la cause est donnée directement par cette force et par ces circonstances : quand plusieurs forces s'incorporent dans un groupe de circonstances différentes à la suite l'un de l'autre, la causalité est représentée indirectement par une série de phénomènes. Là causalité des faits de répétition naît dans deux formes : ou bien elle provient d'une ou de plusieurs forces agissant *sur un seul groupe de circonstances*, causalité que nous nommerons directe; ou bien elle provient de l'action de plusieurs forces qui entrent en action l'une après l'autre à travers *plusieurs groupes de circonstances*, causalité que nous désignerons par le terme d'*indirecte*".

Nota de rodapé número 02: "M. Durkheim concède aussi aux forces psychiques individuelles un rôle dans la genèse des faits sociaux. ; mais il ne reconnaît là qu'une exception qui n'intéresserait pas la science. Mais tout fait de contrainte sociale a pour origine une action individuelle, par exemple l'introduction d'un mot ou d'une locution nouvelle dans une langue qui fut à l'origine le fait d'un seul esprit et s'imposa plus tard à tout le monde" (Xénopol, 1904a, p. 282-283).

⁷¹ "Un phénomène est toujours le produit d'une force naturelle agissant dans certaines circonstances de l'existence. La cause n'est due ni à la force seule comme le pensent à tort quelques auteurs, ni aux circonstances seules, auxquelles bien d'autres l'attribuent. [...] Fonsegrive [...] attribue la cause aux circonstances seules et oublie le second facteur essentiel, la force. [...] Il en est de même de seignobos [...] Mais Simiand à son tour tombe dans l'erreur de Bain, d'attribuer la cause à la seule force, quand cette dernière ne peut avoir aucun effet si

Para Xénopol a relação necessária entre a investigação das causas e de seus efeitos para com a realidade histórica seria inerente. Tal consideração coloca em evidência sua idéia da relação entre o conhecimento científico e a realidade em si. Apesar de admitir certo limite da capacidade da ciência de penetrar na essência dos fenômenos, Xénopol repudia a possibilidade de algum grau de subjetividade no conhecimento científico baseada na experiência interna, como o conhecimento sendo um ato do pensamento sobre os fenômenos.

Trata-se, neste caso, de uma recusa à idéia de ciência como produtora de uma interpretação subjetiva da realidade. A nosso ver, o que o autor pretende não é ir em direção ao extremo de negar a dimensão subjetiva de qualquer conhecimento científico⁷², mas antes de frisar o caráter referencial da história, talvez chegando até mesmo ao ponto de dar primazia à dimensão objetiva⁷³.

Assim, Xénopol sustenta que a noção de causa está intrinsecamente ligada à experiência externa do sujeito cognoscente, funcionando como o elo entre o seu espírito e a realidade sensível em que os fenômenos se produzem. Assim, ao concordar com Émile

elle n'agit pas dans certaines circonstances, nécessaires pour produire l'effet voulu. L'action combinée de ces deux éléments est indispensable pour déterminer l'apparition du phénomène. *Si la force n'existait pas, il n'y aurait pas de moteur, si les circonstances faisaient défaut, l'action de la force se perdrait dans le vide.* [...] la cause doit être recherchée dans l'action combinée des deux éléments qui lui donnent naissance : la force et les circonstances.

La meilleure preuve que la force seule n'est pas la cause des phénomènes, consiste dans le fait que la même force, agissant dans des circonstances différentes, peut donner naissance à des classes de phénomènes tout à fait différentes. [...] tous ces divers effets sont déterminés par la diversité des circonstances dans lesquelles la même force travaille. [...] *la même cause peut produire plusieurs effets.*

[...] la réalité nous montrant que quelquefois la force produit le même effet et d'autres fois des effets différents [...]

La même force produit le même effet quand elle pénètre à travers les mêmes circonstances. La même force produit des effets différents quand elle agit à travers des circonstances différentes" (Xénopol, 1904a, p. 274-278).

⁷² Exemplo disso é a sua atribuição do uso da *noção de valor* – entendida como a capacidade e necessidade de julgamento, de valoração do sujeito cognoscente diante de seu objeto - tanto nas ciências de repetição quanto nas da sucessão. Como vimos acima (tópico 3.1), Xénopol dedica dois artigos na *RSH* para criticar a atribuição de Rickert do uso da noção de valor como sendo característica particular da História frente às ciências naturais. É neste sentido que, ao mesmo tempo em que admite a existência da valorização do sujeito cognoscente na prática científica, Xénopol nega que a noção de valor seja característica específica do conhecimento histórico. A nosso ver, longe de negar uma racionalidade científica particular à História, o autor tem a intenção de potencializá-la e justificá-la na medida em que assinala a existência da dimensão subjetiva em todo e qualquer saber científico (Xénopol, 1905, p. 129-149; 1906, p. 01-15).

⁷³ "L'esprit ne peut pas pénétrer plus avant dans la nature des phénomènes *extérieurs* à lui ; mais cette connaissance est suffisante pour lui donner la conviction inébranlable de l'existence d'une relation intime entre la cause et l'effet dans les phénomènes qui ne sont pas le produit de sa propre pensée. Toute autre conception de la cause, comme résultat de l'expérience interne, comme acte de la pensée, ne peut nous donner une idée de la causalité dans les faits extérieurs, à moins que d'admettre la théorie de Schopenhauer que le monde est ma représentation et que le monde est ma volonté, ce qui équivaut, selon nous, à nier complètement l'existence de l'univers sensible et à le transporter comme espace, comme temps et comme causalité dans le for intérieur de notre âme. [...]

Nous pensons que Schopenhauer se trompe et étend trop le sens de la *qualitas occulta*" (Xénopol, 1904a, p. 277-279).

Boutroux⁷⁴ de que “o homem não é uma anomalia da natureza” com a intenção de ressaltar a sua inserção na mesma natureza, Xénopol conclui que esta inserção do homem na natureza é o pressuposto para que o conhecimento sobre as coisas humanas esteja *suficientemente conectado com a realidade*. O autor concebe então a ciência como sendo o *reflexo da realidade*, onde o espírito humano somente reproduzira as causas reais dos fenômenos exteriores⁷⁵.

Nos fatos de repetição tanto a força quanto as circunstâncias possuiriam caráter universal. E o particular seria atrelado (incorporado de forma submissa) ao geral. Xénopol entende então que a questão da causalidade é central para a compreensão da história enquanto ciência, pois o estabelecimento das causas constituiria a base para a operação da explicação em qualquer conhecimento científico, uma vez a causa sendo concebida não só como o modo de explicação dos fenômenos, mas também como o elo entre a ciência e a realidade. Tal relação (a conexão entre o saber científico e a realidade) é visto como necessária, pois fundamento de legitimação de um conhecimento que se pretende seguro (Xénopol, 1904a, p. 289).

De tal modo, Xénopol julga necessário estabelecer uma distinção no que tange ao problema de se aliar a idéia à realidade. Nota-se neste ponto que ele se preocupa com o que Meinecke (1943, p. 511) definiu algumas décadas depois como sendo um dos principais problemas encarados pelo historicismo, onde aliar a idéia à realidade expressaria um desejo

⁷⁴ Étienne Émile Marie Boutroux (1845 -1921) foi um filósofo e historiador da filosofia francês. Após obter um doutorado em filosofia em 1874, Émile Boutroux passa a ministrar aulas de filosofia na Universidade de Montpellier, em seguida na Universidade de Nancy e na *École Normale Supérieure* em 1878 e, finalmente, na Sorbonne, a partir de 1885. Em 1898, Boutroux é eleito membro da Academia das Ciências Morais e Políticas e da Academia Francesa de Letras em 1912. Dentre seus alunos, se destacam Henri Bergson e Émile Durkheim.

⁷⁵ "Boutroux dit aussi très bien que “ce ne sont pas des possibilites ideales ; s’est la réalité ele-même dont la science nous presente le tableau systematique ”. Ailleurs il semble restreindre la porte de ce principe, em concédant seulement “ que l’homme n’étant une anomalie dans la nature, ce qui satisfait son intelligence ne doit pas être dans rapport avec le reste des choses ; qu’il y a vraisemblablement une certaine analogie entre notre nature intellectuelle et la nature des choses. Autrement l’homme serait isole dans l’Univers. ” [...] e quando Boutroux affirme très justement que “ l’ordre des idées n’a de valeur que lorsqu’il explique ordre des phenomenes ”, nous pensons qu’il faut y ajouter reproduire celui des phenomenes ”.

Las causes des phenomenes réels perçues par notre esprit ne seront donc que la reproduction intellectuelle des resorts, réels aussi, qui poussent les faits à se manifester.

Nous attribuons donc, à l’encontre de certains philosophes, la connaissance de la cause, dans le sens indique, à l’experience, et c’est ainsi que nous entendons les paroles de Hume [...] La notion de cause signifie donc l’élément intellectuel, reflet de la nature extérieure, qui nous fait comprendre la production d’un phenomene" (Xénopol, 1904a, p. 266-267).

[...] car la science n’est pas une création de notre esprit, comme le sont la religion, les arts, les forms de gouvernement. Elle est le reflet de la réalité dans l’entendement, la projection de la raison des choses dans la raison humaine (Xénopol, 1900, p. 265).

Nota de rodapé (número 2): "Cette conception de la science comme reflet de l’Univers dans notre esprit, nous dispense de réfuter la doctrine de la cause comme experience interne et de son impossibilité comme experience externe, doctrine soutenue par plusieurs philosophes" (Xénopol, 1904a, p. 267).

de administrar a tensão entre a dimensão objetiva e a dimensão subjetiva do conhecimento histórico.

No entanto, Xénopol coloca o problema em outros termos, definindo como não científico todo saber pautado em idéias que fossem estritamente produto do espírito humano e, em contrapartida o opõe ao saber científico baseado em idéias que fossem nada mais do que o mero “reflexo do mundo exterior”. Ou seja, embora admita a subjetividade na construção do conhecimento histórico (ao reconhecer o papel das *idéias* do sujeito cognoscente), Xénopol se exime de uma reflexão mais aprofundada sobre esta dimensão⁷⁶.

3.3 O diálogo com Paul Lacombe: Mudança, permanência, série e lei

No primeiro numero da *Revue de Synthèse Historique* (1900) travou-se um debate acerca das condições de possibilidades de afirmação (ou de sua futura construção) da história enquanto ciência. O historiador-sociólogo francês Paul Lacombe (1834-1919) publica um trabalho de crítica a certa concepção de história - da qual ele não faz parte - através de uma severa análise da obra *Les Principes fondamentaux de l'histoire* (1899), de Xénopol.

Segundo Lacombe, Xénopol pode ser considerado um perfeito exemplo do historiador erudito do século XIX, fazendo uma história factual, ao modo de Fustel de Coulanges, Mommsen e de Ranke. Para Lacombe, o direito de cada pesquisador de definir o seu próprio conceito de ciência é assegurado, o que no seu entender não justifica a elevação deste tipo de história, chamada pelo autor de “ordinária”, ao patamar de verdadeira ciência. A esta história Lacombe opõe uma história ainda a se construir, primeiro pela via teórica e posteriormente pela via prática, a história plenamente científica, feita por filósofos e sociólogos. Segundo o autor, Xénopol confundiria realidade e verdade históricas, se negaria a

⁷⁶ Commençons par déterminer le sens précis dans lequel nous entendons nous occuper de la cause. La cause est un mode d'explication des faits, celui qui se rapport à la réalité. Le philosophe allemand Kiesewetter a très bien marquée la différence qui existe entre la raison suffisante et la cause. “la cause logique (principe de la connaissance), dit-il, ne doit pas être confondue avec la raison réelle (cause). Le principe de la raison suffisante appartient à la logique ; celui de la causalité à la métaphysique. Le premier est le principe fondamental de la pensée ; le second de l'expérience. La cause se rapporte à des objets réels, la raison logique rien qu'à des représentations.

On pourrait objecter contre cette distinction, que les phénomènes extérieurs se résolvent aussi en idées dans notre esprit. Cela est incontestable; mais il y a une différence entre les idées qui sont le produit de l'intelligence et celles qui ne sont que le reflet du monde extérieur. Ce sont les systèmes construits sur cette dernière classe d'idées qui constituent la science. La science n'est une création de notre esprit, comme le sont l'art, la religion, les mœurs, la langue, les formes politiques; elle n'est que la reproduction intellectuelle de l'Univers” (Xénopol, 1904a, p. 265-266).

praticar ciência ao não colocar o estudo das permanências históricas como o objeto principal da história. Uma oposição radical se anuncia:

[...] la pensée de M. Xénopol est bien que l'histoire diplomatique, éventuelle, je dirai volontiers événementielle, reste encore — au moins telle que l'ont faite récemment MM. Mommsen, Ranke, Fustel et autres — la véritable histoire, la seule et unique histoire à faire. Il est des sociologues, il est des philosophes qui, n'estimant pas que cette histoire-là soit constituée sur le pied d'une science, ont cherché comment il faudrait traiter l'histoire pour qu'elle fût vraiment scientifique; selon M. Xénopol « tous ces penseurs ont tort ». Ils ont cherché midi à quatorze heures (le mot n'est pas dans M. Xénopol, mais je crois qu'il traduit assez bien sa pensée). Ils ont tort, car l'histoire, à la manière de Mommsen, de Fustel, etc., est parfaitement scientifique. Si les penseurs n'ont pas reconnu cela, c'est qu'ils se sont fait de la science en général une conception inexacte, trop large d'un côté, trop étroite de l'autre. (Lacombe, 1900, p. 28-30).⁷⁷

Para Lacombe, a história erudita teria a sua “razão de ser” exclusivamente como uma espécie de ciência auxiliar - pela utilidade de seu rigor metódico - à uma futura ciência histórica que desse conta da complexidade dos fenômenos históricos. A ênfase de sua crítica se encontra nas formas de abordagem, e não no objeto propriamente dito, pois este seria o mesmo tanto para historiadores factuais quanto para historiadores científicos e/ou sociólogos. Mesmo reconhecendo a existência do elemento diferencial - este constituindo um lado da moeda da realidade histórica - Lacombe deixa explícito que o seu interesse está localizado no outro lado da moeda, as semelhanças poderiam oferecer ao pesquisador padrões que serviriam de base a comparações no tempo e no espaço. A proeminência da regularidade dos fenômenos, a seu ver, é característica tanto da realidade histórica em si mesma quanto das exigências de um saber que se pretende seguro e útil à humanidade, logo, científico.

⁷⁷ “[...] o pensamento do senhor Xénopol é bem o da história diplomática, eventual, eu diria com muito prazer acontecimental/factual, ainda resta – ao menos tal como fizeram recentemente MM. Mommsen, Ranke, Fustel e outros – a verdadeira história, somente a única história a se fazer. É a dos sociólogos, é a dos filósofos que, não estimando que aquela história seja constituída sobre a base de uma ciência, onde procuram como seria necessário tratar a história para que ela fosse verdadeiramente científica: segundo Xénopol “todos esses pensadores estão errados”. Eles procuram o impossível de encontrar. Eles estão errados, porque a história, à maneira de Mommsen, de Fustel, etc., é perfeitamente científica. Se estes pensadores não reconhecem isso é porque eles tem da ciência em geral uma concepção inexata, demasiadamente larga de um lado, demasiadamente estreita de outro. [...] Então, quando Mommsen encadeia um ao outro os acontecimentos sucessivos, chegando à um final, se ele tem como provar estes acontecimentos, ele faz incontestavelmente ciência. – Que responder a isso? Que eis a história elevada ao nível da ciência com a maior facilidade. É certo que Xénopol é livre para definir a ciência como bem lhe parece; e, de outra parte, ele esta claramente tentando definir a ciência como ele a faz, a história ordinária sobe ao estado de ciência. [...] toda a argumentação de Xénopol passa do lado sem a tocar. Errados ou certos “os pensadores” continuarão a distinguir a realidade da verdade; eles continuarão a estimar que a realidade a melhor provada não é ainda a ciência, mas somente matéria da ciência, que a ciência é feita de similitudes mais ou menos estendidas, abstraídas e extraídas da realidades, e de sucessões mais ou menos constantes, igualmente abstratas. Estes pensadores em questão pensam que não é impossível elevar a história ao nível da ciência por um procedimento diferente do de Xénopol. [...] Ao contrario, Xénopol diz: que o único interesse que importa na história, é justamente a diferença, a dissimilaridade entre os fatos que se seguem”.

Paradoxalmente, após duras críticas à classificação das ciências de Xénopol, Lacombe assevera que o indivíduo é, em última instância, a realidade:

[...] quand on veut uniquement exposer une série historique particulière (et je le répète, il faut qu'il y ait des histoires ainsi faites), mais il faut qu'il y ait de l'histoire faite autrement — une histoire dont M. Xénopol méconnaît la nécessité, et le caractère, et les moyens, parce qu'il a précisément, dans sa théorie des faits coexistants et des faits successifs, méconnu la complexité des réalités historiques. Il n'y a pas un de ces événements ou de ces actes humains, que M. Xénopol regarde uniquement par le côté différence, qui n'ait en même temps un côté par lequel il ressemble à d'autres événements ou actes *coexistantes*. « Il y a, dit M. Xénopol, des choses qui n'arrivent qu'une fois. » Mon Dieu! oui, — et nous le savions peut-être avant que M. Xénopol voulût bien nous l'apprendre, — elles n'arrivent qu'une fois, en un sens; mais en un autre sens, au contraire, ces choses-là se répètent et, à une certaine époque ou dans une certaine région, arrivent tous les jours. [...] Pour moi, ce que j'aperçois de clair c'est que tout peuple est une entité de notre esprit; et toute race encore plus entité, si je puis dire; et que la réalité, c'est l'individu. (Lacombe, 1900, p. 30; 40).⁷⁸

Lacombe lança mão de vários exemplos para delimitar de forma mais clara sua posição teórica frente à de seu oponente. Segundo ele, Xénopol - de acordo com suas convicções pessoais - interpretaria o autor de peças teatrais Racine simplesmente como um gênio, e isso se constituiria em uma explicação plausível. Lacombe discorda disso, porque afirmar a genialidade do autor não seria uma explicação adequada! Seria preciso ir além, pois seria necessário procurar uma *prova* para sustentar tal afirmação.

As regras e as convenções que serviram de substrato à criação deste eminente autor teatral seriam semelhantes à de outras peças teatrais criadas em seu tempo e também fora dele. A extensão espacial e temporal das semelhanças entre os fenômenos históricos são assim colocados como pressuposto para o proceder científico pela comparação das permanências no tempo. Somente as semelhanças poderiam fornecer a possibilidade de se estabelecer as causas dos fenômenos com uma admissível parcela de certeza, causas encontradas exclusivamente e satisfatoriamente no meio exterior dos fenômenos sociais. Procedendo assim, a pesquisa histórica se adequaria ao seu conceito de ciência, a saber, a

⁷⁸ “[...] quando se quer unicamente se expor uma série histórica particular (e eu repito, é necessário que aí tenha histórias assim feitas), mas é necessário que tenha aí história feita de outra maneira – uma história que Xénopol desconhece a necessidade, o caráter, os meios, porque ele tem precisamente, na sua teoria dos fatos coexistentes e dos fatos sucessivos, desconhecido a complexidade das realidades históricas. Não existe um acontecimento ou ato humano, que Xénopol olha unicamente pelo lado diferencial, que não tenha ao mesmo tempo um lado pelo qual a semelhança a outros eventos ou atos *coexistentes*. “Existe, diz Xénopol, coisas que acontecem uma só vez.” Meu Deus! Sim, - e nós o sabíamos antes que Xénopol queira bem nos ensinar, - eles somente acontecem uma vez, em um sentido; mas em outro sentido, ao contrário, estas coisas se repetem, à uma certa época ou em uma certa região, acontecem todos os dias. [...] Para mim, eu percebo claramente é que todo povo é uma entidade de nosso espírito; e toda raça ainda mais entidade, se eu posso dizer; e que a realidade, é o indivíduo”.

determinação das similitudes e a posterior ligação das mesmas às causas com vistas à construção da explicação:

Mais cette pièce a été cohérente et construite, à certains égards, d'après des règles, des conventions de construction et de langage qui se retrouvent et se montrent similaires en un grand nombre d'autres pièces plus ou moins coexistantes. Si bien qu'un critique littéraire pourra trouver son profit et le notre à comparer la pièce de Racine avec d'autres pièces. Que, dans ces comparaisons, il soit intéressant, important de constater les différences, je ne dis pas non — et qui dirait non? — mais il est intéressant, important aussi de constater les ressemblances, et jusqu'où elles s'étendent, soit en durée, soit en espace; elles deux constatations sont nécessaires, comme se complétant, se faisant valoir l'une l'autre, — et c'est à quoi M. Xénopol semble dire non, la différence, parfois, souvent même, nous n'en pouvons saisir, reconnaître la cause : par exemple, nous ne pouvons pas saisir avec certitude les causes qui ont fait de Racine un poète supérieur à ses rivaux contemporains. Nous disons bien: Racine a eu du génie, et les autres pas. Mais au fond c'est une tautologie, c'est dire que Racine fut supérieur parce qu'il était supérieur. Les ressemblances, au contraire, ont des causes sociales, extérieures, non cachées dans la profondeur d'un tempérament individuel, d'une physiologie et d'une psychologie particulières, des causes ayant une certaine étendue et une certaine constance — grâce à quoi il nous est permis et possible, sinon facile, de découvrir ces causes et de les mettre hors de conteste. Or, comme faire de la science, c'est justement constater d'abord une similitude, puis en second lieu l'expliquer en la reliant à sa cause, les ressemblances nous sont matière à extraire de la science, et les différences — certaines différences, celles que vise M. Xénopol — ne se prêtent pas à La conquête de ce butin. — Il est vrai que M. Xénopol conçoit La science autrement que je ne fais, et autrement que ne font, à ce que dit M. Xénopol lui-même, « tous les penseurs » (Lacombe, 1900, p. 31).⁷⁹

Lacombe localiza no conceito de tempo de Xénopol um importante elemento de sua concepção de história, o último veria o tempo como uma grande causa - causa universal -, como um elemento determinante dos fenômenos históricos. A surpresa de Lacombe se refere ao problema da consideração do conceito de espaço e de tempo por parte de Xénopol como sendo elementos objetivos. Um equívoco, segundo a opinião desse crítico, pois ambos os

⁷⁹ “Mas esta peça é concebida e construída, sob certo ponto de vista, segundo regras, convenções de construção e da linguagem que se encontram e se mostram similares em um grande número de outras peças mais ou menos coexistentes. Para que um crítico literário possa encontrar o seu lucro e o nosso é o de comparar a peça de Racine com outras peças. Que, nas comparações, seja interessante, importante de constatar as diferenças, eu não disse que não - e quem diria não? - mas é interessante, importante também de constatar as semelhanças, até onde elas se estendem, seja na duração, seja no espaço; as duas constatações são necessárias, completando-se, fazendo-se querer uma a outra, - esta a que Xénopol sempre disse não [...] A diferença, às vezes, freqüentemente mesmo, nós não podemos apreender, reconhecer a causa: por exemplo, nós não podemos apreender com certeza as causas que fizeram de Racine um poeta superior aos seus rivais contemporâneos. Nós dizemos: Racine é um gênio, os outros não. Mas no fundo é uma tautologia, é dizer que Racine foi superior porque ele é superior. As semelhanças ao contrário, onde as causas sociais exteriores, não escondidas nas profundezas de um temperamento individual, de uma fisiologia ou de uma psicologia particulares, as causas têm uma certa extensão e uma certa constância – graças a qual nos é permitido e possível, senão fácil, de descobrir as causas e de as colocar fora de contexto. Ora, como faz a ciência, é justamente constatar primeiramente a similitude, em segundo lugar de explicar ligando-a à causa, as semelhanças nos são matéria a extrair da ciência, e as diferenças – certas diferenças, aquelas que visa Xénopol – não se prestam à conquista deste tesouro – é verdade que Xénopol concebe a história de outra maneira que eu, outra maneira que nós não fazemos, diz Xénopol ele mesmo, “todos os pensadores”.

conceitos seriam abstratos, forjados pela subjetividade do pesquisador, não passando, portanto, de representações da realidade:

Ce que je ne puis admettre, en revanche, c'est le rôle que M. Xénopol attribue au temps, et l'idée qu'il se fait du temps. Il invoque le temps à chaque instant, comme une cause, une grosse cause, agissant universellement et toujours, le temps sans plus. J'avoue qu'ici je suis étonné. Le temps! Mais il n'est rien, en soi, objectivement ; il n'est rien qu'une idée à nous, une très forte abstraction nous représentant les choses qui durent par cet aspect précisément de la durée, et exclusivement par cet aspect. Je sais, d'ailleurs, que cette idée abstraite accompagne nécessairement toutes nos conceptions, en même temps que l'autre abstraction, l'espace. Mais faire du temps, sans plus, du temps tout seul une cause, voilà ce dont je suis surpris (Lacombe, 1900, p. 32).⁸⁰

Segundo Lacombe, as causas dos eventos históricos seriam os motivos psicológicos dos agentes envolvidos e não o tempo em si mesmo. A seu ver, situar o tempo como causa universal dos fenômenos históricos seria criar uma entidade, uma ilusão teórica. A recusa de Xénopol em admitir leis na história, e sua defesa da construção de séries sobre os fatos sucessivos que formariam os quadros interpretativos do historiador caracterizaria uma vez mais a história erudita, eventual e diplomática:

Les motifs psychologiques qui ont fait délaïsser la cuirasse, voilà les véritables causes et non le temps ; ces motifs existent, et, dans le cas présent, ils sont aisés à découvrir [...] Toujours, le changement sur un point est dû à quelque événement précis, à quelque nouveauté bien déterminée, laquelle est sans doute conçue par notre esprit avec l'accompagnement de cette abstraction temps ; mais qui, comme cause, se distingue parfaitement de l'abstraction temps. M. Xénopol a une violente propension à créer des entités ; il nous en réserve d'autres. M. Xénopol paraît estimer beaucoup sa théorie des faits coexistants et des faits successifs. Il la considère comme la pierre angulaire de son édifice [...] Ce qui fait de l'histoire une science tout à fait à part, dit-il, c'est que « l'histoire ne recherche pas les lois générales de plusieurs faits simultanés (ou coexistants) mais bien la succession sur une seule ligne de faits qui s'enchaînent dans le cours du temps ». Une succession de faits sur une seule ligne, voilà bien vraiment la formule de l'histoire éventuelle, diplomatique (Lacombe, 1900, p. 32-33).⁸¹

⁸⁰ “O que eu não posso admitir, em compensação, é o papel que Xénopol atribui ao tempo, a idéia que ele faz do tempo. Ele invoca o tempo a cada instante, como uma causa, uma grande/grossa causa, agindo universalmente e sempre, o tempo nada mais. Admito que estou admirado. O tempo! Mas ele não é nada em si, objetivamente; ele não é nada mais que uma idéia nossa, uma forte abstração nossa representando as coisas *que duram* por este aspecto precisamente da duração, e exclusivamente por este aspecto. Eu sei, aliás, que esta idéia abstrata acompanha necessariamente todas as nossas concepções, ao mesmo tempo em que outra abstração, o espaço. Mas fazer do tempo, sem mais, do tempo toda única causa, eis o que me deixa surpreso.”

⁸¹ “Os motivos psicológicos que fazem retirar a couraça, eis a verdadeira causa e não o tempo; os motivos existem, e, no caso presente eles são fáceis de descobrir. [...] Sempre, a mudança sobre um ponto é devida a algum evento preciso, a alguma novidade bem determinada, a qual é sem dúvida concebida por nosso espírito com o acompanhamento desta abstração tempo; mas que, como causa, se distingue perfeitamente da abstração tempo. Xénopol tem uma violenta propensão a criar entidades; e nos reserva outras. Xénopol parece estimar muito sua teoria dos fatos coexistentes e dos fatos sucessivos. Ele a considera como a pedra angular de seu edifício [...] O que faz da história uma ciência absolutamente particular, diz ele, é que “a história não procura por leis gerais de vários fatos simultâneos (ou coexistentes), mas bem a sucessão *sobre uma única linha de fatos* que

No entanto, a pertinência de certas leis na história - por parte de Xénopol - é vista como mais uma ilusão centrada no conceito de força. Lacombe interpreta que Xénopol concebe a força evolucionista como uma grande causa baseada em sua idéia de tempo. Lacombe se mostra uma vez mais surpreso com as idéias de Xénopol, pois, a seu ver o último teria feito uma mescla impertinente entre as até então recentes teorias biológicas com a concepção de história da erudição, produtora de um estrito conhecimento sobre o político.

A história erudita é então definida como uma antiga escola, e Xénopol pertencendo a esta escola conceberia uma teoria absurda ao inserir o conceito de evolução em seu interior. Nota-se então que Lacombe entende que o conceito de evolução, apesar das inúmeras acepções do termo, pode ser genericamente entendido como significando e simbolizando a mudança no decorrer do tempo, cunhado no interior das ciências naturais, não se aplica ao estudo da história:

[...] cet ouvrage contient des idées qui ne se relient pas du tout, laissant entre elles un hiatus énorme. M. Xénopol, pour qui la différence, la dissemblance continue dès événements successifs est en histoire tout l'important, croit néanmoins à des forces permanentes, faisant l'histoire, et à des lois universelles en histoire, résultant de l'action de ces forces. La première de ces forces, la plus effective et la dominante, il l'appelle l'évolution.[...] Ce concept de la force, qui séduit certains esprits par une apparence de profondeur, d'autres esprits l'ont critiqué. [...] Je crains que M. Xénopol, en inventant la force évolutionniste, cause de tout, n'ait cru avoir mis la main sur une grande et profonde idée. Eh bien non! Ces sortes de grandes idées-là ne sont que de grandes apparences. C'est curieux, voici un historien qui en somme appartient à l'ancienne école, ne concevant que l'histoire des événements diplomatiques, politiques; mais il a entendu parler des théories nouvellement formulées par les biologistes, l'évolution, la lutte pour la vie, etc.; et il est obsédé (il n'est pas le seul) de l'idée d'introduire et d'appliquer dans l'histoire ces hypothèses qui n'ont été faites ni d'après elles, ni à son intention. Notez bien qu'incompétent en biologie, je ne professe pas précisément ces idées, mais que j'incline à les croire fort utiles là où elles sont nées. La conception de l'histoire, telle que l'expose M. Xénopol d'un côté, et de l'autre son hypothèse vague de l'évolution, n'en font pas moins ensemble un étrange disparate (Lacombe, 1900, p. 35-37).⁸²

se encadeiam no curso do tempo”. Uma sucessão de fatos sobre uma só linha, eis bem verdadeiramente a fórmula da história eventual, diplomática.”

⁸² “[...] esta obra contém idéias que não se encaixam, deixando entre elas um hiato enorme. Xénopol, para quem a diferença, a dessemelhança continua dos eventos sucessivos é em história da maior importância, acredita, no entanto existir forças permanentes, fazendo a história, e tendo leis universais em história, resultado da ação destas forças. A primeira destas forças, a mais efetiva e a dominante, ele a chama de *evolução*. [...] O conceito de força, que seduz certos espíritos por uma aparência de profundidade, outros espíritos a criticam. [...] Eu temo que Xénopol, ao inventar a força evolucionista, causa de tudo, acreditou ter colocado a mão sobre uma grande e profunda idéia. Não! Estes tipos de grandes idéias são somente grandes aparências.

É curioso, aqui um historiador que em suma pertencendo à antiga escola, concebendo somente a história dos acontecimentos diplomáticos, políticos; mas ele ouviu falar das teorias novas formuladas pelos biólogos, a evolução, a luta pela vida, etc.; ele é obcecado (e não é o único) da idéia de introduzir e de aplicar na história as hipóteses que não foram feitas depois delas, nem à sua intenção. Notemos bem que incompetente em biologia, eu não professo precisamente estas idéias, mas que eu inclino a acreditar serem muito úteis lá onde elas são úteis. A

Ao discorrer sobre o problema da existência - ou não - de leis na história, Lacombe enfatiza a asserção de Xénopol de que as leis na historia - localizada nas forças do desenvolvimento - não teriam relação com os fatos. Segundo o ponto de vista de Lacombe, tal constatação representa mais uma entidade - ilusão teórica - por parte do ultimo. Sendo as leis uma abstração de nosso espírito elas somente possuiriam algum valor estando atreladas aos fatos. Lacombe uma vez mais reitera a incoerência em conceber as leis como constituindo uma proposição absolutamente objetiva. Deste modo, tanto o elemento diferencial quanto o elemento similar seriam fruto da subjetividade do pesquisador:

Et M. Xénopol continue en disant que l'action des forces du développement doit être considérée d'abord en elle-même et sans relation avec les faits. « Cette action donne naissance à la répétition des mômes procédés mis en oeuvre par la succession, pour réaliser le progrès. Cette répétition constitue les lois dont l'action se reproduit continuellement; ce sont des rouages éternels. Voilà le seul champ ou l'on petit trouver les lois de Vhistoire que Von a tant cherchées. » J'indiquerai tout à l'heure quelques-unes de ces lois, quelques-uns de ces rouages éternels que M. Xénopol a trouvés dans le champ qui, paraît-il, n'avait pas été exploré jusqu'ici. Ce qui me frappe d'abord, c'est encore ici cette inclination de M. Xénopol à se forger des entités. Ces idées à nous, que nous exprimons par le mot lois, et qui ne sont pas sans relation avec les faits, au moins quand elles ont quelque valeur, mais qui ont été par nous extraites, abstraites des faits, ces idées de lois, dis-je, M. Xénopol en méconnaît le caractère subjectif. Il se figure évidemment qu'elles sont quelque chose d'objectif qui agit avec puissance, qui, en quelque manière, commande avec empire. [...]En réalité, pour moi du moins, nous appelons lois, nos propres constatations des répétitions, des similitudes, des constances de la nature (nature extérieure ou nature humaine); objectivement il n'y a rien que cela, répétitions, similitudes, constances (Lacombe, 1900, p. 44-45).⁸³

Lacombe entende que há uma identidade entre a natureza propriamente dita e a natureza humana. A dimensão subjetiva das leis, tal como a concebe Lacombe, é vista como um impedimento a uma possível distinção entre as leis das ciências de coexistência e as das ciências da sucessão, tal como a concebe Xénopol. As leis em historia não poderiam partilhar de um estatuto particular, distinto das leis naturais, pois Lacombe discorda explicitamente da

concepção de historia, tal qual expõe Xénopol de um lado, e de outro são hipóteses vagas de evolução, não são menos parecidas com um estranho disparate”.

⁸³ “E Xénopol continua dizendo que a ação das forças do desenvolvimento devia ser considerada primeiramente nela mesma *sem relação com os fatos*. O que me impressiona primeiramente é ainda aqui a inclinação de Xénopol a se forjar de entidades. Estas idéias são nossas, que nós exprimimos pela palavra lei, e que não são sem relação com os fatos, ao menos quando ela tem algum valor, mas que foram por nós extraídas, abstraídas dos fatos, estas idéias de leis, digo eu, Xénopol desconhece o seu caráter subjetivo. Ele imagina evidentemente que elas são alguma coisa de objetivo que age com potencia, que, de alguma maneira, comanda com império. [...] Na realidade, para mim ao menos, nós chamamos leis, nossas próprias constatações das repetições, das similitudes, das constâncias da natureza (natureza exterior ou natureza humana); objetivamente não há nada disso, repetições, similitudes, constâncias.”

distinção efetuada por Xénopol, a saber, as leis históricas seriam abstratas por não determinarem os fatos, mas tão somente as forças produtoras dos mesmos, enquanto que as leis naturais seriam concretas em decorrência de reger tanto as forças quanto o próprio modo de produção dos fenômenos naturais.

Deste modo, o termo “concreto” não faz nenhum sentido para Lacombe, pois todas as leis seriam abstratas, a diferença entre as leis que admite seria relacionada ao grau de abrangência das similitudes. Percebe-se assim que, em boa parte da discordância de Lacombe deve-se à diferente significação que atribui ao termo abstração:

M. Xénopol s'efforce d'établir une différence absolument radical entre les lois de la coexistence et les lois de la succession — et jê crois bien comprendre pourquoi : cela tend à démontrer que l'histoire ordinaire, l'accidentelle, la diplomatique, peut être dite scientifique, parce qu'elle a une manière à elle de l'être. — Cette différence radicale serait, si j'ai bien compris M. Xénopol, que les lois de la coexistence, lisez les lois de la nature extérieure, sont concrètes, tandis qu'il n'y a de lois de la succession, lisez de l'histoire, que dans le champ de l'abstraction. Quant à moi, je le répète, je tiens toutes les lois pour abstraites. [...] Que tous les corps s'attirent en raison de leurs masses, en raison inverse de leur distance, voilà une similitude universelle. Que dans un mélange liquide ou fluide les corps plus lourds tombent au fond et que les plus légers montent au-dessus, c'est une similitude plus restreinte, (ce qui n'empêche pas que celle-ci ne soit une suite, un cas de la similitude, ou loi si vous voulez, plus étendue). La nature humaine a de même que la nature ses similitudes, plus ou moins étendues. M. Xénopol [...] selon lui, ces similitudes ou ces lois de la nature humaine sont sans rapport avec les faits, elles ne sont pas concrètes, elles n'existent que dans le champ de l'abstraction; tandis que la loi de l'attraction, par exemple, est concrète. — Concret, concrète, encore un terme dont M. Xénopol change, ce me semble, le sens. [...] Je le repète donc, toutes les lois sont abstraites. Et ce n'est pas de ce côté qu'il faut chercher les différences qui peuvent exister entre les sciences naturelles et l'histoire (Lacombe, 1900, p. 44-45).⁸⁴

Lacombe discorre também acerca do conceito de progresso de Xénopol - conceito relacionado à lei de evolução - discordando uma vez mais do que o último entende por evolução. Lacombe interpreta como ininteligível um conceito de progresso que abarque

⁸⁴ “Xénopol se esforça por estabelecer uma diferença absolutamente radical entre as leis da coexistência e as leis da sucessão – e eu creio bem compreender o porquê: ele tende a demonstrar que a história ordinária, acidental, diplomática, pode ser dita científica, porque ela tem a sua maneira de ser. – Esta diferença radical seria, se eu bem compreendi Xénopol, que as leis da coexistência, leia-se da natureza exterior, são concretas, enquanto que as leis da sucessão, leia-se da história, somente existem *no campo* da abstração. Quanto a mim, eu repito, *eu tenho todas as leis por abstratas*. [...] Que todos os corpos se atraem em razão das massas, em razão inversa de sua distância, eis uma *similitude universal*. Que em uma mistura líquida ou fluida os corpos mais pesados caiam ao fundo e que os mais leves fiquem acima, é uma *similitude mais restrita* (o que não impede que este não seja uma série, um *caso* da similitude, ou lei se você quiser mais estendida). (grifo meu)

A natureza humana é igual a natureza e suas similitudes, mais ou menos estendidas. Xénopol [...] segundo ele, as similitudes ou as leis da natureza humana são sem relação com os fatos, eles não são concretos, eles somente existem como campo da abstração; enquanto que a lei da atração, por exemplo, é concreta. – Concreto, concreta, mais um termo onde Xénopol muda, ao que me parece, o sentido. [...] Eu repito ainda, todas as leis são abstratas. E não é por este lado que é necessário procurar as diferenças que podem existir entre as ciências naturais e a história”.

também a regressão, um movimento que seja constante e ao mesmo tempo descontínuo. Ou seja, a nosso ver, Lacombe partilha - ao menos em parte - da concepção iluminista de progresso, onde a evolução das coisas humanas tende inelutavelmente para frente, um retrocesso, um recuo iria contra a coerência significativa do termo. Ao fim, a causalidade detalhada dos fenômenos é colocada por Lacombe como o critério último para desconstruir a lei de evolução - lei de manifestação da força histórica - de Xénopol, pois é a única que interessa ao conhecimento científico, relegando a lei de manifestação ao descrédito em decorrência da sua não ligação aos fenômenos:

Xénopol recorre, en ce sujet, à une expression métaphorique. Celte marche par vagues qui avancent, reculent, réavancent plus loin, c'est, à n'en pas douter, de l'image, de la métaphore. Et remarquez la contradiction entre cette image et l'expression abstraite de progrès. Celle-ci veut dire, si je ne me trompe, marche en avant. Et il y a pour la marche en arrière une expression corrélatrice, c'est régression. Or. l'image de M. Xénopol contient à la fois du progrès et de la régression. Mais, passons. Je ne querellerai pas non plus sur les termes constant et continu (on ne comprend pas bien d'abord comment un progrès peut être discontinu et cependant constant). Je lui dirai plutôt: « Votre loi du progrès ne me paraît pas absolument prouvée; car, selon vous, une loi, pour être loi, doit être éternelle; vous assurez bien qu'il y aura toujours progrès, mais d'où savez-vous avec tant de certitude ce que nous réserve l'avenir? Il y a probabilité, j'en conviens, mais alors disons seulement que le progrès est probablement une loi. En tout cas ce n'est, à parler un moment comme M. Xénopol, qu'une loi de manifestation ». Je ne vois pas là la loi de causation. » M. Xénopol, je le sais, me répondra: « Mais je viens de vous dire que c'était l'évolution qui causait le progrès. » Justement; et de là naît la principale querelle que j'ai voulu faire à M. Xénopol. Mais, quand M. Xénopol affirme qu'une seule et même force a causé tout cela, il simplifie terriblement, hasardeusement; il a l'air de dire une grande vérité, et il fait une hypothèse inféconde. Car, ce qui nous importe, ce qui nous est utile à savoir, c'est la causalité détaillée des phénomènes (Lacombe, 1900, p. 46-47).

85

A psicologia surge então na fala de Lacombe como o campo onde se deveriam procurar as leis históricas, pois somente nela seria possível vislumbrar uma parte importante da causalidade científica, a saber, os motivos dos agentes históricos. Motivos que deveriam

⁸⁵ “[...] Xénopol recorre, neste assunto, a uma expressão metafórica. Esta marcha por vagas que avançam, recuam, avançam novamente mais longe, é, sem dúvida, a imagem de uma metáfora. E marquemos a contradição entre esta imagem e a expressão abstrata de progresso. Isto quer dizer, se não me engano, marcha para frente. E tendo a marcha atrás uma expressão correlativa, é a regressão. Ora, a imagem de Xénopol contém a vez do progresso e da regressão. Mais passemos. Eu não brigarei mais sobre os termos constante e contínuo (onde não compreendo bem primeiro como um progresso pode ser descontínuo e no entanto constante). Eu diria mais: “Vossa lei do progresso não me parece absolutamente provada; porque, segundo vós, uma lei, para ser lei, deve ser eterna; você garante bem que haverá sempre progresso, mas como sabe você com tanta certeza o que nos reserva o futuro? Existe a probabilidade, eu concordo, mas então digamos somente que o progresso é provavelmente uma lei. Em todo caso é, a falar um momento como Xénopol, somente uma lei de manifestação. Eu não vejo lá a lei de causação.” Xénopol, eu o sei, me responderia: “Mas eu venho vos dizer que o estado de evolução que causa o progresso.” Justamente; e daí nasce a principal querela que eu faço à Xénopol. [...] Mas quando Xénopol afirma que uma única e mesma força causam tudo isso, ele simplifica terrivelmente, arriscadamente; ele tem o ar de dizer uma grande verdade, ele faz uma hipótese infecunda. Porque, o que nos importa, o que nos é útil saber é a *causalidade detalhada* dos fenômenos”.

ser relacionados às similitudes com vistas a alcançar o universal, o comum aos homens em diferentes espaços e em diferentes épocas. Deste modo, a psicologia seria o campo que tornaria possível ligar as leis de manifestação às leis de causação dos fenômenos:

Le terrain où il faut chercher les lois, à mon avis, est plus proche, c'est la psychologie : ce sont les mobiles absolument communs à tous les hommes et en tous temps, ainsi que les procédés universels de l'esprit humain, qui constituent ce terrain. Il est bien entendu que la psychologie de l'homme relève de sa physiologie, mais nous n'avons pas à remonter jusque-là, à moins de vouloir parler de toutes les sciences à la fois, et tout confondre. On dira : « La psychologie est-elle de l'histoire ? » Il serait curieux que les mobiles de l'agent qui fait l'histoire fussent hors de l'histoire.[...] Et d'où la psychologie elle-même a-t-elle été tirée par nous ? De l'histoire. Ne soyons pas dupe des compartiments que nous forgeons nous-mêmes pour la commodité de nos spéculations, et qui sont choses subjectives et n'existent pas dans la réalité. Ce que nous avons tiré de l'histoire, nous pouvons l'y faire rentrer. Prenons un exemple. M. Xénopol parle à plusieurs reprises de la loi de l'offre et de la demande. D'après ses formules, ce ne serait qu'une loi de manifestation, soit ! Mais d'où vient elle-même cette manifestation que M. Xénopol dit être universelle? L'allons-nous encore rattacher directement, immédiatement, à la fameuse cause de l'évolution ? L'anneau d'attache est plus voisin (Lacombe, 1900, p. 48-49).⁸⁶

Lacombe conclui que Xénopol sendo adepto da história acidental, mas tendo perpetrado um esforço teórico com vistas a se subtrair desta concepção de história vista como estreita, tende a tomar em consideração as leis na história em uma funesta analogia para com as leis físicas, preferindo as mais invariáveis e simples. As leis psicológicas para Lacombe estando atreladas aos motivos humanos em suas inúmeras e variadas formas de ação, produtoras de diferentes efeitos, deveriam do mesmo modo ser mais complexas, mais maleáveis do que as leis físicas. Percebe-se assim que Lacombe concebe o conceito de lei psicológica de uma maneira em que a rigidez de sua perpetração é menor, onde o grau de determinação da proposição geral depende da complexidade dos motivos humanos. Tratando-se de uma concepção de lei não determinista.

Destarte, Lacombe interpreta Xénopol como um dogmático que, tendo uma concepção de história ao mesmo tempo precária e retrógrada, buscaria cunhar uma filosofia da

⁸⁶ “O terreno onde é necessário procurar as leis, em minha opinião, é mais próximo, é a psicologia: são os motivos absolutamente comuns a todos os homens e em todos os tempos, assim que os processos universais do espírito humano, que constituem este terreno. E é bem entendido que a psicologia do homem resulta de sua fisiologia, mas nós não temos que nos remontar a ela, a menos que queiramos falar de todas as ciências de uma vez, e tudo confundir. Onde se diria: “A psicologia é ela da história?” Seria curioso que os motivos dos agentes que fazem a história fossem fora da história. [...] E a psicologia ela mesma tem sido tirado por nós? Da história. Não sejamos ingênuos de compartimentar o que forjamos nós mesmos pela comodidade de nossas especulações, e que são coisas subjetivas e que não existem na realidade. O que nós temos tirado da história, nós podemos fazer regressar. Tomemos um exemplo. Xénopol fala várias vezes da lei da oferta e da procura. Segundo suas formulas, seria somente uma lei de manifestação, seja! Mas de onde vem esta manifestação que Xénopol diz ser universal? (L'allons-nous ?) ainda ligando diretamente, imediatamente, à famosa causa de evolução? O anel de ligação é mais próximo.”

história definitiva, provavelmente em comparação com sua própria concepção de história, que em seus termos seria o inverso da concepção criticada, então “larga”, atual, não-dogmática e verdadeiramente científica. Assim, Lacombe deixa entrever que sua concepção de história está intimamente entrelaçada com a nascente sociologia, ao mesmo tempo em que recorre ao aporte da psicologia para a análise das permanências históricas no tempo:

M. Xénopol rentre dans la catégorie assez nombreuse des esprits qui ne comprennent que l'histoire accidentelle et qui, lorsqu'ils veulent sortir de cette conception étroite, vont se figurer les lois de l'histoire d'après la plus élémentaire, la plus fondamentale et la plus invariable des lois physiques, parce que justement elle en est la plus simple, l'attraction. Une pierre n'a, pour ainsi parler, qu'immobile; elle veut aller au centre de notre planète. [...] l'homme. Ses multiples mobiles peuvent bien se combiner jusqu'à un certain point; cependant ils ne peuvent agir tous à la fois. Et quand l'un d'eux agit, il faut bien que momentanément les autres mobiles, cessant d'être en acte, restent seulement en puissance, en virtualité, en tendance. Ce qui fait méconnaître les lois psychologiques aux esprits comme M. Xénopol, obsédés, je le répète, du type le plus simple des lois naturelles, c'est cette alternance forcée des mobiles humains. Il y a aussi autre chose, l'homme qui habite sur le globe les climats les plus divers, vit dans des conditions physiques très différentes. Et il a dans son esprit des ressources que la pierre n'a pas. Pour un même but, selon les conditions, il invente des moyens différents. Ce qui fait que, un même mobile le poussant, il arrive à produire des phénomènes contradictoires en apparence [...] M. Xénopol a eu un tort. Il s'est un peu trop intrépidement résolu à contredire « tous les penseurs » [...] M. Xénopol est tombé dans le défaut reprochable à nous tous (je me mets bien expressément dans ce tous). Nous sommes trop assurés, trop dogmatiques; nous voulons tous donner une philosophie de l'histoire *définitive* (Lacombe, 1900, p. 50-51).⁸⁷

3.4 A resposta de Xénopol: leis abstratas, leis concretas; história e sociologia

No mesmo número da *RSH* (1900, n. 01) é publicada a resposta de A. D. Xénopol às críticas proferidas por Paul Lacombe à sua obra, levada a público apenas um ano antes. Xénopol inicia seu artigo ressaltando o valor da revista enquanto um meio de veiculação de

⁸⁷ “Xénopol entra na categoria muito numerosa de espíritos que somente compreendem a história acidental e que, quando eles querem sair desta concepção estreita, vão imaginar as leis da história segundo a mais elementar, a mais fundamental e mais invariável das leis físicas, porque justamente ela é a mais simples, a atração. Uma pedra tem, por assim dizer, somente um motivo; ela quer ir ao centro de nosso planeta. [...] o homem. Seus múltiplos motivos podem bem se combinar até certo ponto; no entanto eles não podem agir todos a uma só vez. E quando um deles age, é necessário que momentaneamente os outros motivos, cessem de ser ato, restando somente em potência, em virtualidade, em tendência. O que faz desconhecer as leis psicológicas aos espíritos como Xénopol, obcecados, eu o repito, pelo tipo das mais simples das leis naturais, é esta alternância forçada dos motivos humanos. [...] por um mesmo objetivo, segundo as condições, ele inventa meios diferentes. O que faz que, um mesmo motivo o empurrando, ele chega a produzir dois fenômenos contraditórios em aparência [...] Xénopol cometeu um erro. Ele é um pouco determinado a contradizer “todos os pensadores” [...] Xénopol caiu no erro reprovável a nós todos (eu me coloco expressamente nesse todo). Nós somos muito seguros, muito dogmáticos; nós queremos todos dar uma filosofia da história *définitive*”.

teorias da história distintas e, conseqüentemente, como ambiente de debate entre os colaboradores da mesma. Seu agradecimento ao fundador da *RSH*, Henri Berr, é então explicitado (Xénopol, 1900, p. 121).

Xénopol principia sua defesa contestando Lacombe quanto à sua pretensão de fundar uma história científica. Em primeiro lugar, porque em seu modo de ver, a história já possuiria uma racionalidade própria ao conhecimento científico. Em segundo lugar, porque a intenção de se criar uma nova ciência a partir de sua teoria é vista com ressalvas, pois para Xénopol a especulação teórica - que ele denomina como lógica - não pode anteceder o próprio caminhar de uma ciência. Em outras palavras, Xénopol observa que inicialmente o método utilizado para se buscar as verdades na ciência precede a teoria que melhor a qualifica, ao tornar o sujeito cognoscente consciente de seus limites e de suas possibilidades (Xénopol, 1900, p. 121-122).

Xénopol toma a busca da verdade como o critério básico para se interpretar a história, desde a antiguidade, como ciência. Ressaltando os contínuos aperfeiçoamentos da disciplina durante o decorrer dos séculos de sua produção, observa que é necessário levar em consideração a própria trajetória da história para se fazer dela uma acepção plausível, e não criar expectativas ilusórias acerca do futuro da mesma.

Nesse ínterim, Xénopol destaca sua própria colaboração para tal aperfeiçoamento, a saber, seus esforços com vistas a combater os problemas referentes ao encadeamento causal dos fatos em séries históricas. Uma vez mais o autor chama a atenção ao problema de se estabelecer quais os fatos realmente importantes para o desenvolvimento histórico. Quanto à acusação de Lacombe de que sua prática historiadora estaria de acordo com uma história factual e diplomática, Xénopol rebate que o primeiro não tomou o devido cuidado aos termos empregados em sua obra, e que a sua história centrada no desenvolvimento político e social, tendo a idéia de Estado como cerne, difere inteiramente da então história diplomática tão freqüentemente denegrida (Xénopol, 1900, p. 122-123).

O conceito de tempo, primordial para se pensar sobre a tensão entre as categorias - mudança, permanência; diferença, similitude - envolvidas no litígio com Lacombe é mais uma vez destacado. Segundo Xénopol, o conceito de tempo de Lacombe está de acordo com o do filósofo Kant, onde o tempo seria entendido como sendo uma abstração do sujeito cognoscente. Deste modo, Xénopol se contrapõe a tal posicionamento, pois a seu ver isso implicaria em uma recusa na idéia de existência de alguma objetividade, de algum nexos inerente entre o conhecimento histórico e a realidade. Dito de outro modo, sua preocupação

está relacionada ao caráter referencial da história, pois, a seu ver, se se considerasse o tempo como inteiramente fruto do espírito humano admitir-se-ia a plenitude da subjetividade na pesquisa histórica. O tempo para Xénopol estaria então ligado às *coisas* que duram, não sendo então nem puramente objetivo, tão pouco meramente subjetivo:

Faire du temps, sans plus, du temps tout seul une cause, voilà ce qui surprend notre contradicteur. D'abord nous soutenons que si nous nous plaçons au point de vue de Kant, point de vue que semble adopter M. Lacombe, si nous ne considérons pas le temps comme s'écoulant indépendamment de nous, l'histoire ne se présente plus comme une réalité, mais bien comme une fantasmagorie de notre esprit. Puis remarquons que M. Lacombe définit le temps comme une idée à nous, une très forte abstraction des choses qui durent. Or comme ce sont les choses qui durent, le temps est, dans la pensée même de M. Lacombe, un élément attaché à ces choses, donc objectif et non seulement subjectif; le temps n'est donc pas une simple idée à nous (Xénopol, 1900, p. 123-124).⁸⁸

Xénopol nega então a acusação de Lacombe de que o tempo exerça o papel de uma entidade em sua teoria da história, ao reiterar a importância do papel das forças na produção dos fenômenos *no* tempo. A título de exemplo, considera que a teoria sobre a *uniformidade na sucessão* de Stuart Mill seria inconcebível, pois, a idéia de sucessão dos fenômenos comportaria somente as diferenças e/ou mudanças em detrimento das similitudes e/ou permanências no tempo. As leis psicológicas não poderiam então se pautar em tal pressuposto, pois seriam leis de manifestação dos fenômenos. As leis psicológicas determinariam tão somente as forças em ação, enquanto que os fenômenos seriam determinados em última instância pelas circunstâncias, espacial e temporalmente delimitadas (Xénopol, 1900, p. 124-125).

Percebe-se assim, uma importante divergência entre os usos feitos por ambos os autores na defesa do aporte da psicologia ao estudo da história. Enquanto Lacombe dá a entender que as leis psicológicas poderiam ser usadas para a determinação dos fatos históricos e sua predição - de acordo com sua concepção tradicional de ciência -, Xénopol está plenamente convencido de que tais leis não são determinantes dos fatos, logo a predição dos mesmos é impossível. As leis psicológicas podendo no máximo fornecer as indicações tendenciais dos fatos, sendo então uma lei de manifestação das forças naturais - lei abstrata-, e

⁸⁸ “Fazer do tempo, sem mais, do tempo toda uma única causa, eis o que surpreende nosso contraditor. Primeiramente nós sustentamos que se nós nos colocamos no ponto de vista de Kant, ponto de vista que parece adotar Lacombe, se nós não consideramos o tempo como *fluindo independentemente de nós*, a história não se apresenta mais como uma realidade, mas bem como uma fantasmagoria de nosso espírito. Pois notemos que Lacombe define o tempo como uma idéia nossa, uma forte abstração das coisas *que duram*. Ora como são *as coisas* que duram, o tempo é, no pensamento mesmo de Lacombe, um elemento ligado *a estas coisas*, então objetivo e não somente subjetivo; o tempo não é uma simples idéia nossa.”

não uma lei que rege a produção dos fenômenos e/ou causação - lei concreta (Xénopol, 1900, p. 130; 134).

Assim sendo, para Xénopol as leis de repetição dos fenômenos dariam sim nascimento a formações históricas de caráter sucessivo, entre estas uma lei psicológica que poderia vislumbrar uma explicação do caráter religioso do povo espanhol. Entretanto, esta explicação acabará por possuir um caráter eminentemente hipotético, necessitando ainda de sua verificação factual, e mais, ela não poderia ser generalizada a outros povos, pois constituindo uma série única. Assim, as semelhanças entre fatos que compõem eventos históricos diferentes caracterizariam uma “repetição diferenciada”, uma mesma força agindo por circunstâncias diferentes produziria fatos diferentes, embora advindos de uma mesma natureza. Uma vez mais o elemento diferencial é evocado por Xénopol para explicitar a impossibilidade de determinação do modo de produção dos fatos históricos através de qualquer tipo de lei (Xénopol, 1900, p. 125-127).

Apesar de reconhecer a existência da possibilidade de dois lados de investigação científica dos fenômenos históricos, Xénopol adverte que o estudo da dimensão coexistente dos fatos deve se limitar a uma época e a um determinado lugar. Os fatos sociais, onde se poderia dar maior ênfase ao elemento similar, deveriam ser estudados sob o limite dos fatores espacial e temporal, no entanto, a conclusão seguiria o mesmo caminho: explicação pelo encadeamento causal por séries únicas, estas historicizadas temporalmente.

É importante frisar que, estas séries estando limitadas especialmente pelo elemento temporal, não poderiam servir de modo algum a qualquer tentativa de generalização produtoras de leis determinantes dos fenômenos. O conceito de generalização é evidentemente utilizado por Xénopol em sua acepção “tradicional”, no sentido em que esta operação possui em uma concepção tradicional de ciência, tal qual a partilhada por Lacombe. A nosso ver, em momento algum Xénopol nega a generalização na história tal qual nós a entendemos hoje, isto fica evidente em seu artigo sobre a inferência na história, onde defende o uso do termo médio para uma explicação histórica plausível. O termo médio então seria a forma do conhecimento histórico de atingir o universal em suas sentenças. A atemporalidade dos fatos históricos é assim veementemente negada:

Une étude historique, proprement dite, ne peut être conçue, si elle n'a pas pour objet le changement, le développement. Il est incontestable que les faits, sociaux surtout, présentent deux côtés à l'investigation. Le côté coexistant, par lequel se touchent tous les faits similaires d'une époque et d'une région quelconque, côté qui présente de l'importance par les éléments de ressemblance — et le côté successif par lequel les faits d'une époque se louchent avec les faits d'une autre époque [...] M. Lacombe

confond ces deux côtés en un seul. Il considere comme histoire, l'étude des faits coexistants d'une époque quelconque, et voilà pourquoi il objecte que l'histoire doit s'occuper aussi des éléments similaires que les faits présentent. (Xénopol, 1900, p. 128-129).⁸⁹

Seria assim impossível tratar os fenômenos históricos fora do tempo. Tal tipo de investigação seria exterior à historia ciência. Então, somente o método histórico seria o aporte fornecido pela historia ciência a este determinado tipo de investigação. A história dedicar-se-ia aos acontecimentos e às instituições marcadas pelo signo da transformação temporal. Se as instituições podem ser interpretadas como invenções humanas que permanecem no tempo, a ênfase da investigação histórica recairia sempre sobre suas transformações no tempo. Mudanças estas que modificariam o caráter e conseqüentemente as funções sociais da referida instituição. Caberia então questionarmos se a definição de Xénopol de que as leis de repetição sendo transversais, e as series históricas sendo longitudinais, poderíamos afirmar que a concepção de historia do mesmo se apresenta sob uma perspectiva linear. Segundo o autor:

Cette question est très délicate et il faut bien la préciser. [...] Mais alors il va sans dire que c'est l'élément similaire qui prévaudra et que seule la méthode d'investigation (les règles de la critique dès textes, l'établissement véridique des faits passés) 'sera la contribution que l'histoire apportera à ce genre de recherches. Rien ne saurait pourtant justifier l'extension de ce cas particulier à l'histoire proprement dite qui s'occupe de la transformation des événements et des institutions, et qui donc ne peut plus se baser sur les éléments similaires, pour établir le développement, attendu que ce dernier ne saurait s'accomplir que par les éléments différentiels. Pour résumer notre façon de voir, complètement différente de celle de M. Lacombe, nous disons qu'aussitôt que nous dirigeons notre esprit vers les ressemblances que peuvent présenter les faits d'une même époque, nous pouvons faire de tout excepté de l'histoire, dans la véritable acception du terme. [...] S'en tenir aussi dans ce cas aux éléments similaires, c'est détruire le caractère essentiel de l'histoire, les différences dont l'enchaînement constitue le développement. Les éléments similaires étant exclus de l'étude de l'histoire, la généralisation l'est aussi. Il n'y a donc pas possibilité de trouver dans l'histoire des lois de production des phénomènes, pareilles à celles que peuvent formuler les sciences des faits de répétition. L'histoire ne peut qu'expliquer les résultats auxquels aboutissent ses séries, par l'exposition de ces séries mêmes. Donc dans les sciences des faits de répétition, prédominance des lois — transversales — ; dans les sciences des faits successifs, prédominance des séries — longitudinales. (Xénopol, 1900, p. 128-129).⁹⁰

⁸⁹ “Um estudo histórico, propriamente dito, não pode ser concebido, se ele não tem por objeto a mudança, o desenvolvimento. É incontestável que os fatos, sociais principalmente, apresentem dois lados à investigação. O lado coexistente, pelo qual se encontram os fatos similares de uma época e de uma região qualquer, lado que apresenta a importância dos elementos semelhantes – e o lado sucessivo pelo qual os fatos de uma época se encontram com os fatos de outra época [...] Lacombe confunde os dois lados em um só. Ele considera como historia o estudo dos fatos coexistentes de uma época qualquer, e eis o porquê ele objeta que a historia deve se ocupar também dos elementos similares que lhes são presentes.”

⁹⁰ “Esta questão é muito delicada e é necessário precisá-la bem. [...] Mas então será desnecessário dizer que é o elemento similar que prevalecerá e que só o método de investigação (a regra da crítica dos textos, o estabelecimento verídico dos fatos passados) será a contribuição que a historia aportara a este gênero de pesquisas. Nada saberia, portanto justificar a extensão deste caso particular à historia propriamente dita que se ocupa da transformação dos acontecimentos e das instituições, e que então não pode mais se basear sobre

Xénopol se esforça então em esclarecer sua definição de lei em relação à história. A recusa de Lacombe em admitir a existência de leis concretas é desenvolvida. Para Xénopol, a convicção de Lacombe de que todas as leis são abstratas, pois fruto de construções subjetivas, indica que o mesmo rejeita também a existência de diferentes graus de abstração. A acepção usada por Xénopol do termo *abstração* possui então um duplo sentido.

Em primeiro lugar, o termo expressa o grau de abrangência da lei, sendo então o critério para classificá-la como concreta - quanto menos estendidas no tempo, mais conectadas á realidade, pois possuindo um menor grau de generalização - ou como abstratas - uma lei de caráter universal, pois mais abrangente temporalmente, devido ao maior grau de generalização atribuído à mesma. Em segundo lugar, se uma lei é definida como abstrata - expressando somente as forças naturais em sua manifestação - ela então não possui um caráter determinista, pois sua formulação estando conectada com a realidade em um grau inferior, não pode influenciar o modo de produção dos fenômenos, logo, ela é mais geral e também mais vaga. Em suma: a lei abstrata está relacionada estritamente á manifestação das forças naturais constantes que contribuirá para a produção do fenômeno, histórico ou não; em contrapartida, a lei concreta está um passo à frente, ela rege a produção dos fenômenos nas circunstâncias, então esta lei é considerada como *concreta* por estar em maior proximidade com a realidade das coisas, cada fato particular podendo ser determinado com precisão e consequentemente previsto (Xénopol, 1900, p. 132-133).

Assim, Xénopol concebe que as leis concretas não são produtos da subjetividade historiadora, mas antes apenas uma apreensão de nosso espírito de dados naturais constituidores de uma natureza objetiva. Ele contrapõe então as entidades - criações arbitrárias, desconectadas da realidade - à pretensa existência de uma realidade natural e objetiva, pois independente de nossas vontades. A ciência sendo então um modo de extração dos referidos dados. Uma vez mais Xénopol afirma a ciência como mero reflexo da realidade,

elementos similares, para estabelecer o desenvolvimento, visto que este ultimo saberia se cumprir somente pelos elementos diferenciais. Para resumir nossa forma de ver, completamente diferente daquela de Lacombe, nós dizemos que logo que dirigimos nosso espírito em direção ás semelhanças que podem apresentar os fatos de uma mesma época, nós podemos fazer tudo exceto historia, na verdadeira acepção do termo. [...] Se nos detemos assim nesse caso aos elementos similares, é destruir o caráter essencial da historia, as diferenças onde o encadeamento constitui o desenvolvimento. Os elementos similares estando excluídos do estudo da historia, a generalização também está. Não há então a possibilidade de encontrar na historia as leis de produção dos fenômenos, parecidos àqueles que podem formular as ciências dos fatos de repetição. A história só pode explicar os resultados aos quais resultam as series, pela exposição das mesmas series. Onde nas ciências dos fatos de repetição, predominam as leis – transversais -; nas ciências dos fatos sucessivos, predominam as séries – longitudinais”.

e sua universalidade seria fruto da unicidade da verdade. Neste ponto, a tensão entre as dimensões objetiva e subjetiva de sua concepção científica fica evidente. Entretanto, esta primeira impressão - a de um cientificismo puro e ingênuo - pode e talvez deva ser relativizada ao levarmos em consideração que nove anos mais tarde Xénopol deixa explícito a sua admissão da subjetividade na construção do conhecimento histórico em seu artigo sobre o papel da imaginação na história⁹¹:

A ce qu'il paraît, M. Lacombe s' imagine que la science et les lois qui la constituent ne sont que des créations de l'esprit humain, pareilles à la religion, l'art, la littérature, la vie de l'Etat [...] Nous croyons le contraire : la science n'est que la reproduction intellectuelle de la nature dans l'esprit; c'est le reflet de la raison des choses dans la raison humaine ; voilà pourquoi, pendant que toutes les autres formes de la pensée, énumérées plus haut, varient de race à race, de peuple à peuple, la science seule ne varie pas ; elle est une et unique. D'où lui vient cette universalité indiscutable? Du fait que la vérité est aussi unique; et la vérité est telle, car elle est l'image du monde réfléchi par l'esprit humain. Comment! M. Lacombe prétend que les lois naturelles n'agissent pas avec puissance, ne commandent pas avec empire! Les forces et les lois de la nature bien loin d'être des entités, sont les plus puissantes réalités de l'Univers ; ce sont elles qui soutiennent son équilibre et sa constitution. [...] Les lois qui régissent les phénomènes ne sont pas le produit de notre esprit, mais bien la nature intime de l'univers que l'esprit est parvenu à s'approprier, après des efforts inouïs. C'est cette pénétration des secrets de la nature objective, par l'esprit, qui constitue la science (Xénopol, 1900, p. 131-132).⁹²

Xénopol procura esclarecer a razão de sua distinção dual dos tipos de leis científicas, pois, não sendo mero capricho de seu espírito, existiria então um objetivo claro e válido: a investigação da possibilidade de existência de leis na história e sua implicação para a sua fundamentação científica. Nas ciências dos fatos sucessivos - na história - as leis concretas deveriam então ser substituídas pelas séries históricas, pois as suas circunstâncias sendo marcadas pelo elemento diferencial os fatos seriam individuais. Mesmo as séries se repetindo, tal repetição seria transformada e particularizada pelas circunstâncias sempre novas, impossibilitadas de serem determinadas a priori pelo sujeito cognoscente (Xénopol, 1900, p. 132-133).

⁹¹ XÉNOPOL, A. D. *L'imagination en histoire*. In.: *Revue de Synthèse Historique*, T. XVIII, p. 20-31, 1909.

⁹² “Ao que parece, Lacombe imagina que a ciência e as leis que a constituem são somente criações do espírito humano, parecidos a religião, a arte, a literatura, a vida do Estado [...] Nós acreditamos o contrário: a ciência é somente a reprodução intelectual da natureza em nosso espírito; é o reflexo da razão das coisas dentro da razão humana; eis o porquê, enquanto todas as outras formas de pensamento, enumeradas acima, variam de raça a raça, de povo a povo, a ciência não varia; ela é uma e única. De onde vem esta universalidade indiscutível? Do fato de que a verdade é também única; e a verdade é tal, porque ela é a imagem do mundo refletida pelo espírito humano. Como! Lacombe pretende que as leis naturais não agem com potência, não comandam com império! [...] As forças e as leis da natureza bem longe de serem entidades, são as mais fortes realidades do universo; são elas que sustentam seu equilíbrio e a sua constituição. [...] As leis que regem os fenômenos não são produto de nosso espírito, mas sim a natureza íntima do universo que o nosso espírito conseguiu se apropriar, depois de esforços infinitos. É esta penetração nos segredos da natureza objetiva, pelo espírito, que constitui a ciência.”

Destarte, as leis históricas não seriam deterministas, ou seja, o termo lei aqui é utilizado em um sentido diferente do modo recorrente nas ciências da natureza, o estatuto das leis históricas seria de natureza distinta. Segundo Xénopol, os sociólogos, com a pretensão de afirmar a cientificidade da história através do conceito de lei, fariam uso de uma concepção de lei mista, que partilharia de ambas as características, uma combinação das leis abstratas e concretas. Tal concepção de lei é interpretada por Xénopol como fruto de uma imaginação arbitrária, pois lança um objetivo ilusório a seus olhos, a saber, o objetivo de se criar leis sociológicas que se baseiam na generalização de series sucessivas - diferentes e, portanto individuais - a distintos povos, situados em temporalidades também distintas.

A impossibilidade lógica de tal empreendimento de que fala Xénopol advém do menosprezo das características identitárias relacionadas ao elemento espacial e temporal, o que ele denomina de termo médio. Xénopol atribui ao historiador alemão Karl Lamprecht - outro grande colaborador da *RSH* - os “méritos” da criação de tal concepção, que procuraria transpor os princípios e os métodos das ciências naturais à história, o que para Xénopol seria uma incoerência em decorrência de se tratar de ciências distintas, constituídas sobre realidades também distintas:

Les partisans des lois dans l'histoire, les sociologues surtout (M. Lacombe en est un), se sont bien aperçu de l'impossibilité de formuler des lois, pour les faits qui se suivent et qui sont dissemblables. Aussi ont-ils été amenés à imaginer un système de lois rot i/enerù, pour les phénomènes sociaux de caractère successif, lois qui ne sont ni des lois de répétition ni des séries de succession, mais bien un mixtum-compositum, qui partage les deux caracteres à la fois. Ils ont tâché de découvrir le même mode de succession de certains phénomènes chez différents peuples, tribus ou races, et, généralisant ce mode de succession, ils ont créé lês prétendues lois sociologiques. Ces lois sont donc le produit d'abstractions, recueillies sur des séries de phénomènes. L'auteur qui formule théoriquement cette façon de voir que les autres ne font qu'appliquer, M. Lamprecht [...] Et précisément parce que c'est le même procédé que dans les sciences naturelles (M. Lamprecht entend par là les sciences des faits de répétition), ce procédé ne vaut rien. Il veut appliquer aux sciences des faits de la succession les principes des sciences des faits de répétition, entre lesquelles il y a une différence comme entre ciel et terre. [...] enfin que la méthode qui sert à établir les faits de répétition doit être différente de celle qui doit servir à établir les faits de succession. [...] Nous avons démontré longuement et avec tous les détails nécessaires, dans notre chapitre sur les Lois sociologiques, l'impossibilité logique et de fait d'une pareille conception et, tant que notre démonstration ne sera pas renversée, nous pensons que tout essai de formuler des lois historiques, par la généralisation de séries différentes, est une entreprise chimérique (Xénopol, 1900, p. 130; 134-136).⁹³

⁹³ “Os partidários de leis na historia, os sociólogos principalmente (Lacombe é um), bem perceberam a impossibilidade de formular as leis, para os fatos que se seguem e são dessemelhantes. Assim eles foram levados a imaginar um sistema de leis *sui generis*, para os fenômenos sociais de caráter sucessivo, leis que não são nem leis de repetição nem de series de sucessão, mas bem uma composição mista (mixtum-compositum), que partilha as duas características ao mesmo tempo. Eles tentam descobrir o mesmo modo de sucessão de certos fenômenos em diferentes povos, tribos ou raças, e, generalizando o modo de sucessão, eles criam as leis sociológicas. Estas

3.5 A inferência na história

Tal atitude, comum aos historistas, e que reflete também um *modo jurídico* de pensar, leva a outra, muito herderiana: a busca de um padrão, ou de padrões, espécie de termo médio que conteria a identidade de uma época, o *Zeitgeist* (Whelning, 2003, p. 37).

A preocupação de Xénopol com os princípios normativos da história considerada como uma ciência encontra um campo emblemático para se desenvolver, a metodologia. Xénopol perfaz uma análise comparativa entre três métodos usados no trabalho científico: a dedução, a indução e a inferência. O interesse é o de - através de uma via lógica, isto é, por um raciocínio baseado em princípios normativos e formais com o objetivo de definir os fundamentos científicos do conhecimento histórico - investigar qual o método adequado à história a partir de uma reflexão sobre os modos peculiares a cada método para se chegar à verdade: o caminho entre as premissas, os fatos e a conclusão.

Segundo Xénopol, o método indutivo tende a formular leis atemporais baseadas em conclusões que se apóiam em um caminho que se inicia pela análise das partes (verdades particulares) e vai em direção ao todo (verdades gerais), uma incursão do particular ao geral. Tal método somente poderia ser utilizado coerentemente para os estudos onde a regularidade dos fatos fossem a tônica do processo que interessa ao pesquisador. Ou seja, seu campo de atuação remeteria aos fenômenos naturais (às ciências dos fatos de repetição), caso contrário as generalizações científicas estariam fadadas ao fracasso, pois fruto de imaginações arbitrárias, desconectadas dos fatos. A categoria evolução é mais uma vez evocada com a intenção de pontuar a ênfase na mudança temporal como uma noção definidora dos fatos de

leis são então o produto de abstrações, recolhidas sobre series de fenômenos. O autor que formula teoricamente esse ponto de vista que os outros somente fazem aplicar, Karl Lamprecht [...] É precisamente porque é o mesmo procedimento que o das ciências naturais (Lamprecht entende por isso as ciências dos fatos de repetição), este procedimento não vale nada. Ele quer aplicar às ciências dos fatos da sucessão os princípios das ciências dos fatos de repetição, entre os quais há uma diferença como entre o céu e a terra. [...] enfim que o método que serve para estabelecer os fatos de repetição deve ser diferente daquele que deve servir a estabelecer os fatos de sucessão. [...] Nós temos demonstrado longamente e com todos os detalhes necessários, em nosso capítulo sobre as *Leis sociológicas*, a impossibilidade lógica de fazer uma parecida concepção e, tanto que nossa demonstração não será derrubada, nós pensamos que todo ensaio de formular leis históricas, pela generalização de séries diferentes, é uma empresa quimérica.”

sucessão, isto é, dos fatos históricos. Uma vez mais se nega a existência de leis na história, leis obtidas sob o signo da operação da generalização indutiva (Xénopol, 1911, p. 257-259).

Para Xénopol, a dedução parte sempre do todo (de uma premissa geral, um julgamento geral produtor de verdades gerais) para seguir em direção à parte (um julgamento individual produtor de verdades individuais), tendo sempre em vista a tentativa de (re) ligá-la ao todo. As semelhanças entre os três referidos métodos se limitaria basicamente ao procedimento de se ligar as novas verdades às verdades já existentes, pois o modo como cada método estabeleceria esta conexão se apresentaria de forma distinta. Xénopol admite então que a história lança mão dos métodos dedutivo e indutivo, entretanto, constata que tal uso se dá de maneira parcial e incompleta. Deste modo, Xénopol defende um método particular à ciência histórica, a inferência. O caráter individual das verdades (conhecidas e desconhecidas) produzidas por tal método é ressaltado:

La déduction ainsi que l'induction servent à établir des vérités nouvelles et inconnues tirées par le raisonnement des vérités antérieurement acquises. [...] L'histoire ne pouvant utiliser qu'exceptionnellement ces deux méthodes, il faut voir quelle sera la méthode particulière qui lui permettra aussi d'établir des vérités nouvelles au moyen des vérités anciennes. Cette méthode particulière à la science historique poursuivra le *but d'établir des vérités individuelles encore inconnues au moyen de vérités aussi individuelles que nous possédons déjà*. Cette méthode sera donc différente de la déduction qui part toujours d'une prémisses générale, et elle se distinguera aussi de l'induction qui monte des vérités particulières à des vérités générales. Nous désignons cette nouvelle méthode, que nous avons mise pour la première fois en pleine lumière, par le terme à *inférence* (Xénopol, 1911, p. 259).⁹⁴

A inferência partiria então de uma premissa individual - passando por um *termo médio* universal, pois se constituindo em um julgamento mais amplo do que o julgamento que compõe a premissa individual - com vistas a formular uma conclusão também individual. A inferência seria então uma dedução invertida, onde se substituiria a generalidade da premissa maior (julgamento universal pré-concebido) pela generalidade do termo médio. Do mesmo modo que na dedução, na inferência há a exigência de que pelo menos uma das premissas tenha caráter universal, o elemento diferencial é que na inferência se transporia o atributo da generalidade da premissa maior para o termo médio, este se constituindo como um elemento

⁹⁴ “A dedução assim como a indução serve para estabelecer as verdades novas e desconhecidas tiradas pelo raciocínio das verdades anteriormente adquiridas [...] A história podendo somente utilizar excepcionalmente estes dois métodos, é necessário ver qual método particular que lhe permite também estabelecer as verdades novas por meio das verdades antigas. Este método particular à ciência histórica seguiria o *objetivo de estabelecer as verdades individuais ainda desconhecidas por meio de verdades também individuais que nós já possuímos*. Este método será ainda diferente da dedução que parte sempre de uma premissa geral, e ela se distinguirá também da indução que constrói verdades particulares a partir de verdades gerais. Nós designamos este novo método, que nos seria colocado pela primeira vez em plena luz, de *inferência*”.

intermediário entre a premissa individual e a conclusão também individual. O termo médio seria então a premissa geral do método da inferência, aquela premissa que seria responsável pela conexão entre a premissa individual e a conclusão individual, em outras palavras, o termo médio seria o meio pelo qual o historiador ligaria o particular de suas pesquisas à perspectiva dos caracteres humanos universais:

Ce sera toujours par un procédé analogue à la déduction, par un raisonnement syllogistique, dans lequel pourtant le rôle des jugements est interverti. Au lieu de partir d'un jugement universel (la prémisses majeure) pour relier par un jugement individuel ou général, *mais dans tous les cas de moindre envergure que le premier*, le prédicat de la prémisses majeure au sujet du terme moyen, l'inférence prendra pour point de départ un jugement individuel pour relier — *par un terme moyen universel oit plus ou moins général, mais dans tous les cas d'une envergure bien plus ample que le jugement dont on part* — la prémisses individuelle à une conclusion aussi individuelle.[...] Il faut donc, dans le raisonnement par inférence, tout comme dans la déduction, que l'une des deux prémisses soit universelle. La différence entre ce raisonnement et celui du caractère déductif consiste d'abord dans le fait, que l'autre prémisses est absolument individuelle, puis dans la circonstance que c'est toujours le terme moyen qui est général et non comme dans la déduction, où c'est la prémisses majeure qui possède ce caractère. La nécessité de La prémisses générale se manifeste aussi dans le raisonnement par inférence ; mais cette prémisses est donnée par le terme moyen, et nous verrons bientôt les importantes conséquences qui en dérivent pour la logique de la succession.[..] Donc, dans la déduction, le *raisonnement partira d'une donnée universelle ou au moins générale* ; dans l'induction il *s'élèvera sur une base individuelle*. Nous avons rapproché jusqu'ici l'inférence de la déduction par la considération que le raisonnement qui lui sert de fondement s'établit toujours par voie syllogistique (Xénopol, 1911, p. 259-261).⁹⁵

Enquanto na dedução as verdades seriam produzidas a priori e de forma definitiva, e na indução ainda haveria a obrigatoriedade de se conferir as verdades alcançadas através da verificação de suas formulas legais, na inferência a conclusão propositora das verdades estaria em intrínseca correspondência para com a abrangência universal (ou não) do termo médio. Este, por sua vez, na medida em que apresentasse um caráter universal

⁹⁵ “Ele será sempre um procedimento análogo á dedução, por um raciocínio silogístico, dentro do qual, portanto o papel dos julgamentos é invertido. Em lugar de partir de um julgamento universal (a premissa maior) para ligar um julgamento individual ao geral, mas em todos esses casos o de menor envergadura que o primeiro, o predicado da premissa maior ao sujeito do termo médio (*terme moyen*), a inferência toma como ponto de partida um julgamento individual para ligar – por um termo médio universal ou mais ou menos geral, mas em todo caso de uma envergadura bem mais ampla que o julgamento de onde se parte - a premissa individual a uma conclusão também individual. [...] É necessário ainda que no raciocínio por inferência, assim como no da dedução, que uma das duas premissas seja universal. A diferença entre este raciocínio do de característica dedutiva consiste primeiramente no fato, que a outra premissa é absolutamente individual, pois nessa circunstancia é sempre o termo médio que é geral e não como na dedução onde é a premissa maior que possui esta característica. A necessidade da premissa geral se manifesta também no raciocínio por inferência; mas esta premissa é dada pelo termo médio, e nós veremos logo as importantes conseqüências que se derivam pela lógica da sucessão [...] Na dedução, será sempre a premissa geral; na inferência ao contrario, sempre o julgamento individual. Então, na dedução, o raciocínio *parte de um dado universal mais ou menos geral*; na indução ela *se elevava sobre uma base individual*. Nós temos aproximado justamente a inferência da dedução pela consideração que o raciocínio que lhe servirá de fundamento se estabelece sempre pela via silogística”.

inquestionável, possibilitaria à conclusão atingir um patamar – e, conseqüentemente a importância lógica - semelhante à conclusão dedutiva. Entretanto, poderíamos nos perguntar, qual a proveniência do termo médio? Para o autor, o mesmo advém de uma lei psicológica, entendida como uma sentença geral pautada em um consenso intersubjetivo:

Nous avons observé plus haut que la déduction établit ses vérités de prime abord et d'une façon définitive, au cas où les prémisses sont elles-mêmes vraies, pendant que l'induction a encore besoin d'un contrôle pour vérifier ses conclusions. En effet l'induction ne conduit à la découverte des lois que lorsqu'on est assez heureux de pénétrer le mode réel de perpétration des phénomènes. Pour se convaincre que la généralisation formulée est conforme à la raison des choses, il faut en vérifier la formule. [...] Les exemples de lois incomplètes sont bien plus nombreux dans le monde des faits sociaux, où elles sont très souvent bien moins rigoureuses que dans celui des faits physiques, cause pour laquelle elles ne peuvent être enserrées dans les formules mathématiques comme cela arrive habituellement avec les lois physiques. Une loi, lorsqu'elle ne vient que d'être formulée, possédera toujours le caractère d'une hypothèse, et ce n'est que par sa vérification ultérieure qu'elle acquerra la plénitude d'une vérité indiscutable. Voyons ce qui arrive avec le raisonnement par inférence : Dans ce raisonnement, l'autorité de la conclusion se dirigera d'après la valeur du terme moyen universel ou général qui reliera la prémisses individuelle au jugement individuel de la conclusion. Si le terme moyen possède une valeur universelle indiscutable et indiscutée, la conclusion individuelle présentera la force et l'autorité d'une conclusion déductive. [...] La conclusion est solide et indubitable ; elle ne pourrait être ni renforcée ni même combattue par des attestations documentaires, attendu que le terme moyen est donné par une loi psychologique dont la valeur est au-dessus de toute controverse (Xénopol, 1911, p. 261-262).⁹⁶

No entanto, Xénopol retira qualquer possibilidade de determinismo por recurso ao método por inferência, na medida em que ressalta as condições de possibilidade da plausibilidade (ou não) das conclusões por meio da “relativização” da abrangência universal do termo médio. Na medida em que a universalidade do termo médio (a premissa geral) for discutível, a validade da conclusão por inferência deve ser relativizada. A nosso ver, a palavra-chave aqui é *probabilidade*. Quanto mais provável se apresentar a premissa geral do

⁹⁶ Nós temos observado anteriormente que a dedução estabelece suas verdades primeiramente e de uma forma definitiva, ao caso das premissas serem elas mesmas verdadeiras, enquanto que a indução tem ainda a necessidade de um controle para verificar suas conclusões. Com efeito, a indução somente conduz à descoberta de leis quando é bastante feliz de penetrar no modo real de perpetração dos fenômenos. Para se convencer que a generalização formulada está de acordo com a razão das coisas, é necessário verificar a fórmula. [...] Os exemplos de leis incompletas são bem mais numerosos dentro do mundo dos fatos sociais, ou eles são mais freqüentemente bem menos rigorosos que naqueles dos fatos físicos, causa pela qual eles não podem ser encerrados dentro de formulas matemáticas como acontece habitualmente com as leis físicas. Uma lei quando somente vem a ser formulada possuirá sempre a característica de uma hipótese, e esta somente é para a sua verificação posterior que ela adquirirá a plenitude de uma verdade indiscutível. Vejamos o que acontece com o raciocínio por inferência: Dentro deste raciocínio, a autoridade da conclusão se dirigirá de acordo com o valor do termo médio universal ou geral que ligará a premissa individual ao julgamento individual da conclusão. Se o termo médio possui um valor universal indiscutível e ainda não discutido, a conclusão individual apresentara a força e a autoridade de uma conclusão dedutiva. [...] A conclusão é sólida e indubitável, ela não poderia ser nem reforçada nem mesmo combatida pelas atestações documentárias, atentando que o termo médio é dado por uma lei psicológica onde o valor é acima de toda controvérsia”.

método histórico, maior o grau de validade e de autoridade que se poderia atribuir às verdades alcançadas. No caso do termo médio possuir algum grau de contestação aceitável, a conclusão não adquiriria o pleno estatuto de verdade científica, mas antes de uma verdade incompleta, pois não comprovada satisfatoriamente, no máximo uma hipótese levantada como possível e, portanto, digna de ser levada a público pelo seu potencial heurístico, mas que ainda demandaria sua verificação através de estudos futuros.

Mas como definir o termo médio como contestável ou não? A expressão “por todo mundo” nos parece indicar que Xénopol delega tal tarefa a um grupo restrito, talvez aos próprios pesquisadores em seu conjunto, formando um auditório controlador das convenções capazes de servirem de princípios norteadores de tais julgamentos:

Mais aussitôt que le terme moyen n'a plus cette force contraignante absolue, qu'il ne possède plus un caractère universel et incontesté, la force de la conclusion s'en ressent, et. cet affaiblissement de l'autorité de la conclusion est en rapport direct avec celle du terme moyen. [...] Toutes les fois que le terme moyen est formé par une proposition universelle, reconnue comme vraie par tout le monde, la conclusion par inférence prend le caractère d'une conclusion déductive et n'a pas besoin d'autre confirmation. Lorsque au contraire ce terme moyen est donné par un jugement plus ou moins général, mais dont on peut contester la validité, la conclusion ne saurait plus être qu'une simple hypothèse qui a besoin d'une confirmation subséquente pour se changer en vérité. [...] Cette nécessité de vérifier le fait individuel admis par inférence incomplète au moyen de son attestation même, se retrouve aussi dans les faits de la nature physique. [...] Dans tous les autres cas, c'est-à-dire, en induction, lorsque la loi ne peut être conçue comme reproduisant l'essence même de la nature et, en inférence, lorsque le terme moyen est douteux et vacillant, on ne saurait poser que des hypothèses dont le degré de probabilité est en rapport avec la force de la généralité sur laquelle elles s'appuient. [...] L'inférence est donc parfois supérieure à l'induction dans l'établissement de la vérité, attendu que l'inférence conclut par voie syllogistique, d'une proposition individuelle à une autre proposition individuelle et, lorsque le terme moyen est puissant, la conclusion est tout aussi solide qu'une conclusion déductive, et ce n'est que dans le cas où le terme moyen est douteux que l'inférence conduit à une conclusion hypothétique (Xénopol, 1911, p. 263-267).⁹⁷

⁹⁷ “Mas tão logo que o termo médio não seja mais aquela força vinculada absoluta, que ele não possua mais uma característica universal e incontestável, a força da conclusão se reduz, e esta diminuição da autoridade da conclusão está em relação direta com aquele termo médio. [...] Todas as vezes que o termo médio é formado por uma proposição universal, reconhecida como verdadeira por todo mundo, a conclusão por inferência toma a característica de uma conclusão dedutiva e não se tem mais a necessidade de outra confirmação. Quando ao contrario o termo médio é dado por um julgamento mais ou menos geral, mas do qual se pode contestar a validade, a conclusão somente poderia ser mais uma simples hipótese que necessita de uma confirmação subsequente para se mudar a verdade. [...] Esta necessidade de verificar o fato individual admitido pela inferência incompleta por meio de sua atestação mesma, se encontra também nos fatos de natureza física. [...] Em todo caso, ou seja, em indução, quando a lei não pode ser conhecida como reproduzindo a essência mesma da natureza e, em inferência, quando o termo médio é duvidoso e vacilante, somente se poderia colocar hipóteses cujo grau de probabilidade está em relação com a força da generalidade sobre a qual elas se apóiam. [...] A inferência é então às vezes superior á indução no estabelecimento da verdade, atentando que a inferência conclui pela via silogística, de uma proposição individual e, quando o termo médio é potente, a conclusão é tão solida quanto uma conclusão dedutiva, e é somente nos casos em que o termo médio é duvidoso que a inferência conduz a uma conclusão hipotética”.

A preocupação de Xénopol com os princípios lógicos do conhecimento histórico perpassa então pela valoração dos três referidos métodos. A dedução seria para ele “a única via lógica infalível”, por que na indução e na inferência seria o espírito do sujeito cognoscente o responsável por determinar a verdade em sua última instância, enquanto que, na dedução a conclusão seria objetivada pela própria natureza. Assim, a nosso ver, Xénopol entende que o método dedutivo seria o único plenamente (ou potencialmente) imparcial:

La déduction [qui procède du général à l'individuel est, comme nous l'avons remarqué, la seule voie logique infaillible. Les deux autres méthodes, l'induction qui remonte du particulier au général et l'inférence qui relie entre eux deux jugements individuels sont forcément inférieures à la déduction comme valeur logique [...] la vérité inductive doit être tirée du raisonnement par un acte de notre esprit. Dans la déduction, la logique est pour ainsi dire objectivée dans le fait rendu par le jugement: *C'est La nature elle-même qui dicte à l'esprit la conclusion* (Xénopol, 1911, p. 266).⁹⁸

O menor grau de valor lógico atribuído à indução e à inferência é justificado pelo autor pelo importante papel que a subjetividade do sujeito cognoscente desempenha no estabelecimento de suas conclusões. Os equívocos inerentes à ação ativa da subjetividade na prática dos dois referidos métodos deveriam ser corrigidos cada um a sua maneira. No que tange à indução, pelo constante procedimento de sempre se buscar adequar a lei geral aos fatos naturais. Quanto à inferência, a obrigatoriedade de se conformar a conclusão aos fatos em busca da verdade - havendo então a necessidade de se adquirir um patamar objetivo - dependeria em sua maior parte à plausibilidade do termo médio, determinado pela potência de sua generalidade. Assim, o procedimento investigativo por inferência seria pautado pela conexão entre premissa e conclusão – ambos de caráter individual –, ancorado no termo médio, um elemento intermediário, que comportaria um potencial probatório às sentenças históricas de acordo com seu grau de abrangência geral:

Dans l'induction et dans l'inférence la conclusion est extraite des jugements existants par une intervention de notre intelligence toujours exposée aux erreurs (errare humanum est). Les moyens de corriger les vices inhérents à ces deux dernières méthodes sont : pour l'induction, la tendance de la loi à se conformer à la marche des choses, donc à s'objectiver aussi en se rapprochant de la nature ; pour l'inférence, le moyen d'exhausser sa valeur logique et d'en faire un instrument de découverte de la vérité, est de l'appuyer autant que faire se peut sur un puissant terme moyen, car alors *la conclusion, qui dans la déduction est implicitement contenue dans la prémisses majeure, est déterminée dans l'inférence par le terme moyen, et donne à la*

⁹⁸ “A dedução que procede do geral ao individual é, como nós temos remarcado, a única via lógica infalível. Os dois outros métodos, a indução que remonta do particular ao geral, e a inferência que liga dois julgamentos individuais são forçadamente inferiores à dedução como valor lógico [...] A verdade indutiva deve ser tirada do raciocínio por um ato de nosso espírito. Na dedução a lógica é por assim dizer objetivada no fazer deixado pelo julgamento: *é a natureza ela mesma que dita ao espírito a conclusão.*”

vérité à établir le caractère objectif qui lui assure la pérennité. (Xénopol, 1911, p. 267).⁹⁹

Deste modo, Xénopol evoca a necessidade de um método particular à história para o estabelecimento dos fatos (na íntima relação - conexão - entre aqueles que são conhecidos e aqueles que ainda não o são) e de suas respectivas causas, pois ambos possuiriam uma característica individual. A potência (sua força ou capacidade de abrangência universal) do termo médio seria o responsável por delimitar o grau de probabilidade das conclusões históricas.

Pour l'établissement des faits inconnus ou mal connus, au moyen de faits subséquents, dont nous possédons plus ample connaissance, et surtout pour l'établissement des causes des événements historiques, il faut toujours se rappeler que presque jamais on n'appliquera l'induction et encore moins la déduction, et que la seule méthode appropriée c'est *Y inférence qui tâche d'établir les faits ou les causes individuels inconnus au moyen des faits, aussi individuels, connus*; que la conclusion ne peut avoir une force définitivement probante que lorsque le terme moyen du syllogisme est puissant, universel et hors de toute controverse ; que dans tous les autres cas, l'historien ne saurait établir que des hypothèses, d'autant plus sujettes à caution que le terme moyen a moins de consistance. (Xénopol, 1911, p. 267).¹⁰⁰

O método da inferência seria então o promotor por excelência da capacidade imaginativa do historiador, pois para Xénopol os fatos e as causas não estariam dados nos documentos. Talvez tal constatação podendo ser atribuída àqueles historiadores que se recusariam a refletir sobre o seu próprio ofício. De tal modo, Xénopol reitera a necessidade de o historiador evidenciar (aos seus pares e aos seus leitores como um todo) o devido grau de probabilidade de suas asserções, sob o risco de contribuir *inconscientemente* para que a pesquisa histórica ainda em seus dias fosse colocada estritamente no interior do âmbito literário. A exposição de seus pressupostos teóricos – e dentre eles o cuidado com a

⁹⁹ “Na indução e na inferência a conclusão é extraída dos julgamentos existentes por uma intervenção de nossa inteligência sempre exposta aos erros. Os meios de corrigir os vícios inerentes a estes dois últimos métodos são: para a indução, a tendência da lei a se conformar á marcha das coisas, onde se objetivaria também ao se aproximar da natureza; para a inferência, o meio de atingir o valor lógico é de se fazer um instrumento de descoberta da verdade, e de se apoiar tanto quanto puder sobre um poderoso termo médio, porque então *a conclusão, que na dedução esta implicitamente contida na premissa maior, é determinada na inferência pelo termo médio, e dado á verdade estabelecer o caráter objetivo* que lhe assegura a perenidade.”

¹⁰⁰ “Para o estabelecimento dos fatos desconhecidos ou mal conhecidos, por meio dos fatos subseqüentes, onde nós possuímos mais amplo conhecimento, e principalmente para o estabelecimento das causas dos eventos históricos, é necessário sempre se lembrar que quase não se aplica mais a indução e ainda menos a dedução, e que o único método apropriado é a inferência que trata de estabelecer os fatos ou as causas individuais desconhecidas por meio dos fatos, também individuais, conhecidos; que a conclusão somente pode ter uma força definitivamente probatória quando o termo médio do silogismo é potente, universal e fora de toda controvérsia; em todos os outros casos, o historiador somente poderia estabelecer hipóteses, tanto quanto o termo médio esta mais sujeito á cautela há menos consistência.”

plausibilidade da premissa geral, o termo médio - acompanhado de uma cuidadosa verificação dos resultados obtidos jogaria luz sobre a capacidade da história se constituir como uma disciplina científica:

Trop heureux les historiens qui peuvent trouver dans les sources toutes les indications nécessaires à l'établissement des faits et des causes de ces derniers, et qui peuvent se passer de la méthode de l'inférence qui présente tant d'écueils à l'esprit investigateur. Les historiens qui n'ont pas l'habitude de réfléchir sur la science qu'ils pratiquent et qui font de l'histoire comme le rossignol chante ses mélodies, sont toujours enclins à considérer comme des vérités indubitables les faits et les causes qu'ils ont établis par toutes sortes d'inférences, sans mettre en relief le degré de crédibilité que comportent leurs hypothèses. C'est ce mélange indistinct de ce qui est indubitavelmente établi et ce qui ne l'est que d'une façon plus ou moins imparfaite, qui jette le discrédit sur les oeuvres historiques et les fait passer, encore de nos jours, pour des contes et des romans. Chaque oeuvre historique devrait vérifier avec soin ses résultats, par la pierre de touche de la prémissa générale qui autorise la conclusion. Ce n'est que de cette façon que l'on contribuerait sérieusement à constituer la science historique. (Xénopol, 1911, p. 267-268).¹⁰¹

3.6 A imaginação na história

Até o presente momento de nosso estudo, Xénopol se apresenta muitas vezes de forma obscura - para não dizer ingênua - no que tange à sua concepção de história, em sua intrínseca relação para com sua concepção de ciência como mero reflexo da realidade. Dizemos isto em função da contraposição que podemos efetuar quanto ao seu preponderante esforço em afirmar a dimensão objetiva – por meio de sua reflexão sobre os fundamentos lógicos de nossa disciplina através de um método particular - em detrimento da dimensão subjetiva da história, esta última reconhecida pelo autor em raros momentos nos artigos até aqui analisados. A questão a que nos propomos explorar neste ponto é se o autor pode ser interpretado como um legítimo cientificista, ou se sua admissão explícita do importante papel desempenhado pela criação poética do sujeito cognoscente - em sua prática que se propõe

¹⁰¹ “Mais felizes são os historiadores que podem encontrar nas fontes todas as indicações necessárias ao estabelecimento dos fatos e das causas destes últimos, e que podem deixar de lado o método da inferência que se apresenta tanta imaginação ao espírito investigativo. Os historiadores que não tem o hábito de refletir sobre a ciência que praticam, são sempre inclinados a considerar como verdades indubitáveis os fatos e as causas que são estabelecidas por toda sorte de inferências, sem colocar em relevo o grau de credibilidade que comportam suas hipóteses. É essa mistura indistinta de que é indubitavelmente estabelecida e que somente é de uma forma mais ou menos imperfeita, que coloca descrédito sobre as obras históricas e as faz passar, ainda em nossos dias, por contos e romances. Cada obra histórica deveria verificar com cuidado seus resultados, por a pedra fundamental da premissa geral que autoriza a conclusão. É somente desta forma que se contribuirá seriamente para se constituir a ciência histórica”.

como construtora de um saber científico - pode, por fim, relativizar esta primeira impressão de radicalismo epistêmico.

Partindo do pressuposto de que a imaginação constitui parte imprescindível na construção do conhecimento histórico, XénoPol se interessa em refletir sobre como a imaginação age na história, discorrendo sobre as condições em que, por um lado ela possa contribuir, enquanto que, por outro lado, este elemento pode ser visto como um empecilho para o estabelecimento de uma concepção científica da história. Tratando-se de refletir se a imaginação - sendo concebida como a capacidade criativa do sujeito cognoscente - pode influenciar de forma determinante na valorização do saber histórico como sendo simplesmente arte ou, podendo ser mais do que isso, uma ciência. A imaginação estaria então mais explícita no interior do trabalho histórico nas operações da composição e da exposição narrativa do saber resultante da investigação:

On a beaucoup discuté et on discute encore la question si l'histoire est une science ou un art. Quoique l'opinion qui prévaut tous les jours davantage penche du côté du caractère scientifique de l'histoire, les partisans de L'histoire-art n'ont pas encore disparu, et ils invoquent un dernier argument, selon eux irréfutable, pour soutenir leur thèse, — argument qui est basé sur le rôle que l'imagination, la grande inspiratrice des arts, joue dans la composition et l'exposition historique.

On sait en effet que sans la faculté Imaginative, les constructions de l'histoire seraient impossibles. L'historien se trouve dans La nécessité de recourir à elle à tout moment : par exemple lorsqu'il reconstitue un état social, avec quelques données que lui ont conservées les sources; lorsqu'il retrace le tableau complet de faits dont il ne connaît que quelques traits; lorsque les éléments des caractères individuels, dont il a besoin pour expliquer certains faits qui émanent des personnalités de l'histoire, doivent être imaginés, comme complément des linéaments objectivement connus. Mais le travail de l'imagination en histoire ne s'arrête pas là. L'historien doit ajouter sans cesse du sien, pour maintenir la continuité du récit; puis il doit découvrir les causes qui poussent les événements à la lumière du jour, causes qui sont habituellement cachées dans les replis de l'âme de ceux qui traînent le char de l'histoire. Le champ de l'imagination en histoire est donc bien vaste, et on a le droit de se demander si, dans un pareil état de choses, la discipline historique ne partage pas plutôt le caractère de l'art que celui de la science? (XénoPol, 1909, p. 20).¹⁰²

¹⁰² “Muito se discutiu e ainda se discute sobre a questão se a história é uma ciência ou uma arte. Qualquer opinião que prevaleça em nossos dias cada vez mais se inclina do lado da característica científica da história, os partidários da história-arte ainda não desapareceram, eles invocam um último argumento, segundo eles irrefutável, para sustentar sua tese, - argumento que é baseado sobre o papel que a imaginação, a grande imperatriz das artes, goza na composição e na exposição histórica.

A gente sabe que sem a faculdade imaginativa, as construções da história seriam impossíveis. O historiador se encontra na necessidade de recorrer a ela a todo o momento [...] Mais o trabalho da imaginação na história não para por aí. O historiador deve acrescentar a si mesmo, para manter a continuidade da narração; pois ele deve descobrir as causas que produzem os eventos a luz de nossos dias, causas que são habitualmente escondidas na dobra da alma daqueles que estão atrás da carruagem da história. O campo de imaginação na história é muito vasto, e devemos nos perguntar se, dentro de um parecido estado de coisas, a disciplina histórica não partilha mais a característica da arte que a da ciência?”

Seu esforço, em um primeiro momento, vai em direção à distinção de duas possíveis formas de imaginação historiadora: aquela atrelada à memória, produtora de impressões vivas e atuais sobre o passado, imaginação que para Xénopol corresponde àquela de Michelet, onde o mesmo buscava ressuscitar o passado; e aquela imaginação atrelada ao objetivo de compreender o passado ao invés de ressuscitá-lo, pautado no pressuposto da subjetividade inerente entre as idéias do historiador e as de seus leitores. Ambos os tipos de imaginação seriam esforços do espírito humano em apreender a realidade exterior através da utilização da capacidade criativa em busca de aproximações com a realidade a partir das idéias:

On sait que la faculté psychique désignée par le terme d'imagination s'applique à deux propriétés de l'esprit humain étroitement apparentées. D'abord à celle de reproduire d'une façon particulièrement vivante et actuelle les impressions conservées par la mémoire; puis à celle de créer, au moyen des représentations et notions puisées à la réalité, des composés originaux qui donnent naissance dans l'esprit à des idées neuves. L'imagination, dans le premier sens, pouvait avoir une importance en histoire, du temps où l'on admettait le principe de Michelet, que l'histoire était une résurrection : car pour ressusciter le passé dans notre esprit, il fallait que l'historien possédât précisément le don merveilleux de pouvoir évoquer, par le moyen des images et des mots, la vie même des époques dont il exposait les péripéties. Mais on en est revenu de ce but assigné à l'histoire, et celle de nos temps tend plutôt à comprendre le passé qu'à le vivifier à nouveau. On s'est bien aperçu qu'il était impossible de faire voir à tout le monde ce que l'historien voyait lui-même ; car, chaque lecteur ne pouvant reconstituer les tableaux racés qu'avec les idées et les images qu'il possède lui-même, tout essai de vivification objective de l'histoire était condamné d'avance.

S'il s'agit d'étudier le rôle de l'imagination dans l'histoire, cela ne peut être que si on entend sous ce terme la faculté créatrice d'idées et de rapprochements nouveaux. Cette seconde forme de l'imagination est due, comme la première d'ailleurs aussi, à une force intérieure de l'esprit qui s'exerce sur les matériaux que la réalité lui a fournis [...] Cette forme de l'imagination a été, à bon droit; appelée créatrice, attendu que, maigre qu'elle ne travaille, elle ne puisse jamais travailler que sur des notions empruntées à la réalité, elle n'en crée pas moins des formes et des rapports nouveaux (Xénopol, 1909, p. 21).¹⁰³

¹⁰³ “Sabe-se que a faculdade psíquica designada pelo termo imaginação se aplica a duas propriedades do espírito humano estritamente aparentado. Primeiro aquele que reproduz de uma forma particularmente viva e atual as impressões conservadas pela memória; pois aquela de criar por meio de representações e noções tiradas da realidade, de composições originais que dão nascimento dentro de nosso espírito a idéias novas. A imaginação neste primeiro sentido poderia ter uma importância em história, no tempo em que se admitia o princípio de Michelet, que a história era uma ressurreição; porque para ressuscitar o passado dentro de nosso espírito, é necessário que o historiador possua precisamente o dom maravilhoso de poder evocar, por meio de imagens e palavras, a vida em si mesma das épocas em que expõe suas peripécias. Mas voltando ao objetivo trazido à história em nosso tempo ela tende mais a compreender o passado do que a vivificar o novo. Onde bem se percebe que é impossível de fazer ver a todo mundo o que o historiador vê ele mesmo: porque, cada leitor somente podendo reconstituir os quadros traçados com as idéias e imagens que ele mesmo possui, todo ensaio de vivificação objetiva de história está condenado de antemão.

Trata-se de estudar o papel da imaginação em história, se ela somente pode ser entendida sob o termo de faculdade criativa de idéias e de aproximações novas. Esta segunda forma de imaginação é devida, como também é a primeira, à uma força interior do espírito que se exerce sobre os materiais que a realidade nos

A primeira definição de imaginação é atrelada à idéia de uma capacidade criativa desordenada, arbitrária, pois não controlada metodicamente. A imaginação desordenada produziria somente fantasias, e o aceitável neste patamar seria reduzido ao acaso, à uma realização acidental. Sua segunda definição de imaginação - a que defende como sendo a imaginação própria à história - sendo tributária do Iluminismo exigiria a utilização de critérios racionais, regras precisas. O estabelecimento de relações novas - criações advindas do intelecto humano - devendo então ser levada a cabo através de uma imaginação disciplinada, controlada, com o objetivo de se buscar a verdade sob o signo do aceitável:

Dans l'enfance de l'individu, comme dans celle des peuples et de l'humanité, l'imagination n'est soumise à aucun frein [...] Avec le progrès des lumières, la faculté créatrice de l'imagination se discipline, prend une allure plus raisonnable et elle soumet ses images et ses rapports nouveaux au critérium de la raison.

L'imagination crée toujours, mais elle crée des formes raisonnables. Les grandes lignes de la raison qui imposent leur direction aux créations imaginatives, sont celles du beau, du vrai pratique et du bien, et celle du vrai théorique.

L'imagination conserve dans tous ces domaines son caractère de force créatrice ; mais elle exerce son action d'une façon différente dans chacun d'eux. Lorsque nous aurons étudié sa manière d'agir dans l'art, dans le vrai et le bien pratique, et dans la science, nous pourrions déterminer à laquelle de ces façons de s'exercer correspond le rôle de l'imagination dans l'exposition du passé humain. [...] En général, on peut dire que l'imagination désordonnée, à laquelle nous réserverions le nom de phantaisie, ne poursuit la réalisation du beau que d'une façon incidente. Il faut donc que l'imagination soit soumise à des règles précises, pour que sa production de formes nouvelles, dans le domaine du beau, arrive à toute sa plénitude. [...] Mais, pour que le beau rentable soit créé, il ne suffit plus de laisser le frein libre à la phantaisie; il faut canaliser son activité dans des rigoles qui dirigent ses eaux fécondantes vers le terrain de la beauté parfaite (Xénopol, 1909, p. 22-23).¹⁰⁴

Xénopol procura justificar a abundância de exemplos em seus artigos com a preocupação de sua reflexão não se limitar somente à especulação teórica - a que chama de

fornece [...] Esta forma de imaginação é, em seu direito, chamada criativa, atendendo que, malgrado que ela não trabalhe, e que somente possa trabalhar sobre noções emprestadas à realidade, ela não cria menos formas e relações novas”.

¹⁰⁴ “Na infância do indivíduo, como naqueles povos e da humanidade, a imaginação não é submetida a nenhum freio [...] Com o progresso das luzes, a faculdade criativa da imaginação se disciplina, coloca um olhar mais racional e a submete suas imagens e suas relações novas ao critério da razão.

A imaginação cria sempre, mas cria em formas racionais. As grandes linhas da razão que impuseram sua direção às criações imaginativas, são aquelas do belo/aceitável, da verdade prática, e do bem, aquela da verdade teórica.

A imaginação conserva dentro de todos os domínios sua característica de força criativa; mas ela exerce sua ação de uma forma diferente dentro de cada um deles. Enquanto nos estudamos sua maneira de agir dentro da arte, dentro da verdade e do bem prático, e dentro da ciência, nós poderemos determinar à qual forma de se exercer corresponde o papel da imaginação dentro da exposição do passado humano. [...] Em geral, pode-se dizer que a imaginação desordenada, aquela a que nós reservamos o nome de fantasia, somente persegue a realização do aceitável de uma forma acidental. É necessário então que a imaginação se submeta a regras precisas, para que a produção de formas novas, dentro do domínio do aceitável, chegue a toda a sua plenitude. [...] Mas para que o aceitável seja criado, não é suficiente mais deixar o freio livre à fantasia; é necessário canalizar sua atividade dentro dos riachos que dirigem suas águas fecundas em direção ao terreno da beleza perfeita”.

abstrata -, expressando seu esforço de manter a conexão de suas idéias para com a realidade, reiterando assim o perigo do historiador de se perder em suas reflexões quando não se atenta ao risco do uso abusivo da imaginação. Em seu modo de ver, este procedimento executado de forma descontrolada acarretaria no equívoco de se compartimentar a realidade de acordo com as concepções produzidas de forma independente dos dados empíricos por nossas idéias:

Pourtant partout dans notre exposition, nous avons pratiqué le système de faire suivre la spéculation abstraite par des exemples, non seulement dans le but d'éclairer nos idées, mais surtout dans celui de maintenir toujours le contact de la pensée avec la réalité des choses; car il n'y a pas de plus grand danger pour la vérité, que de laisser les freins libres à la pensée qui s'égaré bientôt de la route de la raison dans les champs de l'imagination, et prétend imposer ses conceptions à la réalité, au lieu de lés en extraire (Xénopol, 1900, p. 132).¹⁰⁵

Estabelece-se então uma analogia entre as diferentes formas de utilização da imaginação - também nomeada de criação poética - nos diversos domínios em que ela é requerida, enfatizando uma certa perspectiva de arte, onde a imaginação também se submeteria a princípios e convenções que estariam em conformidade com a realidade. Seu intuito é o de expor que algumas formas de arte - neste caso a escultura e a pintura - compartilham pontos em comum com a ciência, pois ambos os domínios, o artístico e o científico - apesar de evidentemente diferentes - estão interessados em utilizar a capacidade criativa humana em uma direção mais ou menos comum, a saber, a reprodução fiel da realidade. O conteúdo fruto da imaginação estaria submetido assim a quadros rígidos, ditados pelas formas exteriores. A busca pelo aceitável seria assim igualmente partilhada por ambos os domínios, por ambos os sujeitos, o artista e o historiador:

[...] mais il n'en est pas moins vrai que la création poétique n'est plus absolument libre, et qu'elle doit se soumettre à certains principes et respecter certaines conventions. Les arts imitatifs de la réalité, tels que la sculpture et la peinture, doivent se soumettre au contrôle de cette réalité. Les formes qu'ils reproduisent doivent suivre le plus exactement possible les lignes réelles qui entourent les objets, et ce n'est que dans ces cadres de la réalité que l'imagination peut placer son contenu. [...] tout doit être imité avec le plus d'exactitude possible, et la faculté créatrice de l'artiste ne peut se mouvoir qu'au dedans, et non au delà des formes fixées par la réalité des choses. L'artiste doit même appliquer certains principes scientifiques, pour reproduire la réalité avec plus d'exactitude. [...] Le beau ne peut

¹⁰⁵ “Portanto em toda a nossa exposição, nós temos praticado o sistema de fazer seguir a especulação abstrata por exemplos, não somente no objetivo de esclarecer as idéias, mas, sobretudo no de manter sempre o contato do pensamento com a realidade das coisas; porque não há maior perigo para a verdade, que deixar os freios livres ao pensamento que se perde brevemente da rota da razão nos campos da imaginação, e pretende impor suas concepções á realidade, em lugar de extraí-las.”

être ni prouvé, ni expérimenté. Il se fixe dans la conscience humaine, et plus sa perfection est grande, plus sa pénétration est profonde (Xénopol, 1909, p. 24-25).¹⁰⁶

No entanto, Xénopol concebe uma distinção que estabelece os limites entre a imaginação estética - aquela do domínio das artes - e a imaginação prática - aquela do domínio científico. Esta última devendo passar pelo crivo da prova de realidade para adquirir um critério positivo, que determinaria seu valor perante o desenvolvimento da vida humana no tempo. Portanto, admitidas as devidas similitudes, as diferenças no modo de utilização da imaginação seriam determinantes para o estabelecimento das fronteiras entre os domínios artístico e científico, a saber, a qualidade atribuída ao domínio científico relativa ao meio positivo de controle da imaginação por meio do método:

L'imagination pratique se distingue pourtant de l'imagination esthétique, par le fait, que ses produits, pour être viables, doivent pouvoir supporter l'épreuve de la réalité. C'est ainsi qu'une loi qui ne donne pas les résultats qu'on en attend, sera abrogée ou modifiée: une institution qui ne répond pas aux besoins pour lesquels elle a été créée, sera abandonnée. On possède donc un critérium positif pour la valeur pratique de ces* créations de l'imagination, qui sont admises ou rejetées par la vie, à laquelle elles doivent être appliquées.

L'imagination esthétique ne possède pas ce moyen positif de contrôle, pour s'assurer de la pérennité des produits de son activité. Élevés sur la vague mouvante de l'opinion publique, ils peuvent, quelques moments après, être plongés dans l'abîme [...] Nous arrivons maintenant à l'étude de l'imagination dans la sphère de la science. Tout d'abord il semblerait que l'imagination ne doit trouver aucune place dans le domaine scientifique; que la faculté créatrice de la science est le raisonnement; car la science tend au moins à prouver, sinon à expliquer les phénomènes dont elle s'occupe. Pourtant, à un examen plus approfondi, le contraire apparaît à nos yeux, et nous ne pouvons faire autrement qu'attribuer toujours à l'imagination l'action créatrice de la science, comme est toujours elle qui est l'inspiratrice de l'art (Xénopol, 1909, p. 27).¹⁰⁷

¹⁰⁶ “[...] mas não é menos verdade que a criação poética não é mais absolutamente livre, e que ela deve se submeter a certos princípios e respeitar certas convenções. As artes imitativas da realidade, tais como a escultura e a pintura, devem se submeter ao controle de certa realidade. As formas que elas reproduzem devem seguir o mais exatamente possível as linhas reais que envolvem os objetos, e somente dentro dos quadros da realidade que a imaginação pode por seu conteúdo. [...] tudo deve ser imitado com a maior exatidão possível, e a faculdade criativa do artista somente pode se mover dentro, e não além das formas fixadas pela realidade das coisas. O artista deve mesmo aplicar certos princípios científicos, para reproduzir a realidade com mais exatidão. [...] O aceitável não pode nem ser provado nem experimentado. Ele se fixa dentro da consciência humana, e maior é sua perfeição, mais sua penetração é profunda.”

¹⁰⁷ “A imaginação prática se distingue, portanto da imaginação estética, pelo fato, que seus produtos, para serem viáveis, devem poder suportar a prova de realidade. É assim que uma lei que não dá os resultados esperados será abreviada ou modificada; uma instituição que não responde às necessidades para as quais foi criada será abandonada. Possui-se ainda um critério positivo para o valor prático das criações da imaginação, que são admitidas ou rejeitas pela vida, à qual elas devem ser aplicadas. A imaginação estética não possui o meio positivo de controle, para assegurar a perenidade de seus produtos e de sua atividade. Elevadas à onda da opinião pública, eles podem, qualquer momento depois, serem atirados ao abismo. [...] Manteremos o estudo da imaginação dentro da esfera da ciência. A primeira vista parece que a imaginação não deveria encontrar nenhum lugar dentro do domínio científico; que a faculdade criativa da ciência é o raciocínio; porque a ciência tende ao menos a provar, senão a explicar os fenômenos a que se ocupa. Portanto, à um exame mais profundo, o contrário aparecia aos nossos olhos, e nós não pudemos fazer outra coisa do que atribuir sempre à imaginação a ação criativa da ciência, como é sempre ela que é a inspiradora da arte.”

Para Xénopol, afirmar o caráter positivo - conhecimento baseado em fatos reais - de toda ciência não é o suficiente para afirmar a sua essência. As noções científicas baseando-se nos dados extraídos da realidade representariam somente o início da ciência, enquanto que a essência estaria atrelada ao estabelecimento de relações entre as verdades pré-estabelecidas e as verdades construídas por novas investigações. Assim, as noções científicas seriam formas abstratas resultantes das generalizações dos dados reais. A generalização produtora da noção científica seria efetuada através do relacionamento das características de diversas representações segundo o seu devido grau de similitude. A ligação entre as noções científicas e a realidade seria intermediada pela observação empírica produtora dos julgamentos. Entretanto, Xénopol nega que a imaginação possua algum papel na operação da generalização:

Toute science repose sur des faits réels, soit qu'ils appartiennent au monde extérieur, soit qu'ils soient forgés par l'entendement humain, comme les notions mathématiques ou celles de la logique. Mais la réunion des notions ne constitue que les commencements de la science, pendant que son essence est donnée par le système de vérités basées sur les rapports, réels aussi, qui existent entre ces notions, et dont elle découvre l'existence [...] Les notions scientifiques résultent de la généralisation appliqué aux éléments du monde extérieur ou de celui de la pensée. La généralisation ou l'abstraction est une opération de l'esprit qui travaille seulement sur des données de la réalité ; elle étend les caractères d'une représentation à toutes celles qui lui sont similaires, pour en tirer la; forme abstraite, la notion. Nous ne pensons pas que l'imagination joue un rôle dans cette opération, pas même pour les abstractions plus compréhensives, comme celles de matière, de force, d'électricité, de magnétisme. Quant aux rapports qui existent entre les notions de la réalité, ils peuvent d'abord être établis par l'observation qui fournit les éléments des jugements (Xénopol, 1909, p. 28).¹⁰⁸

O estabelecimento de relações entre as noções científicas e a realidade não é satisfatoriamente provido pelos julgamentos pré-estabelecidos, pois para Xénopol a relação entre ambas não é dada, evidente por si mesma. Para estabelecer uma nova relação/conexão é necessário lançar mão de uma construção subjetiva pautada na imaginação controlada, que

¹⁰⁸ “Toda ciência repousa sobre fatos reais, sejam aquelas que pertençam ao mundo exterior, sejam aquelas que sejam forjadas pelo entendimento humano, como as noções matemáticas ou aquelas da lógica. Mas a reunião das noções somente constitui o começo da ciência, enquanto que sua essência é dada pelo sistema de verdades baseadas sobre suas relações, reais também, que existem entre essas noções, e que ela descobre a sua existência. [...] As noções científicas resultam da generalização aplicada aos elementos do mundo exterior ou aquele do pensamento. A generalização ou a abstração é uma operação do espírito que trabalha somente sobre as formas dadas da realidade. Ela estende as características de uma representação a todas aquelas que forem similares, para desenhar, a forma abstrata, a noção. Nós não pensamos que a imaginação goze de um papel dentro desta operação, mesmo para as abstrações mais compreensíveis, como aquelas da matéria, da força, da eletricidade, do magnetismo. Quanto às relações que existem entre as noções e a realidade, eles podem primeiramente serem estabelecidas pela observação que fornecem os elementos dos julgamentos.”

pode estar ou não de acordo com a realidade, cabendo ao sujeito cognoscente a sua devida verificação.

Por um lado, a busca das causas dos fenômenos é então perpassada pela criação poética do sujeito cognoscente, pois a imaginação tem como função ligar, suprir a necessidade lógica do estabelecimento de conexões internas entre os fatos históricos, através da determinação de novas relações entre elementos heterogêneos. Deste modo, Xénopol evidencia o papel da imaginação na explicação histórica, a saber, o papel de construtora de hipóteses que posteriormente devem necessariamente ser colocadas em dúvida pela observação dos fatos atrelada à experiência do historiador. Entretanto, sem o constante recurso à imaginação historiadora a operação da síntese fica comprometida, e é em função desta que se produz conhecimento científico.

Por outro lado, para Xénopol a imaginação adquire um papel de guia para a experiência, indicando onde a mesma irá trabalhar como um critério de controle empírico das asserções iniciais da pesquisa histórica. A imaginação devendo então passar “com sucesso à prova de fogo da verdade” através do controle metódico, método este fundamentado em leis (no caso da história, leis psicológicas) e em princípios pré-estabelecidos (Xénopol, 1909, p. 28-31).

Destarte, para Xénopol, se a imaginação é comumente definida como a imperatriz das artes, isto não necessariamente significa que a criação poética seja efetuada da mesma forma em todos os domínios da atividade humana. Afirmar simultaneamente a história como ciência e o papel da imaginação em seu corpo investigativo não caracteriza uma contradição em termos. A busca da verdade e o recurso à dimensão poética para a sua construção não se excluem mutuamente. Mas antes, coloca em evidência a necessidade de reflexão sobre os fundamentos teóricos da história a partir do momento em que se admite uma similitude entre ciência e arte, e que, malgrado esta constatação, acredita-se possível afirmar a cientificidade do conhecimento histórico a partir da reflexão sobre as analogias entre construções científicas e invenções artísticas. Parecida interpretação sobre o papel da imaginação poética inserida dentro de uma concepção científica da história nos parece indicar que Xénopol partilha de uma concepção de ciência heterodoxa. Em outras palavras, a concepção de ciência de Xénopol se encontra em oposição à um jus-naturalismo científico ainda presente de forma preponderante em boa parte do século XIX (Wheling, 1994):

Les partisans de L'histoire-art semblent admettre, que l'imagination ne travaillerait que dans la création artistique, et que son intervention sérail étrangère au domaine

de la science; que, par suite, l'histoire qui a absolument besoin du concours de cette (acuité, pour donner naissance à ses productions, doit aussi être rangée parmi les créations esthétiques. Mais nous avons vu que l'opinion que le jeu de l'imagination ne serait pas nécessaire à l'établissement de la vérité, est complètement erronée, et que l'intervention de la faculté créatrice de l'esprit humain est tout aussi indispensable dans les constructions scientifiques que dans l'invention artistique (Xénopol, 1909, p. 31).¹⁰⁹

¹⁰⁹ “Os partidários da historia-arte parecem admitir que a imaginação trabalhasse somente na criação artística, e que sua intervenção seria estranha ao domínio da ciência; que por sorte, se a historia necessita absolutamente de recorrer àquela faculdade, para dar nascimento aos seus produtos, deve também ser colocada entre as criações estéticas. Mas nós temos visto que a opinião de que o jogo da imaginação não seria necessário ao estabelecimento da verdade, é completamente errôneo, e que a intervenção da faculdade criativa do espírito humano é também tão indispensável nas construções científicas quanto nas invenções artísticas”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *Revue Historique* e a *Revue de Synthèse Historique* figuraram ao mesmo tempo como objeto (secundário) e fonte de nossa pesquisa. Ao passo em que procuramos minimamente explorar informações sobre as mesmas (tratando-a como objeto), fomos adquirindo a intimidade que precisávamos exatamente para formular um objeto que nos proporcionasse uma análise qualitativa sobre os possíveis problemas do conhecimento histórico do período, de acordo com a singularidade do aporte de cada colaborador das mesmas. Em função disso, em um segundo momento, buscamos executar uma história das idéias do até então ilustre desconhecido historiador romeno A. D. Xénopol, em grande parte pelos problemas suscitados ante o seu litígio teórico para com Paul Lacombe.

A concepção de história de Xénopol apresenta muitas dificuldades, principalmente no que tange á sua teoria da causalidade. Segundo o historiador brasileiro José Honório Rodrigues (1978, p. 75-76), ao construir a sua idéia de causalidade na história, Xénopol procede por analogia para com as ciências naturais, o que a seu ver caracteriza uma grave incoerência, em razão da aparente tentativa de meramente transpor o conceito de causa natural para a História.

Para Rodrigues (1978, p. 98-99), o problema da concepção de causa em Xénopol estaria provavelmente no seu uso como conceito, a saber, como um termo que “descreve um processo efetivo do pensamento histórico”. Para Rodrigues “o jogo das causas eficientes, sem alma alguma, [deve ser] substituído pelas representações, sentimentos e motivos”. O conceito de causa advindo do naturalismo seria então não só incompatível, mas também inútil à história depois das contribuições de Dilthey e Rickert. Em suma, a explicação causal não seria própria á história, mas sim uma explicação que levasse em consideração a correlação entre o propósito (meios) e a ação humana (atos). A relação entre causa e efeito é vista como mecânica. Em seu lugar dever-se-ia procurar relacionar as intenções humanas no tempo e os seus aspectos condicionantes. Entre a consideração da ação humana e o fato (onde o espírito seria objetivado) é que se deve abdicar da explicação, e, compreender.

Onde se depreende que Rodrigues admite a dualidade explicação/compreensão teorizada por Dilthey, percebe-se, portanto a sua posição crítica á Xénopol e á sua persistência em afirmar teoricamente a necessidade de consideração da causa individual em história. Rodrigues opõe á noção de causa a de probabilidade. Embora Xénopol ofereça vários indícios de admitir a idéia de probabilidade no proceder do historiador, a sua ênfase na dimensão

objetiva da história parece impeli-lo à não admitir a inutilidade da noção de causa. A partir do momento em que recorrentemente reitera que o conhecimento histórico não é um mero ato do pensamento, Xénopol parece seguir ao outro extremo, a saber, o de - malgrado faça concessões - conceber a ciência como um mero reflexo da realidade.

Entretanto, a nosso ver, apesar da concepção dualista utilizada por Rodrigues não se sustentar na atualidade, se tomarmos a mesma como um meio para localizarmos a noção de explicação na história de Xénopol, este parece transitar entre a explicação e a compreensão histórica, na medida em que sua concepção de explicação histórica parece lançar mão tanto de elementos oriundos da explicação nomológica – em sua preocupação de construir séries pautadas na delimitação das circunstâncias condicionantes dos fatos, de suas condições de manifestação, de seus antecedentes subentendidos como causas, muito embora negue a existência de leis históricas - quanto da explicação intencional – na medida em que define o seu conceito de causa em História como causa individual, boa parte proveniente da interrelação dos motivos dos agentes históricos associados às suas ações (Berr, apud: Xénopol, 1913, p. 271; Rusen, 2007a, p. 26-55).

Rodrigues também critica a classificação das ciências proposta por Xénopol, argumentando que ela colocaria conhecimentos totalmente diferentes (em função de seus objetivos e métodos) como próximos, tal como a geologia e a paleontologia no mesmo grupo da história, a saber, o da sucessão. Entretanto, o autor reconhece que a classificação das ciências proposta por Xénopol rompe positivamente com os critérios naturalistas utilizados por Comte, Bacon e d'Alembert. Neste sentido, Xénopol estaria próximo de Dilthey e Rickert, ao igualmente tentar justificar filosoficamente a existência de um conhecimento que não precise necessariamente ser ancorado em leis naturais para merecer a alcunha de ciência.

O valor da classificação das ciências de Xénopol estaria então localizado na sua ruptura para com a lógica aristotélica, onde o individual e/ou o particular não poderia de forma alguma ser admitido em um saber que se pretendesse científico. O fato da lógica tradicional não comportar “outro proceder científico distinto formalmente da ciência natural” não retiraria a possibilidade de existência e reconhecimento de um saber que se proponha a objetivos diferentes que a formular leis naturais através de conceitos universais. Rodrigues reitera inclusive que o ponto decisivo é o de reelaborar o conceito de ciência de acordo com uma lógica mais ampla, que abranja todos os saberes que comportem algum grau de generalização, pois a seu ver não existiria nenhum critério plausível para determinar um saber como verdadeiro ou falso.

Destarte, muito embora a teoria da história de Xénopol se particularize frente às de Dilthey e Rickert, em virtude da admissão do conceito de causa (e de sua evidente proeminência da dimensão objetiva da história), não se pode ignorar que o autor se apresenta como um legítimo historicista, na medida em que defende os seguintes pontos: o pensamento histórico como uma visão de mundo baseada em um pensamento histórico-genético que, ao lado do pensamento matemático-físico compõem as duas faces da lógica moderna; a particularidade do conhecimento histórico frente às ciências naturais/repetição em razão de seu objeto - fatos individuais -, de seu método e de sua iminente forma singular de se buscar o geral - crítico/inferência - (Meinecke, 1943; Rodrigues, 1978, p. 76-82; Rusen, 2007b, p. 58-67).

Em virtude de suas convicções historicistas, nada mais natural do que sua explícita aversão à tendência crítica da história tradicional, representada por autores tão díspares como Durkheim, Simiand e Paul Lacombe em França, e Karl Lamprecht na Alemanha - tendência ora caracterizada como naturalista (Rodrigues, 1978, p. 78; Xénopol, 1900, p. 134; Rickert, 1901, p. 121-122), ora como historicista (Silva, 2013, p. 58).

FONTES PESQUISADAS

BERR, Henri. *Histoire traditionnelle et synthèse historique*. In: *Revue de Synthèse Historique*, T: XXIII, n. 68, 1911, p. 121-130.

BERR, Henri. *Sur notre programme*. In: *Revue de Synthèse Historique*, T. I, n. 01, 1900, p. 01-08.

BERR, Henri. *Les rapports de l'Histoire e des sciences sociales d'après M. Seignobos*. In: *Revue de Synthèse Historique*, T. IV, n. 12, 1902, p. 293-302.

BERNHEIM, Ernest. *La science historique moderne*. In: *Revue de Synthèse Historique*, T. X, n. 29, 1905, p. 125-139.

CROCE, Benedetto. *Les études relatives a la théorie de l'histoire, em Italie, durant les quinze dernières années*. In: *Revue de Synthèse Historique*, T. V, n. 15, 1902, p. 257-269.

CROCE, Benedetto. *L'attitude subjective e l'attitude objective dans la composition historique*. In: *Revue de Synthèse Historique*, T. VI, n. 18, 1903, p. 261-265.

LACOMBE, Paul. *La science de l'Histoire d'après M. Xénopol*. In: *Revue de Synthèse Historique*, T. I, n. 01, 1900, p. 28-51.

LACOMBE, Paul. *L'histoire comme science: a propos d'um article de M. Rickert*. In: *Revue de Synthèse Historique*, T. III, n. 07, 1901, p. 01-09.

LACOMBE, Paul. O domínio da história ciência e seus limites. In: MALERBA, Jurandir. (org.). *Lições de História: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 399-412.

LAMPRECHT, Karl. *La méthode historique en Allemagne*. In: *Revue de Synthèse Historique*, T. I, n. 01, 1900, p. 21-27.

LAMPRECHT, Karl. *La science moderne de l'histoire: quelques mots de réponse*. In: *Revue de Synthèse Historique*, T. X, n. 30, 1905, p. 257-260.

MANTOUX, Paul. *Histoire et sociologie*. In: *Revue de Synthèse Historique*, T. VII, n. 20, 1903, p. 121-140.

RICKERT, Heinrich. *Les quatre modes de "L'universel" dans L'histoire*. In: *Revue de Synthèse Historique*, T. II, n. 05, 1901, p. 121-140.

XÉNOPOL, A. D. *Les faits de répétition et les faits de succession*. In: *Revue de Synthèse Historique*, T. I, n. 02, 1900, p. 121-136.

XÉNOPOL, A. D. *La classification des sciences et l'histoire*. In: *Revue de Synthèse Historique*, T. II, n. 02, 1901, p. 264-276.

XÉNOPOL, A. D. *La causalité dans la succession*. In: *Revue de Synthèse Historique*, T. VIII, n. 24, 1904a, p. 265-295.

XÉNOPOL, A. D. *La causalité dans la succession (fin)*. In: *Revue de Synthèse Historique*, T. VIII, n. 25: 1904b, p. 07-21.

XÉNOPOL, A. D. *La notion de “valeur” em histoire*. *Revue de Synthèse Historique*, T. XI, n. 32, 1905, p. 129-149.

XÉNOPOL, A. D. *La notion de “valeur” em histoire (suite et fin)*. In: *Revue de Synthèse Historique*, T. XII, n. 34, 1906, p. 01-15.

XÉNOPOL, A. D. *L’imagination em histoire*. In: *Revue de Synthèse Historique*, T. XVIII, 1909, p. 20-31.

XÉNOPOL, A. D. *L’inference em histoire*. In: *Revue de Synthèse Historique*, T. XXII, n. 66, 1911, p. 257-268.

XÉNOPOL, A. D. *La causalité dans la série historique*. In: *Revue de Synthèse Historique*, T. XXVII, 1913, p. 258-271.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru; São Paulo: EDUSC, 2007.

ARRAIS, Cristiano P. Alencar. A Escola Metódica e o conhecimento histórico como problema. In: *Emblemas*, Catalão, v. 01, n. 02, p. ?, 2006.

ARON, Raymond. *La philosophie critique de l’histoire. Essai sur une théorie allemande de l’histoire*. Paris: J. Vrin, 1969.

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes/UnB, 1987.

BARROS, José D’Assunção. A escola dos *Annales* e a crítica ao historicismo e ao positivismo. *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 03, n. 01, Jan/Jun. 2010.

_____. O campo da história: especialidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BENTIVOGLIO, Julio. A *Historische Zeitschrift* e a historiografia alemã do século XIX. *História da historiografia*, Ouro Preto, número 6, março 2011, p. 81-101.

_____.; LOPES, Marcos Antônio (org.). *A constituição da história como ciência: de Ranke a Braudel*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BERR, Henri. *La synthèse en histoire: essai critique et théorique*. Paris: Librairie Félix Alcan, 1911.

BERR, Henri. *L'Histoire traditionnelle et la synthèse historique: essai critique et théorique*. Paris: Librairie Félix Alcan, 1921.

BERR, Henri. Erudição, filosofia da história e síntese. In: MALERBA, Jurandir. (org.). *Lições de História: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 423-432.

BORGES, Clayton F. e F. *Historiografia francesa fin-de-siècle: a heterogeneidade de sua produção científica*. Monografia apresentada à Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás, 2010.

BOURDÉ, Guy & MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Lisboa: Editora Europa-América, 1983.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

CALDAS, Pedro S. P. O espírito dos papéis mortos: Um pequeno estudo sobre o problema da verdade histórica em Leopold Von Ranke. *Emblemas*, Catalão, v. 02, n. 03, p. 11-15, 2007.

CALDAS, Pedro S. P. O limite do historicismo: Johann Gustav Droysen e a importância do conceito de *bildung* na consciência histórica alemã do século XIX. *Revista Filosófica de Coimbra*, n. 29, p. 139-160, 2006.

CARBONELL, Charles-Olivier. L'histoire dite "positiviste" en France. In: *Romantisme*, n. 21-22. Les positivismes, 1978, p. 173-185. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/roman_0048-8593_1978_num_8_21_5216

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

COLLINGWOOD, R. G. *A idéia de história*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

COMTE, Auguste. *Curso de filosofia positiva; Discurso sobre o espírito positivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

COULANGES, N. D. Fustel de. *A cidade Antiga*. São Paulo: Martins fontes, 2000.

DOSSE, François. *A história á prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido*. São Paulo: UNESP, 2001.

DOSSE, François. *A história*. Bauru: EDUSC, 2003.

DOSSE, François. *História e ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 2004.

FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Editorial Presença, 1977.

GOMES, Tiago de Melo. A Força da Tradição: a persistência do Antigo Regime historiográfico na obra de Marc Bloch. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 443-459, Jul/Dez. 2006.

HARTOG, François. *O século XIX e a História: O caso Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org) *Leopold von Ranke: História*. São Paulo: Ática, 1979.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: para uma semântica dos tempos presentes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LIMA, Michelle Schreiner. Jules Michelet. In: BENTIVOGLIO, Julio. LOPES, Marcos Antônio (org.). *A constituição da história como ciência: de Ranke a Braudel*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LOPES, Marcos Antônio. Voltaire, interlocutor de Bossuet. In: *Voltaire Historiador: uma introdução ao pensamento histórico na época do iluminismo*. São Paulo: Papiros, 2001.

LOPES, Marcos Antônio. Voltaire, historiador das luzes. In: *Voltaire Historiador: uma introdução ao pensamento histórico na época do iluminismo*. São Paulo: Papiros, 2001.

LOPES, Marcos Antônio. O tempo Voltairiano: acelerações. In: *Voltaire Historiador: uma introdução ao pensamento histórico na época do iluminismo*. São Paulo: Papiros, 2001.

MALERBA, Jurandir. (org.). *Lições de História: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

_____. (org.). *Lições de História: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX*. Vol. 2, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013 (no prelo).

MARROU, H. I. *Do conhecimento histórico*. 3ª edição. Lisboa: Pedagógica Universitária, 1974, p. 199-217.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. Historicismo: o útil e o desagradável. In: ARAUJO, Valdeci Lopes. et al. *A dinâmica do Historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008, p. 15-48.

_____. Introdução: O renascimento da História como ciência. In: Martins, Estevão de Rezende. (org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: contexto, 2010.

MASTROGREGORI, Máximo. Historiografia e tradição das lembranças. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

MATTA, Sérgio da. Leopold von Ranke (1795-1886): apresentação. In: Martins, Estevão de Rezende. (org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia européia do século XIX*. São Paulo: contexto, 2010.

MEINECKE, Friedrich. *El historicismo y su génesis*. México: Fondo de Cultura Económica, 1943.

MONOD, Gabriel. Do progresso dos estudos históricos na França desde o século XVI. In: MALERBA, Jurandir. (org.). *Lições de História: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 332-352, 2010.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2008.

PROST, Antoine. Seignobos revisité. Vingtième Siècle. Revue d'histoire. Ano: 1994, V. 43, N. 43, p. 100-118. Disponível em: <http://www.persee.fr>

QUINTANEIRO, Tânia; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de. *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

REIS, José Carlos. *A história, entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Ática, 1996.

REIS, José Carlos. Henri Berr. In. *Lições de História: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 413-423.

RICKERT, Heinrich. As quatro formas do “geral” em história. In. Malerba, Jurandir. (org.) *Lições de história: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX*. Vol. 2, p. 116-132, 2013.

RICOEUR, Paul. A memória exercitada: uso e abuso. In: *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil: introdução metodológica*. São Paulo: Nacional, 1978.

RUSEN, Jorn. *Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica*. Brasília: UnB, 2001.

RUSEN, Jorn. *Reconstrução do passado: teoria da história II: os princípios da pesquisa histórica*. Brasília: UnB, 2007.

RUSEN, Jorn. *História viva: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: UnB, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Jules Michelet. In: MALERBA, Jurandir. (org.). *Lições de História: o caminho da ciência no longo século XIX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 91-98, 2010.

WHELING, Arno. *A invenção da história: estudos sobre o historicismo*. Rio de Janeiro: UFG; Niterói: UFF, 1994.

WHELING, Arno. Américo Jacobina Lacombe e a tradição hermenêutica na historiografia brasileira. *Revista Brasileira*. Fase VII, julho-agosto-setembro 2003, Ano IX, N. 36, pág. 33-40.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1995.

XÉNOPOL, A. D. *Les principes fondamentaux de l'histoire*. Paris: Leroux, 1899. Disponível em: <http://archive.org/details/lathoriedelhist00xenogoo>

ANEXO I¹¹⁰

<i>Revue Historique</i> (1876-1914)				
Identificação			Conteúdo dos Artigos	
Ano/Nº/Vol	Local de Publicação	Editor	Autor	Título
Ano: 01 / N. 01 / Vol. Janvier à Juin 1876	Paris / Librairie Germer Baillièrre	G. Monod / G. Fagniez	G. Monod	Du progrès des Etudes historiques en France depuis le XVI siècle
Ano: 01 / N. 01 / Vol. Janvier à Juin 1876	Paris / Librairie Germer Baillièrre	G. Monod / G. Fagniez	A. Chéruei.	Saint-Simon et l'abbé Dubois. Leurs relations de 1718 à 1722, d'après les Mémoires de Saint-Simon et les correspondances du temps
Ano: 02 / N. 03 / Vol. Janvier-Avril 1877	Paris / Librairie Germer Baillièrre	G. Monod / G. Fagniez	Fustel de Coulanges	De la confection des lois au temps des Carolingiens
Ano: 06 / N. 16 / Vol. Mai-Août 1881	Paris / Librairie Germer Baillièrre	G. Monod / G. Fagniez	A-D. Xenopol	Les demembrements de la moldavie au XVIII
Ano: 06 / N. 17 / Vol. Mai-Août 1881	Paris / Librairie Germer Baillièrre	G. Monod / G. Fagniez	E. Renan	Les premiers martyrs de le gaule

¹¹⁰ Foram catalogados 117 números da *Revue Historique*. No anexo I se encontram somente aqueles artigos que selecionamos por sua possível importância para os debates teórico-metodológicos veiculados na mesma.

Ano: 08 / N. 22 / Vol. Mai-Août 1883	Paris / Librairie Germer Baillière	G. Monod / G. Fagniez	Fustel de Coulanges	Étude sur l'immunité merovingienne
Ano: 08 / N. 23 / Vol. Septembre- Décembre 1883	Paris / Librairie Germer Baillière	G. Monod / G. Fagniez	Fustel de Coulanges	Étude sur l'immunité merovingienne
Ano: 08 / N. 23 / Vol. Septembre- Décembre 1883	Paris / Librairie Germer Baillière	G. Monod / G. Fagniez	F. Decrue	Les idees politiques de Mirabeau
Ano: 10 / N. 28 / Vol. Mai-Août 1885	Paris / Ancienne Librairie Germer Baillière	Félix Alcan	G. Monod	Étude sur l'histoire Hugues Capet
Ano: 11 / N. 31 / Vol. Mai-Août 1886	Paris / Ancienne Librairie Germer Baillière	Félix Alcan	G. Monod	Les aventures de Sichaire

ANEXO II¹¹¹

<i>Revue de Synthèse Historique (1900-1914)</i>				
Identificação			Conteúdo dos Artigos	
Ano/Nº/Vol	Local de Publicação	Editor	Autor	Título
Ano: 01 / N. 01/ Vol. Juillet a Décembre 1900	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	A.-D. Xénopol	Les Faits de répétition et les faits de succession
Ano: 01 / N. 01/ Vol. Juillet a Décembre 1900	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Emile Boutroux	Histoire et Synthèse
Ano: 01 / N. 01/ Vol. Juillet a Décembre 1900	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Paul Lacombe	La science de l'Histoire d'après M. Xénopol
Ano: 01 / N. 01/ Vol. Juillet a Décembre 1900	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	A. Bossert.	Portraits d'Historiens: Niebuhr, Ranke, Sybel, Mommsen
Ano: 01 / N. 01/ Vol. Juillet a Décembre 1900	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	E. Goblot	Notes critiques sur L'Année sociologique

¹¹¹ Foram catalogados 28 números da *Revue de Synthèse Historique*. No anexo II se encontram somente aqueles artigos que selecionamos por sua possível importância para os debates teórico-metodológicos veiculados na mesma.

Ano: 01 / N. 01/ Vol. Juillet a Décembre 1900	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Karl Lamprecht	La Méthode historique en Allemagne
Ano: 01 / N. 01/ Vol. Juillet a Décembre 1900	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Henri Berr	Pascal et sa place dans l'histoire des idées
Ano: 01 / N. 01/ Vol. Juillet a Décembre 1900	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	A.-D. Xénopol	Race et Milieu
Ano: 01 / N. 01/ Vol. Juillet a Décembre 1900	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Henri Lichtenberge r	Une théorie nouvelle sur la Transvaluation des valeurs
Ano: 01 / N. 01/ Vol. Juillet a Décembre 1900	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Henri Berr	Sur notre Programme
Ano: 02 / N. 02 / Vol. Janvier a Juin 1901	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	A.-D. Xénopol	La Classification des sciences et l'Histoire
Ano: 02 / N. 02 / Vol. Janvier a Juin 1901	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Paul Lorquet.	Quels cadres choisir pour l'étude psychologique de la France?
Ano: 02 / N. 02 / Vol. Janvier a Juin 1901	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Paul Lacombe	La méthode scientifique de l'histoire littéraire
Ano: 02 / N. 02 / Vol. Janvier a Juin 1901	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Fustel de Coulanges	Leçon d'ouverture (Une) et quelques fragments inédits de
Ano: 02 / N. 02 / Vol. Janvier a Juin 1901	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Paul Lacombe	Milieu et race
Ano: 02 / N. 02 / Vol. Janvier a Juin 1901	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	D. Pasquet	La Psychologie politique de l'Angleterre an XIX siècle, d'après M. Boutmy
Ano: 02 / N. 02 / Vol. Janvier a Juin 1901	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Émile Durkheim	De la méthode objective en Sociologie
Ano: 02 / N. 02 / Vol. Janvier a Juin 1901	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Heinrich Rickert	Les quatre modes de l'Universel en histoire
Ano: 02 / N. 03 / Vol. Juillet a Décembre 1901	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Ch.-V. Langlois.	Avertissements aux candidats à l'Agrégation d'histoire
Ano: 02 / N. 03 / Vol. Juillet a Décembre 1901	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Paul Lacombe.	L'histoire comme science, à propos d'un article de M. Rickert

Ano: 02 / N. 03 / Vol. Juillet a Décembre 1901	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Pasquale Villari	L'Histoire est-elle une science?
Ano: 02 / N. 03 / Vol. Juillet a Décembre 1901	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	A.-D. Xénopol	Étude critique sur une nouvelle Histoire universelle: Hans-F. Helmolt, Weltgeschichte
Ano: 03 / N. 04 / Vol. Janvier a Juin 1902	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Henri Berr	Les rapports de l'histoire et des sciences sociales d'après M. Seignobos
Ano: 03 / N. 04 / Vol. Janvier a Juin 1902	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Bertauxs (Emile).	L'histoire de l'art et les oeuvres d'art
Ano: 03 / N. 04 / Vol. Janvier a Juin 1902	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Bouglé (C).	Note sur la différenciation et le progrès
Ano: 03 / N. 04 / Vol. Janvier a Juin 1902	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Georges Lyon	Platon et la Stylométrie
Ano: 03 / N. 04 / Vol. Janvier a Juin 1902	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	A.-D. Xénopol	Les Sciences naturelles et l'histoire, à propos d'un ouvrage récent,
Ano: 03 / N. 05 / Vol. Juillet a Décembre 1902	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Giovanni Gentile	Contribution à l'histoire de la Méthode historique
Ano: 03 / N. 05 / Vol. Juillet a Décembre 1902	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Benedetto Croce	Les études relatives à la Théorie de l'histoire en Italie, durant les quinze dernières années
Ano: 04 / N. 06 / Vol. Janvier a Juin 1903	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Benedetto Croce	L'attitude subjective et l'attitude objective dans la Composition historique
Ano: 04 / N. 06 / Vol. Janvier a Juin 1903	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Edmond Goblot	Notes critiques sur L'Année Sociologique
Ano: 04 / N. 06 / Vol. Janvier a Juin 1903	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	François Simiand.	Méthode historique et science sociale, Etude critique à propos des ouvrages récents de Lacombe et de Seignobos
Ano: 04 / N. 06 / Vol. Janvier a Juin 1903	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Nicolas Kostyleff	La place de Spinoza dans l'histoire des doctrines philosophiques, à propôs d'un ouvrage récent
Ano: 04 / N. 07 / Vol. Juillet a Décembre 1903	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Paul Hensel	La philosophie de l'histoire de Carlyle

Ano: 04 / N. 07 / Vol. Juillet a Décembre 1903	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Paul Mantoux	Histoire et Sociologie,
Ano: 04 / N. 07 / Vol. Juillet a Décembre 1903	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Henri Sée.	Les Idées philosophiques du XVIII siècle et la littérature prérévolutionnaire
Ano: 04 / N. 07 / Vol. Juillet a Décembre 1903	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	P. Clerget	La Psychologie politique du peuple suisse
Ano: 05 / N. 08 / Vol. Janvier a Juin 1904	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	A.-D. Xénopol	La Causalité dans la succession
Ano: 05 / N. 08 / Vol. Janvier a Juin 1904	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Paul Tannery	De l'Histoire générale des sciences
Ano: 05 / N. 08 / Vol. Janvier a Juin 1904	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Henri Berr	Le Problème des idées dans la synthèse historique, à propos d'ouvrages récents
Ano: 05 / N. 09 / Vol. Juillet a Décembre 1904	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Henri Berr	Une nouvelle philosophie de l'histoire : L'orgueil humain, de M. Zyromski
Ano: 05 / N. 09 / Vol. Juillet a Décembre 1904	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	A.-D. Xénopol	La Causalité dans la succession, (<i>fin</i>)
Ano: 05 / N. 09 / Vol. Juillet a Décembre 1904	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Henri Lichtenberge r.	Henri Heine et sa place dans la pensée contemporaine
Ano: 05 / N. 09 / Vol. Juillet a Décembre 1904	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	E. Reich	Historiens psychologues et historiens livresques
Ano: 05 / N. 09 / Vol. Juillet a Décembre 1904	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Adrien Naville	La notion de Loi historique
Ano: 05 / N. 09 / Vol. Juillet a Décembre 1904	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	W. Windelband	La Science et l'histoire devant la logique contemporaine
Ano: 05 / N. 09 / Vol. Juillet a Décembre 1904	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	P.Lacombe	Taine (Notes sur). Le milieu en histoire littéraire
Ano: 06 / N. 10 / Vol. Janvier a Juin 1905	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Henri Sée	Condorcet, ses idées et son rôle politique

Ano: 06 / N. 10 / Vol. Janvier a Juin 1905	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	J. Segond	Les idées de sur l'histoire, Cournot
Ano: 06 / N. 10 / Vol. Janvier a Juin 1905	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Ernst Bernheim	La science moderne de l'histoire
Ano: 06 / N. 10 / Vol. Janvier a Juin 1905	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Karl Lamprecht	Quelques mots de réponse
Ano: 06 / N. 10 / Vol. Janvier a Juin 1905	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Paul Lacombe :	Taine (Nots sur): II Le moment en histoire littéraire
Ano: 06 / N. 10 / Vol. Janvier a Juin 1905	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Paul Lacombe	Taine (Nots sur): III et IV. Observations sur la recherche méthodique des causes en histoire littéraire
Ano: 06 / N. 11 / Vol. Juillet a Décembre 1905	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Paul Lacombe	Nature et humanité
Ano: 06 / N. 11 / Vol. Juillet a Décembre 1905	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	F. Mentré	L'Histoire des sciences n'est-elle plus possible ? (Problèmes et controverses. Une thèse de Cournot)
Ano: 06 / N. 11 / Vol. Juillet a Décembre 1905	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Pierre Caron	Histoire moderne en France (Des conditions actuelles Du travail d'j
Ano: 06 / N. 11 / Vol. Juillet a Décembre 1905	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Karl Lamprecht	De l'étude comparée des dessins d'enfants
Ano: 06 / N. 11 / Vol. Juillet a Décembre 1905	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	[Emile Michel]	Le sentiment de la nature et l'histoire de la Peinture de paysage
Ano: 07 / N. 12 / Vol. Janvier a Juin 1906	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Henri Berr	Histoire; littéraire: La Renaissance et la méthode; de M. Ijrunetière
Ano: 07 / N. 12 / Vol. Janvier a Juin 1906	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Henri Lichtenberge r	Psychologie collective: L'ère « individualiste » en Allemagne, d'après Karl Lamprecht
Ano: 07 / N. 12 / Vol. Janvier a Juin 1906	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	L. Réau	Psychologie collective: Les facteurs psychologiques de l'esprit moderne, d'après le D" Baerwald

Ano: 07 / N. 13 / Juillet a Decembre 1906	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Camille Jullian	Augustin thierry et le mouvement historique sous la Restauration
Ano: 07 / N. 13 / Juillet a Decembre 1906	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	A. Koszul	Bill (Le) sut l'éducation (1906): sa place dans riilstoire religieuse et politique du peuple anglais
Ano: 07 / N. 13 / Juillet a Decembre 1906	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Abel Ry	Problèmes et controverses. Pascal et l'expérience du Puy-de- Dôme
Ano: 07 / N. 13 / Juillet a Decembre 1906	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Gaston Richard	Unité de l'histoire des sciences et de l'histoire énonumifiue
Ano: 07 / N. 13 / Juillet a Decembre 1906	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Pb. Sagnac	La Révolution et l'Ancien Régime
Ano: 07 / N. 13 / Juillet a Decembre 1906	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	D. Parodi	Traditionalisme et positivisme, a propos d'un mouvement d'idées contemporain
Ano: 08 / N. 14 / Vol. Janvier a Juin 1907	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	F. Kauh	Idéalisme et réalisme historique, à propos d'uu livre de M. Simmel
Ano: 08 / N. 14 / Vol. Janvier a Juin 1907	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Henri Berr	Philosophie de l'iistoire de France (Une Les deux Frances » de M. Paul Seippel
Ano: 08 / N. 14 / Vol. Janvier a Juin 1907	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Paul Lacombe	Problèmes et controverses. J.-J. Rousseau
Ano: 08 / N. 15 / Juillet a Decembre 1907	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Lucien Febvre	Budé (Guillaume) et les origines de l'humanisme français, à propos d'ouvrages récents
Ano: 08 / N. 15 / Juillet a Decembre 1907	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	G. Pages	Questions d'Enseignement. L'histoire au lycée
Ano: 08 / N. 15 / Juillet a Decembre 1907	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Rudolf Eucken	L'Histoire et la vie
Ano: 08 / N. 15 / Juillet a Decembre 1907	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Léon Pineau	La Littérature allemande à la fin du XIX e siècle. Du naturalisme au néo- romantisme

Ano: 08 / N. 15 / Juillet a Decembre 1907	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Ch. Andler	Nietzsche et Jacob Burckhardt: Leur philosophie de l'histoire
Ano: 08 / N. 15 / Juillet a Decembre 1907	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	L. Réau	Problèmes et controverses. Un paradoxe anthropologique: les Germaines em France
Ano: 08 / N. 15 / Juillet a Decembre 1907	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Eugène de Roberty	La genèse sociale de La Raison et les origines rationnelles de l'action. Réponse à quelques objections
Ano: 08 / N. 15 / Juillet a Decembre 1907	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Paul Lacombe	Taine (Nots sur): V. Science et religion
Ano: 08 / N. 15 / Juillet a Decembre 1907	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Paul Lacombe	Taine (Nots sur): VI. Le problème de la Terreur
Ano: 09 / N. 16 / Vol. Janvier a Juin 1908	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Pierre Marcel	Dessins (L'étude des) dans l'histoire de l'art français,
Ano: 09 / N. 17 / Juillet a Decembre 1908	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Ch. Bastide	Crise coloniale (la) (em Anglaterre)
Ano: 09 / N. 17 / Juillet a Decembre 1908	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Gabriel Monod	Michelet, de 1843 à 1852
Ano: 09 / N. 17 / Juillet a Decembre 1908	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	W.-M. Kozlowski	L'idée d'une Philosophie sociale comme synthèse des sciences historiques et sociales
Ano: 10 / N. 18 / Vol. Janvier a Juin 1909	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	A.-D. Xénopol	L'Imagination en histoire
Ano: 10 / N. 18 / Vol. Janvier a Juin 1909	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Charles Andler	Nietzsche et Jacob Burckhardt : Leur philosophie de l'histoire, II
Ano: 10 / N. 18 / Vol. Janvier a Juin 1909	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Lucien Febvre	Problèmes et controverses. Régions naturelles et noms de pays
Ano: 10 / N. 18 / Vol. Janvier a Juin 1909	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Henri Berr	Rauh (Frédéric) (1861- 1909),

Ano: 10 / N. 19 / Juillet a Decembre 1909	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Henry Salomon	De quelques livres et de quelques questions d'Histoire contemporaine
Ano: 10 / N. 19 / Juillet a Decembre 1909	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Gaston Richard	Le Mouvement sociologique en Italie
Ano: 10 / N. 19 / Juillet a Decembre 1909	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	S. Jankelevitch	La Philosophie italienne contemporaine
Ano: 10 / N. 19 / Juillet a Decembre 1909	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Julien Luchaire	La Poésie italienne contemporaine
Ano: 10 / N. 19 / Juillet a Decembre 1909	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Lucien Febvre	Problèmes et controverses. Une question d'influence: Proudhon et le syndicalisme contemporain
Ano: 11 / N. 21 / Juillet a Decembre 1910	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Henri Berr	Au bout de dix ans
Ano: 11 / N. 21 / Juillet a Decembre 1910	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Edouard Dolléans	L'évolution du Chartisme (1837-1839): du réformisme à la violence
Ano: 11 / N. 21 / Juillet a Decembre 1910	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Henry Salomon	De quelques livres et de quelques questions d'Histoire contemporaine, III
Ano: 11 / N. 21 / Juillet a Decembre 1910	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Paul Lacombe	Problèmes et controverses. A propos d'une lettre de Danton
Ano: 11 / N. 21 / Juillet a Decembre 1910	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Karl Lamprecht	Du développement actuel des Sciences en général, sciences morales en particulier: Idée d'une réforme universitaire
Ano: 12 / N. 22 / Vol. Janvier a Juin 1911	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Edouard Dolléans	L'évolution du Chartisme (1837-1839): Du réformisme à la violence, II et III
Ano: 12 / N. 22 / Vol. Janvier a Juin 1911	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Georges Weulersse	De l'application de la méthode historique à l'Histoire des doctrines économiques, à propos des physiocrates

Ano: 12 / N. 22 / Vol. Janvier a Juin 1911	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	A.-D. Xénopol	L'Inférence en histoire
Ano: 12 / N. 22 / Vol. Janvier a Juin 1911	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Henri Bergmann	Les idées de M. Guglielmo Ferrero sur la Philosophie de l'histoire
Ano: 12 / N. 22 / Vol. Janvier a Juin 1911	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	S. Jankelevitch	La Théorie sociologique de M. Simmel
Ano: 12 / N. 23 / Juillet a Decembre 1911	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Paul Lacombe	Études sur Le Génésique. Le totémisme et l'exogamie d'après M. Durkheim I et II
Ano: 12 / N. 23 / Juillet a Decembre 1911	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Lucien Febvre	Histoire et linguistique
Ano: 12 / N. 23 / Juillet a Decembre 1911	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Louis Halphen et Henri Berr.	Histoire traditionnelle et synthèse historique,
Ano: 12 / N. 23 / Juillet a Decembre 1911	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Marcel Drouin	Leibniz historien
Ano: 12 / N. 23 / Juillet a Decembre 1911	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Louis Davillé.	Le développement de la méthode historique de Leibniz
Ano: 13 / N. 24 / Vol. Janvier a Juin 1912	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Louis Davillé.	Le développement de la méthode historique de Leibniz, II
Ano: 13 / N. 24 / Vol. Janvier a Juin 1912	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	S. Jankelevitch	Quelques tendances de la Pensée philosophique russe
Ano: 13 / N. 24 / Vol. Janvier a Juin 1912	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Paul Lacombe	Rousseau (En relisant l'Emile de J.-J.)
Ano: 13 / N. 24 / Vol. Janvier a Juin 1912	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	J. Benrubi	Le deuxième centenaire de la naissance de J.-J. Rousseau en France
Ano: 13 / N. 25 / Juillet a Decembre 1912	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	L.-A. Tcheskis	La Philosophie sociale de Pierre Livroff: ses rapports avec le matérialisme historique (Étude critique), I et II,
Ano: 14 / N. 26 / Vol. Janvier a Juin 1913	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Antoine Guillantl	Les Études historiques eu Suisse, I et II,

Ano: 14 / N. 26 / Vol. Janvier a Juin 1913	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	L.-A. Tcheskis	La Philosophie sociale de Pierre Lavroff; ses rapports avec le matérialisme historique (Étude critique), III
Ano: 14 / N. 26 / Vol. Janvier a Juin 1913	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Ph. Champault	La Science sociale, d'après Le Play et de Tourville: I, la Science; II, Frédéric Le Play; III, Henri de Tourville; IV, Récents progrès
Ano: 14 / N. 26 / Vol. Janvier a Juin 1913	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	P. Masson- Oursel	Synthèse historique et philosophie de l'histoire
Ano: 14 / N. 27 / (Nouvelle Série Tome I) D'aout a Décembre 1913	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	A.-D. Xénopol	La Causalité dans la série historique
Ano: 14 / N. 27 / (Nouvelle Série Tome I) D'aout a Décembre 1913	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Louis Davillé	La Comparaison el la méthode comparative, en particulier dans les études historiques, I et II
Ano: 14 / N. 27 / (Nouvelle Série Tome I) D'aout a Décembre 1913	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Paul Lacombe	Réflexions sur l'influence des Idées pures
Ano: 14 / N. 27 / (Nouvelle Série Tome I) D'aout a Décembre 1913	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Lucien Febvre	Le développement des Langues et l'Histoire
Ano: 14 / N. 27 / (Nouvelle Série Tome I) D'aout a Décembre 1913	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Jean-Marie Carré	Le Piétisme de Halle et la philosophie des lumières (1090-1750)
Ano: 14 / N. 27 / (Nouvelle Série Tome I) D'aout a Décembre 1913	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Lucien Febvre.	A propos d'une étude de Psychologie historique
Ano: ? / N. 28 / Vol. ?	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Louis Davillé	La Comparaison et la méthode comparative, en particulier dans les études historiques, III,
Ano: ? / N. 28 / Vol. ?	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Louis Hourlicq	Histoire de l'art. La méthode en Histoire de l'art
Ano: ? / N. 28 / Vol. ?	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Victor Chapot.	Histoire de l'art. Les méthodes archéologiques

Ano: ? / N. 28 / Vol. ?	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Louis Réau.	Histoire de l'art. Un théoricien de l'histoire de l'art: Hans Tietze
Ano: ? / N. 28 / Vol. ?	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Aug. Schmarsow.	L'enseignement de l'Histoire de l'art en Allemagne
Ano: ? / N. 28 / Vol. ?	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	A. Georges-Berthier	L'histoire des sciences en France, à propos de la suppression d'une chaire
Ano: ? / N. 28 / Vol. ?	Paris/Librairie Léopold Cerf	Henri Berr	Louis Adelphe	La formation et la diffusion de la Politique de Spinoza: Questions et hypothèses fondées sur des documents nouveaux